Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de História

Programa de Pós-Graduação em História Social – Doutorado

Paulo Cavalcante de Oliveira Junior

NEGÓCIOS DE TRAPAÇA:
CAMINHOS E DESCAMINHOS NA AMÉRICA PORTUGUESA
(1700-1750)

primeiro volume

Orientador:

Prof. Dr. István Jancsó

*São Paulo
fevereiro de 2002*

Figura da capa: Casa da Moeda do Rio de Janeiro.

Moeda

Anverso: IOANNES . V . DG . PORT . ET . ALG . REX.

Ao centro, as armas do Reino, cortando a legenda, com 4000, entre dois pontos, à esquerda, e quatro florões, também entre dois pontos, à direita.

Ouro; 30 mm; 10,55 g.

Fonte: AMARAL, C. M. Almeida do. Catálogo descritivo das moedas portuguesas. Lisboa : Museu Numismático Português; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. t. 2, p. 321 e p. 360.

***Negócios de Trapaça:
Caminhos e descaminhos na América portuguesa
(1700-1750)***

por

Paulo Cavalcante de Oliveira Junior

Departamento de História

*Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Orientador: Prof. Dr. István Jancsó.*

São Paulo, fevereiro de 2002

DEFESA DA TESE

OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Cavalcante de. Negócios de trapça: caminhos e descaminhos na América portuguesa (1700-1750). São Paulo : Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002. 2 v. il.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. István Jancsó
Presidente

Prof. Dr. Fernando Antonio Novais

Prof. Dr. Wilson do Nascimento Barbosa

Prof. Dr. Afonso Carlos Marques dos Santos

Suplente:

Prof. Dr. Pedro Tórtima

Prof. Dr. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo

São Paulo, 24 de maio de 2002.

Para Vera,

A minha mais alta poesia.

“A princesa que eu fiz coroar.”

*Morrendo, estamos morrendo, agora só nos resta
aceitar a morte, e construir a barca
da morte que nos leve a alma na mais longa viagem*

*Uma pequena barca, com remos e comida
e pequenos pratos, e todo o apetrechamento
pronto e necessário à alma de partida.*

*Agora, lança à água a pequena barca, agora, que o corpo morre
e a vida parte, lança a alma frágil
na frágil barca da coragem, na arca da fé,
com os mantimentos, as pequenas caçarolas
e as mudas de roupa;
no negro deserto do dilúvio
nas águas do fim
no mar da morte, onde navegamos ainda,
às escuras, porque não temos leme nem existe porto.*

*We are dying, we are dying, so all we can do
is now to be willing to die, and to build the ship
of death to carry the soul on the longest journey.*

*A little ship, with oars and food
and little dishes, and all accoutrements
fitting and ready for the departing soul.*

*Now launch the small ship, now as the body dies
and life departs, launch out, the fragile soul
in the fragile ship of courage, the ark of faith
with its store of food and little cooking pans
and change of clothes,
upon the flood's black waste
upon the waters of the end
upon the sea of death, where still we sail
darkly, for we cannot steer, and have no port.*

D. H. Lawrence. The ship of death.

*Veio para ressuscitar o tempo
e escalpelar os mortos,
as condecorações, as liturgias, as espadas,
o espectro das fazendas submergidas,
o muro de pedra entre membros da família,
o ardido queixume das solteironas,
os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas
nem desfeitas.*

*Veio para contar
o que não faz jus a ser glorificado
e se deposita, grânulo,
no poço vazio da memória.
É importuno,
sabe-se importuno e insiste,
rancoroso, fiel.*

O historiador. In: Carlos Drummond de Andrade. A paixão medida.

Agradecimentos

Estar apto para escrever esta página significa muito. Em primeiro lugar, o tempo decorrido: exatos cinco anos. Em segundo, a responsabilidade em relação àqueles que me incentivam e apóiam. Por fim, o balanço sempre difícil sobre o trabalho realizado.

Se hoje posso apresentar estes dois volumes como requisito final para a obtenção do título de doutor, devo isso a três pessoas centrais em minha trajetória acadêmica. Alcancei a condição de orientando do Prof. Dr. István Jancsó, após ter sido encaminhado pelos professores doutores Afonso Carlos Marques dos Santos e Fernando Antonio Novais. Nem nos meus melhores sonhos me vi cursando o doutorado na USP e jamais esquecerei as repetidas lições de confiança, liberdade e autonomia intelectual que experimentei no relacionamento de orientação com o Mestre István. Ainda na USP, devo registrar a importância dos seminários com a Prof.^a Dr.^a Laura de Mello e Souza e a preciosa contribuição com que o Prof. Dr. Wilson do Nascimento Barbosa me brindou no exame de qualificação. A todos o meu muito obrigado.

Como não interrompi as atividades docentes ao longo destes anos, os companheiros de trabalho acabaram dividindo parte das angústias da “tese”. Os coordenadores do curso de História da Universidade Veiga de Almeida, o Prof. Dr. Valeriano Altoé e o Prof. Paulo Sérgio Miranda Alves, os coordenadores do curso de História da Universidade Gama Filho, os professores doutores Arno Wehling e Marcos Guimarães Sanches, as coordenadoras do curso de Pedagogia mantido pela Fundação Educacional Serra dos Órgãos (Teresópolis), as professoras Jane

Rangel e Luciana Lima Souto Vasconcelos Torres, a chefe do Departamento de Ciências Humanas e Integração Social do Instituto de Aplicação (CAp-UERJ), a Prof.^a Eliana Vinhaes, a coordenadora da Área de Ciências Humanas e Filosofia do CEFETEQ-RJ (antiga Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro), a Prof.^a Marcia Guerra Pereira, a todos, como representantes dos inúmeros amigos carinhosamente cultivados nessas instituições, o meu muito obrigado pelo apoio constante.

Eu jamais conseguiria dar conta das diversas instituições de pesquisa e fundos documentais sem o competente apoio dos seus profissionais. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, posso dizer, só tenho amigos: o Prof. Dr. Pedro Tórtima, Mercedes Lacombe Heilborn, Lúcia Maria Alba da Silva, Selma Batista Furtado de Albuquerque e Celina Coelho de Jesus. No Arquivo Nacional, à época em que nada sabia dos seus fundos, tive um guia seguro no arquivista Sátiro Nunes. Aos funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), o meu obrigado e a lembrança carinhosa da senhora que me vendia as fichas da máquina de café e fingia não ver o sanduíche malocado — um “descaminho” alimentício — tudo para economizar e otimizar o tempo de pesquisa.

No dia-a-dia da pesquisa contei com o inestimável auxílio de um conjunto de ex-alunos interessados no trabalho acadêmico. Estiveram comigo os professores Sérgio Alexandre Ferreira de Azevedo, Lúcia Maria Cruz Garcia de Matos, Rodrigo de Oliveira Demuti, Alessandra Speridião Prada e Gilson Mencalha. Para todos e, especialmente, para Alessandra e Gilson que, por inúmeras razões, me acompanham até hoje, a minha gratidão.

E os amigos? Aos meus eternos professores do curso de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Marilena Ramos Barboza, Orlando de Barros e Maria Helena do Prado Reis, o meu obrigado. À Maria Helena, a quem devo a própria profissão, o meu carinho de filho. Ao Dr. Renan dos Santos, o meu aluno mais sábio, o sábio que se refaz como aluno, a outra imagem do pai, obrigado. À Severino Vicente da Silva, que muito me ensinou dos franciscanos, o meu melhor amigo do Recife, obrigado.

Cheguei à família. À minha mãe Neide Crissanto Dias de Oliveira, professora, pedagoga e uma prática da paleografia, isso mesmo, ela transcreveu muitos dos documentos citados, o meu carinho e o meu amor. E quando falo em mãe, falo em tia, Norma Chrissanto Dias, e em avó, Izaura Crissanto Dias, que muito rezaram para a “tese” sair. E o pai? Pois é, meu pai é um avião. Descobri isso na ponte-aérea. Esse meu pai, piloto aposentado da VARIG, a nossa VARIG, que subsidiou os meus deslocamentos, é a minha grande imagem de pai. E quando falo em pai, falo em irmão, Gustavo Dias de Oliveira, a minha imagem da humanidade mais humana. E por falar em irmão, falo de Ricardo Luiz Barreiros Motta, que dizem nem primo é, mas não acredito. É irmão, me ensinou a linguagem do computador e digitalizou muitas das imagens destes volumes. Obrigado.

Este parágrafo é de Vera Lúcia Bogéa Borges. Aliás, toda a tese é de Vera. Ela, que habita o meu coração, em cujos olhos vejo a minha melhor imagem, é o meu amor inteiro. À Vera dedico este trabalho. E ainda ouço o som dos seus lábios... “Vai, escreve...” Nós, que estamos aqui, existimos pelo amor. Beijos.

Resumo

Este estudo coloca em questão o descaminho na América portuguesa (1700-1750), partindo do pressuposto de que ele é uma prática social constitutiva e formadora daquela sociedade colonial. Os descaminhos não se reduzem ao roubo, ao furto ou à corrupção, mas configuram um determinado tipo de prática, encoberta pelas formalidades oficiais, porém radicalmente ativa e penetrante, irradiada por todo o corpo social, inclusive os escravos, formando e redefinindo, afirmando e negando, isto é, afirmando pela negação, enfim, caminhando pelo descaminho.

Abstract

This study brings to light the going astray of Portuguese America (1700-1750), departing from the assumption that this waywardness is a social practice, not only part and parcel, but also influential in the constitution of that colonial society. This waywardness is not only confined to robbery, theft, or corruption but it also configures a kind of practice, covered up by official formalities, that is notwithstanding radically active and penetrating, irradiated by society as a whole, including slaves, shaping and redefining it, affirming and denying it, that is to say, affirming it by denying it — in short, walking on the path of waywardness.

Sumário do Primeiro Volume

	Pág.
Introdução	1
 1. Os descaminhos e o seu contexto: das oficinas dos quintos à cunhagem de moedas	 30
1.1 Os descaminhos em torno das oficinas dos quintos	30
1.2 Os descaminhos em torno da cunhagem de moedas	57
 2. Os caminhos da terra e os descaminhos das gentes	 78
2.1 Os caminhos	78
2.2 Os descaminhos	102
 3. A confluência dos descaminhos: o circuito do mar	 120
3.1 Entre as casas de fundição e a capitação: a evasão contínua de recursos	 120
3.2 Os grandes descaminhadores	135
 4. A conflituosa gestão de Luís Vahia Monteiro: entre o controle total e o governo possível	 176
4.1 Os conflitos com as ordens religiosas	176
4.2 Os conflitos com a Câmara	209
 5. Considerações Finais	 236
 6. Fontes	 239
6.1 Manuscritas	239
6.1.1 Arquivo Nacional	239
6.1.2 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	239
6.1.3 Arquivo Nacional da Torre do Tombo	240
6.2 Impressas	240
6.2.1 De cunho oficial	240
6.2.2 De cunho privado	245
6.2.3 Cronistas, viajantes e outros autores	245

7. Bibliografia

	250
7.1 Obras de referência e instrumentos de trabalho	250
7.2 Artigos, comunicações em congressos e partes de monografias	255
7.3 Livros	265

Ilustrações

	Pág.
Figura 1 Tabela do percentual de ouro “brasileiro” no numerário francês, de 1700 a 1785 (médias decenais)	66
Figura 2 Dobra de oito escudos ou dobrão de duas peças	69
Figura 3 Piroga tripulada por índios Apiacás, de Hercules Florence	81
Figura 4 Mapa do caminho velho de Minas	87
Figura 5 Mapa das viagens do governador Artur de Sá e Meneses a São Paulo e Minas Gerais	88
Figura 6 Mapa do caminho novo de Minas	91
Figura 7 Detalhe de mapa do Rio de Janeiro em 1767, de Manuel Vieira Leão	95
Figura 8 Porto da Estrela, de Rugendas	97
Figura 9 Rio Inhomirim, de Rugendas	98
Figura 10 Fotografia tirada do adro da Igreja de Nossa Senhora da Estrela dos Mares, Magé (RJ) – 2000	99
Figura 11 Mapa dos caminhos dos princípios do século XVIII	101
Figura 12 Mapa dos tratos portugueses e brasílicos nos séculos XVII e XVIII	139
Figura 13 Vista da Ilha das Cobras tomada da cidade do Rio de Janeiro. Óleo sobre tela, de Félix Émile Taunay (circa 1834)	182
Figura 14 Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações, de João Massé	190
Figura 15 Fac-símile da assinatura do governador da Capitania do Rio de Janeiro Luís Vahia Monteiro	235

Figura 16	Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora de Monserrate – igreja do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro	299
------------------	--	-----

Introdução

(...) era certo que as minas se não podiam cultivar senão com negros, assim porque faziam serviço mais vigoroso, como porque os brancos e reinóis ainda que sejam criados com a enxada na mão, em pondo os pés no Brasil nenhum queira trabalhar, e se Deus lhe não dava meios lícitos para passar a vida, costumavam sustentar-se de roubos e trapanças...¹

Nas primeiras décadas do século XVIII, a América portuguesa alarga-se ainda mais. O processo acentua-se em virtude da tão ansiada descoberta de ouro no final do XVII. De imediato, produz-se uma corrida desordenada, um *rush*, trilhando os caminhos desbravados pelos bandeirantes². Em pouco tempo, os oficiais de Portugal principiam ações com o intuito de verificar a extensão das riquezas, sediar os equipamentos e símbolos do poder metropolitano e disciplinar tanto a ocupação da região como a sua exploração. Nesses anos iniciais, o governador do Rio de Janeiro tem sob sua alçada tanto São Paulo como as minas dos Cataguases que em breve se tornariam Gerais³. Num desdobrar administrativo da

¹ Sobre a informação que se pediu ao governador do Rio de Janeiro a respeito de dizer se convinha que fossem só para as Minas os negros de Angola (Lisboa, 18/9/1728). IHGB/Arq. 1.1.26 - **Cópias extraídas do Arquivo do Conselho Ultramarino**. v.26, fl. 44-45v.

² Para Basílio de Magalhães, “o esplendor do grande ciclo do ouro” deveu-se à dispersão motivada pela contínua carestia de alimentos e pela criação de gado. Cf. MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro : Epasa, 1944. p. 313-314. Capistrano de Abreu não apreciava o uso da palavra *rush*, corrente entre os historiadores de então, para descrever a penetração no interior. Ele julgava ser a língua portuguesa suficientemente rica para depender de “palavras peregrinas”. Cf. RODRIGUES, J. H. (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1954. v. 1. p. 289.

³ Em 1700, Artur de Sá e Meneses, governador do Rio de Janeiro, realizou uma jornada pela região para certificar-se das riquezas descobertas nas “capitanias do sul”, o que participou ao Conselho Ultramarino em carta de 7 de junho do ano seguinte. IHGB/Arq. 1.1.23 - **Cópias extraídas do Arquivo do Conselho**

importância que os novos descobrimentos tomam, São Paulo e Minas são separados do Rio (1710) e, mais tarde, Minas de São Paulo (1721).

Apesar dos esforços para controlar o afluxo de pessoas —portugueses, nativos, escravos, clérigos, libertos, entre outros —, para instituir a arrecadação dos tributos e para regradar a vida do dia-a-dia, tudo permanecia incompleto, incipiente, provisório e instável⁴. O fato convulsiona toda a região hoje chamada de sudeste e outrora tida como repartição do sul. Chegava-se às Gerais por diversos caminhos partidos tanto de São Paulo e Rio de Janeiro como dos currais da Bahia, leia-se São Francisco⁵. A combinação da produção de riquezas grandemente cobiçadas — ouro e diamantes — num ambiente de fronteira completamente aberta permitiu a intensificação de uma antiga e persistente atividade praticada em todo império colonial português: o contrabando⁶.

A vigência do antigo sistema colonial e do seu mecanismo do exclusivo metropolitano não implicava na inexistência ou

Ultramarino. v.23, fl. 8-8v.

⁴ Segundo Laura de Mello e Souza, “o sertão era o império do imprevisto e o espaço da diferença”. Cf. SOUZA, L. de M. e. Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte : UFMG, 1999. p. 31.

⁵ Assim escreveu Martinho de Mendonça de Pina e Proença, de Vila Rica (17/11/1734), para Gomes Freire de Andrada, no Rio de Janeiro: “Se para a Bahia for o conde de Assumar espero ver por aquela parte muito moderados os descaminhos; porque segundo o seu parecer é verdade com a tropa das Minas Novas nas quatro travessias, que ficam entre o rio São Francisco e o rio das Contas dentro de trinta léguas necessariamente há de passar quanto ouro for à Bahia”. E, mais a frente, de forma direta: “Já disse a V. Ex.^a que a Bahia é porto franco...” IHGB/Arq. 1.3.2 - **Coleção de cartas, ofícios e memórias acerca dos negócios da capitania de Minas Gerais e Colônia do Sacramento (1730-1734)**. v. 1, f. 171-177v. A carta revela as impressões iniciais de Martinho de Mendonça que chegara ao Rio de Janeiro vindo da corte a 8 de janeiro de 1734 com a missão de modificar a forma de arrecadação dos quintos. Cf. Regimento ou instrução que trouxe o governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, ano 3, 1898. p.85-88.

⁶ Já no século XVI, nas colônias africanas, verifica-se a prática do comércio ilegal. Veja-se: BETHENCOURT, Francisco. Contrabando: um estudo de caso. In: BETHENCOURT, F., CHAUDHURI, K. (Dir.). **História da expansão portuguesa**: a formação do império (1415-1570). S. I. Temas e Debates, 1998. v. 1. p. 387-392.

exterioridade de práticas comerciais ilegais e, uma vez admitidas, nem mesmo na negação do próprio sistema. Segundo Fernando Novais, “as tensões da concorrência, a luta das potências, o contrabando eram processos que operavam dentro do mesmo sistema básico, não negavam o sistema”.⁷ De fato, os tratantes sem privilégios visavam exatamente o usufruto das vantagens do sistema, as perspectivas de altíssima lucratividade. No limite, o contrabando pode significar um abrandamento do sistema, mas jamais a sua supressão⁸:

*Em suma, licenças, concessões, contrabando, parecem-nos fenômenos que se situam mais na área da disputa entre as várias metrópoles européias para se apropriarem das vantagens da exploração colonial — que funciona no conjunto do sistema, isto é, nas relações da economia central européia com as economias periféricas. Não atingem, portanto, a essência do sistema de exploração colonial.*⁹

É certo que pelos portos do Rio de Janeiro, Recife e Salvador chegavam periodicamente as frotas com gêneros e escravos, partindo mais tarde em comboio com o ouro dos reais quintos. Contudo, mesmo nessas embarcações oficiais saía ouro por quintar¹⁰, tabaco e aguardente para o comércio em África¹¹, assim como nem sempre o sal

⁷ NOVAIS, F. A. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial. São Paulo : Brasiliense, 1986. p. 61.

⁸ Cf. NOVAIS, F. A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo : HUCITEC, 1983. p. 72-92.

⁹ Ibid., p. 91.

¹⁰ A 27 de setembro de 1734, Gomes Freire de Andrada deu conta a Sua Majestade de que “no último ano do governo de meu antecessor (Luís Vahia Monteiro) passou o vigário geral de São Tomé a esta cidade, e introduzindo em alguns homens de negócio a segurança de que por aquela ilha se poderiam fazer na Costa da Mina grandes conveniências, formou uma pequena companhia, com a qual passou logo comerciar a dita Costa, recolhendo-se bem sucedido pela estreita amizade de que cultivava com o ouvidor da mesma ilha João Coelho de Souza...” Sobre o navio confiscado, o ouro que nele se achou indo para São Tomé, e seus carregadores. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro/Códice 80 - Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte (1718-1763). v.6, fl. 68-68v.

¹¹ Segundo Russell-Wood, fora o ouro contrabandeado, “o intercâmbio que mais ocupou a coroa

desembarcado era encontrado no local devido e pelo preço estabelecido no contrato, causando desabastecimento e inquietações¹². Se nos portos mais guarnecidos os extravios eram freqüentes em outros, como Parati¹³, navios

portuguesa, na primeira metade do século XVIII, foi a troca de tabaco da Bahia por escravos da Mina". RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés : Difel, 1998. p. 216. No final do século, Vilhena já acreditava ter-se atenuado o problema: "Para os diferentes portos da Costa de Guiné, ilhas do Príncipe, e S. Tome se exporta daqui (Bahia) muito tabaco do refugio que se manda para Lisboa, e Índia por conta de S. Majestade, reduzido a rolos muito mais pequenos; bem como muita aguardente, e búzio, que serve de moeda entre os negros; e em troca destes gêneros, vêm as embarcações carregadas de escravos, bem como trazem algumas libras de ouro em pó. **É hoje menos o contrabando, de que vinham bem providas nossas embarcações;** e isto das feitorias que ali tinham os ingleses, franceses, holandeses, e dinamarqueses. Muitos dos nossos eram constrangidos a tomar por força aqueles gêneros; a maior parte porém os compravam de livre vontade, e os introduziam nesta cidade, com excessivo lucro dos que se arriscam a roubar os direitos de S. Majestade. Vêm igualmente muitos panos de algodão, chamados de ordinário panos-da-Costa, que por ser manufatura de negros tem despacho na Alfândega." VILHENA, L. dos S. *A Bahia no século XVIII*. Salvador : Itapuã, 1969. v. 1. p. 59. O grifo é meu.

¹² O administrador geral do contrato do sal do Brasil, Manuel Bernardes, com o intento de cumprir as condições do contrato, fretou uma charrua, segundo ele por preço excessivo, para abastecer a praça de Santos. Como julgava possível ter de descarregar o sal na escala que faria no Rio de Janeiro, por conta de pressões locais obviamente originadas pela carência do produto, representou a el-rei para não permitir o dito descarregamento, livrando-o assim do prejuízo. O rei determinou ao governador do Rio de Janeiro que evitasse a ocorrência, contudo, "sendo caso, que seja tal o aperto, e tão urgente a necessidade dessa cidade de São Sebastião que peça que se remedeie o povo do gênero, que todo o que se descarregar nele se pagará pelos setecentos e vinte réis, preço por que o havia de vender em Santos, correndo a venda dele pela Câmara dessa cidade, e sempre será obrigado a meter os seis alqueires em Santos na forma estipulada no contrato". Provisão régia relativa ao abastecimento de sal à praça de Santos e sobre a possível necessidade desse gênero no Rio de Janeiro (24/1/1725). *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo : Arquivo do Estado de São Paulo, 1929. v. 50. p. 26-28. Anos mais tarde, em 1733, Gomes Freire diz explicitamente: "Esta capitania se acha na maior confusão pela grande falta que experimenta na provisão de sal..." Isto porque o administrador do contrato vendia o sal fora da cidade por preços maiores: enquanto no Rio o alqueire custava de seis a sete mil réis, em Minas valia de onze a doze mil réis. ANRJ/ Códice 80 - Op. cit. fl. 7. Em 1744, Manuel de Basto Viana, administrador do contrato do sal à época, teve sua rica casa em Lisboa e os seus bens móveis embargados por ter faltado às obrigações do contrato e por não ter pago a respectiva dívida. Cf. BOXER, C. R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa : Edições 70, 1981. p. 315.

¹³ O conjunto Parati, Angra dos Reis e Ilha Grande é um nó górdio para a administração da região, propiciando motivos para incontáveis conflitos de jurisdição. Primeiramente submetida a São Paulo, tempos depois passa a reportar-se ao Rio de Janeiro em função da maior facilidade de comunicação por mar e, portanto, de controle. Enquanto o caminho novo do Rio de Janeiro não se tornava uma realidade, a partir de Parati vencia-se mais facilmente a serra do Mar em direção a Minas do que de São Paulo, permitindo tanto o trânsito legal como o ilegal. Para efetivar-se a comunicação por terra foi preciso muita luta com os jesuítas: "E não só querem talhar os ditos padres o caminho novo de São Paulo, mas também este de terra, que vai em direitura à Sepetiba, aonde se embarca todo o mundo para as Vilas do Sul, São Paulo, e Minas Gerais, vexando os moradores de Sepetiba, que são pobres, e vivem das suas pescarias, a título de estarem nas costas das suas praias, para o que lhe pedem excessivo foro, encaminhando tudo a que não havendo ali moradores, não acharão os viandantes quem lhe alugue canoas, que são as embarcações em que passam a Parati por dentro da Ilha Grande, e Marambaia, cujo estímulo lhe despertou mais a guarnição, que naquela costa mandei por este ano, **para guarda do muito ouro, que por ali se furta aos reais quintos, sobre que são inevitáveis os descaminhos pela autoridade dos ditos padres,** e ainda temor, que as mesmas guardas tem de tocar na Cruz, que eles põem por marca em todos os seus fardos..." Carta do governador da capitania do Rio de Janeiro ao Rei dando conta dos obstáculos opostos pelos padres da Companhia de Jesus, à continuação da abertura do caminho entre S. Paulo e o Rio de Janeiro (3/1/1730). *Documentos Interessantes...*, v. 50. p. 171-175.

ingleses, franceses¹⁴, castelhanos e holandeses negociavam costumeiramente, provocando a ira e o desespero dos capitães gerais cômicos da sua incapacidade de efetivamente guarnecerem uma costa tão ampla.

Contrabando e extravios — ou descaminhos, como surge na documentação — refletem uma realidade que pouco a pouco vai tomando feição ao longo do século XVIII e convencendo os altos funcionários metropolitanos: a colônia é mais próspera do que a metrópole, e esta só tem futuro na medida em que se integre àquela, devendo el-rei, até mesmo, transferir a corte para o Rio de Janeiro e tomar o título de imperador do Ocidente, como sugeriu Dom Luís da Cunha¹⁵. A colônia portuguesa na América, circunscrita que está por um sistema colonial que lhe fomenta para potencializar a exploração, cresce e escapa paulatinamente ao controle metropolitano, uma vez que esta mesma metrópole padece das suas debilidades diante das nações européias mais dinâmicas, notadamente a Inglaterra¹⁶. Com efeito, estamos diante de um sensível jogo de pesos e

O grifo é meu. Luís Vahia Monteiro sugere habilmente a participação do padres nos descaminhos.

¹⁴ O governador e mestre de campo do Rio de Janeiro dá conta de haver comecado na costa da Ilha Grande, e da de São Sebastião patacho francês, e deste haver levado para bordo o juiz da Ilha Grande, mulher e escravos, e de haver apresado outro navio de franceses levantados; e vão as cartas que se acusam (Lisboa, 18/11/1701). IHGB/Arq. 1.1.23 - **Cópias extraídas do Arquivo do Conselho Ultramarino**. v. 23. fl. 16-17v.

¹⁵ Cf. CUNHA, L. da. *Testamento político* (1748). Lisboa : Cadernos de Seara Nova, 1943. Vejam-se, também: SERRÃO, J. (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa : Iniciativas Editoriais, 1971. v. 1, p. 770-772. OLIVEIRA, Ricardo de. *Portugal e as conquistas na visão do "estrangeirado" D. Luís da Cunha*. *Sesmaria* [Revista do Núcleo de Estudos Históricos e Pesquisas Sociais da Faculdade de Filosofia de Campo Grande], Rio de Janeiro, 2001. n. 1, p. 98-117. A consciência da superioridade econômica do Brasil, embora ainda referida às demais conquistas portuguesas, remonta ao final do século XVI e princípios do XVII: "... o Brasil é mais rico e dá mais proveito à fazenda de Sua Majestade que toda a Índia." BRANDÃO, A. F. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife : Massangana, 1997. p. 89.

¹⁶ Com a perda do império comercial na Ásia para os holandeses, no início do século XVII, e com a Restauração (1640), iniciou-se o caminho para a ligação de Portugal com a Inglaterra, restando-lhe apenas, segundo Wallerstein, a condição de "Estado semiperiférico". Cf. WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno*: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo européia, 1600-1750. Porto : Afrontamento, 1994. v. 2. p. 179-238.

contrapesos, de um sistema de relações entre metrópoles, entre metrópole e colônia no bojo do império colonial português, em sua dimensão luso-brasileira, na era da acumulação primitiva de capital.

Dessa maneira, debruçar-se sobre o tema dos descaminhos significa lançar luz numa brecha resultante deste jogo de pressões e contrapressões, significa trabalhar nos limites preestabelecidos da tessitura econômico-social, percebendo-lhes alternativas e extensões. Os descaminhos são a expressão dessa fuga, dessa evasão, são os sinais sutis das possibilidades de existência numa terra erma, área de conquista e exploração, mas também área de reiteração de uma certa ordem, escravocrata e senhorial, engendrada pela economia de plantação e patrocinada por uma sociedade de Antigo Regime¹⁷.

Compreende-se, portanto, o problema dos descaminhos como a ponta do *iceberg*. Por seu intermédio é possível abordar outras facetas das relações administrativas, as tensões entre os diversos níveis hierárquicos, a corrupção da burocracia, as mediações possíveis entre colônia e metrópole, as múltiplas interações entre colonos e reinóis, enfim, a diversidade da sociedade colonial.

O problema é tão grave que não escapou a uma das mentes mais lúcidas de todo o período colonial, o padre Antônio Vieira. Num sermão cujo título já diz muito, *Sermão do bom ladrão*, pregado na igreja da Misericórdia de Lisboa, em 1655¹⁸, Vieira esforça-se por especificar,

¹⁷ Cf. FERNANDES, F. A sociedade escravista no Brasil. In: **Circuito fechado**. São Paulo : HUCITEC, 1977. p.11-63.

¹⁸ VIEIRA, A. Sermão do bom ladrão. In: **Escritos históricos e políticos**. São Paulo : Martins Fontes, 1995. p. 97-139.

conforme o cânon e a sua inteligência invulgar, o tipo de roubo, a real extensão, a responsabilidade do ladrão e as repercussões em todo o reino. Em seu discurso, investiga toda a cadeia de relações a partir do príncipe. Este, se é justo, de fato apropria-se dos bens de seus vassallos mas para a preservação do bem comum ou, como se costumava dizer, para a “conservação dos povos”, não sendo, portanto, rapina ou roubo. O padre também enfatiza que seus argumentos não visam “aqueles miseráveis, a quem a pobreza e vileza de sua fortuna condenou a este gênero de vida, porque a mesma sua miséria, ou escusa, ou alivia o seu pecado”¹⁹. O seu olhar volta-se para outros, bem mais perniciosos:

*(...) os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos. — Os outros ladrões roubam um homem: estes roubam cidades e reinos; os outros furtam debaixo do seu risco: estes sem temor, nem perigo; os outros, se furtam, são enforcados: estes furtam e enforcam.*²⁰

A ponderação bem encerra as contradições constitutivas do universo colonial: administradores a serviço de el-rei que também vêm “fazer a América”²¹, colonos e colonizados submetidos à

¹⁹ Ibid., p. 110.

²⁰ Ibid., p. 110-111. Se preferirmos uma percepção profana do mesmo campo, nada melhor do que Gregório de Matos, reportando-se à Bahia:

*“Neste mundo é mais rico, o que mais rapa;
Quem mais limpo se faz, tem mais carepa;
Com sua língua ao nobre o vil decepta;
O velhaco maior sempre tem capa.”*

MATOS, G. de. 25 poemas. Belo Horizonte : Itatiaia, 1998. p. 34. “Carepa” significa sujeira.

²¹ Júnia Furtado afirma que os esforços da coroa para impedir que as vontades particulares dos funcionários se sobrepusessem aos interesses régios praticamente não tiveram eficácia. Cf. FURTADO, J. F. Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo : HUCITEC, 1999. p. 56.

presença estatal que lhes retira rendas, energias e vidas, e que, de certa forma, também fazem a América, na medida em que ao dialogar com o mundo oficial — cristão e leal a Sua Majestade — encontram caminhos, ou descaminhos, para recriar a existência. Recriação esta encetada em meio ao torvelinho do eldorado finalmente descoberto onde, segundo Antonil, “a mistura é toda a condição de pessoas”.²²

A pressão maior e determinante para a intensificação dos descaminhos na América portuguesa durante a primeira metade do século XVIII constitui-se a partir da tributação e dos rigores administrativos aplicados à extração de ouro e diamantes²³. O movimento é duro e decidido, a ponto de fazer com que Gilberto Freyre visse uma nova cara no colonialismo português, uma nova política da metrópole, simbolizada pela conduta de Dom Pedro Miguel de Almeida e Portugal, conde de Assumar, governador da capitania de São Paulo e Minas Gerais entre 1717 e 1720:

*É nas terras do Sul — em São Paulo, nas Minas — que se faz sentir mais forte, a partir dos princípios do século XVIII, a pressão do imperialismo português, agora simplesmente explorador da riqueza que nos dois primeiros séculos ajudara a descobrir ou deixara desenvolver-se.*²⁴

²² ANTONIL, J. A. Cultura e opulência do Brasil. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1967. p. 264.

²³ Capistrano de Abreu reserva um severo juízo a este respeito: “Levariam longe os pormenores do regime fiscal, imposto a Minas Gerais e, até onde o permitiam as distâncias e a população esparsa, à Bahia, Goiás e Mato Grosso; a proibição de abrir novas picadas, a proibição de fundar novos engenhos, a proibição de andar com ouro em pó, a proibição de andar com ouro amoedado, a proibição de exercer o ofício de ourives, os impostos múltiplos, os donativos implorados por prazo certo e curto e depois exigidos imperiosamente por prazo muito maior, estranhando-se a ousadia de suspendê-los nos termos do acordo inicial, mostrariam até onde pode chegar uma administração sem melindres e sem inteligência e uma gente sem energia, se não fosse o distrito adiamantino.” ABREU, C. de. Capítulos de história colonial. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1988. p.188. Para um juízo atualizado e discordante sobre a administração diamantina, veja-se: FURTADO, J.F. O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida do Distrito Diamantino no período da Real Extração. São Paulo : Annablume, 1996.

²⁴ FREYRE, G. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. Rio de

E, realmente, Assumar não vem com outra missão senão assegurar a contenção dos ânimos de toda a região, conturbada pelos episódios dos Emboabas, e ativar a lógica metropolitana, isto é, normalizar o trabalho nas minas, incentivar novos descobrimentos, cobrar os quintos devidos e encaminhá-los sem problemas para a real fazenda. Segundo o governador:

*(...) e deva El-Rei nosso senhor aos de São Paulo adquirirem-lhe maiores tesouros, para que enriquecidos e opulentos os seus vassallos neste continente, possam com menos avareza e mais generosidade aumentar-se os seus erários com mais quintos tão devidos pelas humanas leis, quanto pelas divinas; e para que com o maior rendimento destes sejam mais prontos os socorros no caso de irrupção dos inimigos, como para que possa florescer mais o comércio, de que o ouro é o nervo principal e o móvel sobre que gira a afluência do rimeiro(...).*²⁵

O método estipulado para arrecadar o tributo que incidia especificamente sobre a extração de metais e pedras preciosas à base de 20%, o quinto, variou bastante ao longo do período. Confrontado com os descaminhos e com as rebeliões coletivas, as autoridades coloniais transitavam constantemente de uma atitude de rigor extremado para composições possíveis e provisórias com o intuito de garantir tanto a paz como a arrecadação, uma vez que a segunda não se faria sem a primeira, e

Janeiro : José Olympio; Brasília : Instituto Nacional do Livro, 1977. v. 1. p. 16. É preciso sublinhar que a constatação de Gilberto Freyre traz consigo um certo desencanto de quem se vê obrigado a reforçar o caráter explorador do colonialismo português. Raymundo Faoro viu na nomeação de Assumar “o ponto extremo na virada de rumo”. Cf. FAORO, R. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre : Globo, 1984. v. 1. p.162. Ou, com Boxer: “A riqueza crescente retirada das minas de ouro do Brasil no início do século XVIII, acentuou o desejo da Coroa de controlar a administração e os gastos coloniais mais de perto. Essa tendência foi fortalecida mais tarde pelo desejo de emulação que D. João V acalentava com referência a Luís XIV”. BOXER, C. R. *A idade de...*, p. 138.

²⁵ Discurso de posse de D. Pedro de Almeida, conde de Assumar, como governador das capitanias de São Paulo e Minas do Ouro, em 1717. In: SOUZA, L. de M. e. Op. cit. p.30-42.

no sucesso das duas residia o bem servir ao rei²⁶.

Logo nos anos de 1700 e 1701, Artur de Sá e Meneses proibia a saída de ouro sem que ficasse comprovado, por intermédio de uma certidão ou guia, o pagamento do quinto²⁷. Os governadores encarregados da implantação da cobrança defrontaram-se com fortes resistências fundadas nos interesses estabelecidos dos potentados locais representados nas Câmaras e pugnados nas várias juntas então reunidas. Tentou-se cobrar o tributo por bateias na razão de 10 oitavas cada uma, suspendendo-se pouco depois. Mudou-se o critério para um ajuste anual de 30 arrobas a correr por conta das Câmaras, o que contou com a reprovação real, voltando-se então à taxaçaõ por bateias, agora na razão de 12 oitavas. Corria então o ano de 1715, com D. Brás Baltazar da Silveira respondendo pelo governo e articulando as negociações, pressionado, de um lado, pelo rei ansioso por aumentar as rendas da fazenda real e estancar os extravios, e, de outro, pelas juntas dispostas a pagar o menos possível e encobrir o máximo. As tratativas de D. Brás resultaram no Levante do Morro Vermelho, termo de Vila Nova da Rainha, que levou ao retorno do ajuste de 30 arrobas²⁸.

²⁶ Para o tema das rebeliões no período, vejam-se: ANASTASIA, C. M. J. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte : C/Arte, 1998. FIGUEIREDO, L. R. de A. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais (1640-1761). São Paulo : Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

²⁷ Regimento que se há de guardar nas Minas de Cataguases, e em outras quaisquer do distrito destas Capitanias de ouro de lavagem (3/3/1700). In: MENDONÇA, M. C. de. **Século XVIII**: século pombalino do Brasil. Rio de Janeiro : Xerox, 1989. p. 58-62. Para realizar a arrecadação do quinto, o governador deu provimento aos cargos de superintendente, escrivão e tesoureiro, criou o Registro nos caminhos do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Bahia e de Pernambuco, pretendendo, por conseguinte, evitar a evasão do metal (Portaria de 18/4/1701). Cf. IHGB/Arq. 1.3.5, v. 21. fl. 102-103.

²⁸ O texto base para o tema é: VASCONCELOS, D. P. R. de. *Minas e quintos do ouro*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1901. ano 6, segunda parte, p. 855-965. A oitava equivale a 3,6 gramas e a arroba a 14,7456 quilos. Cf. SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo : Companhia Editora Nacional; Brasília : Instituto Nacional do Livro, 1977. p. 463.

Acessoriamente ao problema do método de arrecadação, disputavam-se os valores dos direitos a serem pagos nos registros de passagem (cada escravo e carga de fazenda seca duas oitavas, uma oitava para carga de molhados e oitava e um quarto para cada cabeça de gado) e a permissão para a circulação de ouro em pó, justificada pela falta de moedas para as trocas comerciais e fonte inigualável de descaminhos.

Com a chegada de um novo governador, Assumar, ficou mantida a arrecadação do quinto por arrobas. A posterior decisão régia de criar as Casas de Fundição²⁹, só implementada em 1725, e o estabelecimento do contrato das passagens dos rios São Francisco e das Velhas deram lugar a novos levantes, sendo o primeiro levado a cabo pelos moradores de Papagaio, quando tentaram matar o contratador que conseguiu escapar “milagrosamente”³⁰. Descartando as revoltas que ocorreram por problemas de desabastecimento, e não foram poucas, os problemas mais agudos no período ocorreram no arraial de Pitangui (entre 1717 e os primeiros meses de 1720) e em Vila Rica (1720) com a condenação explícita da criação das Casas de Fundição. A pressão tributária e a inconstância nos procedimentos de cobrança dos tributos não escaparam à consciência da época, assim como a *negociação* entre a vontade cobiçosa metropolitana e a resistência possível colonial. O *Discurso Histórico e Político...* não deixa passar em branco a questão:

²⁹ Lei para que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja possa levar o ouro extraído das Minas para fora delas em pó ou em barras sem ser fundido nas casas Reais das fundições que é servido mandar erigir nas mesmas Minas (14/2/1719). Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa). *Leis*. livro 8, f. 20-22.

³⁰ ANASTASIA, C.M.J. Op. cit. p. 38.

*Tantas mudanças, desde o seu princípio, tem padecido esta cansada e trabalhosa cobrança dos quintos; tem-se-lhe assinado tantas formas de os arrecadar que, à vista da sua variedade, assentei por infalível que também acabaria cedo a nova lei. E a razão que tive para o julgar assim foi ver que outras muitas ordens de El-Rei, impugnadas sempre a seu salvo nas Minas, não podiam deixar de tirar muita parte de subsistência e vigor à nova lei, porque nenhuma coisa diminui tanto a autoridade como fazer muitas vezes o que depois se há de mudar, e estabelecer o que não há de consistir.*³¹

E realmente não consistiu. Em 1735, as regras foram novamente mudadas, decidindo-se pela adoção da capitação. Esta não veio de repente ou sem uma reflexão mais cuidadosa. Foi fruto de um amplo debate realizado ao longo de 1733 e materializado em vários pareceres produzidos pelas mais altas figuras da burocracia portuguesa³². Logo no preâmbulo do projeto, deslinda-se as relações entre o método de arrecadar impostos, o proveito do Estado, a quietude dos povos e a obstrução dos descaminhos:

Mostra a razão e a experiência, que em cobranças mui vastas, como são as da Fazenda Real, quanto mais abreviado e fácil é o sistema de executá-las mais proveitoso sai ao Príncipe e mais suave aos vassalos. É mais útil para o Príncipe, porque lhe

³¹ Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 1994. p. 67. No *Estudo Crítico* acerca do texto, Laura de Mello e Souza considera mais prudente não atribuir a sua autoria a Assumar, apesar dos indícios favoráveis. Como diz Russell-Wood, “os caprichos na cobrança do quinto contribuíram para o contrabando”. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *O Brasil colonial: o ciclo do ouro (1690-1750)*. In: BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina**: América Latina colonial. São Paulo : EDUSP; Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 1999. v.2. p. 471-525. p. 514.

³² A autoria do projeto da capitação é de Alexandre de Gusmão, o qual recebeu pareceres do conde de Assumar, de D. Lourenço de Almeida, dos integrantes do Conselho Ultramarino e dos jesuítas, entre outros. Martinho de Mendonça de Pina e Proença, que também deu parecer, levou uma cópia consigo para as “capitanias do Estado do Brasil”. Parte da documentação foi publicada por indicação de Capistrano de Abreu: *Fontes históricas do imposto de capitação*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1907, ano 12, p. 605-676. Os originais estão depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, **Manuscritos do Brasil**, livro 2. Também há cópia manuscrita no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

*poupa os caminhos de ser roubado, e multiplicidade de extratores, e o desassossego que causa uma arrecadação, a qual por muitas vias pode ser defraudada. É também mais suave para o Povo, porque fica isento de concussões de uma turba de Ministros e das opressões, a que estão necessariamente expostos os inocentes pelos remédios que para evitar os descaminhos excogita o Governo contra os Réus.*³³

A motivação principal para alterar a rotina de cobrança fundava-se no visível agravamento da prática dos descaminhos. Segundo Boxer, tanto o contrabando como a falsificação de ouro floresceram de maneira alarmante durante a década de 1725-1735³⁴. Com a imposição da capitação e com as presenças de Gomes Freire de Andrada no governo do Rio de Janeiro — em substituição a Luís Vahia Monteiro — e Martinho de Mendonça em Minas Gerais — primeiramente sob o governo de André de Melo e Castro, conde das Galvêas, e depois sob o próprio Gomes Freire — não só efetivou-se o novo tributo como reforçou-se o combate aos extravios.

De fato, a mudança não se processou conforme o pensamento de Alexandre de Gusmão. O projeto previa a comutação de todos os direitos tirados das Minas — os quintos e demais direitos pagos nas Casas de Fundição, os dízimos e demais direitos de lavouras, o registro e demais direitos de passagem em todos os caminhos, todas as imposições configuradas no donativo e a liberdade para se introduzir ou extrair gêneros das Minas sem recolher mais direitos além dos estabelecidos nos portos de mar — numa matrícula de escravos e meneio. Cada escravo matriculado pagaria dez oitavas, e as outras atividades que dele não se valiam

³³ Fontes históricas..., p. 606.

³⁴ BOXER, C.R. *A idade de ouro...*, p. 180.

contribuiriam na razão de 5% dos lucros estimados, de acordo com uma escala de onze classes. O motivo para a definição dos 5% tem o seu sabor e lembra D. Luís da Cunha:

*(...) se imponham no censo somente cinco por cento da indústria, e ainda isto será necessário corá-lo com o motivo, de que em Portugal, onde as ganâncias são inferiores se pagam de meneio 4 1/2 por cento, e que não é justo que um País, tanto mais abundante em meios de enriquecer, se pague menos de cinco até nova ordem de Sua Majestade.*³⁵

É fácil imaginar que a sugestão de Gusmão pecava pela audácia por conceber uma mudança tão radical, implicando na extinção de formas arraigadas de cobrar tributos e em interesses não menos consolidados. O regimento trazido por Martinho de Mendonça, apesar de dar-lhe relativa autonomia, diz claramente que “quanto aos dízimos se não devem comutar, senão em caso que não haja outro expediente: e sempre será com as cláusulas necessárias”³⁶. Para abreviar, fecharam-se as Casas de Fundição, introduziu-se a capitação e o censo das indústrias com alguns ajustes³⁷, permitiu-se a circulação de ouro em pó e, evitando-se mais marolas, nada mais se modificou.

Se o período inaugurado pela introdução da capitação conheceu um combate ativo contra os descaminhos, nem por isso assistiu-se à sua eliminação. Com o tempo verificou-se uma queixa geral das

³⁵ *Fontes históricas...*, p. 629.

³⁶ *Regimento ou instrução...*, p. 86

³⁷ “O escravo, o homem livre, o oficial de qualquer ofício, cada um foi lotado em quatro oitavas, e três quartos de ouro. Das lojas grandes se exigiram vinte e quatro oitavas, dezesseis das menores, e oito das inferiores. Impuseram dezesseis oitavas às vendas administradas por negras cativas, compreendida nesta soma a da capitação, e excetuaram negros e mulatos forros de ambos os sexos, por serem somente responsáveis pelo censo dos seus escravos.” VASCONCELOS, D. P. R. de. Op. cit. p. 890.

Câmaras acerca dos problemas e desigualdades proporcionados pelo novo método — isto para não se falar da reação imediata à sua implantação consubstanciada no que se convencionou chamar de Motins do Sertão³⁸. Um exemplo é a Câmara de Vila Nova da Rainha que, em 1744, embora não questionasse a justiça do quinto, entre outras queixas, considerou resultado do novo método o fato de todos, indistintamente, acabarem submetidos a um tributo que somente é devido pela extração do ouro³⁹.

Problemas continuados na arrecadação dos tributos e insatisfações crescentes combinadas com um novo rei e, por consequência, novas orientações, resultaram no fim da capitação e no retorno da cobrança do quinto por intermédio das Casas de Fundição⁴⁰. De fato, o período que se abre em 1750 inaugura uma nova atitude. Pondo de lado a tradicional preocupação com os descaminhos, os ilustrados luso-brasileiros passaram a buscar outras razões para o declínio da exploração do ouro, notadamente as

³⁸ De acordo com a tipologia estabelecida por Carla Anastasia, assim como a sedição de Vila Rica, o conjunto de revoltas que tiveram lugar no noroeste das Minas correspondeu a uma forma híbrida, caracterizada tanto por conflitos de tipo reativo (dentro das regras do sistema colonial, como os do Morro Vermelho e de Papagaio) quanto por movimentos referidos às formas políticas coloniais, resultando num contexto onde a soberania metropolitana é posta em questão (fragmentada) — como os de Pitangui. Cf. ANASTASIA, C.M.J. Op. cit. p. 61-83.

³⁹ Ibid. p. 911.

⁴⁰ Alvará em forma de lei por que Sua Majestade há por bem anular cassar, e abolir a capitação que pagam ao Seu Real Erário os moradores das Minas Gerais, e excitar para a cobrança do direito senhorial dos quintos, o outro método que os ditos moradores propuseram ao conde das Galvêas como nela se contém (3/12/1750). ANTT. **Leis.** livro 8, fl. 154-161. Com a subida de D. José I ao trono, esperava-se que Alexandre de Gusmão fosse guindado ao cargo de secretário de Estado, o que não ocorreu. Gusmão manteve-se no Conselho Ultramarino e relatou contrariamente ao retorno das Casas de Fundição. Cf. CAETANO, M. O Conselho Ultramarino: esboço da sua história. Lisboa : Agência Geral de Ultramar, 1967. p. 51-52. Nas palavras de Gusmão: "(...) quando apontei a El-Rei, que Deus haja, o método da Capitação, nunca o propus como perfeito e livre de desigualdade, sabendo muito bem que não é esperável a perfeição em lei alguma humana, e muito menos na de cobrança de direitos públicos (...) Propus a capitação como um método, em que o interesse da Real Fazenda se assegurava melhor, que por qualquer outro ao mesmo tempo que se aumentava. Propu-la, para desembaraçar o Comércio, que sentira mil empates; para trazer o ouro todo ao Reino e para tirar a ocasião dos crimes: Apontei-a, como um meio, que, compensando a todos os moradores das Minas o peso que haviam de pagar, com o acréscimo do que haviam de lucrar na quinta parte do valor do ouro, levava na forma da cobrança pela mesma medida o pobre e o poderoso." Reparos sobre a disposição da lei de 3 de dezembro de 1750, a respeito do novo método da cobrança do quinto do ouro as Minas Gerais, pelo qual se aboliu o da capitação (Lisboa, 19/12/1750). CORTESÃO, J. (Org.). Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid: Obras Várias de Alexandre de Gusmão. Rio de Janeiro Instituto Rio Branco, 1940. parte 2, t. 1, p. 250.

técnicas de lavra⁴¹.

Dessa forma, alcança-se o limite temporal da investigação em curso, circunstanciando-a na primeira metade do século XVIII e no conjunto de caminhos percorridos e relações encetadas na realização dos descaminhos, o que, de certa forma, amplia consideravelmente o espaço a ser analisado⁴². Portanto, o estudo centra-se no feixe de relações lícitas e ilícitas que têm o Rio de Janeiro, porto principal das capitanias do sul da América portuguesa, como destino ou fonte irradiadora. O outro pólo é, sem dúvida, a região das Minas, entendida tanto em função das suas estáticas unidades urbanas (povoados, arraiais ou vilas) como dos inúmeros e móveis caminhos em direção a São Paulo, ao Rio de Janeiro e aos chamados currais da Bahia. Porém, para uma efetiva compreensão dos processos em curso, é preciso manter no horizonte a amplitude dessas atividades, capazes de interligar regiões muito diversas e distantes como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, rio da Prata e Sacramento, Pernambuco e Bahia, África Ocidental, ilhas do Atlântico, Lisboa, Amsterdã e Londres.

O descaminho é uma prática enraizada no sistema existente; só se pode descaminhar porque há um caminho: o da fazenda real. Segundo o *Dicionário de História de Portugal*, a rigor, descaminho é

⁴¹ Cf. NOVAIS, F. A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 1984. n. 7, p. 105-118.

⁴² O recorte proposto não sugere, de forma alguma, que as atividades comerciais ilícitas foram extintas pelo combate empreendido pela coroa portuguesa. Por exemplo, o final do século é palco de uma intensa atividade de contrabando. Cf. GARCIA, R. C. Nos descaminhos dos reais direitos: o contrabando na capitania do Rio de Janeiro (1770-1790). São Paulo : Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP, 1995. PIJNING, E. Controlling contraband: mentality, economy and society in eighteenth-century Rio de Janeiro. Baltimore (Maryland) : Tese de doutorado apresentada à Johns Hopkins University, 1997.

“sonegação ao tributo (ou direitos fiscais) daquilo que lhe estava sujeito”⁴³. Portanto, o ato de descaminhar constitui-se em deter ou desviar o curso esperado dos direitos reais, os quintos, preferencialmente. Por esta distinção, pode-se apenas descaminhar o que, por direito, já pertence a el-rei. Com efeito, se é correto afirmar que o descaminho pressupõe um conjunto de relações clandestinas em curso paralelo à rotina oficial, todavia, sem a vinculação proporcionada pelos meios legais, o lucro não se realiza plenamente. São dois mundos em um, como é peculiar à dinâmica sistêmica colonial⁴⁴. Por isso a documentação é mais relutante em contemplar uma prática que percorre o fio da navalha: entre o caminho e o descaminho, entre o lícito e o ilícito, entre uma sociedade estamental e sua respectiva subordem de castas⁴⁵, opera-se a construção da América. Há todo um conjunto de mediações e interações que, longe de não existirem, com efeito

⁴³ SERRÃO, J. (Dir.). Op. cit. v. 1. p.802.

⁴⁴ “O Antigo Sistema colonial, na realidade, como já indicamos, era parte de um todo, que se explica nas suas correlações com esse todo: o Antigo Regime (absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial).” NOVAIS, F. A. Portugal e Brasil..., p. 144. A questão conhece, do ponto de vista teórico-metodológico, uma formulação lapidar: “Princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. Esta recíproca conexão e mediação da parte e do todo significam a um só tempo: os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio.” KOSÍK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995. p. 49.

⁴⁵ “O esquema básico da sociedade estamental e de castas do período colonial repousa numa construção muito simples. Os portugueses transplantaram, para cá, a ordem social que tinha vigência em Portugal na época dos Descobrimentos e da Conquista. O que quer dizer que ocorreu uma formidável tentativa deliberada de preservação e de adaptação de todo um corpo de instituições e de padrões organizatórios-chaves, com vistas à criação de um ‘novo Portugal’ (...) que deveria emergir das condições sociais de vida de uma colônia de exploração. Todavia, os trópicos, a abundância de terras e o propósito colonial de pilhagem sistemática, combinados às reduzidas potencialidades demográficas do colonizador, introduziram interferências que não puderam ser eliminadas ou superadas dentro de uma estratificação estamental. O recurso para vencer esse obstáculo consistiu numa superposição: a ordem estamental tinha validade para os brancos, na sua grande maioria portugueses; os outros, no início as populações nativas, gravitavam fora dessa ordem e logo foram convertidos em ‘aliados’ e ‘submetidos’, todos com status virtual ou real de ‘escravos de fato’.” Cf. FERNANDES, F. Op. cit. p. 31-32.

configuram uma realidade determinada, colonial⁴⁶.

Uma dessas mediações pode ser percebida quando, em 1720, D. João V tenta abolir os privilégios comerciais de todos os funcionários régios, desde o posto de vice-rei e governador até o de capitão e equivalentes. Os funcionários ficaram expressamente proibidos de se dedicarem a qualquer tipo de comércio e, para equilibrar as rendas, autorizou-se um aumento geral nas tabelas de salários. Os resultados da nova orientação foram pífios e amplamente antecipados pelo duque de Cadaval ao tempo em que se debatia a medida:

*(...) se os governadores coloniais e os funcionários superiores não estivessem autorizados a ter lucros honestos numa forma qualquer de comércio, seria muito difícil encontrar candidatos que conviessem para tais postos, porquanto não havia qualquer móbil que os levasse a prestar serviço em climas insalubres e em regiões perigosas.*⁴⁷

Não só os governadores e demais oficiais não se contentaram com lucros honestos como também enveredaram por (des)caminhos menos retos. Hoje, já está estabelecida a ligação entre D. Lourenço de Almeida e os fundidores de moeda falsa da serra de Paraopeba. Uma vez preso e remetido para Lisboa, Inácio de Sousa Ferreira

⁴⁶ Apesar de assentir com muitas das conclusões expostas nas obras já referidas de Júnia Furtado e Carla Anastasia, não considero que o reconhecimento das especificidades da América portuguesa — ou, em outras palavras, da dinâmica interna da colônia — materializadas nas dificuldades da administração colonial para a imposição da ordem metropolitana, nas problemáticas interações entre os ministros régios e os colonos, nos inúmeros levantes de vária espécie e, obviamente, na prática dos descaminhos, implique, necessariamente, na negação da idéia de antigo sistema colonial, como de resto já deixei dito. Esta, não se reduz a uma dicotomia estática dentro/fora ou interno/externo. Com efeito, ela pensa uma totalidade dinâmica e contraditória onde a diferenciação das partes dá substância ao todo. De qualquer forma, vejam-se as observações de Novais a respeito dos “revisionistas”: NOVAIS, F.A. Condições da privacidade na colônia. In: **História da vida privada no Brasil**. São Paulo : Companhia das Letras, 1997. v. 1. p. 448 (nota 15). Veja-se, também: PAULA, J. A. de. Raízes da modernidade em Minas Gerais. Belo Horizonte : Autêntica, 2000. p. 92-94.

⁴⁷ BOXER, C. R. O império colonial..., p. 309.

expôs as relações do governador das Minas — que bem pode ser o ladrão por excelência de Vieira — com o contrabando de ouro e diamantes. Segundo Adriana Romeiro, “menos que da eficiência de Dom Lourenço, o cerco à fábrica de Paraopeba resultou do impasse entre os interesses privados de um governador e as aspirações desmesuradas de um régulo”⁴⁸.

D. Lourenço, primeiro governador das Minas já separadas de São Paulo (1721-1732) e Luís Vahia Monteiro, governador do Rio de Janeiro (1725-1732), atravessam a maior parte do período considerado por Boxer como o mais fértil para os descaminhos. A correspondência dos dois funcionários expressa a tensão e o desconforto em relação às práticas ilícitas. Estas aparecem como tema central da maior parte dos textos, referindo-se às delações, às devassas empreendidas, às prisões, aos trajetos percorridos, aos personagens (escravos, religiosos, oficiais da Câmara, militares, ouvidores, funcionários das Casas de Fundição e de Moeda, provedores, viajantes, etc.), às providências tomadas, às atitudes sugeridas, às dificuldades da terra, entre tantos outros assuntos.

As informações mais ricas são as provenientes das cartas de Luís Vahia, muito em função do seu estilo acerbo e menos contemporizador de cumprir as determinações régias. Daí os inúmeros conflitos abertos contra o corpo de funcionários da capitania, contra a Câmara, contra os frades de São Bento, contra os comerciantes, além das contínuas sugestões de que em Minas os descaminhos não eram

⁴⁸ ROMEIRO, A. Confissões de um falsário: as relações perigosas de um governador nas Minas. In: **História: Fronteiras** - programas e resumos. Florianópolis : ANPUH [XX Simpósio Nacional de História], 1999. p. 685. E aqui não há como deixar de citar uma passagem de Laura de Mello e Souza, baseada num outro momento de Vieira: “Se, como disse Vieira, a sombra dos funcionários se alongava quando longe do sol metropolitano, as Minas foram um dos pontos do Império onde ela mais se encompridou, os funcionários coloniais procurando e muitas vezes conseguindo distender as redes do poder em proveito próprio.” SOUZA, L. de M. e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro : Graal, 1982. p. 96.

combatidos com o verdadeiro desinteresse que o serviço de Sua Majestade deveria inspirar. Para Felisbello Freire, o governador defendia “os interesses da coroa mais do que ela mesma”⁴⁹. Por conta desse estilo e dos confrontos dele decorrentes é que se pode apreender certas relações sociais que se produziam de tal forma a não serem percebidas, relações fugazes, evasivas, porém persistentes e conseqüentes; relações clandestinas, ilícitas, mas sobremaneira imiscuídas naqueles procedimentos legais concebidos para ordenar e disciplinar, enfim, para explorar e conduzir toda riqueza possível à el-rei. Quando diante de Luís Vahia se erguiam obstáculos ao cumprimento de sua missão, assim ele representava ao soberano:

*(...) e agora não posso deixar de representar a V. Majestade que / estando o Provedor da moeda diferente com o Ouvidor / sobre o provimento de meirinho da casa, que este lhe tinha usurpado / antes do descobrimento das barras falsas, e obedecendo e executando todas as minhas ordens em direitura a ele, como se tinha praticado no tempo de meu antecessor, e consta do documento, que vai junto nas suas respostas, tanto, que o fui increpando pelas faltas de declarações com que procedeu no recebimento do ouro, logo se refugiu para o Ouvidor, e confessou, que não tinha mais jurisdição na casa, que a expedição do lavor, **e logo se fizeram as pazes para eu estar em uma contínua guerra viva sobre pontos que não dizem nada**, tendo para cuidar na devassa, expedição da frota, disposições para atalhar a extração do ouro das minas, que saía em partidas de quarenta, e setenta arrobas de ouro, e dar busca, por ele nas casas desta cidade, e ouvir em segredo os meus espias, que tudo junto me não deixava instante livre de dia, nem de noite achando-me sempre só, **porque todos os ministros devendo concorrer em semelhante ocasião eficazmente para evitar este roubo, gastam o seu cuidado em contender comigo e desta sorte somos como dois venenos,***

⁴⁹ FREIRE, F. História da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Tipografia Revista dos Tribunais, 1914. v. 2. p. 503.

*que em contraposição um do outro deixam salva a natureza, que se quer destruir com eles, que são aqui os roubadores de tão grossos cabedais da fazenda de V. Majestade (...)*⁵⁰

Em matéria de veneno, o do governador parece ter sido mais eficaz na retórica do que nos corpos dos seus contendores. A natureza nefasta dos roubadores subsistiu, como ele mesmo previra. Contudo, desafortunadamente um mal súbito tirou-lhe a saúde e afastou-o do cargo, matando-o em poucos meses. As correspondências trocadas com a corte especularam sobre um possível envenenamento, mas nada ficou firmemente comprovado.

Frente ao alarido produzido no reino pelas ações de Luís Vahia e, provavelmente, pelas denúncias contra D. Lourenço, o rei decidiu enviar um novo governador com perfil mais afável mas não menos leal. Gomes Freire de Andrada desembarca no Rio de Janeiro (23/7/1733) para abrir um longo período de governo — apenas encerrado em 1763, ano de sua morte — durante o qual foi gradativamente reunindo em suas mãos o comando de todas as capitanias do sul⁵¹. Contrastando com os métodos do seu antecessor, Gomes Freire escreveu ao Conselho Ultramarino para participar a prisão de um importante descaminhador, Antônio Pereira de Souza, e compartilhar o seu entendimento acerca do funcionamento

⁵⁰ Cf. Carta geral sobre a fundição falsa de barras de ouro e diligências que a esse respeito fez na Casa da Moeda (8/7/1730). ANRJ/Códice 80 - **Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte (1718-1763)**. v. 3, fl. 99-102. O grifo é meu. No segundo volume encontra-se reproduzido integralmente este documento.

⁵¹ Gomes Freire de Andrada, oriundo de uma família de nobilíssima linhagem e grande enraizamento histórico, estudou em Coimbra (quando foi contemporâneo de Martinho de Mendonça) e desempenhou-se em várias batalhas da Guerra de Sucessão do Trono Espanhol, onde travou contato com D. Pedro de Almeida, D. Brás Baltazar da Silveira, Rodrigo César de Meneses e José da Silva Paes, todos futuros administradores na América portuguesa. Cf. WHITE, R. A. Gomes Freire de Andrada: life and times of a brazilian colonial governor (1688-1763). Austin : Tese de doutorado apresentada na The University of Texas, 1972. p. 2-17.

daquela terra:

*Estes povos contavam impossível a prisão deste homem tanto pela aspereza do país como pelo conhecimento que tem de seu infernal espírito sobrenatural vileza e forte desconfiança, e também pelos valedores, que de sentinelas lhe serviam em esta cidade porém com alguma despesa, grande dissimulação, e maior segredo se manejou este negócio em forma que venceu o modo, e é certo que para terem efeitos semelhantes dependências entre tantos inimigos da Real Fazenda deve governá-las a arte, porque em América em semelhantes casos, raras vezes tem império a força.*⁵²

O modo e a arte em substituição à força. Governar a América definitivamente não era tarefa fácil. A implementação das disposições metropolitanas e o dia-a-dia da administração requeriam renovadas capacidades adaptativas, reivindicavam uma percepção acurada dos processos de diferenciação que se processavam na terra, impunham a transigência com relações patentemente viciadas — uma vez adotado o ponto de vista europeu — mas, de certa forma, constituintes do mundo colonial. Se as atitudes de enfrentamento direto de Luís Vahia não resultaram no bom governo dos povos, pelo menos é por conta delas — da explicitação dos conflitos, das diferenças e do que se desejava silenciado — que as forças em jogo vêm à tona. Em contrapartida, a correspondência ativa de Gomes Freire, passados os primeiros meses de governo, deixa a impressão errônea de que os problemas concernentes aos extravios ficaram equacionados com a capitação⁵³.

⁵² Sobre Antônio Pereira e outros criminosos de ouro (19/12/1733). ANRJ/Código 80 - Op. cit. v.6, fl.14v-15.

⁵³ Os problemas inerentes ao novo método e à continuidade dos extravios validaram inúmeras considerações trocadas entre autoridades coloniais, como se pode observar nesta carta do desembargador Rafael Pires Pardinho, primeiro intendente do Distrito Diamantino, para Martinho de Mendonça (Tejuco, 18/6/1735): “Não posso deixar de ponderar agora a V. Mercê a conveniência, que resultará aos homens de negócio da liberdade de correr o ouro em pó livre para aumento do negócio, como eles dizem, mas em o sacarem nele mesmo os estrangeiros com prejuízo da Fazenda Real, que se

A conduta discrepante dos dois governadores corre em paralelo às interpretações historiográficas acerca da imposição da ordem estatal portuguesa e do sucesso da empresa. Entre um aparelho administrativo centralizado, coeso e eficaz (Raymundo Faoro) e um irracional, confuso e ineficaz (Caio Prado Jr.), acompanho Laura de Mello e Souza ao considerar que a administração em Minas “apresentou um movimento pendular entre a sujeição extrema ao Estado e a autonomia”⁵⁴, sendo esta não informada necessariamente pela política mas também concretizada em incontáveis ações evasivas conformadoras dos descaminhos. Os impasses de um sistema imaginado para ordenar e disciplinar, para apurar e punir, aproxima-se do descrito pelo autor anônimo da *Arte de Furtar* no seu capítulo *Como os maiores ladrões são os que têm por ofício livrar-nos de outros ladrões*:

*lhe não poderá evitar. Tem hoje conta aos estrangeiros sacar a nossa moeda, em que levam a oitava de ouro de 22 quilates por 1600 réis; melhor conta lhe terá levar pelo mesmo, e maior a oitava de ouro em pó. A que homem de negócios sendo-lhe em Portugal permitido o uso do ouro em pó se há de abster de o vender aos estrangeiros? Com que perderá a Fazenda Real o direito da senhoriagem. Se havemos de pôr remédio, que o ouro não passe à Portugal em pó: já não tem o negócio o seu uso livre, como se nos propõem. E neste caso parece será melhor, que das minas não saia, senão quintado, e fundido, pois o mesmo ouro em pó acusará, a quem o tiver em qualquer parte, onde for achado, de que é furtado aos quintos: o que não sucederá cobrando-se por capitação pois se tirará muito em partes, onde ela não esteja estabelecida; e assim ficarão isentos dos quintos, os que se entranharem pelos matos, donde o ouro sairá a lograr o valor, que lhe põem, os que rigorosamente pagarem a capitação.” ANTT. **Manuscritos do Brasil**. livro 5, fl. 83v. Anos mais tarde, a questão da moeda falsa permanecia obsedando os conselheiros ultramarinos. Cf. Consulta do Conselho Ultramarino sobre a circulação de moedas falsas na Capitania do Rio de Janeiro (Lisboa, 18/2/1742). *Documentos Históricos*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1951. v. 94, p. 86-89.*

⁵⁴ SOUZA, L. de M. e. Op. cit. p. 97. “Uma imensa cadeia, formada aos pés do rei e alongada na colônia, penetra em todas as atividades (...) O velho e tenaz patrimonialismo português desabrocha numa ordem estamental, cada vez mais burocrática no seu estilo e na sua dependência. O rei, por seus delegados e governadores, domina as vontades, as rebeldes e as dissimuladas: ‘neste Estado só há uma vontade’ — escrevia o Padre Antônio Vieira, em 1655 — ‘e um só entendimento e um só poder, que é o de quem governa’.” FAORO, R. Op. cit. p. 202. Em contraste: “Um exemplo bastaria para caracterizar a administração colonial: a mineração. Durante quase um século, a exploração do ouro e dos diamantes constituiu a maior riqueza da monarquia, a base em que assentou a prosperidade e até mesmo a existência do trono português. Pois nem assim ela mereceu mais que a consideração de um bem tributável, uma fonte de renda que se tratava de explorar ao máximo. Afora isto, nada se fez, e deixou-se toda a matéria ao abandono. A incapacidade da administração colonial, negligência e inércia que demonstrou diante da imensa dissipação e destruição de riqueza natural que se praticava nas minas, é um atestado que dispensa quaisquer outros comentários.” PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo : Martins, 1942. p. 333-334.

*E tal é que acontece em muitas Repúblicas do mundo, e até nos reinos mais bem governados, os quais, para se livrarem de ladrões — que é a pior peste que os abrasa —, fizeram varas que chamam de justiça, isto é, meirinhos, almotacéis, alcaides; puseram guardas, rendeiros e jurados; e fortaleceram a todos com provisões, privilégios e armas. Mas eles, virando tudo de carnaç para fora, tomam o rasto às avessas e, em vez de nos guardarem as fazendas, são os que maior estrago nos fazem nelas, de sorte que não se distinguem dos ladrões que lhes mandam vigiar em mais senão que os ladrões furtam nas charnecas e eles no povoado; aqueles com carapuças de rebuço e eles com as caras descobertas; aqueles com seu risco e estes com provisão e cartas de seguro.*⁵⁵

O quadro no qual essas atividades ganham sentido, de um lado reconhece a fragilidade de Portugal no concerto dos estados europeus e, de outro, admite a contínua diferenciação e fortalecimento da sua América: o descobrimento e a extração de grandes quantidades de ouro e diamantes reforçou contraditoriamente o nexos colonial. Para os governantes do final do século XVII, tratava-se de incentivar os sertanistas na procura de riquezas como meio de promover a saída da crise. Abre-se o século XVIII, encontram-se as minas, mantém-se a situação estrutural da qual Methuen é símbolo, e a coroa lança-se com avidez para controlar e explorar uma terra que não cessa de lhe escapar. Assim, problematizar os descaminhos significa não só lançar luz em práticas concretas como descortinar o campo de possibilidades então em constituição e em permanente transformação.

Em suma, a hipótese central desse trabalho expressa o

⁵⁵ *Arte de furtar*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1992. p. 25. Há controvérsias sobre a sua primeira edição mas a de 1744 é segura. Segundo Jaime Cortesão, este livro constitui-se numa verdadeira obra-prima de crítica social daquela época. Cf. CORTESÃO, J. *Descaminhos do ouro: conseqüências*. In: *Introdução à história das bandeiras*. Lisboa : Portugalia, 1964. v. 2 p. 293-301.

entendimento de que o descaminho é uma prática social constitutiva e formadora da sociedade colonial⁵⁶. O primeiro capítulo tem por objetivo estabelecer o contexto geral no qual se movimentam os estados em tempos de Antigo Regime, particularizando a situação periférica portuguesa em relação aos estados centrais assim como a da sua colônia americana, abrindo caminho para a compreensão das inserções dos descaminhos e contrabando no conjunto do sistema. O segundo capítulo coloca em questão o refazer português na América, o caminho que se faz descaminho, e o todo contraditório que se ergue e se reproduz como desdobramento. O terceiro capítulo se detém, primeiramente, nos problemas relativos ao governo político e à administração da justiça perante a prática dos descaminhos e à dificuldade de se estabelecer uma ordem em meio a desordem, e, num segundo momento, no grau de interpenetração da alta administração colonial e metropolitana com os grandes comerciantes/descaminhadores, notadamente nos circuitos comerciais atlânticos. O quarto capítulo analisa a dinâmica da administração do governador do Rio de Janeiro Luís Vahia Monteiro em face dos conflitos de interesses dos grupos diretamente envolvidos nos descaminhos.

O método deste trabalho combina análises em história social — de tal forma a dar conta da pluralidade das inserções, ações e papéis dos agentes sociais envolvidos nos descaminhos, que se fazem e se

⁵⁶ Ernst Pijning enfrentou o problema do contrabando nos estados europeus, assim como na América e na África, de forma semelhante, todavia, a sua abordagem relativiza o papel da exploração colonial: PIJNING, E. *Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2001. v. 21, n. 42, p. 397-414. Penso os descaminhos em estreita ligação com o conceito de antigo sistema colonial e sublinhando a dimensão exploratória do processo de colonização: “O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As ‘sociedades monopolias’ (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital”. MARX, K. *O capital*. São Paulo : Nova Cultural, 1985. v. 1, t. 2, p. 287.

refazem no processo de produção social⁵⁷ — e análises em história político-institucional — cujo objetivo é não apenas apreender o papel do Estado e das suas políticas como o próprio exercício do poder. Problemática naqueles tempos em que Lucien Febvre e Marc Bloch combatiam a chamada história historizante, a aproximação entre o político e o social há algum tempo deixou de ser tabu. Hoje pode-se compreender o político como “o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo”⁵⁸. A combinação de abordagens responde à própria complexidade do objeto: o descaminhador tanto pode ser um governador como um minerador, um soldado ou um oficial da Câmara, um comerciante ou um clérigo, ou ainda, um clérigo que é comerciante e descaminhador... Sobreleve-se também o fato de que, segundo Hespanha, o Antigo Regime político caracterizou-se não só pela indistinção entre “Estado” e “sociedade civil” como pelo caráter globalizante dos mecanismos de poder⁵⁹. Por conseguinte, adotando a perspectiva de que os sistemas de poder estão encarnados na totalidade social, cumpre deitar um olhar mais cuidadoso sobre o sistema administrativo com o objetivo de questionar como se efetua a distribuição do poder, de identificar quais eram os beneficiários desta distribuição e o porquê, de estabelecer os vários níveis de poder e os vários campos de equilíbrios/desequilíbrios sociais, enfim, de avaliar os

⁵⁷ Este entendimento vem de THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. 3 v. Vale sublinhar que a denominação “história social” serviu freqüentemente para nomear uma história elaborada “com a política fora”. Cf. FONTANA, J. História: análise do passado e projeto social. Bauru : EDUSC, 1998. p.,173-178. Para outras questões concernentes à história social, vejam-se: História social: problemas, fontes e métodos. Lisboa : Cosmos, 1973. HOBBSAWM, E. Da história social à história da sociedade. In: **Sobre história: ensaios**. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. p. 83-105. CASTRO, H. História social. In: CARDOSO, C.F., VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro : Campus, 1997. p. 45-59.

⁵⁸ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 1995. v. 15, n. 30, p. 12.

⁵⁹ HESPANHA, A.M. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: HESPANHA, A.M. (Org.). **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**. Lisboa : Calouste Gulbenkian, 1984. p. 42-43.

limites efetivos do poder do Estado e do rei⁶⁰.

Da mesma forma como há alguns anos se procede acerca dos conflitos coloniais percebendo-lhes a existência e a relevância⁶¹, faz-se necessário enfrentar os problemas postos pela prática dos descaminhos: abrangência social e relevância econômica (pensada não em termos numéricos mas em suas relações com a totalidade do sistema). A solução destes problemas só se cumpre mediante uma análise qualitativa da documentação.

As fontes selecionadas são em sua maioria de cunho oficial: correspondência entre governadores, entre funcionários graduados, cartas régias, consultas e pareceres do Conselho Ultramarino assim como toda sorte de leis, provisões, alvarás, regimentos, etc. Fogem um pouco desta característica os documentos provenientes das Câmaras como atas e representações à coroa e a correspondência comercial de Francisco Pinheiro, publicada por Luís Lisanti. No segundo volume encontra-se uma seleção da documentação manuscrita analisada, assim como a transcrição integral do código depositado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro contendo a lista dos contratos da capitania do Rio de Janeiro, entre outros tipos de documentos.

Na documentação compulsada há uma distinta sutileza no tratamento do tema dos descaminhos em comparação com o registro

⁶⁰ Cf. HESPANHA, A.M. *As vésperas do Leviathan*: instituições e poder político, Portugal - séc. XVII. Coimbra : Almedina, 1994. p. 21-60.

⁶¹ Refiro-me especialmente a: FIGUEIREDO, L. R. de A. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais (1640-1761). São Paulo : Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996. 2 v.

das inquietações ou revoltas, embora ambos guardem relevantes pontos de contato. A rebelião manifesta um claro questionamento do poder do Estado, mesmo naquelas em que não se põe el-rei em xeque. Ao combater as atitudes dos prepostos reais, de certa forma, fere-se a própria autoridade real, indica-se indiretamente que a percepção do soberano é falha, imperfeita, que os “povos”, apesar da sua incapacidade de perceber o todo, conseguem identificar os momentos e lugares em que o rei fracassa na sua missão de ser justo. Estes fatos têm conotação política acentuada e, por isso, recebem atenção correspondente, uma vez que o fantasma de uma indesejável fratura do império, ou rompimento do corpo político, logo se apresenta no horizonte⁶².

Mineração, quintos e descaminhos... Talvez Diogo de Vasconcelos tenha razão ao afirmar que “a história dos tempos coloniais e a dos quintos se confundem. Se houvesse mesmo caso em que a parte pudesse ser igual ou maior que o todo, era este”⁶³. Enfrentar o tema dos descaminhos bem pode ser um meio de compreender com maior precisão alguns dos sentidos intrínsecos daquela época e de contribuir, no presente, para a construção de um olhar plural e diferenciado capaz de deslindar os processos históricos nos quais estamos inseridos, de tal forma a observar o

⁶² Para Maravall, dentro do contexto de centralização política, o poder é um elemento do Estado tão decisivo em sua significação moderna que existe a tendência para identificar um com o outro. “Esse poder estatal que o pensamento da época chama de soberania, é aquele que, de acordo com a nova concepção, une todos os membros e partes da República, todas as famílias e comunidades em um corpo”. MARAVALL, J. A. *Estado moderno y mentalidad social (siglos XV a XVII)*. Madrid : Alianza Editorial, 1986. t. 1, p. 249-250. O referido “pensamento da época” resulta principalmente das reflexões de Thomas Hobbes que julga jamais haver qualquer razão para a revolta. Revoltar-se decorre de um erro, da convicção de que o súdito teria o direito de opinar sobre as coisas públicas. “O Estado não se funda na concórdia, mas na união: pouco importam as minhas opiniões, devo cumprir as ordens que recebo do soberano. Dentro do corpo a discórdia chama-se doença; por isso mesmo, dentro do corpo político a rebelião não terá especificidade nem estatuto jurídico, e lidar com ela competirá à polícia, à profilaxia política.” Cf. RIBEIRO, R. J. *A marca do Leviatã: linguagem e poder em Hobbes*. São Paulo : Ática, 1978. p. 51-53.

⁶³ VASCONCELOS, D. L. A. P. de. *História média de Minas Gerais*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1948. p. 67.

juízo de Collingwood para quem “o valor da história está então em ensinar-nos o que o homem tem feito e, deste modo, o que o homem é”.⁶⁴

⁶⁴ COLLINGWOOD, R. G. A idéia de história. Lisboa : Editorial Presença, 1986. p.17.

1. Os descaminhos e o seu contexto:

das oficinas dos quintos à cunhagem de moedas

*(...) e com efeito esta casa da moeda está incapaz de toda a confiança, porque não somente foi causa, mas também capa do muito ouro que entrou nela falsamente fundido.*⁶⁵

1.1 Os descaminhos em torno das oficinas dos quintos

Com a decisão de se instalar as casas de fundição e moeda nas Minas (1719) para nelas derreter o ouro em pó, fundi-lo em barras e retirar a porção que cabia ao Estado (a quinta parte) — devendo-se registrar os nomes das pessoas, o peso e a quantidade de barras entregues —, no lugar de se cumprir os objetivos de aperfeiçoar a arrecadação e reduzir o desvio, o que se verificou foi o incremento dos descaminhos na medida em que a extração aumentava. Tudo se passa como se a legislação permanecesse aquém do processo social, tentando alcançar-lhe os calcanhares, evidenciando, quando muito, o tamanho e a variedade das formas de evasão: para cada procedimento de controle introduzido surgia, quase de imediato, um novo meio de burlá-lo⁶⁶.

⁶⁵ Carta de Luís Vahia Monteiro para o superintendente das Casas de Fundição e Moeda de Minas, Eugênio Freire de Andrade (Rio, 23/8/1730). ANRJ/Código 84 - **Correspondência do governador do Rio de Janeiro com diversas autoridades (cópia)**. v. 4, fl.54-55.

⁶⁶ Segundo Maria Bárbara Levy: “A política de fiscalização portuguesa sobre a produção das minas jamais conseguiu evitar que se burlasse o fisco na evasão do ouro para o estrangeiro.” LEVY, M. B. *História financeira do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro : IBMEC, 1979. p. 100. Um estudo extenso e documentado sobre as fundições encontra-se em: ROMERO, E. de A. *Circulação do ouro em pó e em barras: as casas de fundição*. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, 1942. v. 3, p. 125-188.

O processo remonta às primeiras oficinas dos quintos erguidas em Paranaguá, São Paulo, Taubaté, Guaratinguetá, Santos e Parati, desde os primeiros sinais do ouro de lavagem, na segunda metade do século XVI, até o início da grande extração no sertão dos Cataguases, no final do século XVII e princípio do XVIII⁶⁷. A existência pura e simples dessas oficinas era então considerado o melhor meio de se evitar os descaminhos. Contudo, a sua ineficácia ficou patente bem cedo. Já em 1695, um alvará não deixava margem para dúvidas:

*Eu El-Rei faço saber aos que este meu alvará em forma de lei virem que por ser informado que nos quintos do ouro nas minas das capitanias do sul, há muitos descaminhos em prejuízo da minha fazenda. Hei por bem que todo o ouro que se achar no Rio de Janeiro, e mais capitanias do sul sem cunho dos quintos seja perdido, a metade para o acusador, e a outra metade para a fazenda Real, e que nas embarcações que vierem das ditas capitanias se possa dar varejo, e que sem ele ninguém possa sair delas à terra, e que todas as pessoas que forem a tirar ouro nas partes onde sucede havê-lo, ou seja em pó, ou em grão, ou o façam em cordões sejam obrigados (sic) a quintá-lo naquelas oficinas que ficam circunvizinhas onde há ministros a quem toca essa averiguação para que venha com o cunho...*⁶⁸

A determinação régia dispunha ainda, com disparatada insensatez, que no caso de não se ter conseguido quintar o ouro nas oficinas, em função das enormes distâncias e dos diversos caminhos terrestres, como todos tinham de ir a Santos para embarcar para o Rio de

⁶⁷ Vejam-se as notas de Basílio de Magalhães aos documentos manuscritos por ele copiados do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e impressos na coleção: *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo : Arquivo do Estado de São Paulo, 1929. v. 51, p. 327-335. Veja-se também: MAGALHÃES, B. de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. Rio de Janeiro : EPASA, 1944.

⁶⁸ Alvará régio em forma de lei providenciando sobre os descaminhos dos quintos do ouro das minas do sul (Lisboa, 10/12/1695). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 1913. v.18, p.286.

Janeiro, os portadores do metal deveriam declará-lo ao escrivão do navio para que este fizesse o devido assento no livro, numerado e rubricado pelo provedor de Santos, com o intuito de que no Rio, aí sim, se pagassem os quintos. Do todo prescrito, pouco se obedecia e muito se transgredia.

Ao mencionar a história dos “cordões de ouro sem serem soldados”, a própria norma expressava o desrespeito àquilo que se prescrevia, tornando-se em si, por sua existência negativa, a maior prova do que se praticava. A fabricação dos cordões constituía-se, segundo os funcionários da coroa, num recurso “mui caviloso porque os tais cordões não servem para uso e ornato das pessoas, senão para por este meio usurparem os ditos quintos; tanto é assim que os que vêm a esta Corte se reputam como ouro, e não como peças de que resulta fundirem-se todos”⁶⁹.

A manifestação da coroa decorria das cartas enviadas pelo então governador e capitão general da capitania do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses (1697-1702), que, recém chegado ao Rio, partiu imediatamente para São Paulo a tratar dos descobrimentos auríferos. Mal chegou à vila, deparou-se com os descaminhos instalados no interior das casas que deveriam realizar a arrecadação e perpetrados pelos “ministros a quem toca essa averiguação”:

(...) porque achei a má forma na arrecadação, e tanta contumância (sic) nos que haviam de pagar, que por um e outro caminho padecia a Real fazenda de Vossa Majestade de grande detrimento, porque os provedores das oficinas, inda no ouro que

⁶⁹ Carta régia sobre os descaminhos dos quintos e remetendo um parecer de práticos sobre os cordões de ouro por soldar, acompanhada desse documento (Lisboa, 28/11/1698). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 1913. v.18, p. 342-343. Sobre os cordões, vejam-se também os documentos às páginas 290-291 e 294.

*recebiam ficava somente no seu arbítrio remeterem ao administrador o que lhe parecesse, porque de nenhum modo podia constar o ouro, que se tinha quintado; e não só tinha este descaminho como também o de fazerem quitas a quem lhes parecia, levando de dez e de vinte e um...*⁷⁰

Mal saiu da sala da oficina dos quintos, defrontou-se com um esquema de fabricação e venda de cunhos falsos. Um dos autores da “ousadia” era o padre frei Roberto, religioso da ordem de São Bento, e, por isso mesmo, fora da jurisdição do governador, dependendo este do provincial dos beneditinos, frei Cristóvão de Burgos, para “atalhar tão grande dano”. No curso da devassa, Artur Meneses descobriu e prendeu Domingos Dias de Torres, provavelmente o contato de frei Roberto em Taubaté. A utilidade dos cunhos falsos é notória: transformar as barras clandestinas em ouro legalmente cunhado e quintado, pronto para circular livremente. E, nesta época, não era tão difícil assim falsificar o cunho, pois tratava-se do chamado “cunho de punção”: uma marca feita com martelo. Se quanto ao frade o governador dependia do provincial, pelo menos quanto ao secular Domingos ele alimentou o desejo de concluir a devassa com sucesso e fazer boa figura frente ao rei⁷¹. Ledo engano. Aqui já se vê um dos capítulos do longo enredo de devassas, prisões, fugas, absolvições e

⁷⁰ Carta de Artur Sá e Meneses ao rei, dando-lhe conta dos descaminhos dos quintos do ouro nas minas de S. Paulo assim como das providências que ali tomou, vedando as quitas e cuidando de punir a Fr. Roberto e Domingos Dias de Torres, fabricantes de cunhos falsos (Rio de Janeiro, 22/5/1698). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 1913. v. 18, p. 316-317. No lugar de “contumância”, leia-se “contumácia”.

⁷¹ Fazia-se boa figura da seguinte maneira: “Senhor. Tenho dado conta a Vossa Majestade o grande descaminho que achei nos Reais quintos do ouro; porém não posso deixar de fazer presente a V.M. da mesma sorte a suma obediência, que achei nos moradores de São Paulo, e nas mais vilas, porque logo que lhe quis pôr o remédio àqueles descaminhos, proibindo-lhes por um bando, cuja cópia faço presente a V.M., a venda do ouro em pó, porque de o venderem dessa sorte resulta grande dano, como a experiência mo tem mostrado e juntamente ordenando-lhes viessem quintar em tempo determinado, foram tão pontuais na observância do dito bando, que achando a oficina com dois arrateis, e tantas oitavas de ouro, em breves dias foram todos a quintar...” Carta de Artur Sá e Meneses ao rei dando-lhe conta da proibição da venda do ouro em pó, e tratando da fome nas minas e da riqueza destas (Rio de Janeiro, 20/5/1698). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 1913. v. 18, p.313-314.

punições brandas:

*(...) mandei prender, porém importou pouco esta diligência, porque minando a cadeia, limando os gradis, fugiu, pela qual causa mandei logo ordem às justiças de todas as vilas para que o prendessem em qualquer parte que o achassem porque se não fizer um exemplar castigo nos delinquentes deste crime, será muito pernicioso exemplo para que possam continuar em cometê-lo...*⁷²

Fugiu o Domingos, fugiu o fradalhão, assim como fugiu um outro comparsa, o padre José Rodrigues Preto, que vinha a ser o vigário de Taubaté⁷³. A devassa comprovara a culpa de todos e o governador a remeteu para a corte. Em 1700, repito, com todas as culpas “formadas”, o misericordioso rei envia carta ao governador informando-lhe do seu real perdão, detalhe, extensivo a todos:

*Artur de Sá e Meneses Am.^o Eu El-Rei vos envio muito saudar. Havendo visto o que escreveste sobre a culpa do padre frei Roberto, e a conta que o provedor da fazenda Real dessa capitania me deu com a devassa que tirou das pessoas que faziam cunhos falsos com que marcavam e cunhavam o ouro, furtado aos quintos na vila de São Paulo, em que se achavam culpados o padre José Rodrigues Preto, e o padre frei Roberto e o mais que sobre este particular avisou e vos representastes acerca da culpa destes dois sujeitos. Me pareceu dizer-vos que o perdão concedido aos seculares, se estende aos eclesiásticos; e assim vos ordeno que toca ao tempo passado se não fale mais neste delito, nem se proceda pelas devassas tiradas até o tempo do indulto: e vos encomendo que quando haja algum que reincida neste crime procedais com a severidade necessária...*⁷⁴

⁷² Carta de Artur Sá e Meneses ao rei...(Rio de Janeiro, 22/5/1698). Op. cit. p. 317.

⁷³ Carta de Artur Sá e Meneses ao rei, dando-lhe conta das providências que tomara sobre o crime dos cunhos falsos, do qual eram culpados o beneditino frei Roberto e o padre José Rodrigues Preto, vigário de Taubaté.(Rio de Janeiro, 4/6/1698). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 1913. v. 18, p. 332.

⁷⁴ Carta régia tornando extensivo aos eclesiásticos o perdão concedido aos seculares, culpados na devassa

A última parte é capital. *Quando houver reincidência proceda severamente.* Talvez fosse esse o modo de se impor o “exemplar castigo” de que falava o governador anteriormente, afinal, do contrário, seria um exemplo muito pernicioso para que continuassem a cometer um “tão execrando delito” o não agir com extremo rigor nas reincidências, só nas reincidências...

Antes mesmo de receber a carta com o perdão geral, Artur Meneses alcançara uma importante conclusão sobre a utilização das oficinas dos quintos para a recolha do imposto. Oferecendo o seu parecer ao rei acerca da recomendação do provedor no sentido de se abrirem novas oficinas para conter os descaminhos, julgou que “parecia coisa ociosa porque com elas, não se remediando o dano, se acrescentava a despesa” da real fazenda. E, numa clara demonstração de que a coroa ainda não formulara uma política fiscal específica para a questão, embora ansiasse vivamente pelo fim dos extravios e pelo conseqüente aumento da drenagem do ouro, pareceu ao rei:

*(...) no que respeita às oficinas que se devem obrar para se quintar o ouro; se deixa tudo à vossa disposição, por se entender de vosso zelo, e inteligência que neste particular executareis o que tiverdes por mais conveniente ao meu serviço, e em benefício de minha Real fazenda.*⁷⁵

Corriam os últimos anos do reinado de D. Pedro II

dos cunhos falsos (Lisboa, 20/12/1700). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 1913. v. 18, p. 405.

⁷⁵ Carta régia sobre frei Roberto ter ido para o reino e sobre meios de se evitarem os descaminhos dos quintos (Lisboa, 7/10/1699). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 1913. v. 18, p. 306.

(1683-1706) e a “costumada penúria do tesouro régio”⁷⁶ ficara para trás, assim como a política de desenvolvimento manufatureiro de D. Luís de Meneses, terceiro conde da Ericeira (morto em 1692). Segundo Godinho, a recuperação da economia está ligada à reativação do comércio propiciada especialmente pelos nove anos da Guerra da Liga de Augsburgo (1688-1697). Entre a invasão do sul da Alemanha pelas tropas de Luís XIV, devastando o Palatinado, e o Tratado de Ryswick⁷⁷, as embarcações de um Portugal neutro passaram a freqüentar assiduamente os portos da Inglaterra, França e Províncias Unidas, levando sal, açúcar, tabaco, laranjas, madeiras do Brasil e algodão, aproveitando-se dos típicos embaraços impostos aos navios mercantes com bandeira dos estados beligerantes⁷⁸. Sem resolver todos os problemas, o desembarque dos primeiros carregamentos de ouro dará contornos definitivos à superação da

⁷⁶ Expressão de: AZEVEDO, J. L. Épocas de Portugal económico. Lisboa : Livraria Clássica Editora, 1978. p.281. Para Vitorino Magalhães Godinho: “O século XVII até a data em que estamos [1681] é afetado por uma tendência longa para a depressão económica, que por seu turno afeta os recursos do Estado; este vê-se obrigado a buscar novas fontes de réditos, e mesmo assim não consegue compensar o movimento económico geral”. GODINHO, V. M. Finanças públicas e estrutura do Estado. In: **Ensaio II**. Lisboa : Sá da Costa, 1978. p. 70.

⁷⁷ Paul Hazard viu na paz de Ryswick (Haia) um momento de grande humilhação para o sexagenário Luís XIV e o símbolo da ascensão hegemônica inglesa — dessa Inglaterra do Parlamento e de Guilherme III (de Orange) — sobre as posições comerciais francesas e contra o princípio da autoridade baseado no poder real. Ações enquadradas num movimento maior, ao mesmo tempo encerrando uma época e antecipando os traços discerníveis de um novo tempo, num processo por ele nomeado de “crise da consciência européia”. HAZARD, P. La crisis de la conciencia europea (1680-1715). Madrid : Alianza Editorial, 1988. p. 62-65. Essa interpretação de Ryswick está longe de ser consensual. Pierre Chaunu, por exemplo, considera o tratado uma “paz branca”, um momento de moderação que deixará Luís XIV bem posicionado para exercer o papel que lhe reservaria a sucessão do trono espanhol (1702-1713). De qualquer forma, após a derrota da armada francesa para os ingleses na baía de La Hougue (1692), para manter alguma atividade no mar, só restou à França tornar famosos os seus corsários, entre os mais notórios: Jean Bart e René Duguay-Trouin (1673-1736), que fará “uma desagradável visita” ao Rio de Janeiro em 1711, para prejuízo dos cofres portugueses e desgraça do governador Francisco de Castro Morais, o Vaca (1710-1711). Cf. CHAUNU, P. A civilização da Europa clássica. Lisboa : Estampa, 1987. v. 1, p.136-140. GOUBERT, P. Historia de Francia. Barcelona : Crítica, 1987. p. 141-152. TENENTI, A. La formación del mundo moderno. Barcelona : Crítica, 1985. p. 410-414. Para a invasão francesa, vejam-se os documentos reunidos por: FRANÇA, J. M. C. Outras visões do Rio de Janeiro colonial. Rio de Janeiro : José Olympio, 2000. p. 51-175. Veja-se, também: BOXER, C. R. A idade de ouro do Brasil. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1963. p. 89-106.

⁷⁸ Cf. GODINHO, V. M. Portugal and her empire, 1680-1720. In: BROMLEY, J. S. (Ed.). **The New Cambridge Modern History: The Rise of Great Britain and Russia (1688-1715/25)**. Cambridge : Cambridge University Press, 1971. v. 6. p. 519-524. HANSON, C. A. Economia e sociedade no Portugal barroco (1668-1703). Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1986. p. 179-227.

estagnação econômica das décadas de 1670-80, todavia, segundo Noya Pinto, “em 1703 ainda era difícil prever que, das minas recém-descobertas no sertão brasileiro, iriam ser extraídas toneladas de ouro”⁷⁹. Talvez esteja aí a razão do rei “deixar tudo à disposição” de Artur Meneses, de guardar uma relativa distância, a ponto do primeiro regimento para as minas ter sido elaborado pelo próprio governador, na América, e não como emanção direta da vontade do soberano⁸⁰. Com efeito, a convocação das Cortes de 1697-1698 legitimara a futura passagem do cetro para o príncipe D. João, este sim, quando quinto se tornou, não tergiversou na cobrança dos quintos⁸¹.

As casas de fundição foram instituídas em Minas por um bando publicado em Vila Rica a 18 de julho de 1719, conforme a lei de 14 de fevereiro de 1719, entretanto, só funcionaram de fato a partir de 1º de

⁷⁹ PINTO, V. N. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1979. p. 38.

⁸⁰ Minuta de um regimento para as minas do ouro (São Paulo, 3/3/1700). In: MENDONÇA, M. C. de. **Século XVIII**. Rio de Janeiro : Xerox do Brasil, 1989. p. 58-62. Segundo Marcos Carneiro de Mendonça, “trata-se do primeiro documento importante do século XVIII, escrito no Estado do Brasil”. Após a consulta do seu Conselho Ultramarino, o rei, sobre o regimento recebido, deu a seguinte resolução: “(...) o regimento se emendará e [se] porá na forma costumada, e que se ajustou na Junta, que mandei fazer sobre esta matéria, cujo assento baixa com esta consulta”. Cf. Sobre o regimento que o governador do Rio de Janeiro fez para as minas; e vão as cartas e o mesmo regimento, que se seguem (Lisboa, 17/2/1702). IHGB/Arq. 1.1.23 - **Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino**. fl. 4v-5v. Veja-se a versão final do documento, segundo Boxer, “com modificações e adições mínimas”: Regimento original do superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil (Lisboa, 19/4/1702). In: **Código Costa Matoso**. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v 1, p. 311-324. BOXER, C. R. A idade de ouro do Brasil. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1963. p. 62.

⁸¹ Para os aspectos políticos do período de D. Pedro II, veja-se a breve síntese de: MONTEIRO, N. G. F. A consolidação da dinastia de bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750). In: TENGARRINHA, J. (Org.). **História de Portugal**. Bauru : EDUSC; São Paulo : UNESP; Instituto Camões, 2000. p. 128-133. Ficou no tempo o juízo cáustico de Oliveira Martins: “Foi sobre o ouro e os diamantes do Brasil que se levantou o novo trono absoluto de D. Pedro II; foi com eles que D. João V, e todo o reino, puderam entregar-se ao entusiasmo desvairado dessa ópera ao divino, em que desperdiçaram os tesouros americanos. O acaso, pai sem virtudes deste filho pródigo chamado Portugal brigantino, concedeu a um tonto o uso de armas perigosas, abrindo-lhe de par em par as portas dos arsenais; e D. João V, enfatuado, corrompeu e gastou, pervertendo-se também a si e desbaratando toda a riqueza da nação. Tal foi o rei. O povo, pastoreado pelos jesuítas, beato e devasso, arreava-se agora de pompas, para assistir como convinha à festa solene do desbarato dos rendimentos do Brasil”. OLIVEIRA MARTINS. História de Portugal. Lisboa : Guimarães & C.ª, 1977. p. 437.

fevereiro de 1725⁸². O governadores conde de Assumar e D. Lourenço de Almeida enfrentaram grandes resistências à mudança do rito de arrecadação⁸³. O conhecido levante de 1720, que resultou na execução de Filipe dos Santos, pode ser considerado uma reação direta à ação fiscal cada vez mais intensa e explícita do Estado português⁸⁴. Afinal, desde os primeiros descobrimentos e da conseqüente necessidade de se arrecadar os quintos, a população envolvida na extração se defrontou com critérios e métodos variados, sucessivos, sobrepostos ou recorrentes — bateia, finta ou fundição — negociados nas câmaras, recusados, renegociados, simplesmente impostos e, eis a questão, neste ambiente em que corria o ouro em pó, altamente mercantilizado, ninguém dele queria se apartar ou ver o seu quinhão diminuído em nome d’el-rei. Daí que no teatro das “negociações” relativas aos quintos mantinha-se a aura de fidelidade ao monarca enquanto, concomitantemente, forcejava-se para reduzir a real parcela em benefício dos particulares⁸⁵. Uma vez combinadas as regras e fechado o *ajuste*, pagava-se o acordado com dissimulada relutância e “pias

⁸² Veja-se: Coleção abreviada da legislação e das autoridades de Minas Gerais. In: **Código Costa Matoso**. Op. cit., p. 367. Neste mesmo código encontra-se o mapa do ouro que entrou nas casas de fundição e moeda, na página 400.

⁸³ Cf. Carta do governador de Minas, D. Lourenço de Almeida, em que representa a impossibilidade e desconveniência que há no estabelecimento das Casas de Fundição e Moeda (Vila Rica, 31/10/1722). Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1980. ano 31, p. 152-156.

⁸⁴ “Quanto mais intransigente tornava-se a cobrança dos impostos e visível o abuso de poder, mais precária ficava a situação de acomodação nas Minas. Em muitas circunstâncias, os povos haviam se levantado contra as alterações na forma da tributação, o estabelecimento dos contratos, em especial os da carne e da aguardente e a eventual tirania dos ouvidores ou dos Senados da Câmara, conflitos inscritos dentro das regras do jogo colonial. Mas, também, as instáveis estruturas acomodativas, observadas entre os atores coloniais perderam muitas vezes sua viabilidade em decorrência da intensa disputa pelo poder dos principais atores políticos, os quais ao arregimentar o povo na defesa de interesses particulares ou compartilhados, engendraram graves situações de soberania fragmentada”. ANASTASIA, C. M. J. Vassalos rebeldes. Belo Horizonte : Editora C/Arte, 1998. p. 49-50.

⁸⁵ E os interesses particulares não diziam respeito somente ao ouro, mas ao comércio como um todo. Segundo Mafalda Zemella: “O motivo mais ponderável dessa rebelião foi a instalação da casa de fundição nas minas, mas, a par desse motivo, a questão alimentar e o comércio não deixaram de pesar no ânimo dos revoltados. Estes queriam, além de impedir o funcionamento das casas de fundição, abolir os contratos de aguardente de cana, de tabaco e carne. Queriam ainda que os direitos sobre as mercadorias que entrassem nas minas fossem pagos não na entrada, mas na saída, depois de o negociante ter apurado o dinheiro, com a venda das mercadorias”. ZEMELLA, M. P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo : HUCITEC; EDUSP, 1990. p. 207.

intensões”. Como ambição e cobiça trabalhavam em todas as partes — rei, oficiais e particulares —, como a dinâmica da extração e das relações mercantis estavam sujeitas a diferentes ritmos, ninguém ficava satisfeito e nova rodada de agitações e tumultos se iniciava. Paralelamente a toda essa agitação floresciam os descaminhos. Com ou sem acordo descaminhava-se, a cada protesto de lealdade várias oitavas eram subtraídas. Conforme afirmariam mais tarde os representantes da câmara de Mariana, “continuou o extravio a seguir a sua natureza”⁸⁶.

Todavia, aperfeiçoando o juízo da época, não era propriamente o descaminho que seguia o seu curso natural, o que se reiterava era o conjunto de relações sociais do qual o descaminho fazia parte. A essa totalidade convencionou-se chamar *colonização*, cuja versão portuguesa na América, a exploração do Brasil⁸⁷, foi tecida segundo as mesmas premissas do império da Índia: extremo comercialismo, comércio expropriador e monopólio⁸⁸. A empresa colonizadora, para o bem e para o

⁸⁶ Registro de uma carta escrita pelo senhor doutor presidente e do Senado ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Visconde de Barbacena, governador e capitão geral desta Capitania... (Mariana, 20/6/1789) . Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1898. ano 3, p. 65-75.

⁸⁷ “Comparado ao dos castelhanos em suas conquistas, o esforço dos portugueses distingue-se principalmente pela predominância de seu caráter de exploração comercial...” HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1988. p. 64. Complementando: “O que estes [os portugueses] aspiravam para sua colônia americana é que fosse uma simples produtora e fornecedora de gêneros úteis ao comércio metropolitano e que se pudessem vender com grandes lucros nos mercados europeus. Este será o objetivo da política portuguesa até o fim da era colonial.” PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1984. p. 55. Considerações recentes estão em: ARRUDA, J. J. de A. *Exploração colonial e capital mercantil*. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo : HUCITEC; ABPHE, 1996. p. 217-223. Quando se sublinha a exploração colonial, poder-se-ia imaginar que se pretende colocar em jogo a questão nacional, a nação explorada. De forma alguma. O que se verifica é a construção de um sistema para explorar. Se se formou algo, algo foi formado para ser explorado. Se esse algo se tornará um estado independente, não é certo, mas era possível, tanto que, segundo Boxer, “os fundamentos para a independência brasileira foram lançados, involuntariamente, pelo governo português, durante o reinado de Dom João V”. Se esse estado se tornou independente, com certeza parte daquilo que ele foi permanece: o contexto da exploração não se esfuma facilmente. BOXER, C. R. Op. cit., p. 280.

⁸⁸ Cf. FURTADO, C. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo : HUCITEC; ABPHE, 2001. p. 35-39.

mal⁸⁹, é um negócio:

*Os interesses do comércio têm primazia sobre os da Colônia. Esta é um meio, e aqueles, um fim. Os malefícios resultantes desse estado de coisas se farão sentir, tanto em Portugal como no Brasil.*⁹⁰

Contrabando e descaminho existem no seio dessa ordem de interesses, constituem a outra face do lucro do exclusivo metropolitano⁹¹. Pois o monopólio tanto é referência quanto elemento estruturante, “o monopólio define a atividade comercial; no monopólio comercial reside a medula do Antigo Sistema Colonial”⁹². E dos efeitos

⁸⁹ O juízo negativo é de Alexandre Herculano: “A Ásia e a América nos arruinaram. O antigo amor ao solo, o ódio ao jugo estrangeiro, a nobreza e o orgulho de homens livres, a força invencível: tudo isso sacrificamos pelas terras da Índia, pelas minas de ouro de Santa Cruz, teatros do nosso desenfreado comércio. Hipócritas, ocultamos a ganância do mercador e a pirataria na sagrada sombra da cruz. Acreditamos que ali a História não nos veria. Mas nós nos enganamos”. Apud. FRIEDERICI, G. Caráter da descoberta e conquista da América pelos europeus. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967. p.232.

⁹⁰ FURTADO, C. Economia colonial..., p. 142. Não há dúvidas de que os interesses da expansão e colonização foram, primordialmente, materiais e pragmáticos. Todavia, é preciso sublinhar que, no seu processo de efetivação, vibrou a viva tensão entre os elementos tradicionais e modernos daquela sociedade portuguesa, como expressa a exímia pena de Sérgio Buarque: “A verdade é que tinham ascendido novos homens, mas não ascenderam, com eles, suas virtudes ancestrais. Uma burguesia envergonhada de si, de seu antigo abatimento social, substituíra-se à velha nobreza, contentando-se com o acomodar-se, tanto quanto possível, aos padrões desta. E como sucede constantemente em casos tais, aferrara-se tanto mais às aparências quanto mais lhe faltava em substância. O resultado foi esse estranho conluio de elementos tradicionais e expressões novas, que ainda irá distinguir Portugal em pleno Renascimento, posto a serviço da pujança da monarquia. Melhor se diria, forçando um pouco a comparação, que as formas modernas respeitaram ali, em grande parte, e resguardaram, um fundo eminentemente arcaico e conservador. Moderna é, sem dúvida, aquela avassaladora preponderância da Coroa, num tempo em que o poder real ainda luta, em outras terras, com maior ou menor êxito, por sobrepujar as vontades particularistas. Aqui, ao contrário, como encontrasse poucas resistências desse lado, a realza lograra mobilizar em torno de si algumas das energias ativas da população”. HOLANDA, S. B. de. Visão do paraíso. Rio de Janeiro : José Olympio, 1959. p. 152.

⁹¹ “(...) convém lembrar que o contrabando não exclui a realidade do sistema colonial: o que os empresários rivais, das outras potências, visavam era exatamente o usufruto das vantagens desse sistema. Tanto é assim, que a política colonial dessas mesmas potências (Holanda, França, Inglaterra) não diverge, na sua essência, daquela que se cristalizara na primeira fase da expansão ultramarina”. NOVAIS, F. A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo : HUCITEC, 1983. p. 84-85.

⁹² Veja-se o capítulo “A moeda colonial”, de Ilmar Mattos; no trecho citado, seguindo Novais: MATTOS, I. R. de. O tempo saquarema. Rio de Janeiro : ACCESS, 1994. p.18-31. E ambos inspirados em Marx e Engels: “Foram os comerciantes e particularmente os armadores que, mais do que os outros, insistiram na proteção do Estado e nos monopólios; os manufatureiros também exigiram e obtiveram proteção, mas estavam constantemente abaixo dos comerciantes em importância política”. MARX, K., ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo : HUCITEC, 1999. p. 91-92. Vejam-se também as ponderações de Francisco Falcon acerca do “comércio colonial” e da propriedade de concebê-lo enquanto “comércio da colônia”: FALCON, F. J. C. Comércio colonial e exclusivo metropolitano: questões recentes. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). Op. cit. p. 225-238.

produzidos pelos colonizadores Vieira tinha plena consciência. Segundo ele, na Índia, conjugava-se o verbo *rapio* (roubar, pilhar, saquear) por todos os modos: “O que eu posso acrescentar, pela experiência que tenho, é que não só do Cabo da Boa Esperança para lá, mas também das partes daquém, se usa igualmente a conjugação”. O restante da citação é longo, mas indispensável e irresistível. Eis os modos:

Tanto que lá chegam, começam a furtar pelo modo indicativo, porque a primeira informação que pedem aos práticos é que lhes apontem e mostrem os caminhos por onde podem abarcar tudo. Furtam pelo modo imperativo, porque, como têm o mero e misto império, todo ele aplicam despoticamente às execuções da rapina. Furtam pelo modo mandativo, porque aceitam quanto lhes mandam, e, para que mandem todos, os que não mandam não são aceitos. Furtam pelo modo optativo, porque desejam quanto lhes parece bem e, gabando as coisas desejadas aos donos delas, por cortesia, sem vontade, as fazem suas. Furtam pelo modo conjuntivo, porque ajuntam o seu pouco cabedal com o daqueles que manejam muito, e basta só que ajuntem a sua graça, para serem quando menos meeiros na ganância. Furtam pelo modo potencial, porque, sem pretexto nem cerimônia, usam de potência. Furtam pelo modo permissivo, porque permitem que outros furtem, e estes comprem as permissões. Furtam pelo modo infinitivo, porque não têm o fim o furtar com o fim do governo, e sempre lá deixam raízes em que se vão continuando os furtos. Estes mesmos modos conjugam por todas as pessoas, porque a primeira pessoa do verbo é a sua, as segundas os seus criados, e as terceiras quantas para isso têm indústria e consciência. Furtam juntamente por todos os tempos, porque o do presente — que é o seu tempo — colhem quanto dá de si o triênio; e para incluírem no presente o pretérito e futuro, do pretérito desenterram crimes, de que vendem os perdões, e dívidas esquecidas, de que se pagam inteiramente, e do futuro empenham as rendas e antecipam os contratos, com que tudo o caído e não caído lhes vêm a cair nas mãos. Finalmente, nos mesmos tempos, não lhes escapam os imperfeitos, perfeitos, plus quam perfeitos, e quaisquer outros, porque furtam, furtaram, furtavam,

*furtariam e haveriam de furtar, se mais houvesse. Em suma, que o resumo de toda esta rapante conjugação vem a ser o supino do mesmo verbo: a furtar para furtar. E quando eles têm conjugado assim toda a voz ativa, e as miseráveis províncias suportado toda a passiva, eles, como se tiveram feito grandes serviços, tornam carregados de despojos e ricos; e elas ficam roubadas, e consumidas.*⁹³

E nesse momento se põe a questão central: todos esses modos de furtar existiam e se reproduziam em função do contexto geral de exploração e não como decorrência de desvios morais⁹⁴, cristianização imperfeita ou mentalidade bastarda⁹⁵. A própria indistinção entre o público e o privado, específica daquele momento histórico e parte importante para a compreensão dos descaminhos, agravava-se em função desse mesmo contexto, moldando, integrando e harmonizando essas relações a ponto de, aparentemente, desfazer-se numa totalidade que todos apreendiam como natural — “continuou o extravio a seguir a sua natureza”. Não se trata simplesmente de roubo, de furto ou de corrupção, mas de um tipo determinado de prática social, encoberta pelas formalidades oficiais, porém

⁹³ VIEIRA, A. Sermão do bom ladrão. In: **Escritos históricos e políticos**. São Paulo : Martins Fontes, 1995. p. 99-141. O grifo é meu.

⁹⁴ Antonil assinalou a precedência da questão moral sobre a questão penal acerca do não pagamento dos quintos: “(...) os quintos do ouro que se tira das minas do Brasil se devem a el-rei em consciência, e que a lei feita para segurar a cobrança deles, não é meramente penal, ainda que traga anexa a cominação da pena contra os transgressores, mas que é lei dispositiva e moral e que obriga antes da sentença do juiz, em consciência.” ANTONIL, A. J. Cultura e opulência do Brasil (1711). São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1967. p. 279. Cf. SILVEIRA, M. A. O universo do indistinto. São Paulo : HUCITEC, 1997. p.55-57.

⁹⁵ A relação entre o cristianismo praticado pelos portugueses em sua colônia e a corrupção foi sugerida por Auguste de Saint-Hilaire, no início do século XIX: “Sabe-se que Portugal é um dos países da Europa em que a ignorância e a superstição mais alteraram a pureza do cristianismo. Os homens que povoaram o Brasil não traziam, pois, de sua pátria, senão uma idéia obscura e incompleta da religião cristã; e, quando chegavam à América, os desregramentos da maioria deles já lhes deveriam ter varrido do coração os fracos princípios de moral recebidos durante a primeira juventude. Deixaram a pátria para enriquecer, muitas vezes até, para fugir aos rigores da justiça, e é fácil de conceber que uma vida consagrada à avareza e crueldade, em uma região ainda bárbara, era pouco capaz de inspirar-lhes idéias religiosas. (...) Desse modo, o desprezo pela moral tornou-se universal. Com o tempo, as condições se foram modificando, sem dúvida; mas então já o relaxamento fazia parte dos costumes, e, devemos dizê-lo, os exemplos que dava a corte de Portugal durante sua permanência no Rio de Janeiro, e a venalidade que introduziu em tudo contribuíram ainda mais para a corrupção geral”. SAINT-HILAIRE, A. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1975. p. 85.

radicalmente ativa e penetrante, irradiada por todo o corpo social, inclusive os escravos, formando e redefinindo, afirmando e negando, isto é, afirmando pela negação, enfim, caminhando pelo descaminho.

O relato anônimo de um negociante francês, de 1703, embarcado num navio que viera da costa ocidental africana com escravos para a Bahia, é sobremaneira revelador. Realizados os negócios, o navio negreiro rumou para a Ilha do Príncipe e o comerciante ficou em Salvador com a tarefa de fretar uma embarcação que o levasse para Buenos Aires, onde concluiria a sua missão. Seguiu então para o Rio de Janeiro em busca da devida autorização. Eis a descrição do contato inicial, do erro de abordagem, do aprendizado prático dos sutis meandros e dos códigos adequados, e, enfim, do “poder de convencimento” do ouro⁹⁶:

Dia 31 – Como estes Senhores Governadores são vivos em assuntos de seu interesse e como são finórios para alcançarem os seus fins! Este [D. Álvaro da Silveira e Albuquerque] não perde para ninguém. M... e eu acabamos de pedir-lhe que nos deixasse partir para a Colônia de Santo Sacramento no navio que está prestes a zarpar para lá. Eis o que nos respondem. Que seria com prazer que o permitiria; porém o Rei seu amo proibia expressamente deixar sair do porto, para aquela Colônia, qualquer navio estrangeiro e lhe ordenara também impedir que embarcassem estrangeiros nas naus portuguesas que para lá despachasse. Era verdade que o Rei recomendara-lhe proteger e socorrer, em particular, os franceses mas a primeira ordem era demasiadamente positiva para aquiescer. Qualquer outra coisa concordaria com prazer pela grande estima que tinha pela nação. Nada valeu mostrar-lhe a necessidade que tínhamos de chegar a Buenos Aires antes da partida do navio L’Aigle [que lá estava e deviam encontrar], que se perdêssemos esta ocasião estaríamos

⁹⁶ Sob esse aspecto, o autor do diário não faz mais do que repetir Eurípedes (século V a.C.): “Sobre o homem, o ouro tem mais poder do que dez mil razões”. Cf. COIMBRA, A. da V. Noções de numismática (II). Revista de História, São Paulo, 1956. n. 26, p. 543.

sem fundos. Não teve consideração alguma por todas as nossas explicações e por fim nada obtivemos. Eis-nos atrapalhados. Se persistirmos como ficaremos? E que será de nós? Mais ou menos previra isto; acho que não soubemos agir. Deveríamos ter dado em primeiro lugar o nosso presente e depois fazer o pedido. Estou quase certo de que tal precaução teria aplainado todas as dificuldades e teríamos ficado tão satisfeitos com o Governador como agora estamos descontentes. Teremos de fazer uma segunda tentativa e pôr este plano em prática para que seja favorável. Isto é que deve ser feito. Custar-nos-á um pouco mais, mas assim tem que ser. Omnia cum pretio Romae. Creio que o dinheiro tem o mesmo poder aqui que tinha em Roma no tempo de Juvenal. Por mais que seja abundante aqui, por mais que se o tenha, nunca é bastante. É sobre este princípio que repousam as nossas esperanças.

1º de agosto — Consultamos; daremos ao secretário do Governador, 40 moedas de ouro, aproximadamente 50 pistolas de França. Está decidido e amanhã a coisa será executada por Mr. Bonnachère, que tomou a si o encargo. Depois de amanhã voltaremos à carga para ver o efeito de nossa oferta. Certamente fará refletir o Senhor Governador. Tenho minhas dúvidas se o encontraremos tão fiel às ordens de seu amo.

Dia 2 — Tudo corre bem. Nossos negócios vão caminhando. As quarenta peças de ouro estão dadas e recebidas. Sabeis que quem recebe cala. Isto é bom augúrio. Até amanhã, dir-vos-ei como tudo correu.

Dia 3 — Então! O que vos disse? Apenas apresentamo-nos, concederam-nos tudo o que pedíamos e com os oferecimentos de serviços os mais corteses. O ouro convence melhor que as mais belas palavras, levanta incontinentemente toda espécie de dificuldades. Que me dizeis? Será que é menos persuasivo na vossa Europa? Parece-me que lá tanto como aqui, convence muita gente.⁹⁷

De súbito se percebe que divisamos a “vida real”, a

⁹⁷ Trata-se do *Journal d'un voyage sur les costes d'Afrique et aux Indes d'Espagne avec une description particulière de la rivière de la Plate, de Buenosayres, & autres lieux; commencé en 1702 et fini en 1706.* — Amsterdã, chez Paul Marret 1723. No Brasil, Afonso de E. Taunay citou, resumidamente, partes deste diário em vários trabalhos. O extrato acima foi retirado da tradução publicada por: FERREZ, G. *Diário anônimo de uma viagem às costas d'África e às Índias espanholas: o tráfico de escravos (1702-1703).* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1965. v. 267 p. 32-33. Dos trabalhos de Taunay, vejam-se, em especial: *Na Bahia colonial (1610-1764).* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1921. v. 90. p. 317-329. *Rio de Janeiro de antanho.* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1921. v. 90, p. 413-428.

história em seu movimento inexorável⁹⁸. É aqui que se surpreende um dos eixos estruturais da formação da sociedade brasileira, profundamente radicado no processo de colonização e, guardadas as devidas proporções, dramaticamente presente até hoje⁹⁹. Quando não se dá a centralidade devida a esse processo, acaba-se concluindo que o Brasil é uma “geleia geral”, país da informalidade sem forma, lugar onde as leis “não pegam”, em que para tudo há um “jeitinho” ou no qual nada funciona. Conclusões construídas, como afirmou Emília Viotti da Costa, a partir de visões idealizadas do que se passa fora, onde supostamente repousaria o “verdadeiro” sentido das coisas:

(...) o brasileiro tende a idealizar o centro. Então, freqüentemente as pessoas daqui imaginam que as coisas lá funcionam, e aqui não funcionam. Então as pessoas adotam uma atitude muito passiva, porque elas acham que é da natureza de ser do Brasil que as coisas não funcionem. Você ouve, freqüentemente, as pessoas dizerem quando algo não funciona: — “Mas isso é Brasil!”. Toda vez que eu ouço essa expressão, eu tenho vontade de esganar a pessoa. “Mas isto é o Brasil” significa o quê? ¹⁰⁰

Luís Vahia tinha uma resposta, é claro que enquadrada

⁹⁸ Destilando uma série de críticas a Proudhon e analisando a maneira como ele concebia certas categorias econômicas — o monopólio e a concorrência —, afirma Marx: “Mas veja você por um segundo a vida real. Na vida econômica dos nossos dias não somente verá a concorrência e o monopólio, senão também sua síntese, que não é uma fórmula senão um movimento. O monopólio engendra a concorrência, a concorrência engendra o monopólio”. *Carta de Marx a P. V. Annemkov (Bruxelas, 28/12/1846)*. In: **Miseria de la filosofia**. Buenos Aires : Siglo XXI, 1974. p. 177. É o caminho que engendra o descaminho. E, como ficou dito, o descaminho não é apenas a negação do caminho: é um outro modo de fazer-se caminho.

⁹⁹ Vejam-se as matérias da imprensa brasileira contemporânea reproduzidas na terceira parte do segundo volume. Em especial, o editorial do Jornal do Brasil de 18/9/2000 cujo título é “País do Contrabando”. Eis o primeiro parágrafo: “O Brasil, que era considerado o país do desperdício, agora merece também o epíteto de país do contrabando e da falsificação, modelo paraguaio. Preenche-se assim mais um ângulo do crime organizado que na sua versão de assalto a caminhões de carga e tráfico de droga já se estendeu a 14 estados”.

¹⁰⁰ *Um olhar crítico sobre a cena contemporânea, entrevista com a historiadora Emília Viotti da Costa. Bolando aula de história [GRUBHAS Projetos Educacionais], Santos, 1998. ano 1, n. 4, p. 8-10.*

pelo seu ângulo de visão: o do papel que todo governador deveria desempenhar naquela conquista de el-rei:

*(O meu serviço particular) Digo todos os governadores da América no tempo presente, como não temos objetos militares, **nos desvelamos em mandar a S. Majestade grandes remessas, e descobrir novos tesouros, e na verdade é o que devemos fazer, em cuja conseqüência parece que eu avultaria o meu serviço particular, remetendo a S. Majestade grande soma pelo rendimento desta casa da moeda...***¹⁰¹

Importa dizer que o contexto de exploração submete todos aos seus ditames, como aliás dissera Vieira. Não se trata de identificar vítimas e culpados, até porque estes são produzidos nesta totalidade conflituosa e dinâmica, absolutamente invertida para o olhar metropolitano que, salvo raríssimas exceções, não cuidava sequer de perceber o seu próprio papel nessa aparente inversão. Trata-se de ajustar o foco da lente interpretativa para detectar essas relações singulares, sigilosas e evasivas que a duras penas consegue-se arrancar das correspondências, dos regimentos e, entre tantos outros documentos, das consultas do Conselho Ultramarino¹⁰².

Em estado bruto, essas relações surgem na documentação como conflito de jurisdição, tão comum e tão conhecido

¹⁰¹ Carta do governador da capitania do Rio de Janeiro [Luís Vahia Monteiro] ao da de S. Paulo [Antônio da Silva Caldeira Pimentel] sobre a ordem régia para extinguir-se a casa de fundição de Paranaguá, extermínio dos ourives estabelecidos nas minas e furto dos quintos (Rio de Janeiro, 6/8/1730). Documentos interessantes... v. 50, p. 191-193. O grifo é meu.

¹⁰² "(...) a complexidade do sistema social colonial supera a complexidade do sistema econômico, na medida em que este, desenvolvido no interior de marcos legais moldados pelos padrões do Antigo Regime, encontrava no aparato legal imposto pelo Governo metropolitano os limites de sua diversificação. A organização social, nascida, desde o início, em função, e ao mesmo tempo, com base numa dimensão tendencialmente crítica do Antigo Regime (o processo de acumulação nos moldes do capitalismo comercial), produziu livremente realidades totalmente novas, sem paralelo com processos similares na Europa, colocando questões teológicas, legais e políticas de novo tipo." JANCSÓ, I. Na Bahia, contra o império. São Paulo : HUCITEC; Salvador : EDUFBA, 1996. p. 69.

pela historiografia empenhada no estudo da administração e da justiça. Entretanto, essas relações não encerravam apenas problemas relativos ao ordenamento jurídico e à sua efetiva implementação. Os personagens não se restringiam a governadores, ouvidores, provedores e demais oficiais. Secundando-os estão os homens de negócio, o trânsito do ouro e das pedras, o prestígio da autoridade reafirmada pela arbitragem dos interesses materiais e pelo governo dos homens:

*(...) o tenente general Manuel Borges depois de uma tão severa demonstração para se ligar com o ouvidor contra o seu governador, e como tenho observado, que em todos os governos deste estado semelhantes oficiais têm, feito várias alterações com os seus governadores, o que sucede sempre por se **quererem utilizar com os negócios que lhe passam pela mão enfeitando uns, e vituperando outros para granjearem melhores espórtulas**, e tanto que não acham sítio nos governadores logo urdem mil máquinas principiando sempre pela de o fazerem malquisto com o povo...*¹⁰³

Exploração e descaminhos trabalhavam juntos. Juntos convulsionam a terra, ensejavam inquietações e desafiavam os votos de pobreza. Apesar da proibição para os religiosos se instalarem nas Minas, vez por outra, provocados pelas reclamações dos governadores, tinham os conselheiros ultramarinos que renovar as cores da interdição:

(...) que os não deixeis passar para as ditas terras, e que se lá forem os façam voltar, por ser assim mui conveniente ao serviço de Deus, e de grande bem para os mesmos religiosos, porque com o ouro, que vão buscar, fomentam entre si muitas discórdias e parcialidades, e por este meio também outrossim se não

¹⁰³ Carta do governador da capitania do Rio de Janeiro [Luís Vahia Monteiro] ao secretário de Estado, comunicando-lhe as grandes disputas ocorridas em São Paulo entre o governador da dita capitania e o ouvidor geral, auxiliado este pelo tenente general Manuel Borges (Rio de Janeiro, 25/1/1728). Documentos interessantes..., v. 50, p. 100-102. O grifo é meu.

*desencaminhará o ouro dos meus reais quintos, pois eles não só trazem o seu que, tiram das esmolas, mas também o alheio, e de partes, e assim ficará remediado o grave escândalo, qual é o de andarem frades capuchos tão engolfados nesta ambição de se fazerem ricos, como qualquer secular.*¹⁰⁴

Desde o descobrimento do primeiro veio descaminhou-se. Uma vez aberto o primeiro caminho, instalou-se o primeiro registro de passagem e, com ele, o provedor indulgente e as variantes que o contornavam. Quando decidiu-se incentivar o estabelecimento de roças ao longo dos principais caminhos, com o fim de promover a sua conservação e garantir alguma alimentação e refúgio para os “viandantes”, abriram-se simultaneamente infinitas possibilidades de extravio. É o caminho que convida ao descaminho. É na casa oficial que se desvia ilegalmente o ouro:

*Não posso deixar de admirar o descoco [atrevimento] do fundidor desta casa, ainda que já estou escandalizado dos oficiais desta Casa da Moeda, mas é lástima que os mesmos homens de quem Sua Majestade faz confiança, honra, e dá de comer lhe sejam traidores, porque na minha estimação este gênero de delito não têm outro nome...*¹⁰⁵

¹⁰⁴ Provisão régia mandando observar infalivelmente as ordens anteriores que proibiam passassem às minas quaisquer religiosos, nem ainda para tirarem esmolas, afim de se evitar, além de grave escândalo, o descaminho do ouro dos quintos (Lisboa, 2/5/1725). Documentos interessantes..., v.50, p.31-32. Esta provisão reforça outras tantas instruções semelhantes, entre elas, a que se segue, do final do século XVII: Carta régia proibindo a ida de religiosos e clérigos às Minas e a assistência de ourives ali, em razão dos descaminhos do ouro, por eles realizados (Lisboa, 27/12/1693). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 1913. v. 18, p. 278.

¹⁰⁵ Carta de Luís Vahia Monteiro para o governador de São Paulo Antônio da Silva Caldeira Pimentel (Rio de Janeiro, 20/2/1731). ANRJ/Códice 84 - Op. cit. v. 4, fl. 94v-95v. E continua: “Sobre o que me diz dos vários modos, que a ambição procura para desencaminhar, e furtar os quintos de ouro, não posso deixar de dizer a Vossa Senhoria que fugindo-me da prisão um que tive neste palácio, que tirando-o dela um padre Manuel Carneiro o recolheu em casa de seu cunhado Antônio Teles, de donde o passou para seu engenho, adonde esteve fundindo ouro e cunhando barras, imitando o cunho desta casa de fundição, até fim de novembro passado, em cujo tempo se passou para Minas Gerais com uma fábrica para lavar moeda; e já tenho alguns sócios desta companhia presos; mas é de admirar, que tendo fugido este homem da prisão por tal crime se pusesse tão descaradamente a continuar no mesmo delito daqui quatro léguas ele e seus sócios, que são muitos”.

O fundidor funde e pilha. O cunhador cunha e gadunha. O provedor registra e afana. O intendente verifica e surrupia. O ouvidor devassa e esbulha. O governador remete e despoja¹⁰⁶. E o rei? Este cumpria o seu papel. Com alianças e neutralidades, em meio a guerras e tratados, lograva assegurar a soberania do reino enquanto lutava para preservar as remanescentes possessões ultramarinas, sobretudo, o Estado do Brasil, que lhe sustentava os gastos¹⁰⁷.

As casas de fundição compunham-se de uma sala onde o ouro em pó era recebido, outra onde era fundido e de uma espécie de laboratório para pequenos testes. Nelas trabalhavam um número variável de oficiais (provedor dos quintos, tesoureiro, escrivão, ensaiador, fundidor, meirinho, cunhador, etc.) e escravos. Dentro delas, conforme a descrição de Paul Ferrand, o ouro passava pelo seguinte processo:

O fundidor, depois de ter recebido a parte a ser fundida, deduzido o quinto, escolhia um cadinho com tampa [um recipiente, espécie de vaso], de capacidade conveniente, no qual depositava o pó de ouro e o punha no fogo, cobrindo-o com carvão vegetal. Uma vez incandescente o cadinho, soprava com forte

¹⁰⁶ Embora reconheça a procedência da ressalva de Russell-Wood, ao afirmar que “os relatórios sobre a venalidade e corrupção de funcionários fiscais individuais não devem cegar-nos para o fato de que na burocracia fiscal existiam pessoas com grandes capacidades profissionais e impecável integridade”, pois, afinal, em matéria de conduta íntegra e reta não há como nos esquecermos de Luís Vahia e do modo como morreu, penso, pelo contrário, que as exceções é que não nos devem cegar. Cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Governantes e agentes*. In: BETHENCOURT, F., CHAUDHURI, K. (Dir.). *História da expansão portuguesa*. [S.l.] Temas & Debates, 1998. v. 3, p. 182.

¹⁰⁷ Antes mesmo de todo o extrativismo das minas, segundo Eduardo d’Oliveira França: “... a Restauração permitiu reagir contra a desagregação [do domínio português no Atlântico Sul] e ao mesmo tempo negociar às potências rivais que hostilizavam ao Império Espanhol. E do império colonial saíram os recursos com os quais Portugal sustentou a guerra e preservou a independência. Do império colonial atlântico. Escravos e açúcar. Porque era o Brasil então o centro do mundo português, em torno do qual giravam as demais colônias do Atlântico, Angola, Cabo Verde, S. Tomé, as feitorias da Mina, cuja principal produção eram os escravos; e, vedado o abastecimento das Índias Espanholas, era o Brasil o grande consumidor. Os escravos pelo seu trabalho se tornavam açúcar, e o açúcar (e mais outros produtos do Brasil) era o que dava vida aos portos portugueses. **Sem Brasil não havia economia portuguesa.**” FRANÇA, E. d’O. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo : HUCITEC, 1997. p.398. O grifo é meu.

*corrente de ar, para fundir o ouro e, retirada a tampa, derramava o sublimado corrosivo [chamado solimão, composto de mercúrio e ácido sulfúrico ou muriático], pouco a pouco, a fim de executar a apuração do metal. Retirava em seguida, com uma cureta, as matérias impuras que boiassem na superfície e interrompia a operação quando o banho ficava parecido com um espelho brilhante, de cor verde. Retirava o cadinho do fogo e derramava o líquido em uma fôrma; a barra, suficientemente resfriada, era mergulhada na água e, com um martelo, curvava uma extremidade para avaliar sua maleabilidade. Se não houvesse rachaduras nas bordas, considerava boa a fundição; caso contrário, recomeçava com uma dose mais forte de sublimado, até que o metal ficasse perfeitamente maleável. A barra obtida tinha uma cor cinza devida ao mercúrio, que desapareceria passando-a sobre fogo forte. Essas operações duravam 15 a 25 minutos.*¹⁰⁸

Depois de fundida, a barra seguia para o ensaiador a fim de se estabelecer os seus quilates¹⁰⁹ por ensaio ou por toque — na maior parte das vezes por toque, usando-se a pedra de toque¹¹⁰.

¹⁰⁸ FERRAND, P. *O ouro em Minas Gerais*. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. p. 139. Para as definições de cadinho e solimão, vejam-se os respectivos verbetes no *Glossário* preparado para o: *Código Costa Matoso*. Op. cit. v. 2.

¹⁰⁹ "(...) a pureza do metal, produzida não pela natureza mas pela técnica, é considerada pelos ourives como uma totalidade passível de divisão em partes ou graus, em conformidade aos quais ela é medida. No ouro, as partes são vinte e quatro, que nós chamamos de quilates; na prata, doze, chamadas onças, que são subdivididas em esterlinos". GALIANI, F. *Da moeda*. São Paulo : Musa; Curitiba : Segesta, 2000. p. 184. A palavra "quilate" vem do árabe, "qirāt", que, por sua vez, é um empréstimo ao grego "Kerátion", e significa "peso de uso comum", "certa unidade de peso". Definiu-se, arbitrariamente, o fator 24 quilates para a unidade de ouro puro. "Título" é a quantidade de metal nobre em uma liga, no caso do ouro, quanto mais quilates tiver a liga mais valiosa ela será. Cf. MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa : Editorial Confluência, 1959. v. 2, p. 1835. HOUAISS, A., VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Objetiva, 2001. p. 2358. COIMBRA, A. da V. *Noções de numismática* (III). *Revista de História*, São Paulo, 1956. n. 27, p. 229-233.

¹¹⁰ O mais comum era o ouro ser verificado por toque. Nas Minas Novas e em Jacobina (Bahia), durante muito tempo a fundição funcionou sem ensaiador: "(...) quando antigamente laborava aquela casa [de fundição de Jacobina], nunca nela houvera ensaiador, nem se carecia de ensaio, porque a experiência tinha mostrado, que todo o ouro que se extraía daquele continente mineral, era o mais puro e da mais subida qualidade, que sempre tocava como ainda hoje toca de 23 quilates para cima, o que facilmente conhecia depois de fundido e reduzido a barra qualquer pessoa inteligente e prática no ofício de ourives, que na pedra do toque observa e costuma assegurar a qualidade e verdadeira certeza do metal em que trata". *Ofício do intendente geral do ouro Wenceslau Pereira da Silva, para Diogo de Mendonça Corte Real, acerca da nova transferência da Casa da Fundição de Jacobina para as Minas Novas de Araçuaí, das providências que adotara a tal respeito e para evitar os descaminhos do ouro, da prisão do provedor da Moeda Francisco Xavier Vaz Pinto, das minas de ouro de Angola, etc. (Bahia, 5/7/1755)*. In: ALMEIDA, E. de C. (Org.). *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*: Bahia (1613-1762). Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1913. v. 1, p. 119-121.

Imprimiam-se então as armas reais, o ano, a marca da casa de fundição, o peso, o título da barra, o nome do método usado (*ensaio* ou *toque*) “e além dessas cautelas poderão os ensaiadores acrescentar todas as que lhes parecerem necessárias, e para que no caso que se ofereça alguma dúvida sobre ser alguma barra falsa ou verdadeiramente fabricada, para que com mais facilidade se possa averiguar”¹¹¹.

A descrição de Ferrand comunica um estado de coisas sistematizado e consolidado, especialmente vinculado ao final do século XVIII e início do XIX. Para os primeiros anos de funcionamento das casas de fundição a situação era consideravelmente mais precária. A “casa” de São Paulo, erguida em 1728, foi construída de tal modo que o fundidor tinha condições de “verter o ouro que lhe parecesse” sem que o provedor, o tesoureiro e os demais funcionários pudessem acompanhar visualmente o processo. Os cunhos estavam em outra casa e as forjas ficavam “detrás das paredes da mesma casa dos oficiais”, “por serem casas separadas”, o que facilitava a introdução de barras falsamente fundidas para serem marcadas e, portanto, legalizadas. Dessa maneira, em São Paulo, a fundição era três:

*(...) nestes termos vos parecia [conde de Sarzedas] que por evitar este inconveniente devia eu [rei] mandar se abatessem as paredes que faziam a divisão, reduzidas as três casas a uma só, mudando-se-lhe a porta para a praça do Colégio por ser o lugar mais público (...) Me pareceu ordenar-vos (...) façais [logo] executar, e pôr em prática a nova forma de que necessita a casa de fundição...*¹¹²

¹¹¹ Lei para que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja possa levar o ouro extraído das Minas para fora delas em pó ou em barras sem ser fundido nas casas Reais das fundições que é servido mandar erigir nas mesmas Minas (Lisboa, 14/2/1719). ANTT - **Leis**, livro 8, fl. 20-22.

¹¹² Consulta do Conselho Ultramarino (Lisboa, 10/12/1734). ANTT - **Papéis do Brasil**, códice 6, fl. 167.

Antes mesmo de se indagar acerca dos modos de falsificação, é preciso consignar que nem sempre os ensaiadores e fundidores se mostravam capazes ou dispunham da melhor técnica. Pior ocorria quando de Portugal vinha algum “especialista” com o intuito de inspecionar os procedimentos adotados nas casas de moeda e fundição da América, fiscalizando como ligavam o metal para respeitar a lei dos vinte e dois quilates e verificando tanto a temperatura do fogo como o lançamento do solimão e sua quantidade. Muito bem, bastaram algumas horas de serviço na casa da moeda do Rio para o enviado do reino exibir toda a sua incompetência. E logo na frente do governador...

E pelo que respeita as mais observações para que foi nomeado o dito Antônio Carvalho seguro a Vossa Senhoria que ele não tem a mais leve notícia nem conhecimento das proporções com que o ouro se deve reduzir aos vinte e dois quilates da lei, quando ele é de mais ou menos quilates nem sabe a quantidade de suplemento que deve meter a cada onça de liga nem a quantidade de solimão que há de deitar, o que tudo observei indo à casa da moeda logo que ele chegou ainda que com bastante moléstia com o intento de o despachar logo para as Minas e quase que estive para tomar sobre mim o não o mandar para elas e torná-lo a despachar para o Reino pela sua nímia ignorância, porque não sabe mais que aplicar o fogo no cadinho para incorporar os metais com a fundição que lhe dão preparada e a esta casta de oficiais chamam nas casas da moeda fundidores, não sendo na realidade mais que um servente e deste costume das casas supponho que nasceu o erro de não entenderem a ordem e mandar em lugar de um sujeito com conhecimento da fundição de ouro, ligas e suplemento um pobre operário.¹¹³

Não ficou pedra sobre pedra. Pela consulta provocada por uma carta do provedor da casa da moeda do Rio de Janeiro, João da

¹¹³ Carta de Luís Vahia Monteiro para o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, sobre o fundidor que veio do Reino (Rio de Janeiro, 7/8/1729). ANRJ/Códice 80 - **Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte (1718-1763)**. v. 2, fl. 229-229v.

Costa de Matos, cujo tom foi, evidentemente, muito mais leve, sabe-se o motivo da raiva e indignação de Vahia. Nas casas de fundição do Estado do Brasil não havia uma distinção rigorosa entre o ofício de fundidor e de ensaiador, na prática, ambos se misturavam, um sabendo o serviço do outro, e todos concorriam para o cumprimento da lei dos vinte e dois quilates e para a economia do solimão. Todavia, por outro lado, sabendo de tudo um pouco, fundiam com perfeição para descaminhar sem dó nem perdão.

Durante os testes assistidos pelo governador, o fundidor da casa do Rio preparou duas fundições, conforme o costume da terra, na frente de Antônio Carvalho, do provedor e do governador. Nesse momento Vahia perguntou ao fundidor do reino se ele tinha algum comentário ou correção a fazer “nas ditas fundições, alguma coisa sobre o particular das ligas ou suprimentos”. Em bom português, o “especialista” respondeu-lhe:

*(...) que disso não entendia pois na casa desta cidade [de Lisboa] o ligar e botar suprimentos, só pertencia aos ensaiadores, e por sua obrigação só corria a fundi-las, e deitar-lhes o solimão, o que queria fazer...*¹¹⁴

Foi essa a razão pela qual Vahia usou “de termos e palavras sumamente imoderadas”. E o grave é que o quadro de carência de pessoas habilitadas parecia não ter mudado¹¹⁵. Desde os primeiros sinais de

¹¹⁴ O provedor da casa da moeda do Rio de Janeiro dá conta da forma com que o fundidor Antônio Carvalho; que por ordem de Sua Majestade foi desta corte, fez as fundições de ouro, e vão os papéis que se acusam (Lisboa, 21/7/1730). IHGB/Arq. 1.1.26 - Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino. fl.73-75.

¹¹⁵ Havia gente incompetente para todos os gostos. Em 1733, a fragata Nossa Senhora das Ondas, iniciando a viagem de volta para o reino, bateu no navio de Licença que entrava na baía de Guanabara. Nas palavras de Gomes Freire, “se abalroraram bárbara e infelizmente”. O governador tinha urgência para consertar a fragata, pois havia a notícia de um navio francês rondando a costa. Todavia, o arsenal

ouro comunicados à corte, os governadores já solicitavam gente capacitada¹¹⁶. A irritação de Vahia era pertinente: os procedimentos de purificação executados sem perícia redundavam numa considerável perda de ouro¹¹⁷. Os problemas acumulados na casa da moeda do Rio de Janeiro eram tamanhos que ele sentiu a necessidade de intervir em território alheio, uma vez que, desde 1709, o rei “declarara não ter o governador jurisdição sobre a Casa da Moeda”. Assim se procedia e assim se estorvava a fiscalização; tudo conforme a emulação americana das prerrogativas, dos privilégios, das isenções e da peculiar pluralidade de uma sociedade de

não dispunha de peças de reposição e os reparos começaram a se alongar. Num dos raros momentos em que perdeu a paciência — mesmo assim uma revolta medida a servir de capa para os olhos da coroa — declarou após os 18 dias de consertos: “(...) mostrei a esta gente a forma com que se executa quando o serviço de Vossa Majestade o necessita”. Cf. Sobre a arribada da fragata Nossa Senhora das Ondas que entrou nesse porto quebrada (Rio de Janeiro, 20/10/1733). ANRJ/Código 80 - Op. cit., v. 6, fl. 12v-13.

¹¹⁶ Aviso do secretário de Estado ao governador do Rio de Janeiro em resposta a um pedido deste de pessoas habilitadas para o exame das minas do Brasil (Lisboa, 13/1/1698). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 1913. v. 18, p. 306-307. Gente incompetente não era nenhuma novidade. O primeiro abridor dos cunhos nomeado para a casa da moeda da Bahia, logo no início do seu funcionamento, a 6 de maio de 1694, de nome José Berlinque, foi substituído por incompetência pelo ourives Domingos Ferreira Azambuja, natural da Bahia. Cf. COIMBRA, A. da V. Noções de numismática brasileira (II). *Revista de História*, São Paulo, 1959. n. 38, p. 460.

¹¹⁷ Daí a preocupação com o uso do sublimado corrosivo (solimão). Segundo Domingos Vandelli: “*Que o ouro pode ser volatilizado pelo sublimado corrosivo, está demonstrado pelas experiências de célebres químicos que eu tenho repetidas com o mesmo sucesso. A razão pela qual se faz o moderado uso do sublimado corrosivo na purificação do ouro, é para separar a prata nele misturada, porque o ácido marino unindo-se à dita prata, a transmuta em luna córnea, e a volatiliza; porém a dose deve ser moderada, e proporcionada à prata, de modo que nas outras casas da moeda estrangeiras, quando usam o dito sublimado, não passam de seis oitavas dele em seis marcos de ouro; pelo contrário da casa da Moeda de Lisboa chegam às vezes até 16 onças*”. VANDELLI, D. Memória sobre as minas de ouro do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1898. v. 20. p. 277. Em que pese o contexto do final do século XVIII — da crise do antigo sistema colonial —, quando os ilustrados luso-brasileiros, entre outros temas, clamavam pelo aperfeiçoamento da técnica de minerar, por uma política manufatureira e pela modernização do ensino (“*É conveniente que aquela parte do povo, que se deve ocupar de um certo gênero de profissão, a conheça o melhor que puder ser, e quanto mais relevante for o interesse que d’aqui deve resultar para o Estado, tanto mais este mesmo Estado se deve interessar em que esta classe de homens seja instruída*”, expendia José Vieira Couto), é impossível fechar os olhos para a rudimentar exploração dos depósitos minerais perpetrada pelos portugueses e não assentir com Vandelli, quando afirma, no início do estudo citado, que: “*Se uma ordem superior me não obrigasse a escrever sobre as minas de ouro do Brasil, eu certamente me não atreveria a entrar nessa matéria, que até agora se deixou somente nas mãos de pessoas ignorantes de mineralogia, com grave prejuízo do Estado*”. Vejam-se: COUTO, J. V. Memória sobre a capitania de Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1891. t. 11, p. 307. MAXWELL, K. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: Chocolate, piratas e outros malandros. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1999. p. 157-207. NOVAIS, F. A. Op. cit., p. 219-239 e p. 264. NOVAIS, F. A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 1984. n. 7, p. 105-118. MUNTEAL FILHO, O. A Academia Real de Ciências e o Império Colonial Ultramarino (1779-1808). In: FURTADO, J. F. (Org.). Diálogos oceânicos. Belo Horizonte : UFMG, 2001. 483-518.

Antigo Regime¹¹⁸. Quando Eugênio Freire de Andrade, futuro superintendente das casas de fundição das Minas, foi nomeado provedor da casa da moeda da Bahia, foi-lhe concedido “o direito de nomear livremente os oficiais e mais serventes necessários ao serviço da casa, pagando-lhes o que merecessem”¹¹⁹.

Fiando-se no veredito do governador, poder-se-ia formular uma questão: qual teria sido o propósito de se enviar um funcionário tão desqualificado para executar a supervisão das fundições?

¹¹⁸ “A sociedade de estados é, precisamente, eminentemente pluralística: não já no sentido moderno, segundo o qual a expressão se utiliza para referir a presença de centros diferenciados de controle ou de participação no poder (que, no entanto, é sempre entendido como unitário e integrado, ainda que ‘dividido’ ou articulado no seu interior) ou para dar conta da existência de centros periféricos aos quais o poder seja delegado pela sede integrada e originária; mas no sentido de que o poder provém de fontes diferentes e se explica em sedes diferentes, mais ou menos em concorrência entre elas, mais ou menos coordenadas entre si. As diversas fontes correspondem, em substância, às diversas funções sociais, às diversas condições ou ‘status’, aos diversos ‘estados’, em suma”. SCHIERA, P. *Sociedade “de estados”, “de ordens” ou “corporativa”*. In: HESPANHA, A. M. (Org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa : Calouste Gulbenkian, 1984. p. 149.

¹¹⁹ Cf. SOMBRÁ, S. *História monetária do Brasil colonial*. Rio de Janeiro : Oficinas Gráficas da Empresa Almanak Laemmert, 1938. p. 139-141. Por outro lado, não era necessário um governador exorbitar a sua jurisdição para um oficial sentir-se ferido nos seus privilégios — ou no que se quer dizer com “privilégios” na América. Basta acompanhar a representação de José Pinheiro Machado, moedeiro com ofício de tesoureiro dos quintos do ouro da vila de Santos, premido em sua relação com o provedor intrujão, e, certamente, por não lhe “guardarem” os descaminhos: “Foi Vossa Majestade servido fazer-me nesta Vila do Porto de Santos tesoureiro de seus Reais quintos cargo que ocupo há nove anos; e porque se me não guardam os privilégios, e isenções que semelhantes ministros de V.M. costumam ter: Como no ano passado fui preso pelo provedor da fazenda de V.M. na cadeia pública, por não pagar a marca de um feixe de vidros, que já fora despachado na Alfândega do Rio de Janeiro, o que ele costuma fazer a todos, fazendo pagar as marcas que já vêm pagas em outras Alfândegas, o que é contra a justiça e estilo, pois as fazendas não são despachadas mais que uma vez, **cujo lucro não é para Vossa Majestade senão para os ministros repartirem entre si**; e por eu alegar ao dito provedor Timóteo Corrêa de Góis o privilégio de tesoureiro dos quintos de V.M. ele mos não quis guardar, prendendo-me; e tumultuando esta Vila com trezentos homens armados, que trouxe de São Paulo, em ordem a me obrigar à cadeia, pondo em risco o perder-se esta Vila por esta causa, para evitar outro precipício, peço a V.M. seja servido mandar por Sua Real provisão seja eu confirmado no dito cargo de tesoureiro, e recebedor dos quintos, e goze os privilégios que têm os ministros da Casa da Moeda, para segurança dos ditos quintos de Vossa Majestade e decoro de seus ministros para me livrar das insolências do dito provedor, com que me prendeu, e meteu em grilhões. / Também represento a V.M. que o dito provedor (...) tem posto imposição [de] pataca e meia a todos os gêneros que vêm despachados pela Alfândega do Rio de Janeiro **vindo a pagar dois tributos um no Rio e outro aqui, e isto não sendo nada para Vossa Majestade**. / E sendo V.M. servido de me confirmar no dito ofício de tesoureiro (...) também lhe peço em satisfação dos gastos que faço na condução dos ditos quintos seja servido mandar-me consignar algum soldo estipêndio a mim e a meus filhos que me sucederem sendo V.M. servido de lhes conceder também a eles a mercê da prorrogação da dita mercê que peço a Vossa Majestade (...) Vila do Porto de Santos 3 de maio de 1697...” Documento anexo da carta régia mandando informar o requerimento de José Pinheiro Machado... (Lisboa, 31/10/1697). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 1913. v.18, p. 295-296. O grifo é meu. Quem seria o “santo” em Santos?

Das duas uma: ou não havia nenhum outro mais capacitado para a tarefa, o que, de resto, soa impossível, senão o próprio governador não teria como avaliar o oficial em questão e a insciência seria absoluta; ou o tal Antônio Carvalho, após uma intensa luta corporativa, “conseguiu” ser designado para desfrutar da árdua tarefa de certificar-se que ouro brilha, é amarelo e, em pó, é facilmente transportado¹²⁰.

¹²⁰ Sobre a venalidade dos funcionários, veja-se o quarto capítulo do livro de: ARAÚJO, E. O teatro dos vícios. Rio de Janeiro : José Olympio; Brasília : UnB, 1997. p.283-337.

1.2 Os descaminhos em torno da cunhagem de moedas

As casas de fundição e da moeda mantinham relações muito próximas, especialmente no que concernia aos descaminhos. De início, as casas da moeda na América portuguesa eram volantes. A primeira casa fixa foi instalada na Bahia (1695), depois transferida para Pernambuco e, somente no começo do século XVIII, definitivamente fixada no Rio de Janeiro¹²¹. Houve dificuldade para encontrar um prédio adequado. Em 1703, a casa da moeda iniciou os seus trabalhos nas acomodações que pertenceram à Junta do Comércio, em área próxima à ladeira de S. Bento¹²². Manuel de Sousa, juiz da casa da moeda, informou ao rei que “começando a entrada do ouro em 15 de fevereiro, começava o lavor em 23 do dito”¹²³.

Um dos fatores mais relevantes para o incremento dos descaminhos constituía-se no valor estabelecido para o pagamento do ouro. Por exemplo, em 1718 pagava-se oficialmente 1\$200 réis a oitava do ouro

¹²¹ El-Rei manda voltar a Casa da moeda de Pernambuco para o Rio de Janeiro, com ordem para que nela seja lavrada moeda de ouro corrente no Reino e não Provincial, como fizera anteriormente (Lisboa, 31/1/1702). Apud. SOMBRA, S. Op. cit., p. 115. No início do século XVIII, já havia passado o ápice da conjuntura econômica de crise que provocara a depreciação da moeda portuguesa em relação ao ouro. Conforme Maria Bárbara Levy, “a contração do volume de exportações do açúcar brasileiro para os mercados europeus reduzia a oferta de ouro em Portugal, valorizando a cotação deste em relação à moeda circulante. Sendo o preço dos manufaturados remetidos para a colônia fixado em ouro, a transferência da renda provocada pela depreciação da moeda portuguesa não beneficiou os produtores coloniais, revertendo-se, principalmente, em favor dos exportadores metropolitanos portugueses”. Em 1688, a Coroa determinou o “levantamento da moeda”, isto é, o aumento do preço monetário em 20%, provocando sérios conflitos na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Em 1694, numa tentativa de remediar as inquietações, foi criada a “moeda provincial”, que não podia sair da América, aumentada em apenas 10% sobre o preço monetário do marco de prata contido na moeda cunhada anteriormente, ademais, ficava proibida no Brasil a circulação de moedas de ouro cunhadas em Portugal. Após novas reações e o começo da extração nas minas, em cinco anos extinguiu-se essa moeda. Cf. LEVY, M. B. Op. cit., p. 83-85. MARQUES, A. H. de O. História de Portugal. Lisboa : Palas, 1978. v. 1, p. 599-600.

¹²² Cf. LUDOLF, D. C. A Casa da Moeda do Rio de Janeiro. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, 1968. v. 19, p. 5-26.

¹²³ Manuel de Sousa, Juiz da Casa da Moeda do Rio de Janeiro dá conta do ouro, que tem entrado naquela casa, e do que tem saído reduzido a moeda; e vai o papel que se acusa (Lisboa, 19/1/1704). IHGB/Arq. 1.1.23 - Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino. fl. 119-119v.

ao passo que os atuantes “comissários estrangeiros” pagavam, pelo menos, 1\$650 réis, segundo afirmou o provedor da casa da moeda do Rio de Janeiro¹²⁴. Resultado, lá ia o ouro descaminhado para a Inglaterra, Holanda...

*(...) os estrangeiros davam nesta cidade pela oitava de ouro a 1\$650 e a 1\$700 réis, e que não só tinham o avanço para as suas terras, como também o delas para Esmirra [Esmirna] e outros portos; e isto se mostra mais claro com a diligência que se faz para comprarem ouro para remeterem para esta Corte, donde também se ordena que o remetam por pessoas que o livrem do registro, e todo este ouro se extrai para fora do Reino e conquistas a buscar o maior valor em outros; e assim parece se deve dar remédio a tão considerável descaminho que fazem os homens de negócio do Reino unidos, com os estrangeiros de quem são só os maiores interesses, e assim se esgota o ouro e prata do Reino com grande excesso que pende de remédio pronto, porque cada vez mais se excogitam meios para extraírem para fora estes metais, e com tão notória diligência se procura o ouro para o remeterem, que chegam a dar mais do seu justo valor, e com isto se tem embaraçado o labor daquela Casa da Moeda, de modo que há perto de quatro meses entra nela muito pouco ouro; sendo que nos anos antecedentes entrava na dita Casa neste tempo com mais fervor.*¹²⁵

¹²⁴ Desde 1642, ainda no contexto das lutas pela Restauração, os acordos celebrados com a Inglaterra estabeleciam uma série de concessões privilegiadas no interior das relações comerciais portuguesas em benefício dos comerciantes ingleses. O tratado de aliança negociado entre os representantes dos dois estados, em 1654, garantindo aos ingleses “as mesmas liberdades e privilégios e isenções do comércio metropolitano e colonial”, só foi finalmente sancionado por D. João IV depois que Cromwell expediu um ultimato pelos seus “embaixadores”, os almirantes Blake e Montagu, em 1656. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, “o tratado de paz e aliança de 3 de junho de 1661 [– agora no contexto da expulsão dos holandeses de Pernambuco –] ratificava os anteriores, (...) transferindo para a Inglaterra a posse de Tânger (art.º 2) e do porto e ilha de Bombaim (art.º 11). **Os mercadores ingleses poderiam habitar em quaisquer praças do nosso reino (art.º 12) e gozavam de idênticos privilégios da Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro (art.º 13).** No caso de Portugal recuperar aos holandeses a ilha de Ceilão, obrigava-se a transferir para a Inglaterra o porto de Gale e a repartir com os ingleses o trato da canela (art.º 14). Outros artigos de interesse mútuo foram incluídos no convênio sendo um, de teor secreto, quanto à paz ‘firme e durável’ entre Portugal e as Províncias Unidas, que a Grã-Bretanha se obrigava a respeitar”. SERRÃO, J. V. *História de Portugal: a Restauração e a monarquia absoluta (1640-1750)*. Lisboa : Verbo, 1982. v. 5, p. 66-68. O grifo é meu.

¹²⁵ O Provedor da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, dá conta de se extrair o ouro deste Reino e nas conquistas para as nações estrangeiras por comprarem a oitava a 1\$650 réis e a 1\$700 réis, a que se deve dar pronto remédio (Lisboa, 15/9/1718). IHGB/Arq. 1.1.25 - **Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino**. fl. 62-64v. A íntegra desta consulta encontra-se transcrita no segundo volume.

A menção do porto de Esmirna numa correspondência do provedor da casa da moeda explicita o altíssimo grau de entrelaçamento dos circuitos. O ouro saído dos ribeiros, desimpedia-se dos controles locais, vencia as serras da Mantiqueira e do Mar, perpassava os registros nas passagens dos rios Paraíba e Paraibuna, entrava no Rio, desvencilhava-se de novos controles, alcançava os negociantes estrangeiros, desembarçava-se da alfândega, embarcava nos navios da frota, aportava nas ilhas do Atlântico ou em Lisboa, desembarçava-se novamente da alfândega, prosseguia para Londres ou Amsterdã, e de lá rumava nos navios anglo-holandeses reunidos no chamado “comboio de Esmirna” (ou Izmir), em direção ao Mediterrâneo, para o intercâmbio neste e em outros portos da península da Anatólia (Turquia), nos quais chegavam as rotas comerciais terrestres do Levante com sedas da Pérsia, entre outros artigos¹²⁶. “Comboio de Esmirna” foi um nome atribuído pelos comerciantes franceses instalados no Cairo ao conjunto dos navios dos seus competidores. A propósito, no Cairo, franceses e ingleses já buscavam a matéria-prima de uma bebida cuja apreciação crescia continuamente desde que o embaixador do sultão serviu-a em Paris, em 1669: o café (*Coffea arabica*)¹²⁷.

De volta à consulta do Conselho, ela apresenta duas

¹²⁶ As caravanas de camelos dos mercadores otomanos descarregavam nos portos couros de búfalo, couros de “boi negro”, marroquins, peles de chagré, peles de cabra e de camelo, cera... Cf. BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo : Martins Fontes, 1998. v. 3, p.433-437. O mesmo Braudel, em sua obra de maior fortuna, alerta para a duradoura relevância desse comércio: “Em suma, desembocam no Mediterrâneo quantidades enormes de especiarias. Representam ‘milhões de ouro’, como se dizia na época. (...) O comércio das especiarias será ainda o primeiro de todos os tráfegos mundiais no século XVII, se não for mesmo no século XVIII”. BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1983. v. 1, p. 602.

¹²⁷ Cf. MATHIEUX, J. *The Mediterranean*. In: BROMLEY, J. S. (Ed.). *The New Cambridge Modern History*. Op. cit., p. 548-553. ZELLER, G. *Los tiempos modernos*. In: RENOUVIN, P. (Dir.). *Historia de las relaciones internacionales*. Madrid : Aguilar, 1967. t. 1, v. 1, p. 590-593.

ordens de problemas. A primeira, imediata: entrava menos ouro na casa da moeda. A segunda, estrutural, impossível de ser resolvida por completo em função da frágil posição de Portugal no concerto dos estados europeus e da sua conseqüente debilidade para impor a norma ideal na colônia, isto é: a metrópole não tinha como livrar-se dos “comissários estrangeiros” nem na América portuguesa e nem, muito menos, em Lisboa¹²⁸. Portanto, mesmo o ouro legalmente quintado e embarcado a chaves nos cofres das frotas, no final das contas, acabava descaminhado. É o que fica claro no parecer do procurador da fazenda:

*(...) sendo a extração do ouro **que deste Reino e suas conquistas se faz para as nações estrangeiras, a matéria mais prejudicial à nossa subsistência e utilidade**, não se pode até agora achar remédio a tanto dano, pois vemos que os dos registros não têm eficácia, e que as cominações e penas nada obram contra o interesse que na maioria do preço, que os estrangeiros oferecem conseguem os vendedores; sendo porém como esta carta declara, o maior descaminho em o Brasil, é ocasionado pelos Comissários dos ditos estrangeiros, lhe parece que **por ora lá se deve aplicar o maior cuidado mandando-se enquanto a conjunção e estado dos tempos, e o em que o mesmo Estado do Brasil se acha não permite usar-se de remédios mais ativos, violentos e proveitosos**, que se não concedam de sorte alguma semelhantes compras, nem por maior preço que o ordinário a nenhuma pessoa, impondo-se aos transgressores a pena de confiscação...*¹²⁹

¹²⁸ Esta situação só tendia a piorar. Veja-se parte de um relatório sobre Portugal (1773) elaborado por um confidente de Luís XV e transcrito por João Lúcio de Azevedo: “As pretensões dos mercadores ingleses tendem a fazer da feitoria uma espécie de república independente no seio de Portugal... O exército, a marinha, os estaleiros, os arsenais, as escolas militares, tudo é mandado e dirigido por ingleses... Os cortesãos, os ministros vivem com os cônsules na mais íntima familiaridade... Toda a gente deve dinheiro aos ingleses, que a troco disso alcançam quanto querem”. *Mémoire sur la politique étrangère remise par Mr. de Broglie*. Apud. AZEVEDO, J. L. de. *O marquês de Pombal e a sua época*. Rio de Janeiro : Anuário do Brasil, 1922. p. 210.

¹²⁹ O Provedor da Casa da Moeda do Rio de Janeiro... (Lisboa, 15/9/1718). IHGB/Arq. 1.1.25 - Op. cit. O grifo é meu.

Apesar de matéria “tão prejudicial” à sobrevivência de Portugal, o Conselho Ultramarino recomendava a “aplicação do maior cuidado” enquanto durasse a “conjunção e estado dos tempos” sob a qual se encontrava tanto o Reino como o Brasil, e jamais de “remédios mais ativos... e proveitosos”. Havia muito com o que transigir. Segundo o entendimento do procurador da Coroa, a solução dos males, se é que havia uma, estava no próprio Reino:

*(...) o remédio contra este mal se o houver, aqui se devia dar e não no Brasil, porque daqui se tira o ouro para fora do Reino do Brasil vem para o Reino, como é razão que venha ainda que nem todo vem porque muita parte levam de lá os estrangeiros com os negócios que vão lá fazer e não são mal aceitos, que **o ponto está em lhe tapar a porta aqui**, o que até agora se não pode descobrir, nem descobrirá, porque nós mesmos queremos o contrário, pois aceitamos no Reino milhões, e milhões de fazendas estrangeiras, que só servem para o luxo, e não para a necessidade de viver, e nestes termos de necessidade se há de pagar os estrangeiros com o ouro até o valor das fazendas que introduzem, pois os nossos gêneros ainda que os levem não são equivalentes a tanta quantia, para que se admitem no Reino tanto se pôs, tantos galões de ouro e prata, tantos botões do mesmo — tantos capotes não só os que trazem os estrangeiros mas os que se mandam buscar à Inglaterra, para que são espadins de fora pois se podem fabricar no Reino, se estas e outras coisas semelhantes que são infinitas e só servem para o luxo, se proibirem, tanto menos ouro saíra do Reino, algum saíra mas não todo.*¹³⁰

Como se vê, o tirar o ouro para fora do “Reino do Brasil” é da ordem do jogo, o ponto estava em “tapar a porta” na metrópole, em conter o crescente déficit comercial com os ingleses. Segundo Fisher, “a Inglaterra obteve um saldo positivo nas suas trocas visíveis com Portugal em todos os anos entre 1700 e 1760”. E mais, os

¹³⁰ Ibid. O grifo é meu.

respectivos superávits ingleses “eram, na sua maior parte, regularmente liquidados em ouro ou prata, um arranjo tão deplorado pelos portugueses quanto era exaltado pelos ingleses”¹³¹. Godinho é taxativo: “as moedas têm de tapar um buraco quase igual à metade da totalidade das importações”¹³². Ademais, seguindo de perto o autor, Methuen nada inovou: “O tratado de Methuen registra, sobretudo, uma situação de fato; já antes de 1703 o contrabando inglês introduzia em grande quantidade os panos ingleses que eram proibidos: situação de que os holandeses se aproveitaram para fazer o mesmo”. Portanto, a grande questão, tanto para o historiador português quanto, de certa forma, para os conselheiros ultramarinos é explicar “a paragem do desenvolvimento manufatureiro” e por quê se pôs de lado a política manufatureira concebida a partir de 1670. A morte de Ericeira, a conseqüente ascensão dos proprietários agrícolas duque de Cadaval e marquês de Alegrete, a concorrência dos vinhos e aguardentes franceses e, por fim, a ilusão de riqueza provocada pelo ouro, fizeram com que os industriais cedessem o lugar aos senhores da vinha¹³³.

Todavia, se Methuen reafirma uma situação dada desde a conclusão das guerras da Restauração, ao longo desse tempo, os diplomatas portugueses souberam manter o Estado de pé apesar de toda a fragilidade frente aos estados centrais. Após a Guerra da Sucessão do trono espanhol e dos dois tratados de Utrecht, lá estava Portugal beneficiando-se da aliança inglesa e, acima de tudo, preservando suas colônias

¹³¹ FISHER, H. E. S. *De Methuen a Pombal*. Lisboa : Gradiva, 1984. p. 38-40.

¹³² GODINHO, V. M. *Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)*. In: **Ensaio II**. Lisboa: Sá da Costa, 1978. p. 439.

¹³³ *Ibid.* p. 436.

remanescentes, notadamente, sua América portuguesa¹³⁴. O jogo era paradoxal, o maior aliado constituía fonte de grande mal, por isso o procurador da coroa duvidava da existência de um remédio. Pombal bem que tentará encontrá-lo¹³⁵. De todo modo, segundo Wallerstein:

*Felizmente para os portugueses que Portugal era ainda pelo menos um país semi-periférico. Tinha a sua colônia própria, o Brasil, que era muito rica. Foi o ouro do Brasil que permitiu a Portugal equilibrar o seu comércio com a Inglaterra desde 1710 até meados do século. (...) A Inglaterra, por outro lado, obtinha deste modo a tão necessária injeção de metais preciosos que permitia à sua oferta monetária adaptar-se à sua crescente participação no comércio da economia-mundo. Além do mais, a Inglaterra ficava com o monopólio não só do comércio legal do ouro mas também do contrabando de metais preciosos. (...) Quem pagou a conta foi o produtor brasileiro, mas em contrapartida houve então em Portugal menos pressões internas no sentido de se procurarem mudanças estruturais.*¹³⁶

E, conforme a consulta, quando se pensava em mudar aquele estado de coisas, emergia no discurso de condenação ao luxo, em pleno século XVIII, um daqueles elementos tradicionais arraigados na sociedade portuguesa — de que nos falava Sérgio Buarque — combinado com uma certa clareza mercantilista na compreensão dos fatos econômicos. Segundo Heckscher, provinha de uma concepção medieval a noção de que o luxo era reprovável porque impelia os homens a saírem do marco do “sustento” no qual estavam inscritos — tanto em função de sua condição

¹³⁴ Cf. NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise...*, p. 32-54.

¹³⁵ “Moeda, balança comercial, manufaturas, sistema colonial, eis os principais integrantes, também em Portugal, da prática do mercantilismo em meados do século XVIII. Quanto à política econômica que os utiliza, divergem os historiadores sobre o modo de interpretá-la: mero reflexo das contingências conjunturais, isto é, respostas pragmáticas e oportunas a situações bem definidas, ou, no outro extremo, um todo estreitamente integrado, visando, sempre e acima de tudo à ‘nacionalização’ da economia portuguesa, **só possível até o limite que se situa no nível das relações com a Inglaterra**”. FALCON, F. J. C. *A época pombalina*. São Paulo : Ática, 1982. p. 449-450. O grifo é meu.

¹³⁶ WALLERSTEIN, I. Op. cit. v. 2, p. 192.

social como da tenaz determinação religiosa —, levando-os, portanto, a alcançar um nível de vida que não lhes pertencia originariamente. Quando o procurador da Coroa argumenta que “as fazendas estrangeiras só servem para o luxo e não para a necessidade de viver”, ele se vale da idéia do “sustento”, do que é suficiente para a alimentação e para a manutenção do *status quo*. Por outro lado, a essência do parecer é de extração eminentemente mercantilista, pois, se é fato que “o mercantilismo repudiava, por princípio, toda atitude moral perante o luxo”, não deixa de ser verdade também que, nesse aspecto, o tema central para o mercantilismo se limitava em saber até que ponto o luxo estimulava ou não a vida econômica¹³⁷. No caso de Portugal, ao lamento contra as contínuas importações liquidadas em ouro, sobrevem a convicção de que muitas dessas fazendas podiam ser fabricadas no reino, diminuindo o déficit e reduzindo a “sangria” do metal, enfim, fomentando a economia por inteiro. Porém, nem a porta foi tapada nem a consulta recebeu resolução real — pelo menos é o que se vê na cópia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O alcance do espraio dos descaminhos era notável. Embora os mercadores franceses, na aparência, não estivessem diretamente envolvidos nesse processo, de fato, uma quantidade considerável do ouro saído das Minas entrou em circulação na França. Recentemente, foi publicado um estudo comprovando a utilização do “ouro brasileiro” nas moedas cunhadas na França¹³⁸. A partir da constatação de que, associado ao ouro das Minas Gerais, diferentemente do

¹³⁷ HECKSCHER, E. F. *La época mercantilista*. México : Fondo de Cultura Económica, 1983. p. 731.

¹³⁸ MORRISSON, Ch., BARRANDON, J.-N., MORRISSON, C. *Or du Brésil: monnaie et croissance em France au XVIII^e siècle*. Paris : CNRS Éditions, 1999.

extraído de outras regiões, encontra-se em grande quantidade um outro elemento — chamado elemento-traço ou marcador —, o paládio (Pd), os pesquisadores Christian e Cécile Morrisson e o físico Jean-Noël Barrandon, lançaram mão de um acelerador de partículas (o ciclotron) com o objetivo de estabelecer os diferentes teores de paládio no ouro usado nas cunhagens e recunhagens de moedas francesas e confrontá-los com os valores referentes ao comércio exterior francês da época. O método funciona da seguinte forma: por exemplo, na Inglaterra, a elevação do teor de paládio nas moedas vai de 23ppm (partes por milhão), antes de 1703, até 330ppm por volta de 1720¹³⁹. Quando a produção aurífera das Minas inicia sua vigorosa curva ascendente, quase simultaneamente aumentam os traços do paládio no meio circulante inglês.

Na Inglaterra, o impacto da chegada do metal foi direto — Methuen que o diga. Contudo, na França, entre 1726 e 1727, para se justificar o montante do ouro “marcado” pelo paládio encontrado nas peças analisadas, é preciso conceber que

(...) uma parte do ouro brasileiro entra na França por vias indiretas: por exemplo, as peças inglesas contêm o paládio, o que se explica pelo importantíssimo excedente comercial da Inglaterra com Portugal, que é igualmente [assim como o francês] liquidado com ouro brasileiro. Se, em seguida, essas peças chegam na França, diretamente ou por intermédio de outros países — o que é muito provável devido à intensidade das trocas entre a Inglaterra e a Holanda, assim como com os Países Baixos Austríacos, depois de 1713 —, elas são recunhadas e contribuem para aumentar o teor de paládio nas peças francesas.¹⁴⁰

¹³⁹ Ibid. p. 104.

¹⁴⁰ Ibid. p. 105.

O gráfico abaixo apresenta a trajetória da contribuição do ouro luso-brasileiro para as moedas francesas ao longo do século XVIII:

Percentual do ouro “brasileiro” no numerário francês de 1700 a 1785
(médias decenais).¹⁴¹

Entre 1700 e 1780, Portugal produziu um déficit comercial com a França da ordem de 218 milhões de libras *tournois* (de Tours), de acordo com os dados disponíveis. De posse do método e realizadas as medições, conforme o teor de paládio apurado, os pesquisadores calcularam em 212 milhões o total da entrada do ouro brasileiro para saldar o déficit¹⁴².

¹⁴¹ Ibid. p. 103. O gráfico e a legenda foram integralmente reproduzidos. A partir de 1750, os percentuais indicados corroboram a argumentação de Pierre Goubert acerca da reversão do quadro de escassez de moeda nos meios populares da França, na primeira metade do século, ao associar as “minas do Brasil” e o incremento do comércio francês: “Aproximadamente depois de 1760 as coisas mudaram consideravelmente. (...) Isso porque uma moeda melhor circulava também melhor, por canais mais amplos, abundantes e rápidos. As novas minas do Brasil, a quadruplicação do grande comércio francês, a elevação dos preços, a produção como um todo que cresceu em proporções mal conhecidas (...) um maior bem-estar geral, tais foram as prováveis razões desta espécie de renovação...”. GOUBERT, P. *El Antiguo Régimen*. Madrid : Siglo XXI, 1984. v. 1, p. 82.

¹⁴² Essa conclusão impõe a revisão do que afirmou Godinho sobre o fato de a França não ter desenvolvido uma política para atrair o ouro: “Todos os seus esforços desenvolvem-se no sentido da Espanha e da

Os descaminhos que, por definição, desfazem os caminhos, transitam por trilhas imperceptíveis e eliminam os seus rastros, foram colhidos no canto da parede, incapazes de se esconderem do bombardeio de prótons. Os próprios “caminhos”, aqueles pavimentados pelos acordos diplomáticos, foram expostos em sua plenitude. Por fim, fica revelada a complexa eficácia desses inextricáveis circuitos mercantis, desdenhosos de regras e indiferentes a distâncias.

Encontrava-se moeda falsificada de diversos tipos: vazada, cerceada, com peso reduzido ou fundida com metais considerados baixos (cobre, níquel, estanho, etc.)¹⁴³. Em 1708, o juiz da casa da moeda do Rio de Janeiro deu conta ao Conselho Ultramarino que recebera quinze moedas de ouro de quatro mil réis para serem examinadas por parecerem falsas¹⁴⁴. Realizado o exame, constatou-se que as “moedas se achavam falsas em peso e de leis várias, em que mostravam ser feitas de ouro, como sucedia e o cunho com alguma variedade”. E mais, suspeitava-se que as tais moedas haviam sido cunhadas na fábrica de um estrangeiro. O assunto era sumamente grave não só “porquanto estas moedas podiam enganar a muitos” como porque a presença de estrangeiros na costa ao sul do Rio de

prata da América. Ao contrário da Inglaterra, não tem uma política de captura do ouro. / Donde, esta diferença crucial da história monetária no fim do século XVIII e no começo do XIX: Banco de França, a prata, Banco de Inglaterra, o ouro”. GODINHO, V. M. Portugal, as frotas do açúcar..., p. 448.

¹⁴³ Cf. AMARAL, C. M. A. do. *Catálogo descritivo das moedas portuguesas*. Lisboa : Museu Numismático Português; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. t. 2, p. 56-58. Os metais considerados nobres são, como se sabe, ouro, prata e platina.

¹⁴⁴ O Juiz da Casa da moeda do Rio de Janeiro dá conta das moedas de ouro falsas, que se remeteram de São Paulo, e exame que nelas mandou fazer, e se entender procede dos muitos estrangeiros, que assistem nas conquistas; e vai o auto que se acusa (Lisboa, 26/11/1708). IHGB/Arq. 1.1.23 - **Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino**. fl. 249-251. O segundo volume traz a transcrição dessa consulta. A moeda de quatro mil réis (moeda de ouro de 22 quilates), fabricada no Rio de Janeiro desde 1707 e cujo valor corrente era quatro mil e oitocentos réis – em virtude da lei de 4/8/1688, a do “levantamento da moeda” – tem o seu averso reproduzido na capa deste volume. Cf. COIMBRA, A. da V. *Noções de numismática brasileira (III)*. *Revista de História*, São Paulo, 1959. n. 39. p. 218-219.

Janeiro começava a se intensificar a ponto de produzir um indesejável enraizamento com a instalação de uma fundição falsa. O juiz de fora

(...) não deixava de considerar se podiam introduzir algumas falsidades, só afim de sacar daquela terra o ouro, no qual se tinha já introduzido vício, como o da costa da mina, e o que lhe fazia temor era os muitos estrangeiros que se achavam na América, e outros que iam nos navios da frota, e da costa da mina e Ilhas, e outros que iam deixando os navios de França, que se iam refrescar na Ilha grande, e não só temia o dano, que nos metais podiam introduzir, senão o reconhecerem os sertões, e fazerem-se parciais e amigos dos moradores como são os da dita Ilha grande, por onde se diverte o ouro.¹⁴⁵

Estrangeiros, costa da Mina, ilhas portuguesas no Atlântico, Ilha Grande, metais e sertões eram peças do dinâmico jogo dos descaminhos cujas regras fugiam ao controle de Portugal. Embora tentasse desesperadamente contê-los, faltavam-lhe a força e os meios necessários. No caso dos estrangeiros, nem mesmo a sua própria iniciativa podia ser alardeada, o que obrigava o rei a esconder as suas soberanas ordens nas sombras dos governadores:

*(...) que se deve recomendar aos Governadores delas tenham grande cuidado em não residirem assim na Cidade da Bahia, como no Recife, Olinda e Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e na Paraíba mais número de casas do que aquele, que se pactuou nas capitulações, que temos com algumas nações, fazendo-se logo apartar todas as mais, que se howerem estabelecido nas praças principais, mandando expulsar dos mais lugares e povoações todos os que se acharem que estão nelas, tendo grande cuidado a que não fique nenhum dos que forem nas embarcações, porque estes passam muitos vezes a títulos de marinheiros e se deixam ficar por se não ter com as suas pessoas todo o resguardo e diligência conveniente, e **que nesta ordem***

¹⁴⁵ O Juiz da Casa da moeda... Op. cit.

*e execução dela terá todo o segredo, mostrando que é mais ação sua do que determinação de V. Majestade.*¹⁴⁶

Em 1733, o mestre de campo Manuel de Freitas da Fonseca, que substituiu Luís Vahia até a chegada de Gomes Freire, dava conta ao governador de Pernambuco sobre a lei que determinava a suspensão da fabricação dos dobrões de doze mil e oitocentos réis e das moedas de quatro mil e oitocentos em virtude “das falsidades que se descobriram”¹⁴⁷.

Dobra de oito escudos ou dobrão de duas peças.¹⁴⁸

O remédio imediato consistia em recolher todas as moedas falsas cujo valor nominal fosse superior ao real — “as diminutas” — verificar-lhes o valor correto e trocá-las por dinheiro legal. Com relação às moedas falsamente cunhadas mas “boas”, compostas com o material

¹⁴⁶ Ibid. O grifo é meu. Nesse momento outra revisão se impõe, agora no que diz respeito à prudente afirmação de Maxwell acerca do Tratado de 1654 e dos demais posteriormente assinados pelo rei português: “Partes do tratado [de 1654] permaneceram como letra morta, em especial aquelas relativas à presença de comerciantes ingleses nas possessões portuguesas”. Essa cautela não se justifica mais e, ao descartá-la, a conclusão principal do autor se fortalece consideravelmente: “(...) o tratado de 1654, bem como os subseqüentes, criaram um ambiente favorável ao estabelecimento da dependência semicolonial na qual o Portugal de meados do século XVIII se via, com relação ao seu aliado do norte”. MAXWELL, K. *Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira*. In: *Chocolate, piratas e outros malandros*. São Paulo : Paz e Terra, 1999. p. 94.

¹⁴⁷ Carta de Manuel de Freitas da Fonseca para o governador de Pernambuco (Rio de Janeiro, 16/4/1733). ANRJ/Códice 84 - Op. cit. v. 2, fl. 113-114.

¹⁴⁸ Por 12\$800 réis corria a dobra de oito escudos. Ouro de 22 quilates, lavrada na Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Imagem digitalizada de: COIMBRA, A. da V. *Noções de numismática ibérica* (IV). Revista

próprio e em peso adequado, deveriam ser novamente serrilhadas e retornar à circulação. Cerceio e serrilhas — aqueles “dentes” nas bordas das moedas¹⁴⁹ — se opunham impiedosamente, não tivesse sido a serrilha inventada para evitar o cerceio de forma a inutilizar a moeda como meio confiável de troca¹⁵⁰.

A moeda, como se viu, não só era falsificada como extraviada, alimentando as transações comerciais nos portos da costa brasileira, sendo carregada por essas transações, remetida legalmente para fora da América¹⁵¹ ou escondida a servir de lastro para os navios que

de História, São Paulo, 1958. n. 36, p. 535.

¹⁴⁹ “Serrilha é a parte lavrada na circunferência das moedas para não serem cerceadas; é o rendilhado que circunda a moeda e que serve de adorno. (...) Há uma grande e quase infindável variedade de serrilhas. Ao lado das planas, lisas ou limadas são encontradas as de ranhura simples, verticais ou inclinadas em relação ao plano da orla.” COIMBRA, A. da V. *Noções de numismática brasileira* (I). Revista de História, São Paulo, 1959. n. 37, p. 203.

¹⁵⁰ “(...) a fraude mais comum cometida contra as moedas foi a cerceadura dos bordos, uma vez que a imitação e a falsificação resultam mais difíceis e menos lucrativas”. GALIANI, F. Op. cit., p. 214. Na lei de 9 de agosto de 1686, D. Pedro II, sob a orientação do conde da Ericeira, tomou geral o decreto de 26 de maio, determinando o recolhimento das moedas de ouro para serem gravados cordão e marca (esfera coroada) e proibindo a circulação da moeda que não tivesse marca (aparece a serrilha). Em fevereiro de 1708, D. João V reiterava a proibição do curso de moedas cerceadas ou falsas. Em janeiro de 1709, determinava-se “que seja perdida para a Fazenda Real toda a moeda falsa em circulação”. Em abril de 1713, o rei envia carta exigindo o cumprimento da lei de 16 de março do mesmo ano que proibia o curso das moedas de ouro cerceadas recentemente aparecidas na capitania do Rio de Janeiro. E assim por diante. Cf. AMARAL, C. M. A. do. Op. cit., p. 228. SOMBRA, S. Op. cit. Cf. HANSON, C. A. Op. cit., p. 171-176. Moeda ruim a coroa portuguesa sabia muito bem proibir, mas quando a moeda era boa... Que venha! Veja-se esse alvará de 1655: “Eu El-Rei (...) sendo informado que pelas fronteiras deste Reino entravam nele dos Reinos de Castela algumas patacas e meias patacas da nova fundição do Peru, de cunho de duas colunas, mandei fazer ensaio delas na Casa da Moeda desta Cidade, aonde se achou serem boas, assim no peso como na qualidade da prata: o que visto, **e o bem que se segue a meus Reinos de entrar neles moeda lavrada, principalmente a desta qualidade com que se comercia em minhas Conquistas:** / Hei por bem e mando que em todos os meus Reinos e Senhorios corram as ditas patacas e meias patacas de duas colunas da nova fundição do Peru, e se use delas, como da mais moeda que de presente corre em meus Reinos... Lisboa, 17/6/1655. In: SILVA, J. J. de A. e. *Coleção cronológica da legislação portuguesa (1648-1656)*. Lisboa : Imprensa de F. X. de Souza, 1856. p. 371.

¹⁵¹ As ilhas do Atlântico constituíam-se num dos destinos aparentemente legais. Em 1738, o rei baixou uma provisão sancionando o procedimento de Gomes Freire que considerara fraude as freqüentes idas e vindas de naturais das ilhas transportando dinheiro: “(...) entrando aí [Rio de Janeiro] a despachar-se um navio para as Ilhas, que delas tinha ido, vos requereram alguns passageiros que nelas queriam ir, levando várias quantias de dinheiro com que tinham descido das Minas, com pretexto de serem naturais, e casados nelas (...) lhes deferistes, que deviam remeter o dinheiro nos cofres das naus de guerra por considerares (sic) fraude nestas freqüentes passagens de dinheiro pelas Ilhas, pois a título de naturais delas podem os passageiros levar quantias grandes de outras pessoas desencaminhadas...” Provisão régia aprovando a interpretação dada pelo governador do Rio de Janeiro à lei de 30 de março de 1736, relativa ao transporte de ouro nas naus de guerra destinadas ao Reino (Lisboa, 27/2/1738). *Documentos*

cruzavam o Atlântico¹⁵². Os governadores empenhavam-se no cumprimento das determinações vindas do reino no sentido de toda a carga e/ou numerário serem declarados no registro geral da embarcação e verificados minuciosamente pelos oficiais da fazenda acompanhados dos guardas da infantaria¹⁵³. O problema é que esses guardas também precisavam ser vigiados, assim como os vigias dos guardas...

*(...) ajustei com o comandante Luís de Abreu Prego pôr-se em cada navio uma guarda da Infantaria da guarnição desta praça com um oficial por cabo dela, e outra da Armada, ficando assim estas guardas em cautela uns dos outros (...) e para mais segurança da vigilância das ditas guardas as mandei rondar muitos meses por oficiais maiores aplicando-me com particular cuidado no auxílio desta diligência...*¹⁵⁴

As pessoas consubstanciavam o problema. Nem pedras nem metais preciosos, mas sim guardas, vigias, oficiais maiores, parentes, padres... ou outras tantas gentes, anônimas ou “de suposição”, elas sim eram o problema. O controle das pessoas que passavam pelo porto do Rio de Janeiro afligia o governador e concretizou-se em assunto de correspondência quando um navio, de nome Nossa Senhora da Conceição

interessantes..., v. 50, p. 303-304. Aos olhos de hoje, esses passageiros que se valiam de sua condição especial, de naturais das ilhas, bem poderiam ser considerados receptadores ou “mulas”.

¹⁵² “(...) é certo que o ouro irá em barris de mel e de farinha e caixas de açúcar ou feixes e nos costados dos porões dos mesmos navios...” Carta de Luís Vahia Monteiro para o secretário de Estado, sobre os descaminhos do ouro e sua arrecadação e necessidade de tempo para meter nos cofres (Rio de Janeiro, 26/8/1729). ANRJ/Código 80 - Op. cit., v. 2, fl. 230v-231.

¹⁵³ Cf. Carta de José da Silva Paes para o governador de Pernambuco (Rio de Janeiro, 21/6/1735). ANRJ/Código 84 - Op. cit. v. 5, fl. 196-196v. Os diamantes, obviamente, eram submetidos à mesma regra: Carta de Gomes Freire de Andrada para o secretário de Estado sobre ficarem publicadas nesta capitania as leis de 24 de dezembro de 1734 a respeito de ficar reservado para a fazenda Real todo o diamante, que se extrair das minas de peso de vinte quilates, e daí para cima, e a outra sobre se poder remeter do Brasil nos navios mercantes das frotas ouro em moeda, barra marcada, ou lavrado em peças, registrando-o primeiro nos livros do comboy, e pagando o um por cento (Rio de Janeiro, 4/1/1735). ANRJ/Código 80 - Op. cit., v. 6, fl. 82-83.

¹⁵⁴ Carta de Gomes Freire de Andrada para o secretário de Estado sobre a guarda para os navios da frota (Rio de Janeiro 14/5/1734). ANRJ/Código 80 - Op. cit., v. 6, fl. 57-57v.

e Senhor do Bonfim, aportou e o seu capitão declarou não possuir a lista dos Armazéns Reais discriminando a “gente da sua marcação” com o argumento de “não ser o estilo dar-se-lhe”. Gomes Freire advertia ao secretário Diogo de Mendonça Corte Real que a lei de 20 de março de 1720, na qual “se ordena que nenhum navio, ou embarcação, que vier dos portos deste Reino para as capitanias do Brasil, possa sair deles sem trazerem a lista da gente para o seu serviço e navegação para por ela, se averiguar as pessoas que vêm sem passaporte”, não vinha sendo cumprida e, dessa forma, o governador não tinha como proceder contra o capitão do navio porquanto ele apresentava todas as setenta pessoas como “gente de marcação”, quando, de fato, a maioria delas estava ali sem o devido passaporte e suscetível às punições, embora fosse impossível prová-lo. Resultado: “fica o porto aberto para introduzirem os passageiros que quiserem”¹⁵⁵.

Gentes e navios, ouro e diamantes, eis combinações irrefreáveis¹⁵⁶. Na consulta que se segue, o Conselho Ultramarino descreve

¹⁵⁵ Carta de Gomes Freire de Andrada para o secretário de Estado sobre o navio Nossa Senhora da Conceição e Senhor do Bonfim vindo de Lisboa com a lista da gente de sua marcação (Rio de Janeiro 12/5/1734). ANRJ/Código 80 - Op. cit., v. 6, fl. 55v-56. Não era possível deter a corrida para as minas. Em 1702, escrevia o então governador do Rio: “*Senhor. Com ocasião da passagem para as Minas intentam muitas pessoas ir a elas não só desta praça mas de todo o recôncavo dela de maneira que uns são oficiais mecânicos da república e outros são dos que assistem nos engenhos e fazendas a manufatura dos açúcares e farinhas de sorte que não só estes vêm a recorrer pedindo-me despachos mas ainda soldados e marinheiros da frota de sorte que esta terra se vai pondo em miserável estado sem que baste o obviar eu as licenças...*” Carta de D. Álvaro da Silveira e Albuquerque ao rei mostrando a conveniência de erguer-se um reduto na vila de Parati, afim de impedir-se o *rush* do Rio de Janeiro para as minas e evitarem-se os descaminhos dos quintos (Rio de Janeiro, 30/8/1702). *Documentos interessantes...*, v. 51, p. 127-129.

¹⁵⁶ A combinação de gentes com diamantes resultava nos seus compradores e em lapidários. Em 1731, Diogo de Mendonça Corte Real escreve a Vahia participando-lhe a notícia obtida de “*que nesta frota iam alguns estrangeiros lapidários, e comissários para comprarem diamantes*”, determinando ao governador “*muito particular cuidado em examinar quando desembarcar a gente da mesma frota se vão alguns sobreditos, e os prenda, e os remeta a este Reino, ainda que levem passaportes...*” Carta do secretário de Estado ao governador da capitania do Rio de Janeiro comunicando a ordem régia de impedir no Brasil a permanência ou entrada de lapidários e compradores de diamantes (Lisboa, 16/3/1731). *Documentos interessantes...*, v. 50, p. 231. Se estrangeiros fossem, e não simplesmente portugueses, muito provavelmente viriam de Amsterdã, onde a atividade de lapidar diamantes conhecera um notável progresso. Cf. VILAR, P. *Ouro e moeda na história (1450-1920)*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981. p. 241. A 20 de novembro de 1731, registrou o quarto conde da Ericeira em seu diário: “*(...) Foi preso no*

e aprova os procedimentos do brigadeiro José da Silva Paes, revelando toda a cautela e cuidado do governador interino nas diligências, provavelmente seguindo de perto o estilo discreto de Gomes Freire, intencionalmente adotado como contraponto ao de Vahia e em respeito às reações e aos limites impostos pela coroa e pelos potentados locais¹⁵⁷:

O governador da capitania do Rio de Janeiro José da Silva Paes, em carta de 10 de maio deste presente ano, expõe a Vossa Majestade que sabendo ele o grande cabedal que traziam os navios que saíram daquele porto, e vinham buscar a Bahia, e outros portos daquela costa para a parte do norte, um que faziam público, e outro que queriam passar oculto, desconfiando de que saindo para aquelas partes levando tanta quantia o pudessem passar a outros navios estrangeiros ou nacionais, que o levasse a portos proibidos por Vossa Majestade, ou que pudessem passar às Ilhas em fraude e prejuízo de sua Real Fazenda, e se via na busca que se dera ao navio Nossa Senhora do Paraíso e Todos os Santos, de que era Mestre Manoel Alves da Costa, que ia para a Bahia na forma do estilo para ver se levava ouro em pó, se achara em moeda, o que constava do auto de vistoria número 1 que importava posta de trinta mil cruzados, estando para ir em outros navios maiores quantias, sem que deles ficasse clareza mais que o dizerem o levavam, como se praticava para fazer emprego na Bahia pela sua simples confissão, se resolvera ele governador para evitar todo o descaminho, e ficar sem escrúpulo mandara fazer apreensão do tal dinheiro, e ordenar ao Juiz de Fora o registrar-se na mesma forma que se fazia e praticava no que ia para Angola de que lhe fizera o arresto, de

segredo o capitão do navio de Vasco Lourenço por não aparecer o ouro, e diamantes, que dizem importava muito e o culpam com arribar a Rias de Galiza sem necessidade deixando desembarcar muita gente e entre ela iam dois culpados na casa da moeda do Brasil, mas desconhecidos que foram com outros para Inglaterra, e em Cascais descobriu que tinha deixado um caixão de diamantes, que apareceu. No mesmo navio vinha um cristão novo a quem prendeu Vasco Lourenço com bastante cabedal em diamantes". *Diário do conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes (1731-1733)*. Biblos, Coimbra, 1941, v. 17, t. 2, p. 568. Ladrão que rouba ladrão...

¹⁵⁷ Vahia foi censurado depois de ter prendido o comandante da frota porque este, certamente, não cumpriu a determinação do governador "de ninguém subir a bordo das fragatas, se não seguro prejuízo algum à fazenda Real". Cf. Satisfaz-se ao que Sua Majestade ordena na consulta inclusa sobre a queixa que faz D. Manuel Henriques de Noronha, comandante da frota que veio do Rio de Janeiro do procedimento com que o governador daquela capitania o mandou prender, e vai a consulta e cartas que se acusam (Lisboa, 2/2/1730). IHGB/Arq. 1.1.26 - *Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino*. fl. 61-62.

*que remetia a cópia número 2, e mandara lançar o bando que Vossa Majestade veria no número 3, escrevera ao conde vice-rei a carta número 4, para assim com esta precaução evitar-se não extraviasse para outra parte contra as ordens e interesses de Vossa Majestade que era no que cuidava com mais desvelo, e que como desta determinação se não seguia prejuízo nenhum às partes nem pagaram espórtula, lhe parecia lhes não fazer violência nem lhe constava se queixassem os que tinham que fazer remessas, porém que esperava a determinação de ver nesta parte para saber o que havia de obrar, e se só devia ou não praticar esta resolução que tomara.*¹⁵⁸

Como se vê, iam indistintamente moeda e ouro em pó. A evasão da moeda provocava uma irremediável escassez de numerário, gerando inúmeros protestos, de todas as partes, em especial dos próprios comerciantes, grandes ou pequenos, e, no que concernia a estes últimos, a maior reclamação se dirigia para a falta de moedas de pequeno valor. Essa situação transformava o ouro em pó no meio de troca por excelência, viabilizando tanto o intercâmbio comercial como o descaminho. O puro ouro em pó das Minas, passando de mão em mão, chegava em Lisboa “com uma grande quebra”, com areia:

*Senhor. Tomando conhecimento da forma com que se cobrava o ouro dos reais quintos de Vossa Majestade, achei que se cobrava das pessoas que os pagam muito limpo e sem nenhum gênero de esmeril, porém também soube que pelas muitas mãos por donde passava, se lhe ia misturando areia em tanta quantidade, que chegava a Lisboa de forma que tinha uma grande quebra...*¹⁵⁹

O descaminho era grandemente facilitado pelas ordens

¹⁵⁸ O governador da capitania do Rio de Janeiro expõe a providência que dera a respeito da extração e descaminho do ouro, que veio nos navios da frota, e vão os documentos que se acusam (Lisboa, 8/11/1735). IHGB/Arq. 1.1.26 - Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino. fl.242v-244.

¹⁵⁹ Carta do governador de Minas, D. Lourenço de Almeida, sobre limpar o ouro que se cobrava para os quintos (Vila Rica, 20/4/1722). Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1980. ano 31, p.109-110.

controversas das autoridades diretamente ligadas à fiscalização e transporte do ouro. Cada novo procedimento e sua respectiva contra-ordem sempre se justificavam em nome de se evitar o extravio. Assim sucedeu em relação às borrachas em que se transportava o ouro em pó. De modo a se eximir das responsabilidades concernentes às misturas que se faziam no ouro e transferindo-as para o Rio de Janeiro, onde os oficiais costumavam abrir os carregamentos para registrá-los, também como forma de se protegerem contra algum descaminho, D. Lourenço determinou “que se não abrisse senão em Lisboa”. Em dezembro de 1722, o conflito de procedimentos ensejou uma carta do governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos e Noronha (1719-1725), na qual dava conta dos problemas gerados pela ordem partida de Minas sobre as borrachas,

*que delas se faça entrega assim fechadas, e lacradas como convém e havendo de se fazer a dita entrega aos cabos da frota se excitou entre eles, e o comissário e condutor dúvida sobre a formalidade dos conhecimentos em forma...*¹⁶⁰

Bem, os oficiais da frota estranharam o novo procedimento e recusaram dar recibo de uma quantidade de ouro que não tinham como verificar, o comissário Francisco Santos insistia no cumprimento das ordens que tinha e o impasse beirava atrasar a partida da frota porque Santos pretendia “recorrer às Minas” para garantir a sua missão ou, no mínimo, isentar-se de responsabilidades. O governador do Rio intercedeu com um argumento insofismável, a saber, “atendendo eu a não dilatar a frota, como Vossa Majestade recomenda pela secretaria de Estado...” Como o ouro extraído tinha de chegar o mais rápido possível a Lisboa, Aires de Saldanha determinou que os cabos dessem o recibo pelo

¹⁶⁰ Carta do governador do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 5/12/1722). ANRJ/Códice 80 - Op. cit., v.1, fl.144-144v.

que podiam conferir externamente, a quantidade de borrachas, e não pelos papéis vindos das Minas.

A solução do governador atendia à pressa e à cobiça da corte mas não ao rigor contra os descaminhos. Tanto foi assim que o rei, em 1728, depois de receber pilhas de cartas versando sobre os extravios escritas pelo seu novo governador do Rio, Luís Vahia, determinou que as borrachas e cofres voltassem a ser abertos antes do embarque, para se saber se o que veio das minas chegou como saiu, e também, para se saber se o que iria para Lisboa chegaria como partiu. D. Lourenço protestou. Dos seus argumentos, dois são interessantes. Primeiro, exaltou as virtudes dos homens que conduziam o ouro para o Rio: “são os sócios da companhia de Francisco dos Santos que são homens muito verdadeiros e muito ricos...” Deste se podia concluir que, como verdade e riqueza estão coligadas, rico nem mente nem rouba... O segundo é mais revelador:

*(...) e como Vossa Majestade é servido ordenar que todo ouro da sua Real fazenda se abra no Rio de Janeiro, presente ao provedor da fazenda e mais ministros dela, assim o mando observar, porém que seja também presente os oficiais das naus que o hão de levar, e que feita a diligência de se abrir e conferir, que se entregue logo aos oficiais de naus para o embarcarem, e que por nenhum caso, depois de aberto, se entregue no Rio de Janeiro ao almoxarife ou tesoureiro, porque como naquela cidade sempre se deitou areia no ouro e eu o remeto muito limpo a Vossa Majestade muito limpo, pode deitar-se cem oitavas de esmeril em cada mil oitavas de ouro, sem que se possa saber o malefício...*¹⁶¹

De uma tacada, ficavam sob suspeição dois oficiais e,

¹⁶¹ Carta de D. Lourenço de Almeida (Vila Rica, 8/7/1728). Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1980. ano 31, p. 236-237.

por extensão, a provedoria e a alfândega, isto é, todas as instâncias diretamente responsáveis pelo transporte e pela fiscalização no Rio de Janeiro: o governo não confiava em sua própria administração. Desconfiar de antemão pode bem ser um exercício da prudência quando se trata de ouro, porém, todos deveriam estar passíveis da desconfiança, inclusive o governador das Minas. Como se verá a seguir.

2. Os caminhos da terra e os descaminhos das gentes

2.1 Os caminhos

*Estes são os caminhos que reduzidos a três, são todos os que entram nas minas, a saber o primeiro de São Paulo e também comum ao Rio de Janeiro na forma que se tem dito acima. O segundo que abriu Garcia Rodrigues em direitura do Rio de Janeiro as Minas (dado que esteja aberto). O terceiro o do rio de São Francisco comum também à Bahia, Pernambuco, Maranhão, e mais partes na forma referida...*¹⁶²

Antes de todo e qualquer caminho, as trilhas. Essas veredas ancestrais percorridas pelos índios, esses trajetos móveis e tortuosos, porém eficazes e certos. Toda expansão vicentina — mais conhecida como expansão bandeirante — se ergueu sobre o convívio íntimo e o aprendizado intenso com as populações nativas. Vivência dura e violenta, ambientada pela intimidade do compadrio¹⁶³ e pela violência da escravidão, na qual a maioria dos povos indígenas foi dizimada, subsistindo apenas uns poucos, ignominiosamente assimilados ou simplesmente condenados ao desterro no interior do continente. Dessa interação desigual restou para os habitantes do planalto da capitania de São Vicente o conhecimento da terra como meio de sobrevivência e de consecução dos

¹⁶² Informação das minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1939. v.57. p. 174.

¹⁶³ CORTESÃO, J. Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Cultura, 1958. p. 66-67. Darcy Ribeiro, para o mesmo processo, usa o termo *cunhadismo*. Cf. RIBEIRO, D. O povo brasileiro. São Paulo : Companhia das Letras, 1997. p. 81-86. Com Ribeiro, o compadrio/cunhadismo ganha extrema relevância: “A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo”.

seus sonhos dourados. Desde o final do século XVI, o altiplano da vila de São Paulo se diferenciava das demais áreas de exploração açucareira do litoral, como afirma Sérgio Buarque de Holanda:

*Vencida porém a escabrosidade da Serra do Mar, sobretudo na região de Piratininga, a paisagem colonial já toma um colorido diferente. Não existe aqui a coesão externa, o equilíbrio aparente, embora muitas vezes fictício, dos núcleos formados no litoral nordestino, nas terras do massapé gordo, onde a riqueza agrária pode exprimir-se na sólida habitação do senhor de engenho. A sociedade constituída no planalto da Capitania de Martim Afonso, mantém-se, por longo tempo ainda, numa situação de instabilidade ou de imaturidade, que deixa margem ao maior intercurso dos adventícios com a população nativa. **Sua vocação estaria no caminho, que convida ao movimento;** não na grande propriedade rural, que cria indivíduos sedentários.*¹⁶⁴

Uma vocação para o caminho que se desdobra em movimento, em interações promovidas conforme os hábitos e os costumes da terra, dos índios, seguindo-lhes os passos e caminhando como eles. Marchavam em fila única ao longo de trilhas estreitas, com os pés descalços e pisando para dentro (“voltar para dentro os dedos do pé”), de forma a distribuir o peso do corpo uniformemente pela planta dos pés, driblando as dores e o cansaço prematuro¹⁶⁵. Empreendiam longas jornadas terrestres e fluviais, descendo o planalto em todas as direções — dos atuais

¹⁶⁴ HOLANDA, S. B. de. Monções. São Paulo : Brasiliense, 1990. p. 15-16.

¹⁶⁵ “Muitos desses expedientes e recursos que lhes ajudavam a vencer o cansaço numa existência andeja e inconstante, transmitiram-nos os índios aos seus filhos mamalucos. Transmitiram-nos também, quase certamente, a alguns daqueles pioneiros brancos que, especialmente nas terras de Piratininga, tiveram de imitar seus hábitos para resistir à hostilidade do meio. É inevitável pensar-se a este propósito no patriarca João Ramalho, de quem dizia Tomé de Sousa, em carta a el-rei: ‘Tem tantos filhos e netos bisnetos e descendentes dele ho nom ousou de dizer a V. A., não tem cãa na cabeça nem no rosto e anda nove leguas a pe antes de jantar...’ ” HOLANDA, S. B. de. Caminhos e fronteiras. Rio de Janeiro : José Olympio, 1957. p. 36-37. O título com que foi originalmente publicado o estudo reproduzido na primeira parte deste livro é bem sugestivo: Índios e mamelucos na expansão paulista. Anais do Museu Paulista, São Paulo, 1949. t. 13, p. 175-290.

Paraguai, Minas, Mato Grosso, Paraná — em busca do ouro, da prata, do Peru, dos escravos ou da imaginosa serra resplandescente de Sabarabuçu. Os sertanistas mestiços, mamalucos¹⁶⁶, formados no caminho, reconheciam e evitavam beber água das poças e dos rios pestilentos; quando nada havia para consumir, sobreviviam com o mel; quando a noite caía, repousavam em sua mobília móvel, a rede; e, quando as corredeiras dos rios destruíam suas canoas, reconstruíam-nas e continuavam a viagem, remando de pé e à proa, sempre conforme o modo indígena¹⁶⁷.

Calor, miasmas, verminoses, diarréias, moléstias, vômitos, achaques... não era fácil a vida do “viandante”. Jacarés, sucuris e onças famintas: “esses bichos formidáveis”. E os insetos? Verdadeiros flagelos dos rios Tietê e Paraná, como diz o sargento-mor Teotônio José Juzarte. Enxames de mosquitos-pólvora, borrachudos e pernilongos — esses “dípteros hematófagos” —, somados aos bichos-de-pé, vespas, marimbondos, moscas, coboclos(?), pulgas, barra-fogos, formigas, cassunungas(?), gafanhotos, micuins, baratas, aranhas, carrapatos...

¹⁶⁶ Mameluco é corruptela de mamaluco, que significa, em tupi, mestiço. Segundo Teodoro Sampaio, o vocábulo mamã-ruca decompõe-se em “mamã”, misturar, dobrar, abraçar, e “ruca” ou “yruuca”, que quer dizer tirar. Portanto, “mamã-ruca” traduz “o tirado da mistura” ou “de procedência mista”. Cf. TAUNAY, A. de E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo : Typ. Ideal; H. L. Canton, 1924. v.1, p. 124-129.

¹⁶⁷ “(...) recorrendo à matéria-prima indígena, os primeiros colonos e seus descendentes também mantiveram a técnica de construção naval dos naturais da terra. Não se pode afirmar que, durante a era colonial, o imigrante europeu tenha acrescentado grande coisa à arte de navegação interior, tal como já a encontrara, praticada entre o gentio. Não só no fabrico das embarcações, como na mareagem, os usos estabelecidos antes do advento do homem branco, puderam, assim, sobreviver longamente à subjugação dos antigos moradores.” HOLANDA, S. B. de. *Monções*. Op. cit., p. 28. O autor se refere às ubás e pirogas, canoas confeccionadas a partir da escavação de um único tronco inteiro de árvore. A comitiva do governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, embarcou nesses monóxilos quando da viagem a Cuiabá (6/7/1726). O governador fizera de tudo para postergar a viagem em vista dos relatos sobre os desastres, as mortes, o ataque dos índios Paiaguá, etc. Cf. LUÍS, W. *Contribuição para a história da capitania de São Paulo: governo de Rodrigo César de Meneses*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 1903. v. 8, p. 109-120. “A 16 de novembro de 1726 chegou Rodrigo César ao arraial de Cuiabá, emagrecido e desfigurado, tendo vencido em quatro meses as 530 léguas dessa rude, penosa e longa viagem fluvial.”

* Piroga tripulada por índios Apicacás.

Autor: Hercules Florence.

Nasceu em Nice, em 1804. Chegou ao Brasil em 1824 e logo se engajou como desenhista na expedição do barão Jorge Henrique de Langsdorff que deixou o Rio de Janeiro no dia 3 de setembro de 1825.

A imagem e a legenda acima foram extraídas de:

FLORENCE, H. Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas (1825 a 1829). São Paulo : Cultrix; EDUSP, 1977. p. 229.

Segundo Taunay,

Quando sobre alguém caía alguns dos bolos de carrapatos impunha-se à vítima pôr-se imediatamente nua para que outra pessoa lhe corresse por todo o corpo uma bola de cera arrancando os horríveis ixodídeos ou antes para que a esfregasse com caldo de tabaco de fumo ou sarro de pito.¹⁶⁸

Constante e inabalável, assim se apresentava a natureza nesse contexto de devassamento e expansão, um cenário de todo inóspito para o adventício, porém calorosamente familiar ao paulista¹⁶⁹. Natureza e índios impunham-se como códigos cuja decifração parcial realizou-se ao longo do processo que formou o prático do sertão, o sertanista, o bandeirante ou, como diziam os jesuítas das missões do Guairá, “los portugueses de San Pablo”¹⁷⁰. Embora tenham sido protagonistas de atrocidades que não edificam ninguém, esses homens foram os intérpretes da terra, aqueles que, em razão da sua vivência e do conhecimento prático construído, foram capazes de encontrar as preciosidades há tanto tempo desejadas pelos monarcas portugueses. Mestiços, falando a língua geral, percorrendo as trilhas indígenas, andando como os índios, com eles interagindo, submetendo-os à escravidão, mobilizando-os nas “entradas” e monções continente adentro, navegando segundo a sua técnica, enfim, reelaborando os saberes e as energias da terra, refizeram os caminhos

¹⁶⁸ TAUNAY, A. de E. Relatos monçoeiros. São Paulo : Martins, 1953. p. 64-67. Neste livro, encontra-se publicado o *Diário da navegação do rio Tietê, rio Grande Paraná, e rio Guatemi em que se dá relação de todas as coisas mais notáveis destes rios, seu curso, sua distância, e de todos os mais rios, que se encontram, ilhas, perigos, e de tudo o acontecido neste Diário, pelo tempo de dois anos, e dois meses. Que principia em 10 de março de 1769, escrito pelo sargento-mor Teotônio José Juzarte*. Veja-se a recente reedição: SOUSA, Jonas Soares de, MAKINO, Miyoko (Orgs.). Diário da navegação. São Paulo : EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

¹⁶⁹ Cf. HOLANDA, S. B. de. Visão do paraíso. Rio de Janeiro : José Olympio, 1959. p. 63.

¹⁷⁰ Cf. GANDÍA, E. de. Las misiones jesuíticas y los bandeirantes paulistas. Buenos Aires : Editorial “La Facultad”, 1936.

conforme as exigências do colonialismo¹⁷¹. Agora, não mais trilhas vivas com a natureza, testemunhos de uma relação retroalimentadora, mas caminhos contra a natureza, verdadeiras veias abertas à exploração desmedida dos seus recursos. E ao falar em caminho num contexto de exploração, necessariamente, deve-se falar em descaminho. A trilha alimenta, o caminho extravia.

Em meio a crise econômica das décadas de 1670-80 e estimulado pelos primeiros sinais convincentes de ouro vindos do Brasil, D. Pedro II confiou a D. Rodrigo de Castel Blanco a chefia de uma expedição para pesquisar minas. O nobre espanhol chegou à Bahia no final de 1673. Vasculhou o que pôde e nada. De lá, rumou para Paranaguá, chegando no final de 1677. Nesta etapa, acrescentou-se aos seus objetivos uma incursão no rio da Prata com a possível instalação de um entreposto português. Entre 1677 e 1682, vasculhou o que pôde e não avançou um ponto sequer além do já conhecido e diminuto ouro de aluvião de Paranaguá. Ao fracasso sucedeu a tragédia. Em agosto de 1682, Castel Blanco tombou assassinado no arraial do Sumidouro¹⁷². No início do século XVII, em 1611, também havia tombado um outro fidalgo que viera em busca de metais e gemas preciosas: D. Francisco de Sousa¹⁷³. Nenhuma dessas duas tentativas decididamente oficiais obteve sucesso. O círculo somente se fechou quando o incentivo real foi direcionado para os paulistas, oferecendo-lhes mercês e distinção, em outras palavras, quando ao pragmatismo do pacto fizeram

¹⁷¹ Cf. VENÂNCIO, R. P. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial. In: FURTADO, J. F. (Org.). Diálogos oceânicos. Belo Horizonte : UFMG, 2001. p. 181-192.

¹⁷² Cf. TAUNAY, A. de E. História geral das bandeiras paulistas. São Paulo : Typ. Ideal; H. L. Canton, 1930. v. 6. HANSON, C. A. Economia e sociedade no Portugal barroco. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1986. p. 244-246.

¹⁷³ Cf. FRANCO, F. de A. C. Os companheiros de D. Francisco de Sousa. Rio de Janeiro : Sociedade Capistrano de Abreu, 1929.

incorporar os práticos da terra¹⁷⁴.

A importância desses especialistas do sertão era tamanha que, em sua primeira viagem a Minas (1697), o governador Artur Meneses foi levado a livrar Manuel da Borba Gato das suspeitas em torno da sua participação no assassinato de Castel Blanco. No encontro intermediado por Garcia Rodrigues Paes, na contrapartida da barganha, ficou Borba Gato incumbido de guiar o governador em sua jornada até as minas já descobertas e, quiçá, outras mais, convenientemente encobertas dos prepostos do rei¹⁷⁵.

O encontro do bandeirante com o governador é muito significativo. Ele simboliza a mudança do caráter de um ator social: a passagem de bandeirante a conquistador. Segundo Capistrano de Abreu, bandeiras e bandeirantes “concorreram antes para despovoar que para povoar nossa terra”, desalojando, escravizando e destruindo as populações

¹⁷⁴ Assim estabelecia o rei, no documento subsequente, apenas estendendo a sua “generosidade” para os descobridores de outros tipos de metal: “Artur de Sá e Meneses Amigo. Eu el-rei vos envio muito saudar (...) Hei por bem que aquelas pessoas que descobrirem minas de estanho cobre ou salitre ou outro qualquer metal que possam ser de utilidade para o meu serviço, sendo as minas de sorte que se possam beneficiar, e produzir efeito lhe possais prometer aquelas tenças que vos parecerem convenientes assentadas no rendimento das mesmas minas, e aqueles que forem capazes de terem hábitos das ordens militares dos hábitos de Avis ou Santiago, e havendo alguma pessoa de conhecida nobreza e que se trate com luzimento em que possa assentar bem o m.^{ce} do hábito de Nosso Senhor IESVS Cristo lha podereis prometer, e neste particular vos havereis com tanta prudência que fiquem todas estas m.^{es} feitas de sorte que não percam a sua estimação nem se deixe de fazer o meu serviço...” Carta régia declarando quais as recompensas honoríficas que o governador podia prometer aos paulistas descobridores de minas de cobre, salitre, estanho ou outro qualquer metal de utilidade (Lisboa, 26/11/1698). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 1913. v.18, p. 341.

¹⁷⁵ Cf. BARREIROS, E. C. Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1984. p. 90. Após haver tecido considerações a respeito de uma atitude semelhante do governador em relação a outro assassino, expende Taunay: “Artur de Sá e Meneses, confiando missão idêntica, poucos meses depois, a Manuel da Borba Gato, usava da mesma política de tolerância e habilidade, de que deu prova em barda. Além de que D. Rodrigo de Castel Blanco era castelhano e não tinha parentes nem em Portugal nem no Brasil. E que os tivesse... **Mina de prata, ou de ouro, que se descobrisse, valia então pela melhor defesa, e importava em sentença absolutória dos maiores crimes, sentença tácita, mas efetiva. De mais, quem é que, por delito relativo a questões de descobrimentos, de repartições de datas, de alteração do valor da moeda, de falsificação dos cunhos reais, foi então punido capitalmente?** As leis eram duras, mas os seus supremos executores eram clementes: suaviter in re, fortiter in modo.” TAUNAY, A. de E. História geral..., v. 6, p. 56-57. O grifo é meu. A tradução da citação em latim: “suavizado no objeto, fortalecido no modo”.

indígenas. Os bandeirantes executavam um movimento pendular, “iam e tornavam”, não se fixando nunca nos territórios percorridos:

A atenção que não cabe aos bandeirantes reclamam-na de passagem os conquistadores, homens audazes, contratados pelos poderes públicos para pacificar certas regiões em que os naturais apresentavam mais rija resistência. Os conquistadores podiam cativar legalmente a indiada, recebiam vastas concessões territoriais, iam autorizados a distribuir hábitos e patentes aos companheiros mais esforçados. Estêvão Ribeiro Baião Parente, Matias Cardoso, Domingos Jorge Velho e outros fixam este curioso tipo; geralmente não tornavam à pátria e deixaram sinais de sua passagem e herdeiros de seu sangue em Minas Gerais, na Bahia, em Alagoas e alburess; mas o maior serviço que prestaram consistiu em ligar o Tietê e o Paraíba do Sul ao S. Francisco, através da Mantiqueira, construindo e levando rio abaixo canoas para as quais não havia aqui madeira própria, e auxiliarem os curraleiros a se estenderem até o Parnaíba e o Maranhão. Domingos Jorge Velho foi um dos primeiros devassadores do Poti.¹⁷⁶

O mapa da página 88 apresenta os roteiros das duas viagens de Artur Meneses. Na primeira, rumou de navio diretamente para Santos, venceu a serra e pegou o chamado “caminho geral do sertão” de São Paulo para as Minas — no início, de fato, para as cabeceiras do rio São Francisco. Nessa primeira viagem, o governador, chegando a Taubaté, foi obrigado a retornar para o Rio enquanto Borba Gato continuou a jornada para preparar a futura chegada do governador. Na segunda, rumou por terra até Sepetiba, tomou uma embarcação e navegou pela costa ao longo a restinga da Marambaia, passou pela Ilha Grande e finalmente desembarcou

¹⁷⁶ ABREU, C. de. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1989. p. 44-45. Capistrano nunca cedeu à louvação dos bandeirantes. Diante da exaltação desmedida do território expandido e o do silêncio maquinado sobre as mortes e a escravidão dos índios, ele interpôs uma pergunta cortante: **“Compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas?”** ABREU, C. de. Capítulos de história colonial (1500-1800). Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1988. p. 146.

em Parati¹⁷⁷. Transpôs a serra do Mar (caminho dos guaianás ou do Facão¹⁷⁸), atravessou o rio Paraitinga e, de novo, passou por Taubaté em direção a Pindamonhangaba, a Guaratinguetá, às roças de Garcia Rodrigues Paes, defrontando-se com a serra da Mantiqueira. Venceu-a pela garganta do Embaú, rumou para Boa Vista, cruzou o rio Grande, atravessou o rio das Mortes pelo porto da Passagem, passou o rio Paraopeba, embicou na direção do ribeirão do Carmo e de lá para o rio das Velhas. Segundo Antonil, descontando-se os dias de descanso, a comitiva do governador gastou quarenta e três dias neste “caminho velho da cidade do Rio de Janeiro para as minas gerais dos Cataguás e do rio das Velhas”¹⁷⁹. O mapa reproduzido na próxima página segue de perto o traçado indicado por Antonil¹⁸⁰.

¹⁷⁷ Veja-se a transcrição integral, no segundo volume, do: Regimento do que há de usar o Provedor, e escrivão do Registro da Vila de Parati por ser o mesmo que se observa no Registro do caminho da Paraíba que vai para as Minas assim para observarem as ordens de S. Majestade que Deus guarde como para os emolumentos há de levar (Rio de Janeiro, 10/11/1726). ANTT - **Papéis do Brasil**, códice 6, fl. 198-199.

¹⁷⁸ “Quando os homens de procedência européia lançaram os fundamentos do Parati, já existia, entre esta localidade e as margens do Paraíba um trecho aberto pelos guaianases, que senhoreavam o alto vale desse rio. Por ele foi que se realizou a entrada de Martim Correia de Sá ou jornada de Knivet, em 1597, e por ele se efetuaram, durante muito tempo, as comunicações entre o Rio de Janeiro e o hinterland. Foi esse movimento que ensejou o surto de um povoado nos campos que sucediam à serra do Mar e a que se deu o nome de Facão, em 1660, e que é hoje a cidade paulista de Cunha”. Nota de Basílio de Magalhães em: *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo, 1929. v.51, p. 382-383.

¹⁷⁹ ANTONIL, A. J. Cultura e opulência do Brasil (1711). São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1967. p. 284-290.

¹⁸⁰ Mapa digitalizado de: SOUZA, L. de M. e, BICALHO, M. F. B. 1680-1720: o império deste mundo. São Paulo : Companhia das Letras, 2000. p. 24.

○ caminho velho de Minas.

* Mapa digitalizado de:

BARREIROS, E. C. Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia. Belo Horizonte : Itatiaia, São Paulo : EDUSP, 1984. p. 91.

Na época da segunda viagem de Artur Meneses (1700), o novo caminho entre as Gerais e o Rio de Janeiro já estava aberto, contudo, muito estreito e precário, ainda não comportava o tráfego de animais. Por isso o governador tomou a antiga rota. Por isso, talvez, os “homens nobres e mercadores” da praça do Rio de Janeiro não tenham honrado o compromisso de pagar dez mil cruzados a Garcia Rodrigues por conta das despesas feitas ao longo do ano e meio que levou para cumprir a sua parte do acordo. Para evitar o calote dos nobres comerciantes no filho de Fernão Dias, o governador assinou uma provisão nos seguintes termos monopolistas:

*(...) Hei por bem fazer mercê em nome de Sua Majestade que Deus guarde conceder ao dito capitão Garcia Rodrigues Paes que só ele possa meter o negócio que lhe parecer pelo dito caminho por espaço de dois anos que terão princípio em o primeiro de junho vindouro, de mil e setecentos e durante o dito tempo nenhuma outra pessoa possa usar o dito caminho sem consentimento do dito capitão Garcia Rodrigues Paes para o que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja lhe possa pôr dúvida alguma e só poderá vir per o dito caminho toda a pessoa que vier per o dito caminho dos Cataguases para esta cidade ao que o dito capitão Garcia Rodrigues não porá impedimento algum e da mesma sorte poderá ir por o dito caminho toda a pessoa que quizer ir às ditas minas mas não poderá nenhuma pessoa levar nem mandar ir gênero algum destes o que mais que um negro que lhe leve a sua patrona ou espingarda nem poderá levar escravos alguns ou índios porque tudo o hei proibido e para firmeza de tudo lhe mandei passar a presente provisão por mim assinada e selada com o selo de minhas armas que se cumprirá tão inteiramente como nela se contém...*¹⁸¹

Não podia ser mais explícito o sentido mercantil dos

¹⁸¹ Provisão de Artur de Sá e Meneses concedendo a Garcia Rodrigues Paes o uso exclusivo, por dois anos, do caminho por este aberto entre o Rio de Janeiro e os campos gerais (Rio de Janeiro, 2/10/1699). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 1913. v.18, p. 363-364.

caminhos. Comerciantes e donos de terras se uniram à coroa para encontrar um trajeto mais curto (17 dias em vez de 3 meses), leia-se, mais rentável¹⁸². Quando o caminho ficou pronto, os particulares roeram a corda: não pagaram. Em contrapartida, o governador cumpriu a sua palavra concedendo a exclusividade temporária dos negócios propiciados pelo novo caminho a Garcia Rodrigues, isto é, pagou a sua parte colocando em jogo os interesses dos caloteiros, além de, é claro, tê-lo distinguido com todas as honrarias possíveis. Disso tudo resulta o seguinte: o caminho novo nasceu descaminhado. Nestes dois anos de exclusividade o capitão exercerá os seus direitos e venderá autorizações, mas, de modo algum, conseguirá controlar inteiramente o caminho. Aqueles interesses, desde sempre caloteiros, se empenharão na burla dos controles. Quando os dois anos decorrerem e o caminho passar a ser controlado pelos registros, os mesmos interesses prevalecerão, disseminando os descaminhos. *É o caminho que convida ao descaminho.*

Segundo Basílio de Magalhães¹⁸³, a melhor descrição do caminho novo é a de Calógeras, pois este complementa a de Antonil. É preciso assinalar que o caminho aberto por Garcia Rodrigues Paes desdobrou-se ao longo do tempo em inúmeras variantes e, inclusive, num outro caminho, o concluído por Bernardo Soares de Proença¹⁸⁴. A reconstituição destas picadas abertas na mata é tarefa inglória, suscetível a

¹⁸² Cf. ZEMELLA, M. P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo : HUCITEC; EDUSP, 1990. p. 62-65.

¹⁸³ MAGALHÃES, B. de. Documentos relativos ao "bandeirantismo" paulista e questões conexas, no período de 1664 a 1700. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 1913. v.18, p. 433-434.

¹⁸⁴ Provisão régia ordenando ao governador do Rio de Janeiro que agradecesse ao sargento-mor Bernardo Soares de Proença o ter aberto o caminho novo das Minas à própria custa, abreviando de quatro dias o da serra do Mar, e aprovando o ato pelo qual Aires de Saldanha de Albuquerque negara deferimento à petição de datas na referida estrada, a que se julgava direito Garcia Rodrigues Paes (Lisboa, 6/7/1725). Documentos interessantes... v. 50, p. 34-36.

intermináveis polêmicas e fadada a equívocos — especialmente no que concerne aos topônimos, boa parte deles de existência efêmera e cujos rastros o tempo consome. O mapa abaixo reproduz, praticamente, ponto a ponto a descrição de Calógeras, que se lhe segue.

O caminho novo de Minas.¹⁸⁵

Saía a estrada do Rio e passava sucessivamente em Irajá, no engenho do alcaide-mor Tomé Corrêa, que devia ficar nas proximidades de Meriti, no porto do Nóbrega em Iguaçu, e dali procurava o sítio de Manuel do Couto. Esta última localidade não é de mui difícil localização. Sabe-se por Antonil que ela se acha águas acima de Nossa Senhora do Pilar, no rio Morobaí, hoje conhecido como rio do Pilar, e onde vinha terminar a

¹⁸⁵ Mapa digitalizado de: SOUZA, L. de M. e, BICALHO, M. F. B. Op. cit., p. 25.

travessia marítima para quem a quisesse fazer do Rio até esta freguesia; além disto nas cabeceiras do rio, entre a serra da Estrela e a do Tinguá, estão o pico e a serra do Couto, alusivos provavelmente do antigo morador a que se refere Antonil; o sítio deste, portanto, havia de achar-se ao sopé da cordilheira do Mar, antes do trecho encachoeirado da corrente do Morobaí.

A estrada continuava pelo vale acima até o cume onde se achavam os Pousos Frios, em um ponto onde existia “um tabuleiro direito em que se pode formar um grande batalhão; e em dia claro, é sítio bem formoso e se descobre dele o Rio de Janeiro e inteiramente o seu recôncavo”. O pico do Couto estando a 1364 metros de altura, a garganta que dá passagem deve estar por 1000 metros acima do nível do mar, enevoadado no inverno, portanto; o plano largo donde se enxerga o Rio deve ser a oeste da fazenda da Quitandinha, perto de Petrópolis, talvez a serra da Boa Vista, de que fala Saint-Hilaire.

Dali seguia o caminho para as roças do capitão Marcos da Costa e para a do Alferes, talvez a atual vila de Pati do Alferes; descia o rio Ubá, passando pelo Pau Grande, hoje vizinhanças da estação de Avelar na E. F. Melhoramentos, e o morro do Caburú, na mesma linha, até chegar ao rio Paraíba, onde se encontravam canoas para a travessia.

Aquém da caudal estavam as estalagens e ranchos, além dela a casa de Garcia Rodrigues e suas imensas roças. Com dois dias de jornada atingia-se o Paraibuna, menos impetuoso que o Paraíba, que se atravessava também em canoas. Entrava-se ali pelo atual território de Minas e procurava-se o rumo das então roças, hoje distritos, de Simão Pereira e Matias Barbosa; continuava-se margeando o Paraibuna, passando nas roças de Antônio Araújo, do capitão José de Sousa, do alcaide-mor Tomé Corrêa e Manuel de Araújo. Aqui, provavelmente, a estrada cruzava a Mantiqueira, e entrava em águas do rio Grande; ia atravessando umas roças de Manuel de Araújo e outras do bispo da diocese fluminense até chegar à Borda do Campo, em Barbacena, na roça do coronel Domingos Rodrigues da Fonseca. Pouco além bifurcavam os caminhos: quem fosse para o rio das Mortes procurava o hoje arraial, então simples roça, de Alberto Dias e daí às plantações de Manuel Araújo, na Ressaca, povoação que conserva seu antigo nome; pouco além achava-se o arraial do rio das Mortes, hoje cidade de São João d'El-Rei. Quem quisesse ir às Minas Gerais de Cataguases, da Ressaca do campo ia procurando as roças de João Batista e João da Silva Costa, as Congonhas, o rodeio de Itatiaia, donde se

passava ao campo de Ouro Preto “que fica mato dentro” diz Antonil justificando, como Bento Fernandes, as antigas tradições sobre a mata cerrada em que estavam as lavras, em uma zona onde hoje mal se encontra pau de madeira de construção.

O trecho, obscuro em Antonil, entre a Ressaca e Congonhas do Campo, elucida-se facilmente recorrendo à carta de sesmaria concedida por Antônio de Albuquerque Coelho a Jerônimo Pimentel Salgado no campo dos Carijós, hoje cidade de Queluz, documento do qual se deduz estarem as posses do suplicante à beira da dita estrada “partindo com as terras de João da Silva da Costa e com as de Amaro Ribeiro”. Sendo este o fundador do atual distrito de Santo Amaro, bem se vê que o caminho saindo das imediações de Barbacena procurava a Ressaquinha, Carandaí, Santo Amaro, Queluz e Congonhas.

Do Paraibuna em diante esse traçado é o da E. F. Central do Brasil e o do ramal do Ouro Preto, com discrepâncias mínimas; mais um exemplo da coincidência das zonas percorridas pelas vias férreas e os antigos caminhos coloniais, calcados a seu turno sobre as estradas dos índios.¹⁸⁶

Embora longo e minucioso — e não poderia ser diferente — o texto de Calógeras não está imune aos tais equívocos. Por exemplo, logo no início, o autor afirma que o engenho do alcaide-mor Tomé Corrêa Vasquez “devia ficar nas proximidades de Meriti”, o que não procede. O engenho Maxambomba, esse é o nome da propriedade do alcaide, ficava na freguesia de Jacutinga, na beira da serra do Madureira,

¹⁸⁶ CALÓGERAS, J. P. *As Minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1904. v.1, p.72-75. Vejam-se, também: ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil (1711)*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1967. p. 288-290. SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo : EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia, 1975. p. 17-76. ARAÚJO, E. *Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais*. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *Revisão do paraíso*. Rio de Janeiro : Campus, 2000, p. 45-91. SANCHES, M. G. *Proveito e negócio: regimes de propriedades e estruturas fundiárias no Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro : Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. p. 151-153. A essa altura, preciso agradecer ao Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches, amigo de muitas caminhadas, por sua disponibilidade para discutir as infinitas variáveis em torno do caminho novo. Fica aqui, também, o meu agradecimento ao Prof. Leonardo Aguiar Rocha Pinto, por compartilhar comigo o seu conhecimento único acerca do processo de ocupação da Baixada Fluminense no século XVIII.

mais ou menos entre os atuais municípios de Mesquita e Nilópolis¹⁸⁷. De todo modo, sempre haverá o que reparar em matéria tão delicada, com roças e engenhos de mesmo nome, ou de nomes diferentes mas do mesmo proprietário, enfim, de localidades cujos marcos referenciais foram destruídos ou deslocados na medida em que se processava a ocupação.

Os referenciais mais importantes do novo caminho entre Minas e o Rio de Janeiro eram, para o aberto por Garcia Rodrigues Paes, o porto do Pilar, e para a variante aberta por Bernardo Soares de Proença, o porto da Estrela. A diferença básica entre os dois é que, na altura de Marcos da Costa, o traçado do Proença inflecte “para a esquerda”, em demanda do rio Inhomirim, enquanto o de Garcia Paes mantém a trajetória para o rio Morobaí — afluente do rio Iguaçu. Esses dois portos eram os mais importantes de uma miríade de outros ancoradouros que se vão construindo ao longo do século XVIII. Os portos se erguiam tão logo os rios vindos da serra se tornavam navegáveis e o terreno menos suscetível a alagamentos. É útil sublinhar que estamos numa região de baixada, toda ela circundante a baía de Guanabara, reciclando-a com seus brejos e mangues. Nesse ambiente, terreno firme e seco é uma dádiva. Daí a razão dos caminhos das Minas terminarem nos portos. Neles embarcavam ou desembarcavam gentes e mercadorias a buscar o Rio de Janeiro ou o ouro. Monsenhor Pizarro expõe a situação consolidada dos caminhos:

O porto único da Estrela, em Anhumirim [Inhomirim], é o geral, a que vão ter os efeitos das fazendas sobre a serra dos Órgãos, para se conduzirem à cidade. Pelas terras do termo paroquial correm os rios Paraúna [Paraibuna], Paraíba,

¹⁸⁷ Maxambomba — com “ch” — pode ser localizado no mapa da próxima página, ao lado da inscrição Santo Antônio de Jacutinga.

Piabanha e outros muitos de mais, ou menos fartura, que vão engrossar os corpos de seus tributeiros. À margem do primeiro se conserva, como disse, uma guarda efetiva para fiscalizar os direitos das passagens, e impedir o extravio do ouro e diamantes transportados do interior das Minas, cujo Registro ficou sob a jurisdição do governador do Rio de Janeiro, por ordem de 19 de junho de 1723; à foz do segundo está outra guarda semelhante a quem pertence a cobrança dos meios direitos das mesmas passagens, que no Registro principal do Paraíba [Paraibuna] acabam de pagar os passageiros, idos do Rio de Janeiro. Em ambos os lugares acham os viandantes barcas prontas à condução das cargas, do povo, e dos animais, que devem atravessar os largos, e caudalosos rios. Nos mesmos sítios estão edificadas algumas casas de vivenda, e telheiros, onde se recolhem os fardos de fazendas, os seus condutores (conhecidos com o nome de tropeiros) e pousam os passageiros.¹⁸⁸

Duas notas. O porto da Estrela tornou-se mais freqüentado porque a variante do Proença, que nele terminava, reduzia a jornada em cerca de quatro dias. Segundo, e talvez mais importante, o Registro ficava no porto do Pilar. Registro lembra governo, que, por sua vez, lembra oficiais a recolher direitos de passagem, a verificar as cartas de guia do ouro, ou, por outro lado, a embolsarem aquele ouro em pó “por fora” que lhes turvava as vistas para o carregamento principal.

Nas próximas páginas são reproduzidas as pranchas de Rugendas do porto da Estrela e do rio Inhomirim, assim como uma fotografia da região, tirada do adro da Igreja de Nossa Senhora da Estrela dos Mares, em 2000. Entre a poesia das pranchas e o presentismo da foto está todo o arco temporal no qual se move o historiador.

¹⁸⁸ PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1946. v. 4. p. 92-93. Acerca das questões concernentes à atividade dos tropeiros, vejam-se: GOULART, J. A. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro : Conquista, 1961. LENHARO, A. *As tropas da moderação*. Rio de Janeiro : Prefeitura da Cidade : Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.

* Porto da Estrela.

Autor: Johann Moritz Rugendas.

A imagem e a legenda acima foram extraídas de:

O Brasil de Rugendas. Belo Horizonte : Itatiaia, 1998. 1.^{ère} Div., Pl. 13.

* Rio Inhomirim, na Baía de Guanabara.

Autor: Johann Moritz Rugendas.

A imagem e a legenda acima foram extraídas de:

O Brasil de Rugendas. Belo Horizonte : Itatiaia, 1998. 1.^{ère} Div., Pl. 12.

* Fotografia tirada do adro da Igreja de Nossa Senhora da Estrela dos Mares, Magé (RJ) – 2000. No primeiro plano, as ruínas de um dos armazéns do porto. No horizonte, a serra do Mar.

Autor: Leonardo Aguiar Rocha Pinto.

Fonte:

PINTO, L. A. R. Fregueses e freguesias: ação do Estado português sobre os povoados ao longo das vias de comunicação entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Rio de Janeiro : Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Gama Filho, 2001. p. 56.

A terceira grande via de acesso às Minas, a dos currais do São Francisco, no entendimento de Augusto de Lima Júnior, era a estrada por excelência do contrabando¹⁸⁹. E a razão é simples: porque era o melhor caminho, “porque posto que mais comprido, é menos dificultoso, por ser mais aberto para as boiadas, mais abundante para o sustento e mais acomodado para as cavalgadas e para as cargas”¹⁹⁰. Tudo o que o caminho novo ainda não podia oferecer — se é que pôde um dia — os currais da Bahia e o velho Chico entregavam sem resistência, salvo a dos índios. De Salvador até Cachoeira, depois João Amaro e Tranqueira. Aqui uma bifurcação: à direita, na direção de Matias Cardoso, os currais do Filgueira, à esquerda, o caminho de João Gonçalves do Prado.

O mapa da próxima página apresenta uma visão de conjunto dos três sistemas de caminhos nos quais se alicerçam inúmeros sistemas de descaminhos. Observando-o, tem-se a exata dimensão das palavras de Darcy Ribeiro sobre Minas: “o nó que atou o Brasil e fez dele uma coisa só”¹⁹¹.

¹⁸⁹ LIMA JÚNIOR, A. de. A capitania das Minas Gerais. Rio de Janeiro : Zélio Valverde, 1943. p. 128.

¹⁹⁰ ANTONIL, A. J. Op. cit., p. 292.

¹⁹¹ RIBEIRO, D. O povo brasileiro. Op. cit., p. 153.

* Os caminhos dos princípios do século XVIII.

Mapa digitalizado de:

BARREIROS, E. C. Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia. Belo Horizonte : Itatiaia, São Paulo : EDUSP, 1984. p. 34.

2.2 Os descaminhos

Também com vender cousas comestíveis, água ardente e garapas, muitos em breve tempo acumularam quantidade considerável de ouro. Porque, como os negros e os índios escondem bastantes oitavas quando catam nos ribeiros e nos dias santos e nas últimas horas do dia, tiram ouro para si, a maior parte deste ouro se gasta em comer e beber, e insensivelmente dá aos vendedores grande lucro, como costuma dar a chuva miúda aos campos, a qual, continuando a regá-los sem estrondo, os faz muito férteis. E, por isso, até os homens de maior cabedal, não deixaram de se aproveitar por este caminho dessa mina à flor da terra, tendo negras cozinheiras, mulatas doceiras e crioulos taverneiros, ocupados nesta rendosíssima lavra e mandando vir dos portos do mar tudo o que a gula costuma apetecer e buscar.¹⁹²

Uma das primeiras medidas para inibir essa combinação de caminho e descaminho foi proibir a abertura de novas picadas e trajetos¹⁹³. A coroa percorria o fio da navalha. A abertura de caminhos diretos, transitáveis e sustentados cumpria o objetivo de drenar sem estorvo a riqueza. Entretanto, a manutenção, a fiscalização e a sustentabilidade dessas estradas dependia dos roceiros e das paróquias,

¹⁹² ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil (1711)*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1967. p.271.

¹⁹³ Sobre a observância da Lei que proíbe novos caminhos para as Minas já estabelecidos (Lisboa, 28/10/1733). ANRJ/Códice 80 - **Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte (1718-1763)**. v. 6, fl. 41. O rei bem que tentou proibir, mas, obviamente, não conseguiu. Em 6/2/1736, o monarca envia nova correspondência reafirmando a proibição. Veja-se a transcrição dessa carta no segundo volume.

como se depreende do encaminhamento do governador das Minas, D. Lourenço de Almeida:

(...) o caminho novo continuamente necessita de se conservar, porque são umas ladeiras tão grandes postas aos soslaios dos morros, que não podem ser as estradas de outra forma; é preciso que haja pessoa que execute as ordens que lhe mandarem estes concertos, e que tenha respeito e autoridade entre os meus homens de roças; e assim, para efeito de se dar à execução o que se lhe encarregar do serviço de Vossa Majestade, me parece que é preciso que Vossa Majestade se sirva fazer mercê ao dito Estêvão Pinto de Andrada, de lhe confirmar a sua patente de mestre de campo, o qual posto é só honorário porque não tem corpo de gente, pois em todo o caminho haverá vinte moradores e isto em distância de dez dias de caminho, com pouca diferença.¹⁹⁴

Se, por um lado, roceiros e clérigos garantiam abrigo e alimento para os viajantes, assim como a vigilância e a preservação dos trajetos, por outro lado, eles forneciam as condições para o perfeito escoamento de ouro e diamantes por fora dos controles da fazenda real. Na carta em que dava conta ao rei das ações de Bernardo Soares de Proença e do estado da variante do caminho novo, Luís Vahia enuncia claramente a ambivalência da condição dos roceiros:

(...) Recebendo esta real ordem de Vossa Majestade chamei Bernardo Soares de Proença e lhe agradei como Vossa Majestade me ordenou o zelo com que se tinha empregado no descobrimento deste caminho que é tudo quanto estava feito até o tempo em que recebi esta ordem, e repartidas as sesmarias em que alguns sesmeiros tinham feito algum trabalho mas outros nem olhado para elas e assim se achava o caminho mais imaginado que feito por cuja causa fiz vir à minha presença

¹⁹⁴ Sobre Estêvão Pinto de Andrada (Vila Rica, 14/10/1722). Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1980. ano 31, p. 132-133.

*todos os donos das sesmarias e os obriguei que logo pusessem o caminho corrente e capaz e cultivassem mantimentos nas roças e para esta diligência me tornei a valer do mesmo Bernardo Soares de Proença mandando também alguns oficiais de Infantaria para aplicarem esta obra que sem embargo desta vigorosa aplicação tem levado perto de dois anos para se por o caminho em termos de andarem por ele os passageiros e vindo-me o dito Bernardo Soares de Proença em [cinco ?] do presente mês dar parte que o caminho estava corrente mandei no mesmo dia um próprio por ele à Paraíba o qual chegou ontem gastando seis dias na saída e na volta e com ele baixou logo uma tropa de cavalos pelo mesmo caminho e agora é justificar a Vossa Majestade o grande serviço que neste particular tem feito o dito Bernardo Soares de Proença **expondo-se ao perigo de tantos inimigos como eu agora tenho nos roceiros do caminho da serra que são nesta terra as ordinárias conseqüências de quem serve a Vossa Majestade sem mais inclinação que do seu real serviço...**¹⁹⁵*

Os roceiros serviam aos seus próprios interesses. Isso fica claro numa carta de Gomes Freire para o rei, na qual expõe o conflitos entre os roceiros que secundavam a geral proibição, de todo inviável e cujo resultado foi nenhum:

*Senhor. Depois de passarem os viandantes o caminho das Minas o Rio Paraíba a esta parte, vêm montar a grande serra do Mar por três pontes pelo Couto, Inhomirim, e o caminho do mestre de campo Estevão Pinto: Os senhores das fazendas, que estão em estas paragens, desejam e pretendem fazer fechar os outros dois passos da Serra para que todo o rendimento venha a cair em as suas zonas; **assim uns fingem o que esta petição representa de bem comum, e utilidade da fazenda de V. Majestade** a qual a presente diminuiria nos dízimos, se as fazendas que são importantes, das outras passagens não tivessem consumo no seu mantimento outros intentam dar um grande rendimento na passagem das canoas, e arrematá-las por*

¹⁹⁵ Sobre a abertura do caminho novo para as Minas de Inhomirim até a Paraíba (Rio de Janeiro, 22/8/1727). ANRJ/Código 80 - Op. cit., v. 2, fl. 116-116v. O grifo é meu.

*contrato, como a V. Majestade propuseram, e a que eu respondo em outra carta, sendo a sua idéia acabar as fazendas dos contrários com a cláusula de se fecharem os outros dois caminhos, o que não é justo como a V. Majestade exporei, e como este é o meu parecer se não faz atendível este requerimento...*¹⁹⁶

Da própria terra saía o pedido para fechar caminhos em benefício de alguns “senhores de fazendas” e prejuízo dos demais, pedido este encoberto pela capa protetora do bem comum e do engrandecimento do império. Palavras ao ar para ouvidos incautos. De fato, estavam a disputar os privilégios da exclusividade e os seus lucros espetaculares, incluindo neles os descaminhos. Em suma, pretendia-se a concessão exclusiva do privilégio de descaminhar. E isso ficava consignado no texto do contrato das passagens dos rios Paraíba e Paraibuna:

*Este contrato não tem outra circunstância mais que a cobrança dos direitos das passagens; pode correr pela fazenda Real, sendo rematado tem a conveniência de o zelar o contratador, e talvez privar de algum roubo, ou falsidade que se possa fazer.*¹⁹⁷

Ambivalente também era a condição dos guardas, dos auditores, dos ouvidores...

Não duvido que se as guardas que tenho usado, fizessem a sua obrigação se teria apanhado muito ouro no decurso do ano, mas

¹⁹⁶ Resposta de Gomes Freire de Andrada sobre pedir Francisco Gomes Ribeiro se observe a lei de se não abrirem picadas novas no caminho de Minas (Rio de Janeiro, 15/8/1736). ANRJ/Códice 80 - Op. cit., v.7, fl. 19-19v. O grifo é meu. A luta por terras no caminho novo estava tão intensa que os roceiros apelavam ao rei quando lhes era negada a concessão de sesmarias. Cf. Resposta do governador do Rio de Janeiro sobre pedir José Ferreira de Noronha se lhe dêem de sesmaria as terras que havia pedido no caminho das Minas (Rio de Janeiro, 22/1/1736). ANRJ/Códice 80 - Op. cit., v.7, fl. 40-40v.

¹⁹⁷ Contratos das passagens de Rios da Paraíba e Paraibuna. In: IHGB/Arq. 1.4.31 - Lista dos contratos que tem a Capitania do Rio de Janeiro, seus princípios, arrematações dos presentes, e antecedentes triênios, rendimentos de toda a Fazenda Real, Casa da Moeda, donativo e guarda costa: os documentos de suas despesas certas, e incertas e o líquido de todo o rendimento. Relação dos officios, e seus proprietários. fl. 37v. O grifo é meu. Veja-se a transcrição integral deste códice no segundo volume.

*as guardas são ordinariamente capazes dos mesmos furtos, o que é inevitável suposto o procedimento do auditor porque ainda que apanhe algum oficial ou soldado em manifesta falta da sua obrigação, de tudo sai absolto, e por este modo ficam frustrados todos os meio de se atalharem estes roubos e a este ouvidor passei a ordem de que remeto cópia para o despertar na diligência da devassa que deve ser aberta sobre o furto do ouro, mas nada resulta da sua diligência se é que a faz.*¹⁹⁸

O problema é que, mesmo quando faziam as tais diligências, ninguém podia assegurar o destino do ouro descaminhado então apreendido. O vício prevalecia.

*Pelo caminho novo das Minas Gerais vinha uma partida de doze arrobas de ouro, que tendo notícia junto do Registro do aperto das minhas guardas se introduziram no mato e por falta de mantimento, mandaram um índio a buscá-lo o qual descobriu a uns dragões das Minas o furto em que fizeram apreensão mas não levaram a Vila Rica, mais que cinco arrobas e isto mesmo sucedeu com outra tomadia que se fez com as minhas guardas do Regimento da Paraibuna, que sendo várias borrachas de ouro, não apareceu mais que uma e em outra tomadia que fizeram as minhas guardas no Registro de Parati somente apareceu meia.*¹⁹⁹

A vigilância de clérigos e roceiros era reforçada pela ação dos registros. Estes, como se depreende do que ficou dito acima, ficavam nos pontos-chave de todos os caminhos, por exemplo, na passagem dos rios Paraíba e Paraibuna, no porto do Pilar e na vila de Parati. Em cada registro, um provedor supervisionava todos os procedimentos. Repita-se, todos:

¹⁹⁸ Carta de Luís Vahia Monteiro para o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real (Rio de Janeiro, 9/8/1729). ANRJ/Códice 80 - Op. cit., v. 2, fl. 229-230.

¹⁹⁹ Carta de Luís Vahia Monteiro para o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, sobre os descaminhos do ouro e sua arrecadação e necessidade de tempo para meter nos cofres (Rio de Janeiro, 26/8/1729). ANRJ/Códice 80 - Op. cit., v. 2, fl. 230v-231.

*De todos esses sucessos me resulta o conhecimento da grande quantidade de ouro que se furta e de que os **Provedores dos Registros são cúmplices nestes furtos** porque todavia se fizessem melhores diligências ninguém se atreveria a perder o muito pelo pouco, nem me persuado que ninguém se atrevesse a passar doze arrobas de ouro sem uma certeza moral de não encontrar impedimento e por esta causa me parece conveniente extinguir-se este ofício de Provedor do Registro pondo neles pessoas com o título de guarda-mor dos quintos, os quais se possam tirar e por conforme as suas obras a descriçam dos governadores e dando-lhes Sua Majestade a eles e aos soldados da guarda a parte que for servido nas tomadias, porque como a lei não dá parte nelas, senão aos denunciantes, costumam as guardas ajustar-se com os passadores e se tomam alguma presa os deixam fugir, para eles ficarem com a maior parte dela e suposto que este remédio ainda não bastará, sempre há de atalhar muita coisa, porque depois que o ouro passa dos registros tem muitas partes por onde se oculta, como são religiões, e as suas fazendas que têm nas costas do mar adonde se recolhe e eu sempre entendo que os provedores dos registros são os primeiros passadores.²⁰⁰*

Os guardas “se ajustavam com os passadores”, apreendiam o metal, davam fuga aos contrabandistas, reservavam secretamente maior parte da carga — já que a lei não lhes beneficiava com nenhuma porção —, tudo isso sob a guarida dos provedores dos registros, os verdadeiros “primeiros passadores”, e sob a sagrada imunidade das religiões. Eis o público consórcio de devotas intenções privadas.

Os descaminhos tinham os seus momentos de maior intensidade, a sua época por excelência: o tempo das frotas. Navios fundeados, alfândegas abarrotadas e mercadores por toda a parte: no caudal

²⁰⁰ Ibid. O grifo é meu. Provavelmente, ao mencionar as fazendas das religiões nas costas do mar, o governador se referia à fazenda dos jesuítas, em Santa Cruz, e à fazenda dos beneditinos, na boca da rota por terra entre os portos do Pilar/Estrela e o Rio de Janeiro. Para contemplar a estratégica localização da propriedade dos padres Bentos, veja-se o mapa da página 95.

das gentes fluíam os negócios num concerto dissonante a desconsertar as rendas de el-rei. Tudo tão grave e insólito que Luís Vahia sugeriu que se pusesse sob contrato o serviço das “tomadias”, *mutatis mutandis*, que se privatizasse o poder coercitivo legitimamente exercido pelo Estado:

*(...) mas se logo que a frota der fundo se fecharem as escotilhas, e se examinar pessoa por pessoa o que vai sobre cuberta, e depois se examinar na Alfândega abrindo tudo assim como aqui fazem os contratadores da Dízima, entendo se descobrirá grande cabedal e nenhum escapará desencaminhado a meu parecer, se acaso Sua Majestade tanto que a frota que der fundo depois de seguras as naus com as guardas, **mandar pôr Editais para arrendar as tomadias do ouro, em pó porque estou certo que o contratador achará os meios para o descobrir, e sempre faltam quando as administrações se fazem para Sua Majestade adonde todo mundo é liberal em furta, e muito mais em dissimular os furtos.***²⁰¹

A proposta do governador exhibe a medida do desconcerto. Como todos concorriam para a dilapidação das rendas públicas, como os meios oficiais não eram eficazes no combate aos descaminhos, a saída seria atribuir aos descaminhadores a tarefa de combater os descaminhos, tornando privado o combate e público o descaminho, na suposição de que assim se arrecadaria mais. Uma total inversão.

Alguns anos mais tarde, o vice-rei, conde das Galvêas, expressaria o mesmo desconforto no bojo dos seus comentários sobre a

²⁰¹ Ibid. O grifo é meu. Segundo a clássica formulação de Max Weber: “A uma associação de dominação denominamos associação política, quando e na medida em que sua subsistência e a vigência de suas ordens, dentro de determinado território geográfico, estejam garantidas de modo contínuo mediante ameaça e a aplicação de coação física por parte do quadro administrativo. Uma empresa com caráter de instituição política denominamos Estado, quando e na medida em que seu quadro administrativo reivindica com êxito o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes”. WEBER, M. Economia e sociedade. Brasília : Universidade de Brasília, 1991. v. 1, p. 34-35

companhia que se organizava para explorar os diamantes do Serro do Frio:

*O objeto principal desta companhia é o de utilizar a fazenda de Sua Majestade, e eu sou tão louco, que entendo tudo ao contrário, persuadindo-me, que não podendo durar a companhia mais que dois, ou três anos quando muito, pouca, ou nenhuma será a utilidade que lhe poderá resultar dela...*²⁰²

“E eu sou tão louco que entendo tudo ao contrário...”

O pior é que quem morreu com a pecha de louco foi o governador Vahia, certamente tão lúcido quanto Galvêas, porém menos contido em suas missivas. Mas que tudo tenha sucedido conforme a tradição pouco importa. Muitas vezes o louco é o mais lúcido assim como o cego é o que melhor vê²⁰³. Shakespeare consagrou o tema no diálogo entre um rei perturbado e um conde com as órbitas vazias: “Ora! Estás louco? Um homem pode ver como vai este mundo mesmo sem olhos”²⁰⁴. Há grande sabedoria nessas palavras, porque, na América portuguesa, dos muitos que tinham olhos

²⁰² Carta do conde das Galvêas para Martinho de Mendonça de Pina e Proença (Bahia, 27/7/1737). ANTT - **Manuscritos do Brasil**, livro 7, fl. 38-43v. Veja-se a transcrição integral deste documento no segundo volume.

²⁰³ “(...) não vos esqueçais deste antigo provérbio dos gregos: Muitas vezes, também o homem louco fala judiciosamente...” ROTTERDAM, E. de. *Elogio da loucura*. Tradução por Paulo M. Oliveira. São Paulo : Abril Cultural, 1972. p. 157.

²⁰⁴ SHAKESPEARE, W. *Rei Lear*. Tradução por Aíla de Oliveira Gomes. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. p. 267. Eis a lição de Lear para o seu amigo Gloster:

“(...)O usurário
Manda à força o trapaceiro. Através
De trapos, aparecem vícios mínimos:
Togas e mantos de pele tudo escondem.
Chapeia o crime a ouro, e a lança forte
Da Justiça nunca o penetrará.
Põe-lhe armadura de andrajos, e a vara
De um pigmeu pode fácil furá-la.
(...)
Usa olhos de vidro e, qual vil político,
Finge ver as coisas que tu não vês.”

Vahia não tinha olhos de político. Ele viu, agiu e informou. Incapacitado por uma doença suspeita, morreu pouco depois da chegada do seu substituto, o hábil Gomes Freire...

nem todos faziam deles bom uso. Em carta para o Conselho Ultramarino, Gomes Freire comunicou o ataque que sofrera um cofre na Casa dos Contos por parte de um bicho natural da terra: o cupim. O tal bicho tinha grande apetite...

*(...) em um dos cofres havia dado um bicho a que chamam os naturais cupim, fui no referido dia à Casa dos Contos em que se achavam os cofres com o Provedor da fazenda Real, e mais oficiais dela, e vi que o dinheiro que se achava no dito cofre estava misturado, e averiguando-se se havia falta nele se achou a de sete mil, digo a de setecentos vinte e oito mil, novecentos e vinte réis, os quais mandei satisfazer pelos meus soldos, e o Provedor da fazenda Real e Almoхарife dela contribuíram igualmente por terem as chaves dos cofres, sem embargo de que pela mesma certidão consta, que em um embrulho de Francisco Ferreira Lisboa sendo contado se achou menos do que ele declarasse ter carregado sessenta e quatro mil e oitocentos réis que deixa presumir, que nas mais parcelas haveria o mesmo engano, e por isso a falta que se achou.*²⁰⁵

Como era dura a vida dos oficiais régios! Tiveram de cobrir o desfalque dos cupins descaminhadores — e eu a pensar que a natureza não descaminhava. “Isso não é nada e é mais que tudo”²⁰⁶.

A frase tem valia. A radical inserção dos descaminhos pode ser verificada naquela paisagem quase natural — virtualmente imperceptível — nas ínfimas quantidades cambiadas, nas relações de base, isto é, entre os negros — escravos ou não — engajados no pequeno comércio. Com as vendeiras ao ar livre na praça, com as ambulantes “negras de tabuleiro”, consumindo bebida e comida, enfim, nessas trocas

²⁰⁵ Sobre o cupim que deu em um dos cofres reais (Rio de Janeiro, 28/8/1737). ANRJ/Códice 80 - Op. cit., v. 7, fl. 63v-64. O grifo é meu.

²⁰⁶ Shakespeare, por intermédio de Laertes: SHAKESPEARE, W. *Hamlet*. Tradução por Millôr Fernandes. Porto Alegre : L&PM, 1999. p. 107. No original: “This nothing’s more than matter”.

múltiplas e diversas, corriam ouro e diamantes através dos interstícios da ordem²⁰⁷. Em 1732, D. Lourenço de Almeida divulgou um bando proibindo “que nenhuma negra possa ir aos ribeiros e rios em que se mineram diamantes”. O motivo é simples e direto:

*(...) representando-me os prejuízos que se lhe seguiam das muitas negras que andavam pelos rios e ribeiros aonde se mineram diamantes, e assim levadas pelos negros, como vendendo cousas comestíveis, fazendo-se senhoras de todos os diamantes que os negros tiravam (...) costumavam as negras das vendas recolher negros, aonde se lhe compravam ocultamente diamantes, que furtam a seus Senhores e outrossim também [os mineiros] representam o prejuízo grave que lhe fazem muitos homens vagabundos, que andam pelos rios e ribeiros, e pelos matos fazendo negócios atravessados com os negros, por cujas causas todos furtam os negros os diamantes todos a seus senhores, e com alguns que lhe dão refugos, vendendo as melhores pedras aos travessadores, e nas vendas e tavernas...*²⁰⁸

Em 1733, o ouvidor geral da comarca do Serro do Frio, José Carvalho Mártires, considerando “o prejuízo que atualmente experimentam os mineiros desta Comarca com os descaminhos dos diamantes”, qualificava com mais precisão as personagens envolvidas, sendo elas:

(...) assim forras, como cativas, e por negros ladinos, a que chamam pombeiros, aos quais [os atravessadores] costumam

²⁰⁷ Cf. MOTT, L. R. B. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. Revista de História, São Paulo, 1976. n. 105, p. 81-106. FIGUEIREDO, L. R. de, MAGALDI, A. M. Negras de tabuleiro e vendeiras: a presença feminina na desordem mineira do século XVIII. In: **Ciências Sociais Hoje - 1984**. São Paulo : Cortez; ANPOCS, 1984. p.179-214. FIGUEIREDO, L. R. de A. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro : José Olympio; Brasília : Edunb, 1993. p. 60-71.

²⁰⁸ Bando de Dom Lourenço de Almeida (...) proibindo que nenhuma negra possa ir aos ribeiros e rios em que se mineram diamantes à exceção das que estiverem servindo dentro da casa dos seus senhores (Vila Rica, 14/5/1732). IHGB/Arq. 1.3.3 - **Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino**. t. 2, fl.26-27v.

*instruir, e dar dinheiros para comprar as ditas pedras, e a vão efetuar aos rios e córregos quase imperceptivelmente de que resulta total perdição dos mineiros...*²⁰⁹

Estavam todos no mesmo barco: da reclamação dos mineiros se infere a extensão da prática. A entrada em cena da população negra e, particularmente, da mulher, põe em causa uma diversidade social insuspeita e uma considerável mobilidade, o tamanho e a importância crescente daqueles contingentes, numa palavra, a amálgama entre a ordem desejada e a desordem transbordante²¹⁰. Quando os mineiros reivindicam a ação desse Estado que não prezam, mas precisam, abre-se o campo de negociação cuja pauta de discussões traz nas entrelinhas o reordenamento das condições de exploração, a reacomodação geral dos interesses, com a urgente redefinição, mesmo que precária, das fronteiras entre ordem e desordem, caminho e descaminho. Mineiros, mercadores, clérigos, oficiais, todos punham os escravos para correr os riscos próprios da sua vil condição. No instante em que a dinâmica das relações ameaça a reprodução do sistema, conclama-se o real agente para promover o ajuste. Sublinhe-se uma vez mais, o ajuste é parcial. Com efeito, o real representante não tem como deixar de ser fonte de desajuste.

²⁰⁹ Edital do doutor José Carvalho Mártires (Tejuco, 21/12/1733). ANTT - **Manuscritos do Brasil**, livro 8, fl.57-58.

²¹⁰ A partir da análise de testamentos, Eduardo França Paiva estabeleceu o seguinte juízo para o século XVIII: "Escravos africanos, crioulos, mulatos, pardos, cabras, todos eles tiveram de achar caminhos, dentro do sistema escravista colonial, para deixarem o cativo e, em seguida, construírem uma certa estrutura material de vida. Mas o processo de adaptação social não tinha um único sentido, ele ocorria em 'mão dupla'. O sistema escravista, principalmente o engendrado em Minas, teve de se adaptar ao enorme conjunto mancipio existente e, dessa forma, garantir sua sustentação e o controle da população. As alforrias fazem parte dessa estratégia de dominação social, uma vez que representavam, para os submetidos, a oportunidade legal de abandonarem essa condição. Nesse sentido, elas tornaram-se eficazes instrumentos de manutenção da ordem, porque, pelo simples fato de existirem virtualmente, acabavam inibindo rebeliões, revoltas e outros movimentos contestatórios, nos planos coletivo e individual. Contudo, as alforrias simultaneamente incentivavam, entre os escravos, o desenvolvimento de estratégias que proporcionassem obtê-las. Por isso, não podem ser vistas apenas como concessões, mas, também, como conquistas de uma massa anônima de agentes históricos". PAIVA, E. F. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII. São Paulo : Annablume, 1995. p. 93-94.

O gênio de Antonil discerniu esses movimentos no ato. “A maior parte deste ouro se gasta em comer e beber, e insensivelmente dá aos vendedores grande lucro, como costuma dar a chuva miúda aos campos, a qual, continuando a regá-los, sem estrondo, os faz muito férteis”²¹¹. Em recente publicação, Eduardo Paiva exemplifica as referidas diversidade e mobilidade sociais, destacadamente com as forras afortunadas Bárbara Gomes de Abreu e Joana da Silva Machada²¹². Bárbara era crioula, natural de Sergipe del Rei, de onde rumou para Minas em companhia do seu senhor e ergueu uma significativa rede de negócios:

No testamento escrito em 1735, na vila de Sabará, onde morava, ela declarava ter se forrado na Minas, afirmativa que sugere a compra da manumissão, atitude, de resto, bastante freqüente nas vilas e arraiais mineiros do setecentos. (...)

Além da morada e dos escravos, Bárbara possuía utensílios domésticos, roupa em bastante quantidade e de variados tecidos e muitas jóias e outros objetos em ouro, prata e materiais preciosos e sobretudo coral, âmbar e pequenas pérolas (...) Jóias e objetos em metal precioso também integravam o inventário (...) [de] Joana da Silva Machada, natural da Costa da Mina, moradora da vila de Santo Antônio do Recife, capitania de Pernambuco, onde seu testamento foi escrito e aprovado em 1745.²¹³

O ouro que Antonil diz ter se gastado, e, buscando um

²¹¹ Veja-se o trecho completo na epígrafe deste item 2.2.

²¹² PAIVA, E. F. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte : Universidade Federal de Minas Gerais, 2001. p. 49.

²¹³ Ibid. p. 50. O autor faz um meticuloso rastreamento da introdução e do uso dos objetos de coral pela populações da costa africana. Resumidamente, o coral saiu da Ásia e do Oriente Médio, passou pelo Mediterrâneo, entrou no Atlântico, difundiu-se pelo antigo reino de Benin, rumou com o tráfico para a Bahia e, do porto, para o interior das Minas. Um verdadeiro roteiro comercial-cultural. Veja-se a exposição de Paiva às páginas 219-238 do livro em questão. A propósito, o fenômeno das negras quitadeiras também tinha o seu circuito, no caso, Atlântico, verificado tanto no Brasil como em Angola. Cf. PANTOJA, S. *A dimensão atlântica das quitadeiras*. In: FURTADO, J. F. (Org.). *Diálogos oceânicos*. Op. cit., p. 45-67.

termo da época, se *divertido* (desviado); o ouro e os diamantes que moveram socialmente Bárbara e Joana, que acarinharam as mãos dos mercadores em longínquos circuitos comerciais, vez por outra eram interceptados por diligências e os seus “passadores” devidamente sentenciados. A bem da verdade, na maioria dos casos a sentença recaía apenas sobre os negros faiscadores. Em julho de 1734, a patrulha dos Dragões interpelou dois negros que faiscavam junto à barra do rio Pardo, num serviço de diamantes, sem os devidos documentos, conforme o costume descrito por Gomes Freire:

*A lei que Sua Majestade foi servido mandar publicar de onze de fevereiro de mil setecentos e dezenove sobre o descaminho dos Reais quintos, não dá remédio bastante a embaraçar a extração, que dele se faz nestas capitanias, porque os homens poderosos, que mandam extrair o ouro, o fazem por um escravo, ou homem assalariado levando a seguro de que ainda que a justiça saiba ser seu, não pode proceder contra ele na forma da mesma lei e só o faz contra o dito escravo, e assim parece que enquanto não compreender esta igualmente ao senhor, e ao escravo, ao homem assalariado, e a quem o manda, não terá eficaz remédio este dano...*²¹⁴

Todavia, como já haviam sido modificados os procedimentos, de tal forma a se alcançar judicialmente os senhores de negros postos a extraviar, por pouco ele não foi indiciado pelo desembargador Pardinho. Eis a parte final da sentença:

De que os não pode livrar o alegado, e provado pelo dito seu Senhor: pois quanto ao andarem fugidos só aproveita ao mesmo Senhor para não ter incorrido nas penas impostas aos senhores, que trazem a minerar escravos por registrar; e não ao confisco

²¹⁴ Carta do governador do Rio de Janeiro para o secretário de Estado, sobre a lei de onze de fevereiro de 1719 sobre os descaminhos do ouro (Rio de Janeiro, 25/9/1733). ANRJ/Códice 80 - Op. cit., v. 6, fl.10v-11.

*dos mesmo escravos, que expressamente são mandados confiscar ainda que fugidos, e contra vontade de seus senhores andam minerando: nem também é atendível o escrito a folhas 6 do negro Silvestre, que com outros registrou Domingos Gonçalves, e sequer dizer é o negro Joaquim autuado por ser chamado, e tratado com ambos os nomes pelos seus parceiros, e outras pessoas sendo o seu nome próprio do batismo o de Silvestre pois se não faz crível que sendo ele um dos escravos, que o dito Domingos Gonçalves registrou esta capitação; deixasse de o conhecer para dizer, quem era seu senhor; e que o tinha registrado com os mais, de quem tinha os escritos neste Arraial, e com eles apresentar logo também este, para ser como os mais, que apresentou relevado: e como pelos bandos se manda que os escravos sejam registrados com todos os nomes e sinais, que tiverem, e os possam individuar, e que seus senhores lhe dêem para trazerem os escritos dos registros para prontamente constar o estão por evitar as fraudes, que de os não trazerem se cegue a Fazenda Real, e a exata execução dos bandos, **é inatendível em juízo as convenções, que entre si fazem as partes vendendo, e passando, de uns a outros os escravos ora com os escritos do registro, e ora sem eles, e ainda vendendo os mesmos escritos para escravos de diferentes senhores,** e assim se não sem atender a convenção que o contestante alega fizera com o Dr. João Freire da Fonseca. Pelo que tudo e o mais dos autos julgo aos dois escravos Joaquim, e João por confiscados para a Fazenda Real, e soldados, que os acharam; e que em três dias sucessivos se lhe dêem a cada um duzentos açoites no poste deste Arraial, e pague o contestante as custas dos autos. Tejuco 14 de setembro de 1734 // Rafael Pires Pardinho.²¹⁵*

Pardinho descortinou a artimanha para cegar a fazenda real sem, contudo, reunir os meios necessários para punir os mineiros donos de escravos. Para burlar a capitação, os senhores combinavam entre si a permuta informal dos escravos, com ou sem registro, com nomes trocados, com nomes inventados, ou vendendo os papéis e/ou os negros, e,

²¹⁵ Sentença de Rafael Pires Pardinho pela qual são confiscados dois negros a João Antônio Vilanova, por terem sido encontrados por uma patrulha a minar diamantes (Tejuco, 14/9/1734). ANTT - **Manuscritos do Brasil**, livro 5, fl. 243-243v. O grifo é meu. Veja-se, no segundo volume, além da transcrição integral da sentença, o acórdão da Relação da Bahia.

conseqüentemente, lucrando com o desvio da renda devida ao erário, tudo acertado nas “convenções” feitas pelas partes. A capitação, concebida para atenuar os descaminhos, em pouco tempo vazava por todos os poros.

A velhacaria de usar nomes variados com o intuito de encobrir a identidade verdadeira não era exclusividade dos escravos. Antônio Pereira de Souza, que fora abridor dos cunhos na casa da moeda do Rio de Janeiro e, ao que tudo indica, também trabalhara na casa da moeda das Minas, costumava esconder-se atrás do nome Francisco José²¹⁶. Antônio, ou Francisco, era sobrinho de Inácio de Sousa Ferreira²¹⁷, os dois — ou três, ou mais — possuíam, cada um, a sua própria fábrica de moeda falsa na serra do Paraopeba. Desde o início do seu governo no Rio de Janeiro, Luís Vahia se empenhava em destrinçar a rede de descaminhadores que, cada vez mais aperfeiçoada, agora diminuía consideravelmente o volume do outro entrado na casa de fundição das Minas. Depois de uma investigação bastante difícil, Vahia conseguiu sistematizar os processos ilícitos em curso numa carta que chamou de “geral”:

*(...) me descobriram, que nas minas, e nesta cidade havia fundições, adonde se fundia ouro, e marcavam as barras com cunhos falsos, e que depois se introduziam na casa da moeda, e com aquele dinheiro tornava a comprar ouro, segurando-me também, que na dita casa não havia pessoa, que ignorasse esta falsidade de barras, denunciando-me por fabricante delas, um Antônio Pereira de Souza oficial na casa da moeda das minas...*²¹⁸

²¹⁶ Carta régia sobre a prisão de vários indivíduos acusados de moeda falsa nas Minas, acompanhada de instruções sobre a respectiva devassa (Rio de Janeiro, 12/8/1732). Documentos interessantes... v. 50, p.253-258.

²¹⁷ Cf. ROMEIRO, A. Confissões de um falsário: as relações perigosas de um governador nas Minas. In: **História: fronteiras (XX Simpósio Nacional da ANPUH)**. São Paulo : Humanitas; FFLCH-USP, 1999. v.1, p. 321-337

²¹⁸ Carta geral sobre a fundição falsa de barras de ouro e diligências que a esse respeito fez na Casa da

O governador, no Rio de Janeiro, pouco a pouco recolhia mais informações, participava-as ao governador das Minas, porém, nenhuma medida realmente efetiva se concretizava por parte de D. Lourenço de Almeida. Somente em março de 1731, por intermédio de uma diligência conduzida pelo ouvidor Diogo Cotrim de Souza e viabilizada pela denúncia de um dos sócios de Inácio — Francisco Borges de Carvalho, “homem do hábito” — é que a fábrica do Paraopeba foi desbaratada²¹⁹. A trama não tinha nada de rasteira. Francisco Borges era conhecido do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, conde de Sabugosa, e, no local, fora preso o sobrinho do brigadeiro José da Silva Paes²²⁰. A queda de Inácio deu consistência às denúncias de Vahia e às suspeitas acerca da inação de D. Lourenço, transformando-as em certezas:

Este sucesso, e novidade tem admirado o auditório; e eu somente me admiro de que estando esta fábrica estabelecida há perto de quatro anos, e laborando tão publicamente como a das Casas Reais, pois sem embuços se fundia, e cunhavam as barras a seis por cento a toda a pessoa, que queria levar o seu ouro, não o tivessem sabido tantas pessoas que tinham obrigação, e nem depois de eu lhe mostrar há mais de um ano, que das mesmas minas vinham barras falsamente fundidas, e cunhadas, porque tanto tempo há, que eu sei desta fábrica, e por estes, e outros motivos não deixo de suspeitar algum mistério, e causar-me novidade a mesma diligência da qual diz a voz bárbara do povo, que não teve o governador notícia se não depois de executada, e ainda agora acreditam as provas que eu tinha feito de haver as

Moeda (Rio de Janeiro, 8/7/1730). ANRJ/Códice 80 - Op. cit., v. 4, fl. 31v-34v. Veja-se a transcrição integral no segundo volume.

²¹⁹ ROMEIRO, A. Op. cit. p. 321-324.

²²⁰ Cf. Carta de Luís Vahia Monteiro para o vice-rei, sobre a fábrica de fundir ouro: diligências do ouvidor do Rio das Velhas, prisão de Inácio de Souza Ferreira, e Francisco Borges, e frades Pedro de Monrroy e o irmão de José de Seixas, etc.; Suspeita contra as autoridades — cabedal vindo das Casas de Fundação; baixa dos 8% (Rio de Janeiro, 11/4/1731). ANRJ/Códice 84 - Op. cit. v. 4, fl. 103-105v. Veja-se a transcrição integral no segundo volume.

*tais barras, porque até este corpo de delito se faziam rixotas das minhas diligências e dos meus avisos.*²²¹

Sentado no trono da vitória, as contendas com D. Lourenço — chamado de “velhaco” — não mais o seduziam como antes²²². Agora, Vahia se encontrava em condições de tecer conclusões de maior alcance:

*(...) o certo é que se não conhece na nossa corte a forma com que se deve governar a América **porque semelhantes liberdades somente se alimentam, com as máximas de nosso governo.***²²³

O governador, do seu ângulo de visão, apontava o caminho do descaminho: de cima para baixo, do reino para a conquista, em outras palavras, da metrópole que coloniza para a colônia que se forma e deforma sob a marca da exploração comercial.

Antônio Pereira de Souza só foi definitivamente preso em 1733, com Gomes Freire. O sobrinho do Inácio era então um troféu a ser exibido como prova de competência. Mas isso pouco importava. Chegando em Lisboa, esses notórios e aparentados descaminhadores sempre recebiam sentenças abrandadas. O exemplo de Inácio de Sousa

²²¹ Ibid. Cf. O governador do Rio de Janeiro dá conta com a devassa que estava tirando dos descaminhos do ouro por virtude de uma ordem expedida pela secretaria de Estado, queixando-se de que o governador das Minas não cumprira precatórios seus a respeito da prisão e seqüestro de alguns pronunciados, nem o ouvidor do Ouro Preto João de Azevedo Barros e vai a carta, transado da devassa, e mais papéis que se acusam (Lisboa, 14/1/1732). IHGB/Arq. 1.1.26 - **Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino**. fl. 136-139. A carta de Vahia que motivou essa consulta foi escrita em 22/8/1731.

²²² Preso em Lisboa, Inácio “deixa entrever a cumplicidade do governador [D. Lourenço], descrito por ele como harpia faminta acostumada a meter a unha no bem comum. No desbaratamento da fábrica do Paraopeba vislumbrou mais um capítulo da feroz inimizade que opunha o governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro, ao governador das Minas, o primeiro tentando a todo o custo descobrir as barras falsas ‘fabricadas por culpa do governador delas’.” ROMEIRO, A. Op. cit. p. 326-327.

²²³ Carta de Luís Vahia Monteiro para o vice-rei, sobre a fábrica..., Op. cit. O grifo é meu.

Ferreira ecoará por longos anos. Corroborando o pretérito juízo de Taunay, expende Adriana Romeiro:

*(...) a sentença dada pela Relação [de Lisboa] aos moedeiros falsos substituía a pena máxima pelo degredo perpétuo às galés, apoiando-se na estranha e infundada alegação de que a fábrica de Paraopeba jamais chegara a fundir moeda, porque não havia um ensaiador que “pusesse o ouro no seu toque”.*²²⁴

Uma vez mais o problema do ensaiador, desta feita não por sua incompetência, mas por sua improvável inexistência: incontáveis formalidades a servir de escusa. Se não há caminho viável que leve à punição dos cabeças, restavam apenas os descaminhos para livrarem os pequenos do jugo da injustiça. Como disse Pedro Leolino Mariz: **“parece que a Lei de Deus, e a do Rei foram só para os pobres, e para os coitados”**²²⁵.

²²⁴ ROMEIRO, A. Op. cit. p. 327.

²²⁵ Carta de Pedro Leolino Mariz para Martinho de Mendonça de Pina e Proença (Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso, 17/7/1734). ANTT - **Manuscritos do Brasil**, livro 7, fl. 130-139v. O grifo é meu. O segundo volume traz a transcrição integral deste documento.

3. A confluência dos descaminhos: o circuito do mar

*E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moedas para os reinos estranhos e a menor é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil, salvo o que se gasta em cordões, arrecadas e outros brincos, dos quais se vêem hoje carregadas as mulatas de mau viver e as negras, muito mais que as senhoras.*²²⁶

3.1 Entre as casas de fundição e a captação: a evasão contínua de recursos

*Meu amigo e meu senhor. Tudo está comprado (...) e tremo de tudo...*²²⁷
*Deus nos acuda...*²²⁸

Martinho de Mendonça de Pina e Proença, bibliotecário de el-rei, chegou em Minas Gerais com grande alçada sobre todos os assuntos relacionados à extração do ouro e dos diamantes e, principalmente, com a missão de implantar o novo método para arrecadar os quintos “que se intenta fazer por cabeças ou bateias como aqui se

²²⁶ ANTONIL, A. J. Cultura e opulência do Brasil (1711). São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1967. p.304.

²²⁷ Carta de Martinho de Mendonça de Pina e Proença para Gomes Freire de Andrada (Vila Rica, 17/11/1734). IHGB/Arq. 1.3.2 - **Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino**. t. 1, fl. 170-171.

²²⁸ Carta de Martinho de Mendonça de Pina e Proença para Gomes Freire de Andrada (Vila Rica, 23/2/1734). Idem, fl. 213v-216.

chama”, isto é, a capitação²²⁹. Esse novo sistema representava um esforço para aperfeiçoar a arrecadação e inviabilizar os descaminhos. O projeto original, que ensejou um longo debate nos altos escalões da metrópole, fora concebido por Alexandre de Gusmão²³⁰.

Na medida em que ouro e diamantes eram extraídos em maior volume também avolumavam-se os descaminhos. Impotente diante das dificuldades em assegurar a exata cobrança dos quintos pelos meios disponíveis então, por intermédio das Casas de Fundição e Moeda, a coroa decide-se pela imposição da capitação (1735) vencidos alguns anos de debate em torno da proposta inicialmente apresentada por Gusmão²³¹. Como ficou dito antes, a questão de fundo não dizia respeito a uma suposta imperfeição da legislação mas sim a um problema inerente ao próprio processo de colonização, a um fazer português e a um refazer americano, agravados agora pela descoberta tão ansiada do metal e das “pedras de estimação” e pela posição cada vez mais periférica de Portugal no concerto europeu, especialmente em relação à Inglaterra. A prova cabal de que o mal

²²⁹ Carta de Gomes Freire de Andrada para o governador da Colônia sobre couros, munições, soldados e Martinho de Mendonça (Rio de Janeiro, 20/2/1734). ANRJ/Códice 84 - **Correspondência do governador do Rio de Janeiro com diversas autoridades (cópia)**. v. 5, fl. 56-58.

²³⁰ Jaime Cortesão nos oferece um juízo comparativo entre esses dois homens de Estado, entre quem implantou e quem concebeu a capitação: “Na maior vastidão da cultura, na argúcia excepcional do espírito e na colaboração direta com o monarca, em assuntos de administração e arrecadação dos tributos do ouro no Brasil, aproxima-se de Alexandre de Gusmão. Este possuía, no entanto, sobre ele três grandes vantagens: mais audácia de pensamento; grande visão política; e clareza excepcional de estilo. (...) levaram as suas preeminências até aos degraus do trono. Foram, como era lógico, rivais, e nos últimos anos da vida de Martinho de Mendonça, e desde a sua estada no Brasil, inimigos declarados.” CORTESÃO, J. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1695-1735)*. Rio de Janeiro : Instituto Rio Branco, 1952. parte 1, t. 1, p. 101. Vale dizer que o homem de Estado se define não só pela sua atuação no âmbito da “realidade efetiva”, isto é, circunstanciado pelo conjunto de relações de força em contínuo movimento e mudança de equilíbrio, como pelo fato de se ocupar também do “dever ser”, isto é, pela pretensão de criar novas relações de força ao interagir com esse conjunto. Cf. GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000. v. 3, p. 34-46. [Caderno 13: breves notas sobre a política de Maquiavel].

²³¹ “Para a redução dos quintos em 1729, a Coroa só tinha uma explicação: os descaminhos, e para evitá-los um só remédio: a instituição de um sistema estável de arrecadação e que independesse de flutuações. Daí a longa batalha para a aplicação do imposto per capita.” PINTO, V. N. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1979. p. 62.

não advinha da lei concretiza-se em 1750, quando um novo debate se abre em torno da volta das Casas de Fundição e das impropriedades e injustiças produzidas pela capitação: nem assim descaminhos e contrabando serão contidos ou eliminados. Tudo se passa como se a terra escapasse progressivamente ao controle. É na idade de ouro do Brasil que nos deparamos explicitamente com os males de sua origem²³².

Martinho de Mendonça chega ao Brasil no olho do furacão, momento privilegiado para apreender o processo em curso e os seus desdobramentos posteriores. A notícia do seu desembarque no Rio de Janeiro (8/1/1734) e do grande séquito de ministros e demais pessoas destinadas às Minas circulou vivamente, gerando expectativas das mais variadas²³³. Muitas “conferências” foram realizadas, murmúrios e “sussurros” ganharam conotação de “voz pública”, como avaliou Gomes Freire:

*(...) à vista de tanta beca meteu em tal consternação estes povos, que entraram a persuadir-se era o projeto de Sua Majestade obrigá-los pela via da força a não se reduzirem os mineiros às imposições que se determinavam estabelecer.*²³⁴

²³² A frase é tributária, como se percebe, dos títulos dos livros de Boxer e Manoel Bonfim. Este, aliás, aproximando-se do tema pelo viés discutível do “parasitismo ibérico”, afirma: “As receitas do Tesouro se compõem de privilégios, monopólios, dízimos e até de tomadias de contrabandos — um sistema arcaico de tributos, cuja arrecadação era arrematada, ou contratada com os favorecidos e validos: ‘Considerava-se como uma das melhores postas a superintendência dos contrabandos’.” BONFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro : Topbooks, 1993. p. 111.

²³³ Cf. *Carta de Gomes Freire de Andrada para o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real sobre ter chegado Martinho de Mendonça com os mais ministros (Rio de Janeiro, 16/2/1734)*. ANRJ/Códice 80 - *Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte (1718-1763)*. v. 6, fl. 17v-18.

²³⁴ Ibid. Sobre a questão da “voz pública”, juízo popular ou vox populi, segundo Maravall, diferentemente da sociedade medieval, quando “o juízo popular era considerado como um elemento natural (...), um apoio seguro e confiável da ordem herdada secularmente na sociedade”, a partir do século XVI, “em lugar da imagem medieval, tradicional, do povo, aparece agora (...) a do vulgo como uma massa anônima cujo parecer não traduz precisamente uma ordem natural de razoabilidade”. Dessa forma, procede-se a um divórcio entre opinião e razão — o vulgo deixa-se levar pela opinião em detrimento das verdades da razão —, percebe-se, com preocupação, o fato de o povo estar naturalmente alterado, de a voz popular correr com tanta liberdade, “justifica-se a idéia de que não é possível opor-se a eles de frente, do mesmo

Quanto a obrigá-los à capitação é ponto pacífico. A questão é que não interessava à coroa mudar o sistema de arrecadação com perturbação da ordem, estabelecendo um conflito aberto com os poderes locais e, por conseguinte, desnudando a exploração. Tudo deveria correr conforme o melhor estilo, auscultando os povos nas câmaras e juntas, concitando-os ao melhor sistema já decidido, ouvindo-os como parte unicamente interessada no serviço d'el-rei e no acrescentamento do império, e dissimulando toda força e violência da medida. Não foi por outro motivo que o governador do Rio fez a seguinte recomendação:

*Tive notícia destas conferências, o que me obrigou a assegurar a Martinho de Mendonça ser inconveniente ao real serviço o passar às Minas acompanhado de tanto ministro (...) que o irem era danoso, como se via da voz pública, e que o ficarem até aviso do conde das Galvéas, não encontrava em coisa alguma as instruções do dito Martinho de Mendonça, finalmente Rafael Pires Pardinho conduziu muito a fazer conhecer o meu justo reparo e Martinho de Mendonça com grande gosto seguiu a caminho ficando aqui os ministros.*²³⁵

De fato, as instruções trazidas por Martinho de Mendonça não desabonavam o conselho de Gomes Freire, pelo contrário, o reforçavam:

modo que não se pode enfrentar a corrente de um rio transbordado". Cf. MARAVALL, J. A. A cultura do barroco. São Paulo : EDUSP, 1997. p. 180-181. RAMOS, D. A "voz popular" e a cultura popular no Brasil do século XVIII. In: SILVA, M. B. N. da (Coord.). Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz. Lisboa : Estampa, 1995. p. 137-154. Portanto, restava ao governante estar atento para as possíveis inquietações e para a arte de governar, ou melhor, A Arte de Reinar (1642), de Carvalho Parada. Cf. SILVA, F. C. T. da. Conquista e colonização da América portuguesa: o Brasil Colônia (1500-1750). In: LINHARES, M. Y. (Org.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro : Campus, 1990. p. 74-77.

²³⁵ Ibid. O desembargador Rafael Pires Pardinho, que havia sido ouvidor de São Paulo, tirara residência do conde de Assumar e posteriormente tornar-se-ia o primeiro intendente dos diamantes, é quem deveria responder pelo cumprimento das instruções no impedimento de Martinho de Mendonça. Sobre Pardinho, vejam-se as *Notícias Biográficas* elaboradas por Iris Kantor: Códice Costa Matoso. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v. 2, p. 53.

*(...) se deve tratar o negócio de maneira, que o desejo dos mesmos povos justifique toda a resolução que se tomar, e assim se deve evitar qualquer constrangimento ou sugestão de tudo que poderia fazer menos legítimo, o modo de mover os seus ânimos a aderir.*²³⁶

Tratava-se de contornar os resistentes, pois suas resistências eram decorrentes dos seus interesses nos descaminhos²³⁷. Os procedimentos, as “sociedades” (grupos organizados para contrabandear o ouro em pó ou para falsificar a moeda) e as conexões destinadas a desviar ouro e diamantes da fazenda real já estavam estabelecidas. Mudar o sistema de arrecadação de uma hora para outra significaria um transtorno indesejável frente aos compromissos previamente acertados²³⁸. Tratava-se, enfim, de estender com eficácia os braços de uma metrópole longínqua nos seus territórios que se expandiam permanentemente, tanto no espaço como no número de habitantes. Desde o final do século XVII, com a notícia do descobrimento do ouro e com a abertura dos primeiros caminhos, a fronteira para os descaminhos manteve-se aberta.

Assim ocorreu com o descobrimento das Minas de Araçuaí e Fanado, no final de 1727. Localizada bem depois da Vila do Príncipe, mais para a Bahia do que para Minas, banhada pelos rios

²³⁶ Regimento ou instrução que trouxe o governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1898. ano 3, p. 86.

²³⁷ “[No] Ribeirão é hoje vigário da vara o Batalha [íntimo amigo deste [doutor Salazar], raivoso inimigo da capitação porque lhe desacomodou uns parentes que tinha na casa da moeda, e meu, porque sentiu como a maior afronta que a sua casa não fosse seguro asilo dos bens que ali [se] ocultavam de culpados por moeda falsa”. Carta ao desembargador Rafael Pires Pardiniho (Vila Rica, 9/11/1737). ANTT - **Manuscritos do Brasil**, livro 4, fl. 232-233.

²³⁸ Convicto, concluíra então Gomes Freire: “... os interessados na Casa da Moeda são os maiores oponentes que tem o novo projeto, por conhecerem infalível a sua extinção”. Sobre ter convocado nas Minas as Câmaras para as juntas (Rio de Janeiro, 23/2/1734). ANRJ/Códice 80 - **Correspondência ativa e passiva...** v. 6, fl. 19-19v.

Jequitinhonha, Gravatá e pelo próprio Araçuaí, entre outros, a região ficava fora da demarcação original estabelecida pelo conde de Assumar. Um dos primeiros oficiais enviados para “cuidar das conveniências Reais e do Regimen” foi o mestre de campo Pedro Leolino Mariz, lá chegando em julho de 1728²³⁹. Nem adstrita formalmente ao governo da Bahia nem ao das Minas, nesta nova conquista andavam as “cousas” em desordem, perturbação e corrupção. O primeiro cuidado do oficial foi com a arrecadação dos quintos, uma vez que lhe pareceu:

*conveniente o ter Vossa Majestade nesta parte as forças necessárias não só para prosseguir uma conquista tão considerável mas também para obviar com elas a insolência, que tão escandalosamente se vai introduzindo contra os Reais direitos de Vossa Majestade a qual sem dúvida chegará ao maior excesso, se ao Povo que se vai estabelecendo no centro destes vastíssimos sertões não puser Vossa Majestade com tempo freio, que o dome, e forças que reprimam a soltura, com que se porta as gentes destas partes especialmente aquela, que lembrada da com que viveu nos primeiros anos dos descobrimentos de Minas, sempre forceja para recuperar a mesma liberdade donde nascem as revoluções, e distúrbios, que Vossa Majestade tem experimentado em Minas, e a ousadia com que nelas se cometem execrandos delitos.*²⁴⁰

Pedro Leolino ofereceu à coroa uma visão precisa da possibilidade concreta daquele horizonte de acontecimentos indesejáveis

²³⁹ Carta de Pedro Leolino Mariz para o rei (Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso, 12/12/1730). ANTT - **Manuscritos do Brasil**, livro 7, fl. 119-127. Varnhagen destina um parágrafo ao assunto, informando erroneamente que Pedro Leolino fora morto então. Rodolfo Garcia, em nota, corrige o autor e transcreve partes importantes desta carta (a partir de uma cópia depositada na Biblioteca Nacional), percebendo a sua relevância, sem, no entanto, tomá-la numa perspectiva que relacionasse distúrbios e descaminhos: o elemento central na interpretação era a ação dos bandeirantes. VARNHAGEN, F. A. de. História geral do Brasil. 4. ed. São Paulo : Melhoramentos, 1952. t. 4, p. 112-113 e p. 123-126. Para o problema da mitificação do bandeirante na historiografia vejam-se: ABUD, K. M. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. São Paulo : Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, 1985. OLIVEIRA JUNIOR, P. C. de. Afonso d’E. Taunay e a construção da memória bandeirante. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 387, 1995. p. 343-457.

²⁴⁰ Carta de Pedro Leolino Mariz para o rei... Op. cit.

retornar. Antes de se configurar num retorno propriamente dito, o que então se verificava era a manutenção de um contexto determinado, discernível pelo dilema básico com que a administração na colônia lidava: o alargamento das conquistas e o crescimento da drenagem de recursos abriam as portas para sedições e extravios. Sem condições do Estado estar em toda parte, com cada parte desdobrando-se num todo inextinguível, a chamada “distância colonial” não preserva apenas a sua convencional acepção geográfica mas também transforma-se numa categoria para a compreensão do processo de colonização. Segundo Luciano Figueiredo, a “distância colonial”, concretamente sentida pelos colonos como sinal de opressão e abandono, tornou-se “uma categoria política perigosa ao longo dos séculos de colonização” e desempenhou um papel significativo no diálogo entre o colonizador e o colonizado, uma vez que foi por este politicamente instrumentalizada com o objetivo de “protegê-lo das vexações perpetradas pela fiscalidade excessiva”.²⁴¹

Eis o fio da navalha pelo qual passavam a ordem e a desordem, o lícito e o ilícito, o caminho e o descaminho. O mesmo oficial responsável pela ordem propiciava desordens, o mesmo oficial empenhado em dar cabo de “execrandos delitos” com eles precisava conviver para melhor extingui-los, o mesmo oficial que cunhava as moedas dentro da Casa da Moeda as falsificava fora dela, o mesmo homem de negócio que

²⁴¹ “A ‘distância colonial’ não é apenas a distância geográfica dos colonos em relação aos centros de decisão, mas das benesses e da proteção garantidas pela figura do rei, ou das projeções sobre ela que se constituem sob o Antigo Regime e que perpassa a mentalidade dos colonos no Brasil. Ela dilata a sensação de abandono, levando a uma dimensão cada vez mais inalcançável e inatingível aquela que se constituía na expectativa que sustentava o poder dos soberanos e o “contrato” com seus súditos. Constituiu-se numa sensação de abandono apoiada em uma dupla frustração. De um lado o afastamento da órbita mais imediata das graças do soberano (por si só desconfortável o suficiente) e, de outro (o que só fazia ampliar o desconforto), o erguimento de intermediários que bloqueavam o acesso ao soberano.” FIGUEIREDO, L. R. de A. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*. São Paulo : Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, 1996. v. 1, p. 287.

arrematava os contratos e fazia os pagamentos prometidos à fazenda real, dependendo do contrato, ou sonegava o gênero — no caso do sal — ou dava livre trânsito ao ouro em pó — no caso do contrato das passagens. Autran Dourado fixou literariamente esse movimento contraditório constituinte da sociedade colonial:

*(...) os homens nunca se julgavam a salvo e escapos do poderoso braço real (sempre se tinha culpa: algum ouro ou prata viciados, alguns seixinhos brilhantes surrupiados ao vigilante e esperto olho da Real Fazenda, contrabandeados e atravessados através do Distrito do Couro, alguns pecados mortais, incestos, sodomias e adultérios, ou mesmo veniais, que se saldariam com simples missas, espórtulas ou indulgências compradas, mas que sempre é bom desconfiar, que **fiar e porfiar é a nossa principal ocupação, ócio e negócio nestas Minas**), todos porém de olhos aflitos e brilhantes na agoniada espera.*²⁴²

Fiar e porfiar... Pedro Leolino, nascido na Bahia, ali um braço real, além de iniciar a cobrança dos quintos, erigiu o registro das entradas dos caminhos, rematou “todas as passagens dos rios, as aferições, e renda da cadeia”. Quando aparentemente tudo se assentava e o mestre de campo esperava auferir “os primeiros progressos” da sua ação diligente, instalou-se o usual conflito de jurisdição manietado pelos partidários da submissão da região ao governo das Minas — e não ao da Bahia —, que protestavam contra a imposição de novos direitos²⁴³.

Segundo o oficial, “achava-se ali gente de diferentes gênios, a maior parte de bandidos, falidos, e muitos paulistas de sua

²⁴² DOURADO, A. *Os sinos da agonia*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1998. p. 25. O grifo é meu.

²⁴³ Conforme Basílio de Magalhães, a vila de Minas Novas “esteve sujeita ora ao governo da Bahia, ora ao de Minas Gerais, até que em 1760 se incorporou definitivamente à última dessas capitânias”. MAGALHÃES, B. de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. Rio de Janeiro : EPASA, 1944. p. 326-327. Veja-se também: SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1975. p. 221-222.

natureza inquietos” liderados pelo mestre de campo Brás Esteves Leme, “homem cruel e facinoroso, e como tal muito temido nestes sertões”²⁴⁴. Para culminar as adversidades, o vice-rei determinou a Pedro Leolino que levantasse a Casa de Fundição, “empresa em tais Minas como estas tão arriscada quanto é odiosa como o mostra o grande atrevimento dos transgressores da lei no descaminho do ouro”²⁴⁵.

O descaminho se fazia de braços dados com o conflito de jurisdição. Tão logo ficou sabendo do descobrimento das novas minas e do envio do representante do vice-rei para a região, D. Lourenço de Almeida comunicou ao rei aquilo que considerava uma irregularidade pois, para ele, as minas pertenciam à comarca do Serro do Frio e, conseqüentemente ao seu governo²⁴⁶. O governador alertou que como Pedro Leolino ainda não havia erigido a Casa de Fundição mas apenas determinado que o quinto se pagasse “por batéias a quatro oitavas por ano cada uma”, disso resultava não só uma “grandíssima perda na Casa de Fundição destas Minas” como ademais facilitava o extravio do ouro pela Bahia. O problema é que os homens das Gerais

²⁴⁴ Segundo Carvalho Franco, esse “homem cruel e facinoroso” foi feito fidalgo da Casa Real, com hábito da Ordem de Cristo e patente de mestre de campo de infantaria paga, com o soldo que recebiam os mestres de campo do Rio de Janeiro, em 18/1/1715. E mais, nas investidas para descobrir minas nas cabeceiras do rio São Mateus, trabalhava sob a orientação de Pedro Leolino. Cf. FRANCO, F. de A. C. Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1989. p. 213. O conflito referido se instalou quando entrou na região um vigário trazido por Brás Esteves que, por este instigado e por conta “da opulência com que se achava então estas Minas”, resolveu permanecer nas Minas Novas apesar delas já possuírem “outro pároco com provisão de vigário geral”. Pronto: o padre partidário de Brás Esteves “entrou a disputar sobre a jurisdição com o outro vigário”. Cf. Carta de Pedro Leolino Mariz para Martinho de Mendonça (Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso, 17/7/1734). ANTT - **Manuscritos do Brasil**, livro 7, fl. 130-139v. O segundo volume traz a transcrição integral deste documento.

²⁴⁵ Carta de Pedro Leolino Mariz para o rei... Op. cit.

²⁴⁶ Carta de D. Lourenço de Almeida (Vila Rica, 30/9/1728). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1980. ano 30, p. 246-248. Nessa carta o governador diz que Pedro Leolino é italiano, natural de Roma.

*(...) e os que trazem fazendas e negros da Bahia, e também os metedores de gados, vendem tudo a troco de ouro e o levam para o dito descobrimento, o que é muito fácil por ser dentro destas Minas, e estando nele tiram uma carta de guia dizendo que é ouro daquele distrito, e o levam para a Bahia sem pagarem o quinto à Vossa Majestade, e a maior parte do ouro que chega á Bahia o vendem a particulares para o embarcarem para a Costa da Mina, e me consta que na Bahia se vende já o ouro quase publicamente e com pouco rebuço...*²⁴⁷

Uma vez iniciada a construção da Fundação, a exemplo do que se passara com Assumar, “tornou a tumultuar o povo com vários pretextos, porém o verdadeiro motivo era impedi-la”²⁴⁸. Com poucos recursos, a centenas de quilômetros de Salvador, sem em quem fiar e com muitos a porfiar, só lhe restou coabitar:

*Para levar a fim me foi preciso usar da destreza de chegar assim aos mais inquietos, e de menos confiança para melhor observar seus movimentos, e reparti com eles alguns empregos do Real serviço para os ter mais contentes, e seguros ensinando-me a experiência, que se com tal gente entrara em outro procedimento, ou faria illusórias as diligências da justiça, ou se iriam acoutar aonde feitos régulos infestariam esta Colônia por muitos anos agregando como costumam todos os criminosos, e insolentes.*²⁴⁹

Os limites eram claros e as alternativas restritas. Sem eles nada se teria descoberto, com eles muito se poderia conservar. Como sempre é bom desconfiar, pouco importa que se governasse com os de “menos confiança”, que com eles se repartisse as reais tarefas, satisfazendo

²⁴⁷ Ibid., p. 247.

²⁴⁸ Carta de Pedro Leolino Mariz para Martinho de Mendonça... Op. cit.

²⁴⁹ Carta de Pedro Leolino Mariz para o rei... Op. cit. O cardeal Mazarino (1602-1661) certamente abonaria o procedimento: "Procura ter perto de ti, simulando amizade, aquele que em tua ausência te suscitaria queixas, e contra ti amotinaria sediciosos e agitaria pessoas túrbidas". MAZZARINO, G. Breviário dos políticos. Rio de Janeiro : Lacerda Editores, 1997. p. 48.

os seus desejos de honras e mercês. Mais vantajoso era tê-los sob a guarda dos olhos, patrulhando os seus passos, do que vê-los metidos no seio da terra a insuflar tumultos. Tal procedimento foi comunicado a Pedro Leolino pela sua *experiência* “com tal gente”. E não poderia ser de outra forma. Anos antes, em 1721, quando o governador de São Paulo Rodrigo César de Meneses dava notícias sobre “as minas no Cuiabá” e sobre as pessoas envolvidas no descobrimento, o seu relato dá substância à invocação da *experiência* por parte do mestre de campo anos depois:

*Naquela diligência se acham também alguns criminosos, e como são os melhores sertanistas e os que só sabem fazer aquele descobrimento, pela larga experiência que têm adquirido em muitos anos, será preciso perdoar-lhes em nome de V. Majestade, fazendo eles serviços com que mereçam semelhante graça, e será conveniente vir resolução deste particular na primeira frota, por ser toda a demora prejudicial.*²⁵⁰

Algumas perfeições acabavam desnaturadas: a justiça, por exemplo. Para torná-la visível e palpável em ambiente tão infenso à sua efetivação, tão propício à desordem, era preciso praticá-la na medida do possível, restringindo a ação potencialmente deletéria de desordeiros conhecidos ao transformá-los em agentes da ordem ou, simplesmente, recomendando o perdão real a criminosos que descobrem ouro, ou àqueles que denunciam o descaminho, apesar de terem para ele contribuído.

²⁵⁰ Carta de Rodrigo César de Meneses para o rei (São Paulo, 12/9/1721). In: MENDONÇA, M.C. de (Org.). *O século XVIII*. Rio de Janeiro : Xerox, 1989. p. 123. Segundo Taunay, baseando-se num relatório do governador do Rio de Janeiro Antônio Paes de Sande de 1693, a expedição de Dom Rodrigo de Castelo Branco (1681) para descobrir “minas de fundição” fracassou em virtude da dificuldade de diálogo e interação entre os oficiais do reino e os paulistas. “Em suma: — Expedições sertanistas e explorações mineiras escusado seria entregá-las no Brasil a quem quer que fosse a não ser paulistas. Erradamente haviam procedido as autoridades que de outro modo tinham agido.” TAUNAY, A. de E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo : Museu Paulista, 1948. v. 9, p. 22. Para os detalhes sobre a atuação de Dom Rodrigo, veja-se também: LEME, P. T. de A. P. *Informação sobre as minas de São Paulo*. São Paulo : Melhoramentos, 19--. p. 130-144.

O combate aos descaminhos exigia que as autoridades lançassem mão de estratégias variadas, entre elas, a utilização de espões (espias, na linguagem da época) e o conseqüente pagamento por informações precisas²⁵¹. Até aqui, pouca novidade. O que surpreende é uma ação incomum de Gomes Freire para localizar uma partida de ouro em pó escondida num dos navios da frota. Sabedor de que o navio do capitão Sebastião da Cunha Fonseca transportaria, com o conhecimento deste, o ouro descaminhado, sabedor de detalhes tais como o dia e a hora em que havia sido levado a bordo, o governador lhe revelou a ciência que possuía dos fatos e, entabulando um diálogo prosaico, ouviu do capitão o seguinte pedido para ser levado aos reais ouvidos:

*(...) ele no seguro de que eu aos reais pés de V. Majestade lhe faria presente o que repito, e pediria perdão do delito, que havia cometido com os mais e que a grandeza de V. Majestade lhe desse uma ajuda de custo atendendo à pobreza, e vexação em que ficaria, declarou a parte adonde o ouro estava metido.*²⁵²

Isso mesmo. O governador prometeu ao descaminhador na presença do ouvidor geral da Capitania que intercederia por ele, falaria em prol do perdão real e, por fim, ainda arranjaría alguma compensação financeira (quatrocentos mil-réis) em face da “pobreza” e da “vexação” do sujeito. Mas não pára por aí. Nessa carta, Gomes Freire se vê instado a rebater as acusações dos sócios do capitão na corte de que havia obtido a colaboração dele “por violência, ou ameaças”, afirmando não ser “capaz de executar uma ação tão contrária à razão com que V. Majestade é

²⁵¹ Gomes Freire afirma ter gasto, do próprio bolso, cem mil-réis com os espões envolvidos na prisão do grande descaminhador Antônio Pereira de Souza. Cf. Sobre a chegada da frota, e a partida dela para Lisboa, e tomadia de ouro (Rio de Janeiro, 15/2/1734). ANRJ/Códice 80 - **Correspondência ativa e passiva...** v. 6, fl. 18v-19.

²⁵² Sobre ajuda de custo secretas (Rio de Janeiro, 3/8/1736). ANRJ/Códice 80 - **Correspondência ativa e passiva...** v. 7, fl. 66-66v.

servido obremos seus governadores”²⁵³. A atuação diligente e pouco ortodoxa do governador não só produziu um prejuízo inesperado aos receptadores em Lisboa como, e este é o ponto, demonstra uma conspícua capacidade de reação por parte desses homens derivada de um contexto no qual os interesses particulares imiscuem-se problemáticamente com os interesses gerais do Estado.

A atitude de Gomes Freire parece inaudita, mas ele bem sabia o quanto era difícil conduzir uma investigação, “formar as culpas”, prender os responsáveis e, mais do que qualquer coisa, mantê-los presos, afinal, a cadeia vivia abarrotada²⁵⁴. Aliás, a cadeia já era um problema na época em que governava Luís Vahia Monteiro (1725-1732). Pequena, com paredes frágeis, porta fraca e carcereiro permissivo, dado a todo tipo tráfico:

*(...) mas ainda depois de feita a cadeia não basta para a segurança dos presos a sua fortaleza **porque pela porta costumam sair todos**, ainda os de mais graves delitos, e somente não sai algum miserável, que não tem dinheiro nem valia, que por ela passa ao carcereiro...*²⁵⁵

Não se deve deixar passar em branco o significado, hoje de restrito reconhecimento corrente, da palavra *valia*. Este “miserável” não se definia apenas pela falta de dinheiro ou de algum valor precioso como ouro ou pedras. Nesse caso, nesse tipo de sociedade em especial, era

²⁵³ Ibid. fl. 66v.

²⁵⁴ Sobre ser conveniente continuarem-se as visitas que se faziam em junta da justiça aos presos na cadeia desta cidade (Rio de Janeiro, 7/7/1734). ANRJ/Código 80 - **Correspondência ativa e passiva...** v. 6, fl. 62v.

²⁵⁵ Sobre a necessidade que há de carcereiro, e reedificação da cadeia (Rio de Janeiro, 6/7/1726). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 160. O grifo é meu.

também aquele que não possuía poder, poderio, importância, domínio ou influência. Podia ser também aquele que não desfrutava da proteção, do patrocínio de um potentado (ministros, camaristas, homens de negócio...) ou não era objeto da sua intercessão²⁵⁶. Enfim, na linguagem da época, o sujeito que não era um “preso de suposição”.

O conde de Sarzedas, governando São Paulo em 1733, experimentou o mesmo problema. Lá, os carcereiros, dependendo do preso e das vantagens, fugiam junto com os presos. Como o conde atribuía o desvio ao baixo ordenado dos carcereiros, encaminhou ao Conselho Ultramarino um pedido de aumento:

*(...) a respeito do carcereiro dessa cidade não ter mais, que vinte e cinco mil-réis de ordenado, por cuja causa nenhum dava fiança, e não cuidavam dos presos, os quais, sucedendo fugirem, se ausentavam também com eles os mesmos carcereiros; e se havia preso de suposição, que lhes desse algum interesse, com mais facilidade convinham na fuga, o que era preciso remediasse, pelo meio de lhe mandar ordenado competente...*²⁵⁷

Diante de tal quadro, concluía Luís Vahia: “e assim

²⁵⁶ Veja-se o verbete *valia*: AULETE, C. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Lisboa : Parreira Antonio Maria Pereira, 18--. v. 2, p. 1841.

²⁵⁷ *Consulta do Conselho Ultramarino* (Lisboa, 19/8/1733). ANTT - **Papéis do Brasil**, códice 6, fl. 63. Em 1734, os rendimentos anuais do carcereiro da cadeia do Rio de Janeiro totalizavam aproximadamente duzentos e cinquenta mil-réis. Cf. *Lista dos officios que tem essa Capitania e suas anexas*. In: IHGB/Arq. 1.4.31 - **Lista dos contratos que tem a Capitania do Rio de Janeiro, seus princípios, arrematações dos presentes, e antecedentes triênios, rendimentos de toda a Fazenda Real, Casa da Moeda, donativo e guarda costa: os documentos de suas despesas certas, e incertas e o líquido de todo o rendimento. Relação dos officios, e seus proprietários.**, fl. 88. Em Minas, o fato do carcereiro fugir junto com os presos não surpreendia ninguém: “(...) Antônio Brito, esteve preso nesta cadeia [de Vila Rica] oito meses, e como se não sentenciou nem em tal se cuidava, fugiu da cadeia com outros presos e com o carcereiro como é costume...” *Carta do governador de Minas, D. Lourenço de Almeida (Vila Rica, 23/5/1726)*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1980. ano 30, p. 218-219.

anda tudo como se não houvesse justiça”²⁵⁸. Foi essa a terra que Martinho de Mendonça encontrou ao chegar. Por isso o impacto: “Tudo está comprado”. Por isso o desespero: “e tremo de tudo. Deus nos acuda!”

²⁵⁸ Sobre a necessidade que há de carcereiro, e reedificação da cadeia (Rio de Janeiro, 6/7/1726). Op.cit.

3.2 Os grandes descaminhadores

*Vossa Excelência não ignora que os contratos, e contratadores são capa de descaminhos, e sempre favorecidos dos Ministros da Fazenda.*²⁵⁹

Uma das diversas modalidades de descaminhos ocorreu em torno das relações comerciais entre a Bahia e a Costa da Mina²⁶⁰. O incremento do tráfico de escravos desta parte da África para Salvador obedeceu a um contexto específico demarcado não só por conta da descoberta das minas de ouro no Brasil, e o conseqüente aumento na demanda por cativos africanos, em especial os “negros minas”, como pelo recrudescimento da guerra de escravos na África ocidental e pelo prolongado surto de epidemias de varíola em Angola²⁶¹. Até o final do século XVII o tráfico de escravos entre a Bahia e a Costa da Mina era muito reduzido. O tráfego principal de negros fazia-se por Cacheu (os rios e as ilhas ao sul do rio Gâmbia eram essencialmente uma reserva portuguesa) e Cabo Verde ao norte e, sobretudo, pelo Gabão e por Angola ao sul. Desde antes da União Ibérica (1580-1640), porém, mais dramaticamente a partir da tomada do forte de São Jorge da Mina pelos holandeses, em 1637, os

²⁵⁹ Carta de Martinho de Mendonça de Pina e Proença para Gomes Freire de Andrada (Vila Rica, 17/11/1734). IHGB/Arq. 1.3.2 - **Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino**. t. 1, fl. 170-171. Vale a pena reler o poema de Gregório de Matos, reproduzido na *Introdução*, página 7, nota 20.

²⁶⁰ É a parte do golfo ou baía de Benin situada entre o rio Volta e Cotonu. Nos mapas de época, é a região ao longo da costa do reino do Daomé (atuais Togo e Benin), a leste do castelo de São Jorge da Mina, onde ficavam os quatro portos autorizados pelos holandeses para o comércio dos portugueses, a saber: Grande Popo, Ajudá, Jaqué e Apá. Cf. VERGER, P. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*. Salvador : Corrupio, 1987. p. 19. O autor assinala que a Costa da Mina não deve ser confundida com a Costa do Ouro.

²⁶¹ Cf. CARREIRA, A. *Notas sobre o tráfico português de escravos*. Lisboa : Universidade Nova de Lisboa, 1983. p. 32. Segundo Corcino Medeiros dos Santos: “No século XVIII, cerca de 70% dos escravos desembarcados na Bahia eram da Costa da Mina e os outros 30% de Angola”. SANTOS, C. M. dos S. *A Bahia no comércio português da Costa da Mina e a concorrência estrangeira*. In: SILVA, M. B. N. da (Org.). **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2000. p. 234.

portugueses conheceram no litoral da África ocidental um período em que os seus negócios sofreram uma concorrência constante e intensa²⁶². A Companhia das Índias Ocidentais, uma vez computado o prejuízo com a perda do Brasil, tornou-se primordialmente uma organização cuja principal tarefa era transportar escravos da África ocidental para as Antilhas, onde a ilha de Curaçau despontava como uma excelente base para o contrabando com a América espanhola²⁶³.

Todavia, lá atuavam também ingleses, franceses, suecos, dinamarqueses... e comerciantes residentes na Bahia²⁶⁴. Estes desfrutavam de uma posição privilegiada em relação aos seus colegas de Portugal. Como a companhia holandesa reservara para si o monopólio de mercadorias da Europa para a Costa do Ouro e para a Costa da Mina, pouco restava para o resgate de negros a não ser o tabaco. Como este tinha grande aceitação entre os negociantes africanos²⁶⁵, mesmo não sendo o de

²⁶² "Muito mais pesada, porque mais tenaz, foi para Portugal, entre 1570 e 1670, a guerra marítima e colonial." MAURO, F. Portugal, o Brasil e o Atlântico. Lisboa : Estampa, 1989. v. 2, p.193. Quanto aos estabelecimentos portugueses na África oriental, o resultado da concorrência foi bem mais severo: "Longe do Brasil para poder competir como os demais domínios portugueses de África nos benefícios da aparente prosperidade que foi o tráfico da escravatura, tão pouco lhe valeu a relativa proximidade da Índia, desde que o nosso monopólio do comércio oriental desaparecera inteiramente em mãos dos holandeses, ingleses e franceses". CORTESÃO, J. O ultramar português depois da restauração. Lisboa : Portugalíia, 1971. p.317.

²⁶³ Cf. BOXER, C. R. *The Dutch Seaborne Empire*. London : Hutchinson, 1965. p. 49. "Com a aquisição de importantes ilhas do Caribe pela Holanda, Grã-Bretanha e França, e com o desenvolvimento do cultivo de açúcar na década de 1640, a demanda crescente de escravos tornou impossível que os governos mercantilistas evitassem o crescimento de um amplo sistema de comércio ilícito e de contrabando". DAVIS, D. B. O problema da escravidão na cultura ocidental. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001. p.277.

²⁶⁴ Uma síntese para a participação europeia no comércio do Atlântico encontra-se em: MAURO, F. Expansão europeia (1600-1870). São Paulo : Pioneira; EDUSP, 1980. p. 123-137. Eulália Lobo oferece uma visão geral do circuito, que envolvia também a carreira das Índias: "Nas primeiras décadas do século, o ouro era contrabandeado para o Rio de Janeiro, Bahia e Recife e freqüentemente usado no comércio ilegal com a África portuguesa ou com negociantes holandeses e ingleses na costa da Guiné, apesar das alfândegas internas e do controle militar das fronteiras dos distritos mineiros e diamantíferos. Navios da Índia faziam escala no Rio de Janeiro e Salvador onde vendiam contrabando de artigos de luxo tais como laca e porcelana". LOBO, E. M. L. O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, 1975. n. 101, p. 59.

²⁶⁵ Fage chama a atenção para a formação de uma classe de homens africanos, de origem popular ou ainda escravos, os "príncipes mercadores", que usando da sua perspicácia comercial romperam algumas

melhor qualidade²⁶⁶, transformou-se em moeda de troca indispensável ao tráfico negreiro na região a ponto dos próprios holandeses dele depender para as suas transações. A condição privilegiada da Bahia levou à exclusão de Lisboa do circuito de trocas, promoveu uma ligação direta entre o porto da cidade do Salvador e os portos africanos e, ainda por cima, resolveu o problema de dar uma destinação ao fumo de má qualidade que havia sido proibido de entrar em Portugal²⁶⁷. Segundo Verger, daí “resultou uma viva oposição de interesses entre os homens de negócio de Portugal e os da Bahia. Foram esses os primeiros germes da futura independência do Brasil”.²⁶⁸

Este ponto de vista de Verger que, ao analisar as profundas relações entre o Brasil e a costa africana encetadas pelo tráfico

restrições há muito arraigadas nas sociedades locais e alcançaram posições de prestígio, chegando mesmo a rivalizar com a dos reis e cortes tradicionais. Esses homens redefiniram suas trajetórias tirando partido das oportunidades comerciais decorrentes da presença europeia. Cf. FAGE, J. D. História da África. Lisboa : Edições 70, 1997. p. 294-295. Nas últimas décadas os historiadores especializados no trato pelo Atlântico têm sublinhado os aspectos referentes à dinâmica interna dos povos africanos para melhor compreender as implicações do tráfico negreiro. Segundo Manolo Florentino, “(...) a violência que transformava o homem em escravo possuía, para as sociedades africanas, sentidos diversos. Tratava-se de obter mão-de-obra para utilização interna, com o que a escravidão se somava a diversos tipos de relações de dependência pessoal no interior daquelas sociedades. A maior parte dos cativos, porém, se destinava à troca por mercadorias européias e americanas que, ao serem inseridas nos tradicionais circuitos africanos de troca, desempenhavam papéis que muito distavam da função quase idílica de meros ‘bens de prestígio’. Uma vez produzido o cativo, a etapa africana de circulação tinha por eixo o duplo fluxo que se estabelecia nos pontos de embarque: o de exportação de escravos do interior para a costa, e o de importação de bens euroamericanos do litoral para as savanas e áreas florestais. Eram circuitos complementares e, por conseguinte, inseparáveis”. FLORENTINO, M. Em costas negras. São Paulo : Companhia das Letras, 1997. p. 108.

²⁶⁶ O tabaco de qualidade inferior, o refugado, era tratado com um xarope de melado para ter condições de ser enrolado em cordas, “mas era justamente esse tratamento que lhe proporcionava o gosto e o aroma doces que o tornavam tão popular na costa africana e um importante item de troca com os índios no comércio canadense de peles”. SCHWARTZ, S. B. O Brasil colonial, c. 1580 - c. 1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHELL, L. (Org.). História da América Latina: América Latina colonial. São Paulo : EDUSP; Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 1999. v. 2. p. 376.

²⁶⁷ Para ser de boa qualidade, o tabaco tinha que possuir cheiro agradável, cor externa preta sem manchas e, internamente, cor amarela. Cf. LAPA, J. R. A. Economia colonial. São Paulo : Perspectiva, 1973. p. 177. A página citada pertence ao capítulo que reproduz o texto publicado originalmente com o título *O tabaco brasileiro no século XVIII*. Nesta altura, faz-se necessário sublinhar que nem sempre foi à África apenas o tabaco de categoria inferior. Correntemente à costa africana ia o de primeira escolha para as trocas ilícitas com os europeus.

²⁶⁸ VERGER, P. Op. cit., p. 12.

negreiro, põe em relevo a progressiva oposição entre os interesses comerciais das comunidades de mercadores de Salvador e de Lisboa e os seus conseqüentes atritos, vislumbrando os “germes da independência”, foram percebidas por Alencastro numa perspectiva próxima, porém desprovida do recorte nacional²⁶⁹. As implicações dessas relações discrepantes da regra do comércio triangular, válida para no Atlântico Norte, de fato, conferiam ao tráfico negreiro uma significação muito maior do que o transporte puro e simples de mão-de-obra de um continente a outro:

*De conseqüências decisivas, na formação histórica brasileira, o tráfico extrapola o registro das operações de compra, transporte e venda de africanos para moldar o conjunto da economia, da demografia, da sociedade e da política da América portuguesa.*²⁷⁰

O que está em jogo, portanto, não é descortinar os primórdios da independência, constituindo-os dentro de um quadro no qual as oposições entre portugueses e brasileiros vicejam e anunciam o rompimento futuro, mas, pelo contrário, fazê-lo dentro de um quadro no

²⁶⁹ Uma bibliografia, mesmo sumária, sobre a questão nacional não teria lugar aqui. Faço, então, a referência da obra clássica entre nós: LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo : Pioneira, 1976. Sobre o impacto na historiografia da idéia de um passado colonial que contém em si o germe da nação, vejam-se os trabalhos de Afonso Carlos Marques dos Santos: *A invenção do Brasil: um problema nacional?*, *Revista de História*, São Paulo, n. 118, 1985. p.3-12. *Memória, história, nação: propondo questões*. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 87, 1986. p.5-13. *No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Prefeitura da Cidade/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. Acerca especificamente do nativismo, veja-se: SILVA, R. F. da. *Colônia e nativismo: a história como “biografia da nação”*. São Paulo : HUCITEC, 1997. Uma visão recente, motivada pelas comemorações dos quinhentos anos do “descobrimento”, encontra-se em: CHAUI, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2000. Por fim, vejam-se as considerações seminais de Gramsci a respeito das interpretações ideológicas nas representações históricas da formação italiana: “O problema de buscar as origens históricas de um evento concreto e circunstanciado, a formação do Estado moderno italiano no século XIX, é transformado no problema de ver este Estado, como *Unidade*, como *Nação* ou genericamente como *Itália*, em toda a história anterior, assim como o pinto deve existir no ovo fecundado”. GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002. v. 5, p. 34. [Caderno 19: *Risorgimento Italiano*].

²⁷⁰ ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes*. São Paulo : Companhia das Letras, 2000. p. 29.

qual se redefinem e se refazem as iniciativas dos colonizadores, formando movimentos e sentidos cada vez mais próprios e diferenciados que não necessariamente estão fadados à separação²⁷¹.

Tratos portugueses e brasileiros nos séculos XVII e XVIII.²⁷²

Nessa perspectiva, contrabando e descaminhos surgem como parte indissociável desse processo de “formação do Brasil no

²⁷¹ Um dos objetivos de Alencastro é “ênfatisar o processo de brasilianização do tráfico negreiro a partir da segunda metade do século XVII”. Id. *ibid.*, p. 380. Para o século XVIII e em outros termos: “O tráfico atlântico era, por definição, afro-americano não porque significava uma migração forçada de africanos para a América, mas sim e principalmente porque **desempenhava funções estruturais nos dois continentes**”. FRAGOSO, J., FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001. p. 143.

²⁷² Mapa digitalizado de: ALENCASTRO, L. F. Op. cit., p. 250.

Atlântico Sul”, formação essa visceralmente implicada com os “circuitos africanos de troca”²⁷³; com as possibilidades decorrentes da fronteira aberta pela extração de ouro e diamantes²⁷⁴, pela produção de tabaco (mas também de couros, farinha de mandioca²⁷⁵ e cachaça²⁷⁶, entre outros produtos) e pela consolidação dos “homens de negócio” da Bahia; e com a ingerência de outros atores europeus que não os portugueses nas relações comerciais em torno do tráfico negreiro.

A constituição peculiar que se vai gestando no Brasil permite a produção, por parte de algumas autoridades coloniais, de relatórios cujo conteúdo expressam aqui e ali argumentos aparentemente paradoxais. Assim o vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses (1720-1735), conde de Sabugosa em 1729²⁷⁷, discorrendo sobre a situação geral do

²⁷³ Segundo Fragoso e Florentino, “independentemente da posição que se assuma, o certo é que, depois de 1650, a articulação entre a economia colonial e a Metrópole passou a estar mais firmemente centrada na transferência do excedente gerado no Atlântico, movimento que tinha por campos privilegiados o comércio exterior lusitano (sobretudo a reexportação dos produtos brasileiros no mercado europeu) e a captação de impostos”. FRAGOSO, J., FLORENTINO, M. *Negociantes, mercado atlântico e mercado regional: estrutura e dinâmica da praça mercantil do Rio de Janeiro entre 1790 e 1812*. In: FURTADO, J. F. (Org.). *Diálogos oceânicos*. Belo Horizonte : UFMG, 2001. p. 174. A esse respeito, veja-se também: FRAGOSO, J., FLORENTINO, M. *O arcaísmo...*, p. 63-83.

²⁷⁴ Cf. VENÂNCIO, R. P. *Comércio e fronteira em Minas colonial*. In: FURTADO, J. F. (Org.). *Diálogos oceânicos*. Op. cit., p.181-192.

²⁷⁵ O uso da mandioca na alimentação dos dois lados do Atlântico Sul é um belo exemplo do processo caracterizado por Alencastro: “Num primeiro tempo, a América exporta mandioca através da Guanabara e do litoral vicentino. Numa segunda etapa, a mandioca, o milho, a batata-doce e frutas sul-americanas passam a ser plantadas nas terras africanas. No preparo da farinha de mandioca africana vigorava o método brasílico. De cinquenta a sessenta escravos cuidavam da roça, da arrancadura e do corte do tubérculo. Na raspagem, os proprietários angolistas empregavam escravos velhos e crianças de pouca valia no mercado negreiro. Num terceiro tempo, tais culturas espalham-se pelos sertões africanos. Saindo no litoral de Moçambique na sua expedição pelo alto Zambeze na virada do século XVIII, o paulista Lacerda e Almeida constatou a usança da batata seca como alimento entre os nativos. Bem no interior africano, já nas veredas de Angola, topou com muitas roças de mandioca”. Como a produção africana era insuficiente por estar sujeita a vários inconvenientes, o envio de mandioca tornou-se essencial. Id. ibid. p. 254-255. Veja-se a importante justificativa do autor quanto ao uso do substantivo “brasílico” para “designar a sociedade colonial da América portuguesa dos séculos XVI, XVII e da primeira metade do XVIII”. ALENCASTRO, L. F. Op. cit., 28.

²⁷⁶ Cf. CURTO, J. C. *Vinho verso cachaça: a luta luso-brasileira pelo comércio do álcool e de escravos em Luanda, c. 1648-1703*. In: PANTOJA, S., SARAIVA, J. F. S. (Org.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1999. p. 69-97.

²⁷⁷ Cf. CALMON, P. *História do Brasil*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1961. v. 3, p. 1041.

Estado, afirma:

As minas foram a total perdição do Brasil e a falta delas hoje será a sua ruína; nestas se acha um formidável cabedal de todos os portos da Marinha e ainda de todo o Reino e de vários estrangeiros que com os olhos no ouro, introduzem as suas mercadorias por meio dos portugueses e têm tantas dilações as remessas que muitos interessados estão por esta causa perdidos porque as demoras dos pagamentos, são de 3 e 4 anos, quando mais bem sucedidos e muitas vezes se procura o devedor em uma parte e não se acha, nem quem dê notícia dele.²⁷⁸

O excerto dá bem a dimensão dos problemas e, somado ao título do documento, tem-se um verdadeiro roteiro dos temas fundamentais. Como pode a existência de algo significar perdição para a totalidade em jogo e, em contrapartida, a sua não existência significar a ruína dessa totalidade? Sim, pode. E é precisamente nesse momento que se divisa toda a riqueza do real, isto é, a sua contraditoriedade e a sua multiplicidade de significados, desfecho somente alcançado quando se assume o ponto de vista da totalidade concreta:

A dialética não pode entender a totalidade como um todo já feito e formalizado, que determina as partes, porquanto à própria determinação da totalidade pertencem a gênese e o desenvolvimento da totalidade, o que, de um ponto de vista

²⁷⁸ Carta do conde de Sabugosa, referindo-se entre outros assuntos às resoluções do Conselho Ultramarino, geralmente tomadas sem as prévias e necessárias informações dos governadores; às viagens das frotas, à arrematação dos contratos do Brasil, aos direitos que pagavam os escravos que iam para as Minas, à feitoria de Ajudá, à exploração do ouro nas Minas Novas, à prisão do capitão-mor Antonio Veloso da Silva e informando muito desfavoravelmente acerca de Manuel Francisco dos Santos Soledade e das suas pretensões (Bahia, 23/8/1730). In: ALMEIDA, E. de C. (Org.). **Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar**: Bahia (1613-1762). Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1913. v. 1, p. 26-27. O grifo é meu. A acurada elaboração de Sabugosa me remete à observação de Kosík sobre o caráter ambíguo da consciência: “A consciência humana é ‘reflexo’ e ao mesmo tempo ‘projeção’; registra e constrói, toma nota e planeja, reflete e antecipa; é ao mesmo tempo receptiva e ativa”. KOSÍK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995. p. 32-33. Por sua vez, Kosík me remete a Marx: “Pensar e ser são em verdade distintos, mas ao mesmo tempo estão em unidade recíproca”. Isto é, ser e pensar vivem de sua relação. Apud BORNHEIM, G. A. *Dialética*. Globo : Porto Alegre, 1983.

*metodológico, comporta a indagação de como nasce a totalidade e quais são as fontes internas do seu desenvolvimento e movimento. A totalidade não é um todo já pronto que se recheia com um conteúdo, com as qualidades das partes ou com as suas relações; a própria totalidade é que se concretiza e esta concretização não é apenas criação no conteúdo mas também criação do todo.*²⁷⁹

Portanto, é pelo processo de gênese e desenvolvimento da totalidade em questão, isto é, o conjunto das relações dinamicamente engendradas na América portuguesa no período da extração de ouro e diamantes, que se pode compreender o movimento contraditório assinalado por Sabugosa. Foi perdição na medida em que provocou uma corrida para o interior, um *rush* que a todos atraía, lançando na incerteza as culturas tradicionais do açúcar e do tabaco, as culturas dedicadas à subsistência²⁸⁰, assim como agravou a cobiça geral dos demais estados europeus. Será ruína na medida em que os cabedais aplicados não realizarem a sua pronta circulação²⁸¹.

Foi perdição também quando aqueles que deveriam zelar pelo governo dos povos e “meneio dos negócios”, na prática,

²⁷⁹ KOSÍK, K. Op. cit., 58-59.

²⁸⁰ É preciso lembrar que a disseminação do plantio do tabaco também atingira a produção para a subsistência, gerando várias crises e a conseqüente intervenção do poder local: “(...) a caracterização anteriormente formulada pelo Senado — e em parte bastante correta — de que um número crescente de roceiros passavam a plantar tabaco em lugar de mandioca leva a medidas radicais de erradicação dessa cultura; dá-se ordem aos sargentos-mores para mandar arrancar todos os pés de tabacos das áreas antes vedadas ao seu cultivo e de trazer para Salvador, sob grillhões, os oficiais camaristas das vilas. Ao mesmo tempo, os patrões e arrais do poderoso comércio de negros (tabaco) são acusados de agravar a crise com suas grandes compras de farinha para a matalotagem da carreira da Guiné, bem como sua exportação para a Costa da Mina.” SILVA, F. C. T. da. *A morfologia da escassez*. Niterói :Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do ICHF-UFF, 1990. p. 222.

²⁸¹ Segundo Marx: “A circulação é a soma de todas as relações recíprocas dos possuidores de mercadorias”. E a sua importância está no fato de que é “impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera de circulação, sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias, valorize valor e, daí, transforme dinheiro ou mercadoria em capital”. MARX, K. *O capital*. São Paulo : Nova Cultural, 1985. v. 1. p. 137-138. Vejam-se também as considerações de Braudel sob o título ‘O dinheiro ou se esconde ou circula’ em: *Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII)*: os jogos das trocas. Lisboa : Cosmos, 1985. v. 2, p.356-360.

contribuíam para o florescimento dos interesses particulares em abandono do desinteressado serviço d'el-rei. Assim o expunha Sabugosa em carta para Martinho de Mendonça:

Os gênios, e qualidades dos que habitam esse continente, ainda que sejam pouco próprios, para viverem com sujeição, e boa harmonia, contudo se a justiça não fosse de compadres, como dizem as velhas na minha terra, talvez que a sua bravura se convertesse em docilidade, e entre as reflexões que V. Mercê terá feito, pelo que vê, e terá ouvido, não deixará de admirar-se muito da desenvoltura com que os Ministros procedem, porque não só injuriam as Leis com os seus comentos, e inteligências, mas têm entre si assentado em uma nova ordenação porque se regulam; e os prejuízos que resultam ao público da sua ambição, e interesses particulares, procedem da piedade, e boa intenção dos sindicantes, que sempre são os que escolhem os sindicados, porque o Conselho Ultramarino lhes faz a lisonja de comprazer com eles; e provera Deus que fosse só nesta matéria: e creia V. Mercê que para os lugares trienais das conquistas, se escolhem por via de regra os Bacharéis de menos nota, e com propensão para cegamente se utilizarem; e enquanto El Rei nesta parte, não convier no meu sistema, será sempre mal servido, e vexados irremediavelmente os seus Povos.²⁸²

Perdição redobrada, superiormente maligna e transmutada em causa de todos os males, ocorria quando o próprio governador das Minas fomentava o descaminho:

*(...) Dom Lourenço de Almeida, foi o único móvel, e causa total dos desconcertos dessas Minas, tanto no prejuízo da fazenda Real, como na má administração da justiça, e por **descuido**, ou **cuidado** seu continuaram as fraudes, e descaminhos, permitindo que se fizessem assembléias, ajustando-se nelas novas*

²⁸² Carta do conde de Sabugosa para Martinho de Mendonça de Pina e Proença (Bahia, 22/12/1734). ANTT - **Manuscritos do Brasil**, livro 7, fl. 4-7. O segundo volume traz a transcrição integral deste documento.

*formas, e máquinas para se extrair o ouro...*²⁸³

Descuido ou cuidado? Nesse ponto, a coisa flagrantemente reprovável não é precedida do prefixo “*des*”. É como se tudo se passasse em um outro quadro de referência. Por intermédio das palavras caminho e *descaminho* sabe-se onde encontrar o legal e o ilegal, o certo e o errado, o público e o privado. Em cuidado e *descuido* não há senão variação de grau (cuidar da fraude é mais grave do que a sua ocorrência inadvertida), ambos são sinal de mau governo. Nesta terra justamente quem deveria cuidar dos rendimentos de el-rei não só se *descuida* como *cuida* do contrário, isto é, dos seus próprios interesses pessoais. Como disse Frei Vicente, “verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa”²⁸⁴. Enfim, um quadro verdadeiramente desconcertante:

*O crime de falsidade é no Brasil tão repetido, que já cheguei a persuadir-me que o reputavam por virtude, e sei que há partes, e sítios determinados, donde só habitam homens que juram por dinheiro...*²⁸⁵

²⁸³ Ibid. A esse respeito, diria Vieira: “(...) os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título [o de ladrões] são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos. — Os outros ladrões roubam um homem: estes roubam cidades e reinos; os outros furtam debaixo do seu risco: estes sem temor, nem perigo; os outros, se furtam, são enforcados: estes furtam e enforcam.” VIEIRA, Antônio. *Sermão do bom ladrão*. In: **Escritos históricos e políticos**. São Paulo : Martins Fontes, 1995. p.110-111.

²⁸⁴ SALVADOR, V. do (frei). *História do Brasil (1500-1627)*. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1982. p. 58. Vejam-se as considerações de Fernando Novais em: *Condições da privacidade na colônia*. In: NOVAIS, F. A. (Coord.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1997. v. 1, p.13-39.

²⁸⁵ *Carta do conde de Sabugosa para Martinho de Mendonça de Pina e Proença (Bahia, 22/12/1734)*. Op. cit. Homens que juram por dinheiro... Como disse Martinho de Mendonça, estaria tudo comprado? Parecia tratar-se de um mundo com os valores invertidos, como aquele percebido por Lady Macduff: “Mas (agora me lembro) estou num mundo em que fazer o mal é muitas vezes louvado, e praticar o bem é tido às vezes por loucura perigosa.” SHAKESPEARE, W. *Macbeth*. Tradução por Manuel Bandeira. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997. p. 79. No original: “But I remember now / I am in this earthly world; where to do harm / Is often laudable, to do good sometime / Accounted dangerous folly.” De resto, fica a advertência metodológica de Thompson: “É necessário fazer uma pausa, de tempos em tempos, para lembrar que o modo como as pessoas conceberam o seu tempo não é necessariamente o modo como ocorreram os acontecimentos da época.” THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo :

O descaminho é perdição mas também caminho realizado enquanto perdição. O que desvia das relações centrais alimenta as relações circundantes pela construção do desvio, irradiando recursos por uma ampla superfície, a despeito de, no final das contas, a maior parte terminar alcançando os portos do mar. Eis o ponto de convergência desse variado feixe de relações. Eis a passagem de perdição a ruína: a manutenção de todos esses circuitos dependia da estabilidade do fluxo extrativo nas minas.

Todavia, abundância não se converte em carestia tão facilmente: os comerciantes bem sabiam gerir os seus negócios²⁸⁶. Geriam-nos tão bem que introduziam mercadorias do estrangeiro e, certamente, de maneira pouco lícita. Os pagamentos podiam até atrasar mas o ouro continuava saindo. Alguns anos adiante, o intendente geral do ouro, o desembargador Wenceslau Pereira da Silva, abordando o tema da ruína pelo ângulo da redução do número de escravos trazidos da Costa da Mina, põe

Companhia das Letras, 1998. p. 213.

²⁸⁶ Sobre o tratamento dos devedores e suas dívidas, veja-se a correspondência privada publicada por Luís Lisanti, em particular: Carta de João Francisco Muzzi (Moniz) e Luís Alvares Preto para os senhores Beroardi e Medici e senhor João Francisco Pinheiro da companhia (Rio de Janeiro, 9/7/1726). LISANTI FILHO, L. (Org.). Negócios coloniais. Brasília : Ministério da Fazenda; São Paulo : Visão Editorial, 1973. v. 3, p. 98-99. Aliás, João Francisco Moniz foi preso (em companhia de Joaquim Ferreira Varela) e teve os bens confiscados pelo governador do Rio por conta de juramento falso no decorrer de uma devassa sobre os descaminhos dos quintos do ouro, após o confronto entre as declarações prestadas e o conteúdo das cartas particulares/comerciais abertas por Luís Vahia. O fato foi levado ao Conselho Ultramarino que deferiu o requerimento, mandou livrar os culpados e devolver-lhes os bens. Cf. Satisfaz-se ao que Sua Majestade ordena sobre os requerimentos de João Francisco Moniz, e Francisco Pinheiro (Lisboa, 21/2/1731). IHGB/Arq. 1.1.26 - Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino. fl.116-117v. Sobre esse caso veja-se: PIJNING, E. Controlling contraband. Baltimore (Maryland): Tese de doutorado apresentada à Johns Hopkins University, 1997. p. 235-237. Analisando inventários e testamentos depositados em vários arquivos, Júnia Furtado identificou sessenta e um comerciantes trabalhando nas Minas para Francisco Pinheiro, o comerciante de grosso trato estabelecido em Lisboa. Cf. FURTADO, J. F. Homens de negócio. São Paulo : HUCITEC, 1999. p.234. Certos tipos de endividamento açulavam “desinquietações” e geravam representações para a corte. Em Minas, na ânsia de descobrir e extrair ouro, os moradores compravam fiado os escravos, empenhando até o que não tinham. Todavia, nem sempre tiravam das faisqueiras tudo o que esperavam. Cf. Sobre os empenhos dos moradores das Minas (Lisboa, 26/3/1721). Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1979. ano 30, p. 124-125.

tudo às claras:

*Muito proveitoso é aquele negócio para os holandeses e zelandeses, interessados na Companhia Ocidental de Holanda, porque como pela maior parte dominam a Costa da Mina e têm ali estabelecido o seu comércio com os negros, os provêem dos gêneros e drogas, de que se agradam, de que já os têm feito dependentes, vendendo-lhos a troco dos melhores escravos, que escolhem e no que interessam grandes avanços, **revendendo-os depois aos nossos portugueses a troco de ouro;** e o mesmo negócio fazem os próprios negros industriados pelos holandeses, a cujas mãos vai parar o ouro, que se extrai do Brasil nas embarcações daquele transporte, que certa e ocultamente o levam a todo risco para sortirem e darem consumo aos efeitos das suas carregações, comprando os melhores escravos e por isso os nossos comerciantes se empenham e não utilizam hoje tal negócio, que tem perdido a muitos...*²⁸⁷

Surpreendendo a saída do ouro (“ocultamente”) num momento de dificuldades para o comércio na Costa da Mina, há de se supor o que não teria saído anos antes. Remontam ao início do século as notícias do descobrimento das minas de Jacobina e Rio das Contas que, somadas às de Araçuaí e Fanados e ao ouro extraviado das Gerais pelos currais, asseguravam o suprimento do metal aos comerciantes, facilitado, ademais, pelas rotas naturais. De acordo com Virgílio Noya Pinto:

*O que a localização das minas baianas nos sugere é **uma caudalosa corrente de contrabando**, seguindo a direção dos rios em que elas se encontravam. Os rios Itapicuru (Jacobina), das Contas (Rio das Contas) e Jequitinhonha (Araçuaí e Fanado), ligando as regiões auríferas baianas ao Atlântico são vias fáceis para o comércio ilícito, realizado não só com os navios estrangeiros que freqüentemente ancoravam no*

²⁸⁷ Parecer de Wenceslau Pereira da Silva, em que se propõem os meios mais convenientes para suspender a ruína dos três principais gêneros do comércio do Brasil, açúcar, tabaco e sola (Bahia, 12/2/1738). In: ALMEIDA, E. de C. (Org.). *Inventário dos documentos...*, p. 29-30. O grifo é meu.

*litoral brasileiro, como também através dos navios negreiros que partiam para a África.*²⁸⁸

A questão verdadeiramente relevante é que a “caudalosa corrente de contrabando” não se limitava à ligação entre Salvador e a Costa da Mina: o circuito era Atlântico e os seus portos, inúmeros²⁸⁹. Gomes Freire, no Rio de Janeiro, vislumbrou o alcance das redes comerciais que interligavam Bahia, Pernambuco, Costa da Mina, Angola, Rio de Janeiro, Sacramento com portugueses, ingleses, holandeses...

*Entre as imensas revoltas que tem acarretado o descobrimento que fiz do comércio da Costa da Mina nesta praça, na da Bahia e Pernambuco pela confissão de alguns mestres e navegantes encontro que desse reino para o de Loango por terra se principia o comércio de ouro, com o qual se utilizam os holandeses ali residentes e também declaram os mesmos navegantes que sem embargo das grandes prevenções e cautelas, com que Vossa Excelência ao tempo que algum navio estrangeiro toca a esse porto se previne para embarçar o comércio com os ditos portos, digo, com os ditos, sempre se faz furtivo, porque algumas guardas e todos os paisanos concorrem para a fraude, este é maior no porto de Bengala, adonde se executam as recomendadas ordens de Vossa Excelência quase com cerimônia.*²⁹⁰

²⁸⁸ PINTO, V. N. Op. cit. p. 84. O grifo é meu.

²⁸⁹ Uma consulta do Conselho Ultramarino do início do século dava conta da atividade de um navio de piratas na costa do Rio de Janeiro, tentando abordar navios portugueses e um patacho francês. Apesar de ter se escondido atrás da Ilha Grande, a embarcação pirata acabou capturada: “Que o casco do navio era inglês, tomado já em outra ocasião, governado por dez ou doze franceses brancos; seis portugueses, que traziam de uma sumaca de Pernambuco, que apanharam vindo da Costa da Mina com negros, dos quais traziam dezoito e algum ferro”. Sobre o que escreve o mestre de campo do Rio de Janeiro Francisco de Castro Moraes acerca do navio de piratas, que andou naquela costa, dando caça às nossas embarcações, e sucesso que teve (Lisboa, 23/11/1701). IHGB/Arq. 1.1.23 - Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino. fl. 30-32.

²⁹⁰ Carta de Gomes Freire de Andrada para o governador de Angola, Rodrigo César de Meneses, sobre o descaminhamento de moeda, ouro e prata e manifesto que fazem os mestres das embarcações. (Rio de Janeiro, 25/1/1735). ANRJ/Código 84 - Correspondência do governador do Rio de Janeiro com diversas autoridades (cópia). v. 5, fl. 148v-150.

De fato, Gomes Freire não descobrira grande coisa a respeito do comércio com a Costa da Mina e seus descaminhos. Em julho de 1726 o secretário de Estado foi avisado destas fraudes pelo governador anterior. Vahia, nessa oportunidade, apontava a conexão dos descaminhos por terra com o circuito do mar por intermédio do porto de Parati, via caminho velho, e através do porto de Salvador, via currais do São Francisco:

*(...) e a mesma providência tenho dado no registro de Parati, cuja vila tornou à jurisdição deste Governo por resolução de V. Majestade de 16 de janeiro do presente ano, mas o comércio que os holandeses no castelo de São Jorge, os quais entertem correspondências com mercadores da Bahia, adonde me parece forçoso que haja guardas para resistir os mineiros quando entram naquela cidade, e seus contornos porque na saída da minas é inevitável o descaminho pela muita largueza e várias veredas e estradas por donde se sai delas, mas sobre tudo V. Majestade mandará o que for servido.*²⁹¹

Se, conforme Gomes Freire, o trânsito por terra já se fazia em África, como que fechando o arco Atlântico, as viagens à Nova Colônia do Santíssimo Sacramento reafirmavam a sua condição de lugar por excelência do contrabando²⁹²:

²⁹¹ Sobre o ouro que vier das Minas pagar os quintos (Rio de Janeiro, 5/7/1726). Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 143.

²⁹² A afirmativa provém de Capistrano: "Este ninho, antes de contrabandistas que de soldados..." ABREU, C. de. Capítulos de história colonial (1500-1800). Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1988. p.220. Em 1726, relatava Luís Vahia: "Na Colônia tem os ingleses atinuado o negócio com as muitas fazendas que ali metem, e dão as disbarate (sic), e suposto o governador de Buenos Aires os mandou retirar, um navio se pôs à vista da Colônia, e dali lhe está trespassando as fazendas". Carta do governador da capitania do Rio de Janeiro ao secretário de Estado, participando-lhe um descobrimento de ouro na serra dos Órgãos e dando-lhe várias notícias sobre as minas de ouro (Rio de Janeiro, 8/11/1726). Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo : Arquivo do Estado de São Paulo, 1929. v. 50, p. 78. Por outro lado, segundo Maxwell: "O contrabando de ouro ia de Minas para Buenos Aires ou, assim como o proveniente de Cuiabá e Mato Grosso, para as províncias espanholas próximas. Ali era trocado a uma taxa favorável por prata, e esta voltava às cidades portuárias brasileiras, onde era usada para comprar manufaturas contrabandeadas, quer dos comissários [volantes - comerciantes portugueses itinerantes -] quer dos oficiais e marinheiros das frotas". MAXWELL, K. R. A devassa da devassa. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978. p. 27. Desde o final do século XVI os comerciantes portugueses empenhavam-se na obtenção da prata peruana, de maneira a atender às

(...) Não sei se os homens de negócio da Bahia falaram pelo modo dos avisos chegados a essa praça dos desta pois o que descobri no segundo navio aqui apresado entregou uma tal máquina que estão presos e confiscados em aquela praça oito homens principais dela em que entram o Tenório e o Granja; o confisco de toda esta máquina (que poderá tocar também à praça de Pernambuco) sem dúvida passará de um milhão em emolumentos que eles têm mandado à Costa da Mina, veja Vossa Senhoria o que havia se levantado contra mim mas obre eu o que Deus e el-rei manda o mais tudo não vale a pena.²⁹³

Se em fevereiro a evasão de ouro por Pernambuco era duvidosa, em março já estava comprovada. E mais, a fraude era geral em todos os portos da América, com os negócios ilícitos estendendo-se por São Tomé e Cabo Verde:

Algumas testemunhas dizem embarcaram de esse porto em navios à Costa da Mina levando ouro em pó, porém, são tais que nem declaram donos nem capitães e lançam tudo no esquecimento, assim ficam sem utilidade ou crédito e só me parece fazer a Vossa Excelência ciente por se acaso poder encontrar

exigências do comércio do Oriente, onde se valorizava mais a prata do que o ouro. Segundo Pierre Vilar: “Conseguem graças à uma fraude sobre a qual os espanhóis fecham constantemente os olhos (Portugal está unido a Espanha mas conserva seu sistema monetário e aduaneiro). Esta fraude dá-se nos Açores, na Madeira e em Lisboa mesmo, para onde se desviam os barcos e carregamentos procedentes da América, inclusive, já no Brasil é cunhada a prata que vem do Peru”. VILAR, P. Ouro e moeda na história (1450-1920). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981. p.126. Veja-se, também: HARING, C. H. Comercio y navegacion entre España y las Indias em la época de los Habsburgos. México : Fondo de Cultura Económica, 1939. p. 145-146. Para esse comércio clandestino e a ação dos *peruleiros* – o homem que faz o Peru –, veja-se o estudo pioneiro de: CANABRAVA, A. P. O comércio português no Rio da Prata (1580-1640). Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1984.

²⁹³ Carta de Gomes Freire de Andrada para o governador da Colônia, Antônio Pedro de Vasconcelos, sobre confisco e munições que para aquela praça... (Rio de Janeiro, 8/2/1735). ANRJ/Código 84 - **Correspondência do governador do Rio de Janeiro com diversas...** v. 5, fl. 153-155. O futuramente tão decantado Gomes Freire, “retratado por seus contemporâneos como exemplar no zelo cristão, castidade, justiça e amor dos povos”, no início do seu governo tinha de se fiar em Deus e no rei para se preservar dos rumores do tempo. E não seria a única vez. Veja-se também: Carta de Gomes Freire de Andrada para o governador da Colônia, Antônio Pedro de Vasconcelos, a respeito de seqüestro na charrua Loreto... (Rio de Janeiro, 28/8/1734). Idem, v. 5, fl. 122v-123v. Esta charrua de nome Loreto e São Domingos, com suspeita de transportar clandestinamente ouro em pó, saíra do porto do Rio para Sacramento e de lá para São Tomé. O registro sobre Gomes Freire é de: MOTT, L. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: NOVAIS, F. A. (Dir.). História da vida privada no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 1997. v. 1, p. 173.

*livres de este fraude que é geral em todos os portos da América.*²⁹⁴

Conforme o cerco oficial apertava, ficava claro que muitos daqueles homens poderosos e “facinorosos” das Minas mantinham relações íntimas e intensas com comerciantes europeus. Assim, era grande o número de pessoas envolvidas, formando “companhias”, verdadeiras “sociedades” de contrabandistas cujos sócios podiam residir muito longe, na Inglaterra, por exemplo:

(...) descobriu-se bastantes documentos e alguns pertencentes ao comércio da Bahia, à Costa da Mina o que remeto ao Senhor Vice-Rei as testemunhas da devassa contestam de todos os portos se faz a mesma extração pelo que remeto a Vossa Excelência os nomes das pessoas que aqui há rumor e continuam fraudulento comércio de esse porto à dita Costa para que a grande providência, zelo e capacidade de Vossa Excelência lance as linhas que entender precisas ao bem da fazenda de Sua Majestade tenho também notícia que Antônio Gonçalves de Carvalho, homem poderoso no Rio das Mortes é conhecido defraudador dos reais quintos com uma partida deles intenta salvar-se por esse porto da Bahia à Costa da Mina por ela à Inglaterra adonde tem seus sócios parte do cabedal, não tenho os sinais do dito delinqüente mas sei quanto é importante a prisão deste homem.

*(...) O confisco até aqui feito passa de duzentos mil cruzados e há conjecturas fortes de descobrirmos as Capitánias estabelecidas em, digo, descobrirmos as Companhias estabelecidas em essa e na praça da Bahia há uma carta do novo ouvidor dessa Capitania que diz tudo está perdido em um ponto de se fazer comércio menos líquido da Costa da Mina.*²⁹⁵

²⁹⁴ Carta de Gomes Freire de Andrada para o governador de Pernambuco sobre o confisco de negócios feitos por São Tomé e Cabo Verde com descaminho de ouro (Rio de Janeiro, 6/3/1735). Idem. v. 5, fl. 163v-179.

²⁹⁵ Carta de Gomes Freire de Andrada para o governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira (Rio de Janeiro, 23/12/1734). Idem. v. 5, fl. 133-135v. Duarte Sodré Pereira, fidalgo e grande comerciante, governou Pernambuco entre 1727 e 1737. Segundo Maria Júlia de Oliveira e Silva, em abril de 1730 o governador comunicou ao rei que um navio inglês vindo da Costa da Mina fizera aguada em Pernambuco e, citando o documento, “a oferta que faz a nação inglesa aos donos dos navios para irem despachar a uma fortaleza que têm perto das que os holandeses têm na dita costa para ali negociarem, e

O defraudador foge, tenta passar para a Inglaterra, para onde passara antes o ouro aos seus sócios, e dele as autoridades não têm sequer sinais. Chega um novo ouvidor e, diante de confiscos e companhias clandestinas, logo conclui que “tudo está perdido” a ponto de ameaçar o comércio da terra...

A conclusão procedia. O crescimento das transações comerciais proporcionado pelas descobertas de ouro e diamantes significou também o crescimento das transações ilícitas no seio das transações oficiais. O nó górdio estava na arrematação e na administração dos contratos: “(...) pois por esta forma tudo são roubos pelos contratadores e viandantes”²⁹⁶. Os contratadores não cumpriam os termos acordados de fornecimento de gêneros, o sal por exemplo²⁹⁷, lançavam as populações em grande carestia e à beira da revolta, enquanto vendiam os gêneros contratados nos locais em que auferiam preços mais altos e pagos em metal: nas Minas. A própria arrematação desses contratos nas câmaras será revista no início do século XVIII, quando progressivamente os contratos passaram para a esfera da fazenda real, sob a fiscalização dos provedores e dos governadores. O

pagarem nela somente cinco por cento dando-se-lhe bandeira para que não entendam com eles os ditos holandeses a quem pagam os navios que vão à mesma costa dez por cento”. SILVA, M. J. de O. *Fidalgos-mercadores no século XVIII*: Duarte Sodré Pereira. [S.l.] Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992. p. 52. Para as relações comerciais clandestinas dos ingleses entre a Bahia e a Costa da Mina, veja-se VERGER, P. Op. cit., p. 44-46. Segundo o autor, a quantidade de ouro saída do Brasil para a África era tão grande que se esquecia da própria produção africana. Quando, por exemplo, os navios vindos de lá aportavam na América com ouro, as autoridades interpretavam o episódio como uma tentativa de burlar o pagamento dos quintos. Subscribo a recomendação de Virgílio Noya Pinto para ler-se o contrato entre a *Royal African Company of England* e o comerciante Bento de Arouso e Souza (30/7/1724), reproduzido por Verger na nota 82, página 52.

²⁹⁶ Carta de Gomes Freire de Andrada para o governador de São Paulo, conde de Sarzedas (Rio de Janeiro, 29/10/1734). ANRJ/Códice 84 - *Correspondência do governador do Rio de Janeiro com diversas...* v. 5, fl. 115-116.

²⁹⁷ “O monopólio do sal, como nenhum outro, revela o caráter irracional dos monopólios, com seus efeitos retraídos ao cálculo sobre a economia da colônia.” FAORO, R. *Os donos do poder*. Porto Alegre : Globo, 1984. v. 1, p. 224.

processo já se anunciara no final do século XVII mas somente toma corpo ao longo da primeira metade do XVIII²⁹⁸.

No Rio de Janeiro, foi no governo de Luís Vahia Monteiro que se experimentou toda sorte de conflitos em vista da extrema determinação do governador no cumprimento do dever, tornando praticamente inócuas as iniciativas em face das oposições levantadas — o que se pode constatar no quatro capítulo. Quando Gomes Freire de Andrada se pôs à frente do governo, as arestas foram aparadas e os desígnios reais cumpridos. A medida visava, racionalizar a drenagem dos recursos, evitar os desvios oriundos de uma certa cumplicidade entre camaristas e contratadores, como também operar o esvaziamento político das câmaras em proveito do fortalecimento dos governadores e demais ministros régios²⁹⁹.

Em Minas, coração das soluções e dos dilemas, assim como em toda a América portuguesa, procedeu-se da mesma maneira:

Pelas ordens do Conselho Ultramarino inclusas constará a

²⁹⁸ Segundo Eulália Lobo: “Durante o período de 1640 a 1713 notamos uma tendência na orientação política da metrópole, de subordinar, tanto quanto possível, os capitães-mores e as Câmaras à jurisdição do governador-geral, e colocar o representante do rei numa dependência mais estreita do Conselho Ultramarino.” LOBO, E. M. L. Administração colonial luso-espanhola nas Américas. Rio de Janeiro : Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1952. p. 288-289.

²⁹⁹ Em 1933, sublinhava Caio Prado Jr.: “Mas, muito mais importante, e de efeitos muito mais profundos, é o declínio da autoridade das câmaras. As figuras dos governadores e demais funcionários reais começam a emergir do segundo plano a que até então tinham sido relegadas. Em sentido inverso e correspondendo a esta consolidação crescente da autoridade real cerceiam-se as atribuições das câmaras municipais, até então soberanas. O poder delas vai dando lugar ao da metrópole.” PRADO JÚNIOR, C. Evolução política do Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1983. p. 42. É preciso dizer que as câmaras realmente foram cerceadas mas isso não significou, por outro lado, a afirmação indiscutível do poder da metrópole. Tudo isso se deu em meio a conflitos renitentes e intervalos de um equilíbrio instável. Stuart Schwartz revela a complexidade do jogo: “Durante o século XVIII podem ser observadas tanto em Portugal quanto no Brasil uma tendência à intensificação do controle do Estado sobre os senhores de engenho e uma mudança em direção a políticas em favor dos grupos mercantis. Tais políticas, porém, foram sempre limitadas pelas atitudes e interesses comuns a senhores de engenho e comerciantes”. SCHWARTZ, S. Segredos internos. São Paulo : Companhia das Letras, 1988. p. 221.

Vossa Senhoria que Sua Majestade foi servido resolver, que as arrematações dos contratos de todo esse Estado se tornassem a fazer nas Capitanias dele a que pertencerem, com as circunstâncias expressadas nas mesmas ordens; e Sua Majestade me manda recomende a Vossa Senhoria muito particularmente ponha todo o cuidado, para que nesse distrito se façam as arrematações dos sobreditos contratos sem dolos, e sem conluio, mas com o aumento e devida segurança da Fazenda Real; e aos governadores das mais Capitanias desse Estado me manda fazer a mesma recomendação.

*Nas provedorias da fazenda do mesmo Estado se acharão as condições, e preços, porque foram arrematados os contratos antecedentes; e o Conselho remete com as ditas ordens algumas condições novas, que nas arrematações do mesmo Conselho se acrescentarão, para que nas novas arrematações, que lá se fizerem se possa praticar.*³⁰⁰

O vestígio documental desse esforço administrativo centralizador na capitania do Rio de Janeiro é o códice depositado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que reúne a lista de todos os contratos existentes na capitania, com os seus respectivos valores, os rendimentos da Casas da Moeda, as despesas e, entre outras valiosas informações, a relação dos ofícios com os seus proprietários³⁰¹. O primeiro passo dado nesse processo iniciado por Luís Vahia e consolidado por Gomes Freire revestia-se de uma total simplicidade: era preciso organizar os papéis³⁰². Para muitos contratos, como foi o caso do das baleias, não

³⁰⁰ Carta do secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, para o governador e capitão-general das Minas, D. Lourenço de Almeida (Lisboa, 19/11/1731). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 6, 1901. p. 655. Bem se pode dizer que para D. Lourenço isso é letra morta...

³⁰¹ IHGB/Arq. 1.4.31 - **Lista dos contratos que tem a Capitania do Rio de Janeiro, seus princípios, arrematações dos presentes, e antecedentes triênios, rendimentos de toda a Fazenda Real, Casa da Moeda, donativo e guarda costa: os documentos de suas despesas certas, e incertas e o líquido de todo o rendimento. Relação dos ofícios, e seus proprietários.** 105 fls. Toda a documentação contida neste códice foi produzida em 1734, durante o primeiro ano de governo de Gomes Freire de Andrada. A importância deste códice não escapou a historiadores como Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Maria Bárbara Levy, Luciano Figueiredo e Ernst Pijning, entre outros. Em virtude do acelerado estado de decomposição de inúmeras folhas, decidi transcrevê-lo na íntegra e reproduzi-lo no segundo volume. O Prof. Dr. Pedro Tórtima, ciente da relevância do trabalho que se realizava, não só me assegurou livre acesso ao material como foi fonte de vivo estímulo e de preciosas informações: a ele o meu agradecimento.

³⁰² Embora Gomes Freire tenha se esforçado, ele não tinha como corrigir a estrutural ineficácia da

estavam disponíveis os dados referentes ao seu rendimento, o que dificultava a avaliação do desempenho dos contratadores e a decisão sobre em qual lugar obter-se-ia o maior valor no ato da arrematação:

Como o rendimento deste contrato, não consta de livro algum da Fazenda Real, ou Alfândega, não pode constar por documentos; e pelas diligências com que tenho inquirido seu rendimento acho / que posto os contratadores repetem perdas nascidas da nova armação concedida a Vila de Santos, e que aquele contrato destrói o deste porto / tem feito ganho, principalmente no presente ano pelo grande valor em que foi vendida uma grande porção de baleias, que os tais contratadores aqui conservavam, por cuja causa me persuado não terá abatimento a primeira rematação que se fizer, em a qual se verá adonde é mais conveniente se continue esta, se pelo Conselho, se por esta Provedoria.³⁰³

Praticamente lançada fora a experiência pretérita, reiniciavam-se uma vez mais os procedimentos destinados a tornar eficiente o governo da fazenda. Dentre os problemas a serem resolvidos apresentava-se o recorrente conflito de jurisdição. O governador de São

administração colonial. Tanto foi assim que, em 1770, a despeito das diversas medidas de Pombal com o intuito de reformar e racionalizar a administração, lamentava-se o marquês do Lavradio: “Achei esta Repartição [a Real Fazenda do Rio de Janeiro] ainda em muito pior estado do que estava a da Bahia, e havendo perto de três anos que tinham vindo do Erário um escrivão para a Junta, e dois escriturários para a Contadoria em todo este tempo não tinham trabalhado que em disputar com o Provedor da Fazenda e o Provedor da Fazenda com eles e era tal o inferno em que os Oficiais destas repartições andavam que cada vez se impossibilitavam mais para se empregarem naquele fim para que Sua Majestade aqui os tinha mandado; não se achava relação nenhuma feita nas contas antigas, os balanços dos dois anos pretéritos tinham deixado de fazer-se; o Tesoureiro das despesas, havia dois anos que se lhe não tomavam contas, devendo estas ajustar-se no fim de cada mês; todos os tesoureiros, e almoxarifes que tinham acabado o tempo das suas ocupações, não lhes era possível conseguir o ver-se-lhes a sua conta para se lhe passarem as suas quitações; finalmente eu não posso explicar a V. Ex.^a o ponto a que chegou a desordem desta repartição, isto fez que eu voltasse todos os meus cuidados a ela...” Carta de D. Luís de Almeida Portugal, marquês do Lavradio, a Manuel da Cunha de Meneses (Rio de Janeiro, 22/1/1770). Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776). Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1975. v. 1, p. 60-63. Ineficaz e negligente é o juízo de Caio Prado Júnior sobre a administração portuguesa na América. Cf. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo : Martins, 1942. p. 333. Para a “prática do pombalismo”, veja-se: FALCON, F. A época pombalina. São Paulo : Ática, 1982. p. 388-412.

³⁰³ IHGB/Arq. 1.4.31 - Op. cit., fl. 13v. O mesmo se passou com o contrato das aguardentes da terra: “Este contrato, não consta por documentos o seu rendimento; porém entende-se não haver perda nele até o presente.” Ibid., fl. 35v. Fica a questão: se nem ao menos está documentado o rendimento como então se pode **entender** que não houve perda?

Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, impedira o estabelecimento do contrato de pesca das baleias na costa de Santos para não afetar a lucratividade do contrato do Rio. Mas a justificativa não se limitava a isso:

*(...) como tam[bém] por haver de faltar a lenha para se continuar na dita pesca acabados os dez anos deste contrato, é especialmente pela extração do ouro que considerava o dito Governador se poderia fazer pela Ilha de São Sebastião donde o dito contratador tinha mandado dar princípio a esta armação que vosso antecessor não consentiu naquele distrito de que o mesmo contratador se me queixou na petição inclusa...*³⁰⁴

Se não há como pescarmos baleias, vamos ao ouro. Entre um e outro tudo é negócio, extrair e lucrar, fiar e porfiar³⁰⁵. O ponto que não necessita explicação é a diferença específica entre negociar baleias e ouro... Preocupada com a situação, a coroa determina uma investigação e reafirma as regras do comércio colonial, assinalando rotas e portos obrigatórios assim como regiões proibidas:

(...) se averiguar que Domingos Gomes da Costa, ou seus sócios têm desencaminhado ouro pela Ilha de São Sebastião, ou ao menos que nela há tal perigo de se descaminhar que não permita dilação em evitar-se, e constando que houve o dito descaminho mandareis prender os culpados e tirar devassa pelo ouvidor; e sou servido avisar-vos que quando haja de continuar-se este novo contrato tenho resoluto para evitar o transporte do ouro para os portos estrangeiros que se acrescente a condição primeira do dito contrato a respeito da liberdade da navegação, declarando-se que a navegação dos azeites se pode fazer na mesma forma que a

³⁰⁴ Consulta do Conselho Ultramarino (Lisboa, 15/5/1733). ANTT - **Papéis do Brasil**, códice 6, fl. 84-84v.

³⁰⁵ Aliás, poder-se-ia usar as mesmas palavras citadas por Luís Vahia, ouvidas de terceiros numa “antiga língua”, em carta para Sabugosa: “(...) tudo levorum, tudo rouborum, e tudo destrorum...” Carta do governador do Rio de Janeiro para o vice-rei sobre roubos de diamantes no Serro do Frio, desordens; mineiro que passou a Montevideu; ladrões do ouro e seus protetores, ruína das coisas no Brasil; quintos: baixa dos 8%... (Rio de Janeiro, 20/2/1732). ANRJ/Códice 84 - **Correspondência do governador do Rio de Janeiro com diversas...** v. 3, fl. 166-170v.

*podem fazer os contratadores das baleias da Bahia e Rio de Janeiro, não se podendo navegar para as Ilhas sem que seja com escala por este porto de Lisboa, nem para outra alguma parte mais para o Rio de Janeiro, para daquela cidade se transportarem os azeites para este Reino, ou nele se consumirem pela forma que na dita condição se declara e que no caso em que haja notícia que alguma das embarcações do contrato receba em si ouro, ou diamantes, ou fizer viagem para a Costa da Mina, ou para outra qualquer parte suspeita, e além das referidas, se haverá o contrato por removido e incidirá o contratador em a pena em a pena (sic) da confiscação de todos os seus bens que é a imposta na lei novíssima aos transgressores e compreendidos em os descaminhos do ouro.*³⁰⁶

O extravio do ouro da Minas pelas ilhas continuou intenso. Tanto foi assim que em 1736 restringiu-se ainda mais a navegação, agora por conta da evasão de dinheiro amoeado:

*(...) V. Majestade é servido haver por bem que daqui em diante não possam vir das ilhas a este Brasil cada um ano mais navios que os que são permitidos aos habitantes delas por suas concessões, e privilégios, que farei executar na forma que V. Majestade ordena. E se me oferece fazer presente a V. Majestade, que entrando a despachar-se um navio para as ilhas, que delas tinha vindo, me requereram alguns passageiros, que nele queriam ir levando várias quantias de dinheiro com que tinham descido das Minas, com o pretexto de serem naturais, e casados nelas. E como na referida lei se não declara, o que se deve praticar a respeito deles lhe deferi, que o devia remeter nos cofres das naus de guerra considerando fraude nestas freqüentes passagens de dinheiro pelas ilhas, pois, que a título de naturais delas podem estes passageiros levar quantias grandes de outras pessoas desencaminhadas...*³⁰⁷

³⁰⁶ Consulta do Conselho Ultramarino (Lisboa, 15/5/1733). Op. cit.

³⁰⁷ Carta de Gomes Freire de Andrada para o Conselho Ultramarino sobre ficar publicada a lei de vinte de março de 1736, que proíbe virem das ilhas mais navios cada ano que os permitidos aos seus habitantes (Rio de Janeiro, 15/7/1736). ANRJ/Código 80 - **Correspondência ativa e passiva...** v. 7, fl.48-48v.

Por esse contexto fica claro o florescimento desmedido dos descaminhos. E disso sabia-se muito bem, tanto que o texto dos próprios contratos, neste caso o do sal, expressavam-no sem margem para dúvidas:

*(...) acha-se hoje os Armazéns com tão pequena porção que não chega ao provimento desta só Capitania; das mais continuam os clamores; e os Governadores delas pretendem de eu providência a que se não experimente maior desordem, sendo único remédio rematar-se cada uma Capitania, com preço taxado, que **sem ele o contratador, e os contrabandistas sepultam o sal, até o fazer subir de valor, e então fiados em que as condições lhe dão este premissos o vendem a seu arbítrio, e tiram uma horrorosa contribuição...***³⁰⁸

A dificuldade para combater os descaminhos era tamanha que a coroa chegou ao cúmulo de repassar a responsabilidade do combate para o provável beneficiário. Em outras palavras, pôs o lobo entre os cordeiros. Foi nestes termos que se redigiu o “contrato das passagens de Rios da Paraíba, e Paraibuna”:

*Pela rematação do presente triênio se mostra o grande acréscimo deste contrato arrematado nesta Provedoria, assim será mais útil continue nela. Este contrato não tem outra circunstância mais que a cobrança do direitos das passagens; pode correr pela fazenda Real, **sendo rematado tem a conveniência de***

³⁰⁸ IHGB/Arq. 1.4.31 - Op. cit., fl. 21v. O grifo é meu. O trecho citado ampara o juízo de Faoro: “O monopólio, expressão do senhorio do comércio do rei, torna-se, com o tempo, entrave do movimento mercantil: ele paralisa e congela as iniciativas, dificulta as atividades conexas, incompatível com o ascendente sistema do liberalismo econômico. Exige, de outro lado, grossos cabedais capazes de concentrar a compra e a distribuição, um exército de funcionários e vigias, que, se pouco fiscalizam, comprometem-se nas propinas e na corrupção. Para mantê-lo, será necessário militarizar os sertões e os litorais, com o controle policial dos caminhos e das áreas de produção, tal como ocorre no comércio de diamantes.” FAORO, R. Op. cit., v.1, p. 224. Um estudo recente em torno do abastecimento do sal encontra-se em: MONTEIRO, J. M. *Sal, justiça social e autoridade régia: São Paulo no início do século XVIII*. Tempo, Rio de Janeiro, 1999. n. 8, p. 23-40. Um estudo mais abrangente foi realizado por: ELLIS, M. *Monopólio do sal no estado do Brasil (1631-1801)*. São Paulo : Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1955.

*o zelar o contratador, e talvez privar de algum roubo, ou falsidade que se possa fazer.*³⁰⁹

Os dízimos reais também padeciam dos descaminhos. Aliás, nesse aspecto tanto desviavam roceiros de qualquer qualidade como honrados senhores de engenho, uns justificados pela má consciência, outros protegidos por serem pessoas “principais”, embora alquebrados pelos baixos preços do açúcar e pelas dívidas:

*É este contrato um dos que pode fazer grande avanço na sua rematação, porque posto os açúcares sejam o seu principal rendimento, e custando tanto a cultivar estejam ao presente em tão baixos preços; contudo, na forma da cobrança, e arrecadação dos Dízimos, se deve dar providência, porque os Roceiros costumam pagar com os piores mantimentos, e como erradamente se persuadem ser tributo, e não direito eclesiástico se dizimam com tanto roubo, como o dos quintos do ouro; e os Senhores de Engenho, e pessoas principais, seguros em servirem na Câmara, ou no privilégio de lhe não poderem executar seus engenhos, não pagam metade do que devem, e quase sempre se fazem estas cobranças com pleitos; além dos sobreditos descaminhos se lhe aumenta o dano de que as Religiões, e Eclesiásticos incorporam em seus patrimônios, tudo o que compram, ou herdaram, e defendem o não dever Dízimos, estas parcelas reguladas na ordem que devem ter, subirá o seu rendimento a muito maior preço.*³¹⁰

Os rendimentos auferidos pelo contrato da dízima da alfândega representavam 60% das receitas tributáveis do Rio de Janeiro, seguidos pelos obtidos na venda de escravos novos e pelos dízimos³¹¹. O tributo consistia “na imposição de 10% de direitos em todas as fazendas, e

³⁰⁹ IHGB/Arq. 1.4.31 - Op. cit., fl. 37v. O grifo é meu.

³¹⁰ Ibid., fl. 1v. O grifo é meu.

³¹¹ FRAGOSO, J., FLORENTINO, M. O arcaísmo..., p. 78.

gêneros que de qualquer parte do Reino, ou suas conquistas entram neste porto” do Rio de Janeiro, com exceção do vinho, da aguardente e do sal³¹². Local chave para o comércio e para a fiscalização dos gêneros, como tudo passava pela alfândega, ou melhor, como tudo deveria por ela passar, aqui el-rei não tergiversou, até porque o jogo era muito pesado. Quando ficou claro que o contratador Gaspar de Caldas Barbosa arrematara o contrato trienal em 1732 pelo valor de 107:600\$000 réis por cada ano, o monarca simplesmente “removeu” o contrato em 15 de maio de 1733. Em outubro de 1733, o contrato foi arrematado pelo contratador Manuel Peixoto da Silva pelo valor de 160:000\$000 réis por cada ano³¹³. Deve-se assinalar que antes do final do primeiro ano o seu rendimento já rondava os 240:000\$000 réis. Apesar de tudo, ficava a recomendação explícita: “É mais conveniente

³¹² Em que pese destinarem-se majoritariamente à segunda metade do XVIII, a respeito da dízima da alfândega e das demais fontes de recursos para a coroa, vejam-se as considerações de Dauril Alden compreendidas sob o título “*Sources of Royal Income*”: ALDEN, D. *Royal government in colonial Brazil*. Berkeley : University of California Press, 1968. p. 301-307. A importância do porto do Rio de Janeiro para a arrecadação e para a fiscalização já era tamanha no início do século que ensejou uma medida controversa: Sobre as dúvidas que se oferecem ao decreto que se passou para que os navios que forem para Santos, ou para outro qualquer porto das Capitanias do sul, não possam entrar neles sem primeiro tomarem o porto do Rio de Janeiro; e da mesma maneira os que vierem do sul, ou do norte do Brasil, ou para este Reino (Lisboa, 14/2/1701). IHGB/Arq. 1.1.23 - **Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino**. fl. 5v-7v. Isto é, os navios tinham que dar entrada no Rio de Janeiro, descarregar as mercadorias na alfândega “e aí pagarem os direitos que deverem”. Veja-se a transcrição integral da consulta no segundo volume. O volume de mercadorias era tão grande que elas ficavam na rua, expostas ao tempo e aos transgressores, causando prejuízos aos homens de negócio. Cf. Sobre o que escreve o governador do Rio de Janeiro ser conveniente acrescentar-se a casa da Alfândega daquela cidade, por não caberem nela as fazendas que vão deste Reino, e se evitarem os furtos que fazem nelas (Lisboa, 16/11/1701). Idem. fl. 11v-12v. Em 1722, o problema ainda não estava resolvido, na época das frotas quase toda a fazenda ficava “fora do armazém com grande prejuízo das mesmas fazendas, e exposta aos furtos dos particulares, e em notório prejuízo da minha real fazenda...” A determinação real para ampliar o armazém da alfândega impôs o custo de se tomar, “na forma da lei”, duas casas dos jesuítas. Este constituía um problema real. O pior foi o debate bizantino que se instalou a partir da resposta do governador de então, Aires de Saldanha Albuquerque, sobre se a alfândega teria apenas duas portas, como queria o rei, uma para a entrada e outra para a saída, ou três, duas para a entrada - “pela grande expedição que por elas se dá a descarga dos navios e de nenhum detrimento por ficarem ambas juntas” - e uma para a saída, como queria o governador. Depois de ouvir meio mundo, o governador decidiu manter as tais três portas pois considerou “não se poder seguir descaminho algum nas fazendas, antes melhor arrecadação pela mais pronta introdução delas para a mesma alfândega”. Carta régia e resposta do governador do Rio de Janeiro (Lisboa, 27/3/1722, Rio de Janeiro, 16/11/1722). ANRJ/Códice 80 - **Correspondência ativa e passiva...** v. 1, fl. 141-141v.

³¹³ Por esta documentação pode-se complementar os dados apresentados por Frago e Florentino no Apêndice R. O valor ali atribuído a Gaspar Caldas Barbosa e Gaspar Graua Bivar (160:000) somente foi alcançado com a remoção e a nova arrematação referidas. Cf. FRAGOSO, J., FLORENTINO, M. O arcaísmo..., p. 250.

se remate este contrato do que corra pela Real fazenda **pela diferente arrecadação que os contratadores põem nos descaminhos do mar**".³¹⁴

Tudo devidamente consignado, todos devidamente remunerados.

Cada escravo que saía do Rio de Janeiro para as Minas deveria pagar 4\$500 réis a título de obras destinadas a "dar vazão às águas que saem da fonte da Carioca até chegar ao mar"³¹⁵. Da mesma maneira, os escravos que vinham da Costa da Mina, Ilha do Príncipe, Gâmbia e demais partes africanas estipuladas no contrato pagariam uma contribuição para a fortaleza de São João Batista de Ajudá que variou entre 1\$200 réis e 1\$000 réis por cada africano³¹⁶. As incertezas e o descontrole na administração do contrato são explícitas: "Não há clarezas de sua rematação; mas sim a mesma carta declara se cobre o produto do dito imposto pela Fazenda Real enquanto o contratador não mostrar as fianças correntes"³¹⁷. Com ou sem controle, descaminhavam-se negros. E há muito tempo. Uma das "inteligências" encontradas para não pagar os direitos consistia em evitar o porto do Rio de Janeiro. Em 1727 um contrato semelhante ainda não vigorava para São Paulo e demais partes do sul, resultado: os navios rumavam para Santos com a desculpa de fornecer escravos para a região, desembarcavam a carga e levavam-na para Taubaté e Guaratinguetá para introduzi-la nas Minas pelo caminho velho que parte de Parati³¹⁸.

³¹⁴ Cf. IHGB/Arq. 1.4.31 - Op. cit., fl. 3v. O grifo é meu.

³¹⁵ Ibid., fl. 45v.

³¹⁶ Fragoso e Florentino consideram que até por volta de 1740 a Bahia continuava sendo o principal fornecedor de escravos para as Minas. Entretanto, a partir dessa data, o porto do Rio de Janeiro assume esse lugar juntamente com a preeminência das exportações de cativos oriundos do Congo e de Angola sobre os da Costa da Mina. FRAGOSO, J., FLORENTINO, M. O arcaísmo..., p. 76.

³¹⁷ IHGB/Arq. 1.4.31 - Op. cit., fl. 45v.

³¹⁸ Sobre arrecadação que devem ter os direitos dos escravos que passam para as minas no porto de Santos (Rio de Janeiro, 18/7/1727). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p.212-213.

Em 1733, o rei determinou ao governador de São Paulo, conde de Sarzedas, a adoção do mesmo procedimento de fiscalização implantado no Rio de Janeiro e que havia sido proibido pelo governador anterior, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, com uma justificativa esfarrapada:

*(...) para se evitar o descaminho dos negros, que se tiravam do Rio de Janeiro por alto, e furtados aos direitos para essas capitanias, se usou do meio de passarem Cartas de Guia dos que dali levavam os mercadores, e mais pessoas que os iam comprar para que não pudessem trazer livres mais do que da dita praça de Santos tinham levado, e constava da Carta de Guia, de cujo feitio pagavam as partes quatrocentos cinqüenta réis aos oficiais da Alfândega, e das visitas, que estes iam fazer às embarcações, que vinham carregadas de fazenda do Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco, depois de descarregadas pagavam os mestres novecentos, e sessenta réis, a saber seiscentos, e quarenta réis ao Escrivão da Alfândega; e trezentos e vinte réis ao Meirinho, os quais emolumentos assim das cartas de guia, como das visitas das embarcações **proibira vosso antecessor Antônio da Silva Caldeira, que se levassem;** pelo que me pedia fosse servido mandar arbitrar o estipêndio, que devem levar estes oficiais das visitas que fazem às Sumacas e das Cartas de Guia dos Negros, e o que dizem levar de assinatura delas o Provedor da Alfândega, ou me dignasse de mandar, que naquela Alfândega se observe o mesmo que se pratica na do Rio de Janeiro...*³¹⁹

Cartas de guia, visitas às embarcações, emolumentos para oficiais, pagamentos aos mestres, tudo em meio a fazendas e negros,

³¹⁹ Consulta do Conselho Ultramarino (Lisboa, 27/8/1733). ANTT - **Papéis do Brasil**, códice 6, fl. 68. O grifo é meu. Implantar sem ordem régia medidas idênticas àquelas já autorizadas no Rio de Janeiro para evitar os descaminhos de negros ele não podia. Mas estabelecer emolumentos para ministros sem a exigida autorização real ou regimento específico bem que ele podia. Cf. Consulta do Conselho Ultramarino (Lisboa, 26/10/1734). Idem, fl. 172. No final das contas o rei abonou a decisão.

em barcos e alfândega, subindo e descendo, passando e repassando ouro e mercadorias, por retas ou curvas, legais e ilegais.

Caso concreto de um grande comerciante envolvido, devassado e preso por descaminhos é o do contratador do sal Inácio de Almeida Jordão³²⁰. Em 1718 ele havia sido nomeado administrador das datas das minas, contudo, “por ocasião de se lhe não deferir a mercê do foro de fidalgo que pretendia”, não foi provido no cargo³²¹. Não se mencionou o motivo da recusa da mercê. Claro bastante, ficaram os atributos desejados para uma pessoa gerir as datas das minas:

*(...) e atendendo-se que nesta ocupação convém que sirva pessoa em que concorra muita experiência das minas, e conhecimento dos naturais que nela assistem, para saber o modo com que os há de granjear para que em tudo se adiantem as conveniências da fazenda de Vossa Majestade, e procure evitar todo o prejuízo que se possa dar neste particular, e que seja de um tal zelo inteligência e verdade, que **conhecidamente ponha mais os olhos na honra que nos interesses, esperando da grandeza de Vossa Majestade o prêmio que pode merecer por este serviço.***³²²

Poder-se-ia dizer, sem medo de errar, que Inácio fora descartado por não se encaixar neste perfil. A questão, no entanto, é que

³²⁰ Cf. Cópia da carta que escreveu o governador, e capitão general ao senado, com uma carta que lhe veio a câmara de S. Paulo, e um precatório da mesma para esta (Rio de Janeiro, 27/10/1734). Arquivo do Distrito Federal [Nova Série], Rio de Janeiro, 1950. v. 1, p. 189. Em carta para o governador de São Paulo, Gomes Freire lhe informava que uma sumaca “em que tem parte Inácio de Almeida Jordão leva trezentos e tantos alqueires de sal terço do que havia vindo no último navio, pois nos armazéns não tinha, havia tempo, um só alqueire”. Para o governador de São Paulo sobre confiscados (Rio de Janeiro, 20/11/1734). ANRJ/Códice 84 - **Correspondência do governador do Rio de Janeiro com diversas...** v. 5, fl. 117-118.

³²¹ Sobre a representação que fez João Ferreira de Carvalho para ir servir de administrador das datas das minas por Inácio de Almeida Jordão a quem Vossa Majestade havia nomeado para a dita ocupação se escusar deste emprego, e vão os papéis que se acusam (Lisboa, 27/8/1718). IHGB/Arq. 1.1.25 - **Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino.** fl. 52-54.

³²² Ibid. O grifo é meu.

poucos nele se encaixariam, para não dizer nenhum, o que já fere todas as regras da prudência. Esperar de um administrador nas Minas que pusesse os olhos na honra e não nos interesses imediatos, a título de aguardar fielmente o real agradecimento, isso já fere o bom senso, para não dizer a documentação³²³.

Em 1731 Inácio retorna triunfal como suspeito de descaminhar ouro. Empenhado firmemente no combate aos extravios e perante tantas dificuldades para apurar os casos, o governador Luís Vahia passou a interceptar a correspondência de muitos comerciantes da praça convencido que estava de ser este o único modo efetivo de se descobrir as redes de contrabandistas camufladas sob o manto das companhias de comerciantes. Este procedimento, hoje genericamente conhecido como “quebra do sigilo”, dará muita dor de cabeça ao governador do Rio. Foram apreendidas muitas cartas “de pessoas suspeitas e outras que seus correspondentes deste Reino e de outras partes lhe escreviam”. Entre elas havia uma do irmão de Inácio, João Mendes de Almeida, homem de negócio em Lisboa³²⁴. Para além do problema da “violação da fé pública” no ato de “abrir as cartas de particulares” e do dano “ao comércio e comunicação dos homens”, restava a difícil tarefa de decodificar textos cuidadosamente elaborados para olhos previamente treinados:

³²³ Vale seguir o julgamento de Virgínia Rau: “Os cargos ultramarinos foram sempre apetecidos pela melhor nobreza portuguesa, não só porque no seu desempenho se alcançavam honras e mercês públicas, como também se grangeavam, e rapidamente, boas fortunas”. RAU, V. *Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa no século XVII*. In: *Estudos sobre história econômica e social do Antigo Regime*. Lisboa : Presença, 1984. p. 29.

³²⁴ O Governador do Rio de Janeiro dá conta que para averiguar o descaminho do ouro, passará a abrir algumas cartas de homens de negócios, em que achara indícios dos ditos descaminhos, pelos quais se não atreveu a pronunciar o seu adjunto aos culpados, e representa as razões porque o devem ser, e vai o capítulo da carta que se acusa (Lisboa, 3/1/1731). IHGB/Arq. 1.1.26 - *Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino*. fl. 105-107.

*(...) algumas se mostrava haverem os correspondentes recebido ouro em pó ainda que nomeadamente o não declarassem, porque usando de nomes supostos de outro gênero procuraram encobrir o ouro de que tratam, ainda que mesma contextura do que escrevera se vem a descobrir o que ocultavam...*³²⁵

No Conselho Ultramarino, a investigação de Vahia foi rejeitada e a sua interpretação da correspondência considerada “mera adivinhação” tendenciosa e concebida de forma a pressupor malícia em tudo. O governador foi duramente admoestado:

*(...) que V. Majestade seja servido mandar estranhar ao governador do Rio de Janeiro o excesso com que procedeu na execução da ordem que diz ter de V. Majestade e para devassar com adjunto dos descaminhos do ouro, porque não era possível que ele lhe permitisse violação à fé pública (...) nem república alguma se poderá conservar com este abuso, e violência proibida pelas leis civis, municipais, e das gentes (...) sendo infalível que se se continuar neste modo de proceder se arruinará inteiramente o comércio, e por consequência a Real Fazenda de V. Majestade.*³²⁶

Inácio, o irmão e os seus sócios continuaram em atividade. O episódio resultou logo em seguida (12/2/1731) numa resolução do Conselho na qual se proibia terminantemente a abertura das cartas dos particulares.

Em março de 1735 Gomes Freire dava conta ao governador de Pernambuco da extensão das ligações de Inácio. No último ano de governo de Luís Vahia, 1732, o vigário geral de São Tomé passou ao Rio de Janeiro com o intuito de introduzir “em alguns homens de negócio a

³²⁵ Ibid.

³²⁶ Ibid.

segurança de por aquela ilha se poder fazer na costa da Mina grandes conveniências”. Antes da viagem, o vigário constituiu o desembargador João Coelho de Souza, ouvidor de São Tomé, caixa do negócio. Nessa qualidade, o desembargador comunicou-se por carta com um letrado residente no Rio de Janeiro de nome Quintino dos Santos e com o “primeiro homem de negócio desta praça Inácio de Almeida Jordão”, de maneira a preparar o terreno para a formação de uma companhia destinada ao comércio clandestino com a costa africana:

*(...) sendo para ela o melhor gênero ouro em pó que ele ajustaria com o general dos holandeses a duas onças e meia ou três o que se entendia mais seguro, posto Bollmani lhe dava escravos a duas onças que fizessem por lhe remeter logo quarenta mil cruzados em ouro em pó os quais debaixo de sua direção com o seu repelo e avaliamiento que em breves anos de continuação estariam poderosos.*³²⁷

Para inteirar-se de toda a trama, o governador consumiu quatro meses de investigações por intermédio de espões e “segundo intrigas inexplicáveis”. O resultado prático materializou-se na apreensão de um navio que rumava para São Tomé com cento e cinquenta e seis marcos e seis onças de ouro em pó e cerca de vinte e oito mil cruzados em moedas de ouro, moedas de prata e moeda provincial, tudo em nome de Inácio, Quintino, João de Almeida e do capitão da embarcação. Se ligação do Rio com São Tomé ficou exposta, faltava apenas explicitar a conexão pela Bahia:

Entrou a este porto um navio da mesma ilha de carregadores da Bahia e como eu sabia a extração que daquele porto se faz à

³²⁷ Carta de Gomes Freire de Andrada para o governador de Pernambuco sobre confisco de negócios feitos por São Tomé e Cabo Verde com descaminho de ouro (Rio de Janeiro, 6/3/1735). ANRJ/Códice 84 - Correspondência do governador do Rio de Janeiro com diversas... v. 5, fl. 163v-179v.

*Costa por ver se trazia alguma carga do ouvidor de São Tomé ou confiscados tomei os papéis e carregações do capitão nas quais encontrou o ouvidor geral [do Rio de Janeiro Antônio de Araújo Cerqueira] **documento de uma sociedade dos homens mais poderosos daquela praça e prova da remessa de várias partidas de ouro em pó pela dita ilha à Costa**, estes documentos (e o mais que depois constou das devassas) remeti ao vice-rei do Estado de que resultou a prisão e confisco de oito homens de negócio os mais ricos dela.*³²⁸

O vigário geral, o ouvidor de São Tomé, um letrado, o principal homem de negócio da praça do Rio, os oito homens de negócios mais ricos da Bahia... todos enleados na rede de contrabando. Não sem razão o próprio Gomes Freire temia pelo seu futuro. Nesta carta, antes mesmo de apresentar as conclusões alcançadas, ele especulou acerca dos seus próximos postos. A especulação exala toda a ironia da história:

*Deus me livre a certeza e prognóstico de Sua Majestade mandar-me ao governo da capitania de São Paulo, porque é o mais triste País do mundo (...) porém se Sua Majestade me mandar para Cachéu irei com a mesma resignação que ao maior emprego...*³²⁹

Não só não foi para Cachéu como acumulou mais tarde os governos de São Paulo³³⁰ e das Minas ao do Rio de Janeiro, tornando-se virtualmente um vice-rei à época de sua morte, em 1763. Isso porém ainda demoraria. Em 1734 o que restava em sua mente era toda a incerteza respeitante à confirmação das medidas tomadas contra essas

³²⁸ Ibid. O grifo é meu.

³²⁹ Ibid.

³³⁰ A escolha de Gomes Freire para o governo de São Paulo com a conseqüente concentração de poder, ao que tudo indica, veio em resposta a uma disputa local de pretendentes ao cargo instalada com a morte do conde de Sarzedas: "... ficaram sossegadas as pretensões do tenente general Luís Antônio de Sá, e que roga, a nós sem o cuidado de alguma perturbação, que o seu inquieto gênio podia motivar..." Carta de Rafael Pires Pardiniho para Martinho de Mendonça de Pina e Proença (Tejuco, 5/11/1737). ANTT - Manuscritos do Brasil, livro 5, fl. 217-217v.

“pessoas principais” que certamente dispunham de poderosas influências na corte. É essa consciência carregada que ele deixa revelar ao final do trecho em que explicita todo o circuito marítimo dos descaminhos:

*Tive por um confidente a certeza de se fazer furtivo comércio com os ingleses e franceses nas embarcações que da América (...) por Cabo Verde passavam a Cachéu e aos portos de Gâmbia e Melim, o que faziam com permissão do capitão-mor contra as ordens que tem de Sua Majestade e que uns homens de esta praça esperavam com cuidado um bergantim comprado em Gâmbia dos ingleses com ouro em pó, cordões e dinheiro ao entrar o apresei e em ele descobri prova a tudo que repito foi logo e a carga embargada e os bens dos delinquentes acham-se em este porto sete embarcações (entram alguns navios) pertencentes ao confisco e o está também a fazenda que se encontrou dos cúmplices em esta cidade, Minas, São Paulo, Colônia e Bahia, **faço presente a Vossa Excelência que em todos os portos de África se faz comércio em ouro em pó e que sem ele não entram estrangeiros em negócio. Os confiscos são tantos e tão numerosos que necessitam anos para se liquidarem e os homens mais inteligentes afirmam passaram de um milhão:** vendo Sua Majestade a forma e trabalho com que descobri esta máquina se dava por bem servido, e só com o seguro do seu real agrado **não recearei os poderosos inimigos** que estes sucessos me têm acumulado infalíveis contrários a quem os não deixa viver a seu arbítrio. Em toda parte terá Vossa Excelência a minha obediência pronta às suas ordens.*³³¹

Toda a trama parece desvendada, tudo parece perfeitamente claro e sem margem para dúvidas. Nem tanto. Os ilícitos continuavam e as medidas contundentes teimavam em ser executadas. Em setembro de 1735 a rede encabeçada por Inácio foi definitivamente desbaratada: tiraram-lhe a última capa. O governador José da Silva Paes,

³³¹ Carta de Gomes Freire de Andrada para o governador de Pernambuco..., Op. cit. O grifo é meu.

substituindo Gomes Freire que partira para Minas, prestou contas à coroa dos resultados finais das investigações em carta datada de 27 de abril. O governador expôs como realizara um confisco de tabaco contrabandeado para o Rio de Janeiro, portanto introduzido por fora do contrato, juntamente com o ouvidor Agostinho Pacheco Teles. O modo como tudo se deu não deixa de ser curioso. Os navios do comboio que transportara Silva Paes para o Brasil levavam também diversas cartas: umas triviais, outras especiais...

*(...) na mesma ocasião vieram na mesma frota várias cartas para algum dos confiscados que se acham presos pelo descaminho de ouro em pó (...) e que sendo o principal Inácio de Almeida Jordão nas que iam para este, e para seu cunhado e sócio o capitão Paulo de Carvalho da Silva, que se achava solto, entre outras remessas que lhe fazia o doutor João Mendes irmão do dito Jordão, aos tais sócios, eram sete caixotes de louça de Holanda, e no fundo de cada caixão centro e trinta e seis arráteis que ele dizia era chá...*³³²

Além de Inácio, do seu irmão e das demais pessoas devassadas, aparece agora o cunhado, como que reafirmando aquele tipo de sociedade cimentada por relações de amizade e parentesco tão danosas à efetivação da justiça, segundo Brandônio³³³. O grau de contigüidade e de indistinção entre as transações lícitas e ilícitas era tamanho que praticamente

³³² O governador do Rio de Janeiro e ouvidor geral da mesma capitania, dão conta de uma tomadia, que ali fizeram de sete caixotes de louça de Holanda e no fundo do caixão centro e trinta e seis arráteis de tabaco castelhano, e o mais que obraram sobre esta matéria, e vão as cartas do ouvidor e documentos que se acusam (Lisboa, 1º/9/1735). IHGB/Arq. 1.1.26 - Op. cit., fl. 231v-235. Veja-se a íntegra desta consulta no segundo volume.

³³³ "O dano é este: todos os moradores deste Estado, nas Capitanias onde moram, são liados uns aos outros por parentesco ou amizade, nunca levam seus pleitos tanto ao cabo que lhes seja necessário concorrerem por fim com a apelação deles à Relação da Bahia, porque antes disto se metem amigos e parentes de permeio, que os compõem e os concertam, de maneira que põem fim às suas causas e daqui nascem irem poucas por apelação à Bahia, e essas que vão lhes fora de mais utilidade a todos os moradores do Brasil seguirem-nas para o Reino." BRANDÃO, A. F. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife : Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1997. p. 37.

o único modo eficaz de reprimir o descaminho estava em surpreendê-lo no lugar onde, mesmo coberto legalmente e preventivamente codificado, o seu disfarce não tinha como ocultar com perfeição a sua natureza lesiva aos cofres da fazenda real: a correspondência. Está claro que no fundo das caixas não havia chá, enviava-se “tabaco castelhano cada um em sua folha de chumbo”, e que só se descobriu a trama porque no Rio o ouvidor já vinha abrindo as cartas para rastrear as ramificações de Inácio e realizando outros confiscos semelhantes:

*Com a dita conta se viram também duas cartas do ouvidor geral da mesma capitania Agostinho Pacheco Teles de 26 de abril deste presente ano, em as quais representa achar-se preso, e seqüestrado Inácio de Almeida Jordão, homem de negócio daquela cidade por culpas que lhe resultaram na devassa que tirara dos descaminhos do ouro em pó, e que abrisse as cartas que lhe iam desta corte para por elas averiguar as fazendas que dela se lhe remetiam, enviando com as ditas cartas os documentos que nela faz menção, que tudo sobe com esta à Real presença de Vossa Majestade.*³³⁴

Os desdobramentos das investigações em Minas redundaram na prisão, seqüestro e leilão dos bens de Mário Nunes, João Ferreira dos Santos e João da Costa Villas Boas, todos incursos, assim como Inácio, no “crime do descaminho de ouro, barras ou moeda falsa”³³⁵. Os descaminhadores não eram estranhos. As mais altas autoridades da administração na colônia os conheciam e por eles foram ludibriadas sem piedade, pelo menos foi o que deixou transparecer o vice-rei conde das Galvêas, deixando ironicamente no ar a suspeita de uma tolerância interessada ao especular acerca do procedimento judicial na corte com base

³³⁴ IHGB/Arq. 1.1.26 - Op. cit., fl. 231-235.

³³⁵ Cf. Carta de Martinho de Mendonça de Pina e Proença para Diogo de Mendonça Corte Real (Vila Rica, 7/8/1736). ANTT - **Manuscritos do Brasil**, livro 6, fl. 192-192v. Veja-se a íntegra no segundo volume.

no exemplo do outro Inácio, o de Souza:

Em ambas me participa V. Mercê a notícia das duas Casas de Moeda falsa que se descobriram nestas Minas; e confesso que tanto me admiro de se acharem aos pares, como de saber quais foram os seus autores; mas permita-me V. Mercê que não seja eu só a quem enganou João Ferreira dos Santos, porque o enganar-me a mim, não foi tanto, como o enganar-se V. Mercê com ele, ainda estando mais perto, e mais vizinho ao lugar das suas insolentes operações, e suposto que V. Mercê o não julgasse por inocente / que foi o juízo que eu sempre fiz dele / o considerava emendado, e na verdade que assim era, porque ele já não desencaminhava ouro, mas é porque o fundia, tendo-lhe mais conta reduzi-lo a moeda que extrai-lo para fora das Minas.

(...) mas a insolente desenvoltura de João Ferreira dos Santos, me pica mais que nenhuma outra cousa [ilegível] hora estejam presos, enquanto se não remetem para a nossa Corte que talvez, que não achem Juízos tão benévolos, como encontrou Inácio de Souza.³³⁶

Eis o circuito fechado: o grande comerciante é também o dono das fundições falsas e uma das cabeças principais da rede que articulava os insolentes da terra e os benévolos do reino. De volta à etapa do tabaco, o grave é que apesar de saber do procedimento de abrir cartas, João Mendes, “homem de cabedal” na praça de Lisboa, não só manteve a remessa do carregamento clandestino como protestou, parecendo estar convicto de que não cometia qualquer ilicitude e, conseqüentemente, de que não seria punido:

(...) e recomendava ao tal irmão e cunhado vissem, como lhe faltavam naquela matéria porque se abriam as cartas nesta cidade/, por cujo motivo entraria ele e o doutor ouvidor geral,

³³⁶ Carta do conde das Galvêas para Martinho de Mendonça de Pina e Proença (Bahia, 17/9/1735). ANTT - Manuscritos do Brasil, livro 7, fl. 20-22.

*que era o ministro que corria com estes confiscos, e de uma tal capacidade e zelo que podia servir de exemplar para os mais, a desconfiar e a persuadirem-se, de seria tabaco, como foi se tinha tomado em outra ocasião...*³³⁷

E, por mais paradoxal que possa parecer, os punidos foram o ouvidor Teles e o governador Silva Paes³³⁸. E mais, o procurador da fazenda concluiu que não fora cometido ilícito algum porque, afinal, para o Brasil, o regimento que normatizava o comércio do tabaco não especificava a proibição de tal prática³³⁹. Apenso ao referido regimento, o sexto item das “Penas estabelecidas... contra os transgressores do descaminho do tabaco” dispõe:

*E assim mais as sobreditas pessoas, que neste Reino, e Ilhas adjacentes, e Estado da Índia, introduzirem tabaco de Castela ou de outro qualquer Reino estranho por negociação, e os que derem ajuda, e favor, ou de alguma maneira cooperarem no de tabaco em pó, e de rolo, para o introduzirem descaminhado neste Reino, e mais partes acima referidas.*³⁴⁰

Recapitulando: todas as pessoas que introduzem tabaco de Castela “por negociação” no Reino, nas Ilhas e no Estado da Índia incorrem no crime do descaminho, exceto as que o introduzem no Estado do Brasil. Aqui está o subterfúgio que livrou o “homem de cabedal”

³³⁷ IHGB/Arq. 1.1.26 - Op. cit.

³³⁸ “Pareceu ao Conselho o mesmo que aos procuradores da fazenda e coroa, e que Vossa Majestade seja servido mandar estranhar mui severamente ao governador e ouvidor da Capitania do Rio de Janeiro o procedimento que tiveram contra a resolução de 12 de fevereiro de 1731 se que sobre a cópia, em que proíbe poderem se abrir as cartas dos particulares, pois não é este caso daqueles em que se permite abrirem as justças as cartas dos réus, e que se escreva do dito ministro não proceda pelo que das cartas que abriu constar, por ser injusto este procedimento...” Ibid.

³³⁹ Regimento que se há de observar no Estado do Brasil, na arrecadação do tabaco (1702). In: SILVA, J. J. de A. e. Coleção cronológica da legislação portuguesa (1701). Lisboa : Imprensa Nacional, p. 54-59.

³⁴⁰ Penas estabelecidas conforme as Leis promulgadas nos anos de 1700, e de 28 de setembro do dito ano, 74, 76, 84, 89 e 96, contra os transgressores do descaminho do tabaco, resoluções, e mais casos, em que nelas se incorre (1702). SILVA, J. J. de A. e. Op. cit., p. 62.

e os seus cúmplices. No momento em que os conselheiros pretextam a lacuna da lei, a justiça encobre a trapaça, o caminho se faz descaminho, transformando o Conselho em valhacouto dos “negócios de trapaça”³⁴¹. O final do parecer do procurador, como mais uma prova da ilegitimidade do estratagema, recomenda que se passe a observar no Brasil a regra válida no restante do império. E quanto ao produto do contrabando e fonte dos lucros extraordinários? Que se queime.

E dando-se vista ao procurador da fazenda, respondeu que nem ao ouvidor, nem ao governador do Rio de Janeiro, podia ser permitido o abrirem como abriram as cartas que deste reino se mandaram para os presos e pronunciados em os descaminhos do ouro, e nisto tinha por sem dúvida cometeram um grande erro que os doutores assim juristas, como teólogos avaliam e reputam por delito grave e ofensivo da fé pública e direito e comércio das gentes, não o devendo facilitar o ordenar-se a fazerem-se por este modo mais patentes as culpas dos réus por não consentir a igualdade e justiça das leis que estes sejam ofendidos com as suas próprias armas, sem que se permita semelhante liberdade mais que em o caso em que nisso se possa interessar a conservação do reino, ou da real pessoa do seu monarca, pelo que se persuade se deve desaprovar ao ouvidor e governador o meio de que se valeram para haverem de examinar a qualidade das culpas dos ditos réus, sem atenção ao referido, e ao dano e prejuízo que certamente se faz do comércio que só pelo meio das cartas e segredo delas se sustenta e anima; e passando ao merecimento da culpa em que nas cartas juntas se dispõem tem incorrido os que deste reino mandaram para o Rio de Janeiro tabacos castelhanos, e os que no mesmo Rio os haviam de receber e negociar, lhe parecia que nem uns nem outros cometeram crime algum, e menos que possa ser suficiente para o procedimento de confiscação, por não haver sobre esta matéria proibição alguma, nem em o regimento do tabaco de supor que de Portugal ou

³⁴¹ A esse respeito, Francis Bacon teria o que dizer: “ (...) a falsidade no intercâmbio da vida é semelhante aos metais vis que se ligam ao ouro, que embora o tornem mais fácil de lavar, reduzem seu valor. Todos estes caminhos oblíquos e tortuosos assemelham o homem à serpente, que se arrasta porque não sabe caminhar de outro modo. Não há vício mais vergonhoso e mais degradante que o da deslealdade, **nem papel mais aviltante do que o do embusteiro, ou o de um trapaceiro, colhidos em flagrante**”. BACON, F. *Ensaio sobre moral e política*. Bauru : EDIPRO, 2001. p. 23. O grifo é meu.

*Castela se poderiam mandar para a América e Brasil, donde vem, e se criam e fabricam: justo porém seria que o que até aqui se não proibiu se vende agora, e que o que o regimento dispõe a respeito das Ilhas e Estado da Índia, se mande observar em o do Brasil e mais conquistas deste reino, e que o em que se fez a tomadia se mande queimar porque a ele não tem direito algum o contratador, e não ser conveniente que aos moradores das minas se dê a gostar o tabaco castelhano, nem se lhes comunique este vício que uma vez radicado; se não poderá extinguir, e por isso mesmo que é vício receberá da mesma proibição mais forças. E dando-se vista do procurador da coroa respondeu que lhe parecia o mesmo que aponta o procurador da Fazenda.*³⁴²

Vale a pena considerar a passagem em que se faz uma ressalva. Apesar de doutores e leis serem contrários aos procedimentos injustos do ouvidor e do governador, se permitiria semelhante liberdade apenas no “caso em que nisso se possa interessar a conservação do reino”. Onde se conclui que este não era o caso, isto é, nos descaminhos de tabaco e no rastreamento da rede de contrabandistas não se colocava em jogo a conservação do reino. Entretanto, aqui é preciso dobrar o pensamento sobre si próprio para compreender o que se passava. Era exatamente isso que estava em jogo: a conservação do reino traduzida em “dano e prejuízo que se faz ao comércio”. O combate ao descaminho, embora concorresse para o cumprimento da lei, jamais poderia se constituir numa ameaça ao comércio como um todo. E isso porque, como se depreende da análise de Rodolfo Garcia de uma instrução de Martinho de Melo e Castro³⁴³, o comércio é o todo que importa. Segundo Garcia, o referido ministro considerava o comércio não um meio, mas um fim³⁴⁴.

³⁴² IHGB/Arq. 1.1.26 - Op. cit.

³⁴³ Instrução para o visconde de Barbacena, Luís Antônio Furtado de Mendonça, governador e capitão general da capitania de Minas Gerais (28/1/1788). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 6, 1844. p. 3-59.

³⁴⁴ “... e tomando talvez à letra a definição de certos economistas que o faziam consistir na transportação das mercadorias de um para outro lugar, sacrificava de bom grado todas aquelas condições essenciais da

Ademais, a condição semi-periférica de Portugal impunha o reconhecimento prático das suas limitações³⁴⁵. O desconhecimento dessas limitações, especialmente o convívio problemático com as relações comerciais ilícitas e a impossibilidade estrutural de dar cabo delas, conspurcaria a própria existência do império. Em grande medida, este se mantinha por saber reiterar-se pelos desvãos, por defender o comércio mesmo sob o preço da soberania infringida: com o fluxo comercial assegurado ainda havia o que governar, sem as trocas correntes nada haveria para proibir. Não perder o negócio é também uma forma de negócio.

Por fim, cabe registrar que, ao parecer do Conselho, o

sua existência, uma vez que conseguisse manter certa atividade e giro artificial, e encher sobretudo os cofres do erário". GARCIA, R. Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810). Rio de Janeiro : José Olympio; Brasília : Instituto Nacional do Livro, 1975. p.115-116. Esse entendimento de Rodolfo Garcia foi destacado por: SODRÉ, N. W. Formação histórica do Brasil. São Paulo : Difel, 1982. p. 139 e nota número 37.

³⁴⁵ Para a "condição de Estado semiperiférico", veja-se: WALLERSTEIN, I. O sistema mundial moderno. Porto : Afrontamento, 1994. v. 2. p. 179-238. Muitos anos antes, afirmava Celso Furtado: "Assim como seria difícil explicar o grande êxito da empresa açucareira sem ter em conta a cooperação comercial-financeira holandesa, a persistência do pequeno e empobrecido reino como grande potência colonial na segunda metade do século XVII, bem como sua recuperação no século XVIII — durante o qual reteve sem disputas a colônia mais lucrativa da época — tais fatos só se podem explicar tendo em conta a situação especial de semidependência que aceitou como forma de soberania o governo português". FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1964. p.45-46.

conselheiro Alexandre Metelo de Souza e Meneses acrescentou de sobejo, como testemunho final da impostura, a necessidade d'el-rei estabelecer uma lei que proibisse tal tipo de remessa de tabaco... Na medida em que as portas eram arrombadas, o Estado providenciava gradativamente os ferrolhos, fracos e quebradiços. Com a capa do Inácio caíram também todas as capas.

4. A conflituosa gestão de Luís Vahia Monteiro: entre o controle total e o governo possível

*Esta terra é hoje um Império, donde carrega todo o tráfico da América, e descarrega todo o peso, e aviamento dos governos das Minas Gerais, e São Paulo que importa muito que os ministros que vierem para esta cidade sejam homens de grande inteireza, e talento...*³⁴⁶

4.1 Os conflitos com as ordens religiosas

Os descaminhos bateram à porta de el-rei em pessoa. Em 1728 foram remetidos para Lisboa quatro cunhetes de ouro, produto dos impostos cobrados no ano anterior, acondicionados em cofres fortes, cuidadosamente fechados. Ao proceder-se à abertura, com pompa e circunstância, na presença de Sua Majestade D. João V, de ministros estrangeiros e cortesãos, “as barras de ouro se haviam transmudado em barras de chumbo”...³⁴⁷

O episódio narrado por Basílio de Magalhães sucedeu no tempo de Luís Vahia Monteiro, cavaleiro da ordem de Cristo e coronel

³⁴⁶ Luís Vahia Monteiro. Cf. *Sobre Álvaro Dias (Rio de Janeiro, 7/6/1726)*. Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 145. Neste volume encontra-se impressa a correspondência ativa e passiva do governador da capitania do Rio de Janeiro com a corte entre 3 de junho de 1725 e 13 de fevereiro de 1730. Para o período restante (até 31 de outubro de 1732, quando adoeceu e foi substituído pelo mestre de campo Manuel de Freitas da Fonseca, que exerceu o governo interinamente até a posse de Gomes Freire de Andrada, em 26 de julho de 1733), é necessário recorrer aos códices manuscritos depositados no próprio Arquivo Nacional e à cópia das consultas do Conselho Ultramarino realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

³⁴⁷ MAGALHÃES, B. de. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro : Epasa, 1944. p. 283.

de infantaria da praça de Chaves, que desembarcou no porto do Rio de Janeiro em 21 de janeiro de 1725 e tomou posse a 10 de maio³⁴⁸. A atuação deste governador suscitou diferentes juízos a seu respeito, à época e posteriormente, sendo visto ora como administrador zeloso e honesto ora como um louco. Pizarro julga mesmo que ele, nos anos iniciais, teve boa acolhida dos povos, só mais tarde colecionando adversários e conflitos³⁴⁹. Felisbello Freire é contundente a seu respeito:

*É um dos governos mais dignos de estudo não só pela pureza das intenções que inspirou os atos públicos, como pela soma de serviços que prestou e a luta que abriu com a Câmara da cidade e as ordens religiosas. Sente-se em todos os atos de Vahia Monteiro a mais irrepreensível honestidade.*³⁵⁰

O fundo comum de grande parte dos problemas de então girava em torno das transformações sociais provocadas pelo rápido crescimento da extração de ouro e diamantes das Minas — acompanhado de um fortíssimo fluxo migratório das ilhas do Atlântico e de Portugal para o Brasil³⁵¹ —, e, mais especificamente, dos descaminhos, e da forma com que Luís Vahia os abordou. Pedro Calmon deixou formulada a questão: “os

³⁴⁸ Sobre fortalezas, fazenda real, e ofício de patrão-mor (Rio de Janeiro, 4/6/1726). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 11-12.

³⁴⁹ PIZARRO E ARAÚJO, J. de S. A. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1946. v. 4. p. 154. Não encontrei qualquer documento capaz de sustentar tal afirmação. Vieira Fazenda, talvez seguindo Pizarro, endossa a idéia: “O ‘Onça’ gostava de engrossamentos e obteve nos primeiros tempos de alguns vereadores um pomposo elogio; ficou assim com a boca doce e começou a intrometer-se nas cousas da governança municipal...” VIEIRA FAZENDA, J. *Antiquilhas e memórias*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1921. t. 86, v. 140, p. 69. Luís Vahia ficou conhecido como “Onça” (homem mau, perverso). Diz-se que quando ele se aproximava, ouvia-se: “Lá vem o “Onça”; “Cuidado com o “Onça”. Ainda hoje, diante de alguma prática antiquada e fora de uso, há quem se valha da expressão: “Coisas do tempo do Onça...”. Cf. PASSOS, A. *O Rio no tempo do “Onça” (século XVI ao XVIII)*. Rio de Janeiro : Livraria São José, 1965. p.107-119. LAMEGO, A. *A Terra Goytacá*. Paris : L’Édition D’Art, 1913. v.1, p. 216. EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. Belo Horizonte : Itatiaia, 2000. p. 461.

³⁵⁰ FREIRE, F. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Revista dos Tribunais, 1914. v. 2. p.487.

³⁵¹ Cf. FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1964. p.92-93.

conflitos com a câmara teriam a sua raiz nos interesses inconfessáveis dos especuladores do ouro clandestino?”³⁵²

A vida da cidade alterou-se profundamente. O porto do Rio de Janeiro converteu-se no principal entreposto de saída dos metais e pedras preciosas para a Europa e de entrada para as mercadorias trazidas pelas frotas, ademais, a região assumiu o abastecimento das Minas através da produção de gêneros alimentícios. Do Rio partiam escravos, sal, farinha de mandioca e instrumentos de ferro, entre outros. Os escravos vinham da costa africana ou mesmo das próprias plantações de cana da capitania. A moeda de troca dos negros em África era o ouro em pó, o tabaco e a aguardente, sempre que possível e muito freqüentemente, dispensando o pagamento dos reais direitos: descaminhando-os, como se viu anteriormente. A multiplicidade de negócios ensejada pela mineração constituiu-se na maneira mais eficaz de apropriação de renda, provocando um fortíssimo afluxo de pessoas para a área, vinculadas, preferencialmente, a todo tipo intermediações comerciais. O perfil dessa população, que encontra no Rio de Janeiro um campo de possibilidades até então inimaginável na América portuguesa, caracterizava-se por forte mobilidade geográfica e profissional³⁵³.

³⁵² CALMON, P. História do Brasil. Rio de Janeiro : José Olympio, 1961. v. 3, p. 1052.

³⁵³ Cf. LOBO, E. M. L. História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao industrial e financeiro. Rio de Janeiro : IBMEC, 1978. v.1. p. 27-41. Para Luís Vahia, o porto do Rio “se acha hoje o mais freqüentado de comércio de navegação que tem a América...” Cf. Sobre o ofício de patrão-mor (Rio de Janeiro, 3/7/1726). Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 96. Lima Júnior calcula que juntos, em 1721, os caminhos do Rio de Janeiro e São Paulo rendiam, em média, onze arrobas e meia de ouro em direitos de entrada ao passo que o caminho da Bahia arrecadava quinze arrobas. De 1721 até 1724, o montante arrecadado no caminho da Bahia cresceu continuamente até atingir vinte e quatro arrobas no final do período, para, a partir de então, iniciar uma curva descendente. De 1722 em diante, as arrecadações nos caminhos do Rio de Janeiro e São Paulo elevaram-se a mais de cinquenta arrobas e mantiveram altos níveis enquanto durou o sucesso extrativista. Para o autor, a partir de 1722 ficou patente o deslocamento progressivo das relações comerciais para o sul. Cf. LIMA JÚNIOR, A. de. A capitania das Minas Gerais. Rio de Janeiro : Zélio Valverde, 1943. p. 96-99.

Numa das primeiras cartas enviadas ao secretário de Estado (Diogo de Mendonça Corte Real), Vahia expõe o primeiro de uma série contínua e variada de conflitos³⁵⁴. Com menos de um mês no cargo, o governador confrontou-se com o comandante da fragata Nossa Senhora da Vitória, o capitão de mar e guerra Luís de Abreu Prego. Empenhado no combate aos descaminhos, o governador revigora o costume de se fazer rondas noturnas na cidade “para sossego desta terra”, ampliando o seu raio de ação para o chamado bairro dos quartéis. Este “bairro” ficava pegado aos pés do morro onde se eleva o Mosteiro de São Bento e constituía uma área com instalações para as quais afluíam as guarnições das naus de guerra. Os navios, tanto os da frota como os destinados à guarda da costa e outros mais, ancoravam numa área costeira ao Mosteiro e próxima à ilha das Cobras, segundo uma conformação geográfica difícil de imaginar hoje em dia mas fundamental para se entender a dinâmica da cidade à época:

*(...) a ilha das Cobras situada em forma que inclinando a ponta do mar para o sul, e correndo da mesma ponta para a fortaleza de Santiago [há] uma restinga de areia por onde não passam mais que lanchas, fica um molhe adonde entrando pelo boqueirão que a dita ilha faz com o Mosteiro de São Bento, se recolhe, e dão fundo às frotas, e todos quantos navios entram neste porto, no qual estão seguros, e livres de toda a hostilidade dos inimigos...*³⁵⁵

Havia, portanto, nas imediações do morro dos beneditinos, um intenso trânsito de pessoas e mercadorias que, durante o dia, empenhavam-se em atividades rotineiras e, durante a noite, mais

³⁵⁴ Sobre não querer o capitão de mar, e guerra, que se rondasse pelos quartéis onde assiste a infantaria (Rio de Janeiro, 3/6/1725). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 11.

³⁵⁵ Sobre a fortificação desta cidade e ilha das Cobras (Rio de Janeiro, 7/7/1726). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 116-117.

facilmente davam-se a trocas ilícitas³⁵⁶. Os produtos eram retirados dos navios, desembarcados na praia de São Bento e passados pelo muro do Mosteiro até chegarem aos quartéis. O contratador da dízima da alfândega, José Rodrigues, fez uma representação ao rei alertando-o que na arrecadação dos direitos devidos à fazenda real:

*(...) há um manifesto descaminho neles em razão de que pelos muros da cerca do Convento de São Bento dessa cidade que estão sem o devido reparo, e resguardo, ou por ruína afetada, ou conservada por omissão, e negligência se faz público o descaminho aos direitos porque pelo mesmo muro, e por buracos deles em muitas partes se lançam as fazendas desencaminhadas, e ainda que os oficiais de justiça daquela arrecadação queiram seguir as fazendas, e pessoas compreendidas no dito crime para as tomadias, e penas impostas lhes não é possível, porque os ditos religiosos pelos seus mulatos, e mais escravos com armas proibidas com o pretexto de imunidade do lugar impedindo a diligência da justiça patrocina livremente aquela continuada maldade, que os delinquentes repetem provocados de tão injusto asilo o que se faz de conhecido escândalo, e prejuízo...*³⁵⁷

³⁵⁶ As trocas ilícitas à noite eram de todo o tipo. Empenhado em que “as suas ovelhas vivam mui ajustadas com a lei de Deus”, o bispo solicitou ao rei que “as rondas prendessem todas as mulheres que encontrassem de noite...” Cf. O bispo do Rio de Janeiro dá conta da soltura com que as mulheres daquela cidade costumam andar de noite, e ser conveniente proibirem às escravas vestirem sedas; e vai a carta que se acusa (Lisboa, 4/9/1703). Arquivo do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1897, v. 4, p.272-273. A solicitação não foi atendida. Era então bispo Dom Francisco de São Jerônimo, da congregação de São João Evangelista, tendo tomado posse em 1702 e falecido a 7 de março de 1721. Veja-se: Bispos que têm havido no Rio de Janeiro. In: **Código Costa Matoso**. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 1999. v. 1. p. 803.

³⁵⁷ Sobre se advirta Dom Abade de São Bento levantar os muros da cerca para se evitarem os descaminhos da fazenda real (Lisboa, 3/1/1726). Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p.132. Importa enfatizar que a denúncia partiu do contratador da dízima da alfândega e não do governador. A ênfase justifica-se porque, mais tarde, quando a posição de Vahia estiver abalada no Conselho Ultramarino, os beneditinos o acusarão de tê-los perseguido injustamente. O direito de asilo integra o conjunto de isenções da Igreja e dos eclesiásticos frente à jurisdição real (Ordenações Filipinas, II, 5). As igrejas, capelas, sacristias, claustros, pórticos, dormitórios, entre outros lugares, eram abrangidos por este direito, ficando as justiças seculares impedidas de prender os foragidos ou mesmo atraí-los com enganos ou promessas. Contudo, havia exceções, como os “ladrões públicos”, sendo este precisamente o tipo caracterizado na representação. Cf. HESPANHA, A. M. As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal (séc. XVII) . Coimbra : Almedina, 1994. p.324-333. Problemas com os beneditinos não constituíam novidade alguma. Em 1691, o ouvidor geral tentou prender um sujeito que se abrigava no convento após esfaquear uma pessoa a bordo de um dos navios da frota. O ouvidor cercou o convento ao passo que o abade postou os escravos internamente ao longo da cerca. Os escravos apedrejaram e descompuseram os soldados enquanto o ouvidor e o abade gritavam amabilidades. Tudo subiu ao Conselho, que confirmou as prerrogativas eclesiásticas: “Que a lei do Reino provera com muita clareza neste caso porque a ordenação, livro segundo, título quinto, parágrafo sétimo, ordenara expressamente

Portanto, os beneditinos não eram parte inocente nessas transações ilícitas. Com efeito, patrocinavam-nas, uma vez que mantinham o muro sem conservação e protegiam, tanto por intermédio da imunidade eclesiástica do lugar como com homens armados, os descaminhadores³⁵⁸. Ao estender as rondas para a região dos quartéis, o governador acabou chocando-se também com o capitão de mar e guerra que considerava sua a jurisdição e desprestigiava a intromissão tendo em vista que ele próprio “estava nesse uso havia muitos anos”. O problema chega ao reino como um claro conflito de jurisdição e, da maneira como Luís Vahia colocou a questão, um impedimento à ação da justiça.

*(...) sendo presente a S. Majestade que Deus guarde haja por bem mandar-me declarar o que devo obrar em semelhantes casos, pois não é justo quererem os capitães de mar e guerra lograr em um bairro privilégio de embaixadores e com efeito não entrava lá justiça servindo de conto aos criminosos, e de muito descaminho aos direitos de S. Majestade...*³⁵⁹

que antes de serem tirados os malfeitores da igreja se fizesse sumário do caso, para ver se era tal que a imunidade lhes não valesse, e em outra maneira dizia o texto que não se tirassem dela, contanto que fossem honestamente guardados enquanto se fazia o sumário, de maneira que não fugissem e daqui vinha o dizerem todos os autores comumente que não era lícito às justiças entrarem nas igrejas senão quando lhes contasse que os casos eram daqueles que não valia a imunidade e no contrário não somente incorriam nas censuras, mas se lhes podia licitamente fazer resistência, posto que nelas as pessoas dos clérigos ou religiosos não devessem por razão de seus estados usar de armas ofensivas”. Sobre o que escreve o governador Luís César de Meneses acerca das controvérsias que o ouvidor geral teve com os religiosos do convento de São Bento, vão as cartas que se acusam (Lisboa, 24/1/1692). Documentos Históricos, Rio de Janeiro, 1951. v. 93. p. 40-42. Como ninguém morreu, em tudo se pôs pano quente.

³⁵⁸ Sobre isto não resta qualquer dúvida. Anos mais tarde, a respeito dos descaminhos, escrevia Martinho de Mendonça: “Quatro ou cinco dias de Tejuco em partes despovoadas junto ao rio Pardo, abaixo de uma fazenda de gado me dizem estão com segredo dois mineiros tirando diamantes, o dono da fazenda donde sai a picada servia de espia, os que tiravam ano passado levavam a vender a essa cidade [do Rio de Janeiro], e pousaram em São Bento são um deles natural de Lisboa...” Carta de Martinho de Mendonça de Pina e Proença para Gomes Freire de Andrada (Vila Rica, 23/12/1734). IHGB/Arq. 1.3.2 - Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino. fl. 191v.

³⁵⁹ Sobre não querer o capitão de mar, e guerra..., p. 11.

* Vista da Ilha das Cobras tomada da cidade do Rio de Janeiro, circa 1834.

Autor: Félix Émile Taunay (1795-1881). Filho de Nicolau Antônio Taunay e Maria Josefina Rondel. Foi um dos preceptores do imperador Pedro II, professor de paisagem na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro, de 1824 a 1851, e diretor desta instituição entre 1834-1851.

Óleo sobre tela, 75,5 x 132 cm, assinado no canto inferior esquerdo. Pertenceu às coleções Adolphe Stein e Alberto Soares de Sampaio. Coleção Paulo Fontainha Geyer, Rio de Janeiro.

A imagem e a legenda acima foram extraídas de:
150 anos de pintura de marinha na história da arte brasileira. Rio de Janeiro : Museu Nacional de Belas Artes, 1982. p. 36.

Para os dados biográficos do pintor, veja-se:
 TAUNAY, A. de E. A missão artística de 1816. Brasília : UnB, 1983. p. 96-99.

O rei confirmou as prerrogativas do governador, mandou “estranhar” o procedimento de Luís de Abreu Prego e aumentar não só a quantidade das rondas como os seus poderes, de tal forma a que lhe fosse permitido dar buscas nos quartéis³⁶⁰. Este conflito inicial, aparentemente preso a questões de costume e privilégio, de fato vincula-se a um conjunto maior de relações que envolvem tanto os monges de São Bento como os membros da câmara e demais oficiais reais, como ouvidores e provedores, todos envolvidos em maior ou menor grau na trama dos descaminhos.

A contenda com os beneditinos ganhou corpo com um problema associado: a necessidade de se fortificar a ilha das Cobras. Nesse ponto, o tema da defesa geral da cidade ganha vulto. Os episódios concernentes às invasões francesas de Duclerc (1710) e Duguay Trouin (1711), notadamente o último, jamais deixaram de toldar a mente dos governadores do Rio de Janeiro. A primeira tarefa ao tomar posse do cargo era passar em revista de todas as fortalezas, produzir listas das companhias disponíveis, verificar a condição das peças de defesa e a quantidade e o estado da pólvora estocada (em função do calor e da umidade “da terra” o armazenamento apropriado tornava-se essencial), entre outras providências, e tudo relatar ao rei. E assim procedeu Luís Vahia, concluindo, após exaustivo exame, que:

(...) se o inimigo entrar para dentro [da baía de Guanabara] não tem a cidade outra defesa mais que a ilha das Cobras porque enquanto ela se conservar não só se defende toda a cidade, mas estão seguras todas as embarcações que se acharem neste porto (...) fortificando-se a dita ilha enquanto ela se mantiver

³⁶⁰ Sobre se evitarem os descaminhos que havia pelo bairro dos quartéis, e Mosteiro de São Bento (Lisboa, 26/1/1726). Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 64-65.

*não é necessário cuidado na cidade, e se podem aplicar todas as forças à defesa das praias...*³⁶¹

Diante das gestões do governador para assenhorar-se da ilha, os beneditinos reclamaram-na como de sua propriedade fundamentados em antigos e duvidosos registros. A prevenção de Vahia para com os monges não se resumia à ocupação da ilha das Cobras³⁶². Em dezembro de 1724, durante o governo anterior, aportaram à cidade três navios holandeses sem água nem víveres, e com os mastros rompidos em virtude de uma suposta tempestade. Enquanto se processavam os reparos autorizados por Aires de Saldanha, e mantidos por Vahia, sete tripulantes fugiram de uma das embarcações. As sentinelas em terra perceberam a movimentação e iniciaram as buscas imediatamente. O escaler dos fugitivos foi encontrado na praia de São Bento. Questionados sobre o paradeiro dos holandeses, os beneditinos disseram nada saber. O governador aprofundou as investigações e alcançou a certeza de que eles estavam acoitados no mosteiro. De fato, pela sua posição privilegiada junto à porção da baía onde os navios ancoravam e possuindo imunidade frente ao braço secular — as patrulhas jamais poderiam entrar no mosteiro para dar buscas de qualquer tipo —, constituía-se num espaço privilegiado para a passagem das mercadorias descaminhadas e para o acobertamento de transgressores. Se o templo dos beneditinos era tido como o local mais problemático, nem por isso os demais espaços onde a sua autoridade não se efetivava plenamente,

³⁶¹ Sobre fortificações (Rio de Janeiro, 27/5/1725). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p.17-19. Cabe aqui a lembrança de que quando o governador menciona a “cidade” ele se refere ao aglomerado urbano erguido nos terrenos conquistados às lagoas e mangues e circundados pelos morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e Conceição (assim como nos próprios morros), o que hoje corresponde aproximadamente ao chamado “centro da cidade”. É digno de registro, também, o fato de o assunto da primeira carta de Luís Vahia ser a defesa da cidade, revelando a prioridade máxima do tema para a metrópole.

³⁶² Ao longo da disputa, os frades bentos lançaram mão de todas as artimanhas possíveis para manter a posse da ilha, até mesmo iniciar a construção de um curral de gado, obra logo embargada pelo governador. Cf. Sobre se fortificar a ilha das Cobras, e embarço que os frades bentos a isso fazem (Rio de Janeiro, 6/4/1726). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 158.

os demais espaços que escapavam ao controle direto do Estado, se quedaram esquecidos.

*Nesta ocasião não posso deixar de dar conta a Vossa Majestade. que este Mosteiro [de São Bento], e o Convento do Carmo, e Santo Antônio são três valhacontos públicos aonde estão continuamente seguros os criminosos, e devedores havendo muitos que se conservam [há] um e dois anos dentro dos conventos com tanto escândalo da justiça que se não acautelam dela deixando-se ver pelas janelas, e portarias, e finalmente são casas de potentados auxiliados com negros, e mulatos valentes seus próprios escravos para fazerem o que querem, e pelo Mosteiro dos Bentos se faz uma contínua fraude aos direitos de Vossa Majestade conservando para este fim a cerca sem muro por toda a praia, por onde se introduzem as fazendas que tiram por alto dos navios, e depois se trespassam para a cidade pelos quartéis das naus de guerra, e outras casas que tem as costas na cerca pela parte da cidade, e sendo-lhe já notificadas a este, e mais conventos as ordens de Vossa Majestade. sobre estes procedimentos, a nada dão remédio, nem o hão de dar enquanto Vossa Majestade não for servido tomar outra resolução porque têm feito pouco caso das referidas ordens (...) de tudo não posso negar a Vossa Majestade o presente abade de São Bento Fr. André da Cruz na minha estimação é religioso de virtude, mas não pode com a desenvoltura dos monges...*³⁶³

Não raro, monges e frades converteram-se em transgressores com os quais o governo da capitania teve duros embates. Mesmo em situações nas quais não se encontrava no centro do conflito, Luís Vahia acabava por ser tragado pela correnteza — certamente um privilégio do cargo e, talvez, da índole. Assim transcorreu com os desentendimentos e lutas entre as facções em que estavam divididos os franciscanos (“parcialidades” do Brasil e de Portugal), agravados pela

³⁶³ Sobre os holandeses que fugiram, e se recolheram em S. Bento (Rio de Janeiro, 10/7/1725). Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 25-26.

relação sempre problemática com os terceiros de São Francisco³⁶⁴ e pela participação dos beneditinos. Os episódios concorrem para a composição do cenário de vida intensa e turbulenta encontrado pelo governador no Rio de Janeiro, e que exigia, segundo o seu julgamento, uma ação dura e eficaz³⁶⁵.

Durante a primeira metade do século XVIII todas as ordens religiosas que trabalhavam no Brasil conheceram um período de grande expansão e poder econômico. Os franciscanos seguiram a regra, ressaltando-se o fato de, por conta do voto de pobreza, estarem impossibilitados de aceitar doações de terra, tendo de viver obrigatoriamente do patrimônio dos conventos e de esmolas³⁶⁶. Nesse quadro de crescimento, não só aumentou a presença dos “filhos do Brasil” na ordem como os religiosos solicitaram repetidas vezes, e sem sucesso, autorização para a abertura de hospícios³⁶⁷ e conventos em Minas Gerais. Paralelamente, o rei reforçou o grau de ingerência nos assuntos da ordem no Brasil, determinando ao provincial que não executasse “moto próprio algum sem primeiro me dares conta”³⁶⁸. A determinação abriu o caminho

³⁶⁴ A Venerável Ordem Terceira da Penitência foi fundada em 1619. Os conflitos com os frades conventuais remontam ao princípio do século XVIII quando os terceiros pretenderam subtrair-se à jurisdição da Província. Cf. RÖWER, Basílio. O Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Petrópolis : Vozes, 1937. p. 89-90. Lembre-se o fato de que o Convento de Santo Antônio, situado no morro que tomou o mesmo nome, é vizinho de parede com a igreja dos terceiros.

³⁶⁵ Sobre o visitador dos capuchos, bentos e ilha das Cobras (Rio de Janeiro, 6/7/1726). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 48-50.

³⁶⁶ Cf. HOORNAERT, E., AZZI, R., et al. História da Igreja no Brasil: primeira época. Petrópolis : Vozes, 1992. p. 220-221.

³⁶⁷ Dava-se o nome de hospício a uma pequena casa religiosa, menor do que o convento, na qual residiam os religiosos da Ordem. Cf. SILVA, A. de M. Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro : Litho-Typographia Fluminense, 1922. v. 2, p. 121. Mesmo um aposento com três pequenos cômodos chamava-se hospício. Cf. PRIMERIO, F. M. de. Capuchinhos em Terras de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX. São Paulo : Martins, 19---. p. 75.

³⁶⁸ Carta do rei ao provincial da Província de Nossa Senhora da Conceição do Rio de Janeiro (Lisboa, 17/11/1709). Apud. RÖWER, Basílio. História da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. Petrópolis : Vozes, 1951. p. 51.

para uma possível ação dos governadores nas inúmeras intercessões entre a matéria espiritual e temporal, desde que instados e respaldados por decisões régias.

Os desencontros entre a “parcialidade do reino” e a parcialidade do Brasil” se deram em torno da distribuição de ofícios. Chegou-se mesmo, para conter os distúrbios promovidos pelos “sediciosos”, a estabelecer a “Lei da Alternativa”, repartindo de forma alternada o provimento dos cargos principais entre as duas parcialidades³⁶⁹. Não se alcançou então o efeito desejado e cada pequeno impasse transformava-se imediatamente em conflito iminente.

A doação de uma ilha aos franciscanos para que nela se construísse um hospício³⁷⁰, a impossibilidade dos frades aceitarem-na e a construção do referido prédio com a subsequente transformação em convento (Convento do Bom Jesus da Ilha) sem a devida autorização real, ensejou novos atritos, ainda maiores porque na ilha instalar-se-iam os religiosos da “filiação do Brasil”. Estes lutavam pela nomeação de um dos seus como visitador da Província, o que não ocorreu, ficando os franciscanos divididos em conventos leais à uma e outra parte. Da ilha, os religiosos da filiação brasileira atravessaram a cidade, receberam o apoio de seculares e de oficiais da câmara, e dirigiram-se para o Convento de Santo

³⁶⁹ Op. cit. p. 59-63.

³⁷⁰ O provincial frei Boaventura de Jesus aceitou equivocadamente a doação feita por D. Inês de Andrade. Op. cit. p. 48. Teria sido equívoco? Afinal o próprio historiador franciscano admite que alguns confrades seus não se mantiveram na mais absoluta pobreza na América portuguesa. Cf. Sobre o Convento dos Capuchos na Ilha (Rio de Janeiro, 1º/7/1725). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 12. Mais tarde, quando Vahia assumiu o governo, em vista das irregularidades, informou ao rei que poderia demolir o hospício se assim lhe fosse determinado. Em março de 1727, depois de os ânimos estarem razoavelmente serenados, o rei decidiu manter a construção de pé e sob o governo dos franciscanos. Cf. Sobre se conservar o conventinho dos capuchos da ilha ficando porém em pé as ordens que havia (Rio de Janeiro, 18/7/1727). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 236.

Antônio. O governador da época, Aires de Saldanha, entra em ação para prendê-los mas eles se abrigam no Convento do Carmo, tolhendo a sua iniciativa. O papa confirma a autoridade do Convento de Santo Antônio e dos superiores empossados. O rei se manifesta repreendendo os camaristas por contribuírem para a dissolução da ordem. Aos poucos o clima arrefece e somente dois religiosos permaneceram insubmissos, frei Boaventura de Jesus e frei João da Trindade, refugiados na fazenda Camocim (perto de Guaratiba), de propriedade dos beneditinos³⁷¹.

Em todos esses episódios transcorridos nos anos imediatamente anteriores à chegada de Luís Vahia (1723-1725), foram parte interessada os terceiros e os beneditinos. Estes dois apoiaram em vários momentos os da filiação do Brasil, sendo que o contencioso dos terceiros frente aos conventuais referia-se a uma longa disputa iniciada em 1718 pelo ministro da Ordem Terceira, Francisco de Seixas da Fonseca. O ministro intentava construir novos templo e hospício, separados do Convento. A pretensão representava uma cisão no seio da própria Ordem Terceira e um ato hostil aos frades conventuais, tudo secundado pela luta entre as parcialidades. Francisco Seixas, homem de recursos e com grande influência, conseguiu a aprovação da câmara. O governador se posicionou contra e uma longa disputa legal se iniciou. O tempo decorrido pela contenda foi suficiente para a conclusão das construções. Em 1724, o papa ordena que os terceiros deixem o hospício. Em maio de 1725, D. João V manda estranhar a conduta de Francisco Seixas e seus associados, deixar “os ajuntamentos que faziam na igreja nova ou em qualquer parte que não fosse a capela do Convento” e prestar obediência ao prelado, determinando, ademais, que o governador chamasse o provincial e o

³⁷¹ Cf. RÖWER, Basílio. *O Convento...*, p. 103-104.

comissário dos terceiros para advertir-lhes que não deveriam se intrometer nas “temporalidades” pertencentes à Ordem³⁷².

Luís Vahia assume o cargo com estes processos em curso. Portanto, o governador entra numa disputa que, para além de referir-se a questões atinentes aos franciscanos, repercutiu em toda a cidade, requereu manifestações da câmara, do rei e do papa, terminando, enfim, por afetar o governo temporal³⁷³. Para o governador eram questões de suma importância pois a luta entre as parcialidades geravam perigosas consequências, principalmente em relação aos inimigos da coroa, pois estes sempre se aproveitavam de tais ocasiões para os seus ataques,

*como sucedeu na em que aqui vieram os franceses, a quem persuadiu Monsieur Dougué [Duguay Trouin] facilitando a empresa com o levantamento das minas cuja notícia adquiriu por andar nesse tempo pirateando nestes mares.*³⁷⁴

³⁷² Ibid. p. 96-100.

³⁷³ Saudando a chegada do novo bispo (Dom frei Antônio de Guadalupe, observante de São Francisco), assim se expressou o governador: “(...) é grande para todo este estado pela desordem, em que se achava o governo espiritual, e até no temporal espero muitas melhoras pelo muito que friza um com o outro...” Sobre se unirem as parcialidades dos Terceiros (Rio de Janeiro, 11/8/1725). Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. p. 33-34. O rei, como sempre, temia “o evidente perigo da quietação pública”. Sobre os Terceiros de São Francisco (Lisboa, 25/5/1725). Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 40.

³⁷⁴ Sobre o provincial, e capuchos (Rio de Janeiro, 29/11/1725). Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 44.

* Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com suas fortificações - ca. 1714.

Autor: Brigadeiro João Massé.

Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

No início do século XVIII, o desenvolvimento das atividades mineradoras tornou a cidade do Rio de Janeiro um alvo importante para as forças de outros países. Depois dos ataques de Du Clerc em 1710 e de Duguay-Trouin, no ano seguinte, o governo português empenhou-se em projetos de fortificação para a cidade. Para o cumprimento desse objetivo, enviou ao Brasil engenheiros militares com bom nível técnico, entre eles o Brigadeiro conhecido como João Massé, que foi encarregado de projetar fortificações nas cidades do Rio de Janeiro e Bahia e na vila de Santos.

O desenho do Rio de Janeiro, cujos originais estão no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, mostra-nos a primeira planta da cidade do Rio de Janeiro, já com padrões de representação correspondentes às técnicas atuais. O casario amplo avança após a praia, em direção a Santo Antônio. A cidade aparece murada pela parte dos fundos, entre os morros do Castelo (A) e da Conceição (Q), nos limites da área urbana. Pelo lado da praia, são indicadas algumas linhas de fortificação. No alto dos morros, as duas grandes fortalezas do Castelo e da Conceição parecem constituir a base de defesa da cidade, juntamente com os fortes da Ilha das Cobras (V) e de Santiago (E), no limite leste da cidade. A casa do governador não ficava no local em que depois foi construído o novo palácio por Alpoim. Nessa época, o local ainda era ocupado pela Casa da Moeda (H) e pelos armazéns reais (G). A casa do governador ficava pouco adiante, indicada com a letra L, junto à praia.

A imagem e a legenda acima foram extraídas de:

REIS, N. G. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo : EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, 2000. p. 165 e 361.

Legenda da planta de João Massé, segundo Gilberto Ferrez:

A finalidade mais importante desta planta era recomendar a construção de uma muralha envolvendo o perímetro da cidade e unindo entre si os morros da Conceição ao Castelo e, se necessário, este ao mar, além de uma série de outras medidas complementares.

A escala desta planta é de 2 polegadas 1/3 por 200 braças para a cidade e de 4 polegadas 2/3 por 100 braças, isto é, o dobro, para as fortalezas de terra o que corresponde aproximadamente a escalas métricas de 1:3800 e 1:1900, respectivamente. É como se sobre o mapa geral colocássemos uma lente sobre cada fortaleza aumentando em dobro seu tamanho. Isto trouxe o inconveniente do cartógrafo deixar de assinalar detalhes nas proximidades das mesmas.

Explicações: —

Nota. As linhas coroadas de amarelo mostram as obras e reparações feitas de novo ou principiadas para se fazer, desde o mês de julho de 1713. As linhas amarelas mostram as obras que estão sendo *dessinadas* desde o dito tempo, mas não ainda principiadas.

A— Fortaleza de São Sebastião com suas obras feitas de novo e *dessinadas*.

B— Baluarte *dessinado* no sítio em que está a Sé, com sua linha de comunicação.

C— O Colégio com sua cerca e ladeiras

D— A Misericórdia.

E— Fortaleza antiga de S.^{to} Tiago.

F— Cais *dessinado*.

G— Armazéns del Rei.

H— Casa da Moeda.

I— Convento do Carmo.

L— Casas do governador e Alfândega.

M— Convento de São Bento, com sua cerca [furada] e ladeira.

N— Armazéns da Junta.

O— Bateria da Prainha, que deve ser reparada.

P— Trapiche dos Terceiros.

Q— Fortaleza da Conceição com suas comunicações ao mar e o muro da cidade.

R— Casas do bispo, com suas plataformas por diante.

SSS— Muro da cidade.

T— Convento de Santo Antônio com sua cerca e ladeira, e uma obra *dessinada* na coroa do seu monte.

V— Ilha das Cobras com suas fortificações *dessinadas*, e sua ponte de comunicação.

X — Linha pontuada que mostra outro sítio. onde se pode atar o muro, e se quiser incluir os quartéis dentro dele.

Fonte:

FERREZ, G. João Massé e sua planta do Rio de Janeiro de 1713. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1959. v. 242, p. 388-396.

A eleição de um novo provincial para a Província da Imaculada Conceição, à qual vinculavam-se todos os conventos franciscanos do Espírito Santo para o sul desde 1677, foi vista como uma oportunidade para extinguir a desordem³⁷⁵. Contudo, o governador mantinha viva a consciência de ser “certo que os frades se não acomodarão nunca enquanto Vossa Majestade não mandar ordens para estraminar (sic) todos os revoltosos, tanto de um como de outro partido”³⁷⁶. Os preparativos transcorreram muito bem com jantares e cumprimentos recíprocos na presença do governador até que nova discórdia se instalou, fomentada pelo “demônio em alguns ânimos inquietos”, e tudo voltou à estaca zero. Com efeito, “o demônio” entrou em cena no momento em que se discutiam os bens da Ordem Terceira. Apesar de simpatizar com a causa do Brasil, pois achava-se “nesta parcialidade os mais antigos e principais irmãos que sempre governaram a ordem terceira, compondo-se juntamente do melhor e mais numeroso da terra”³⁷⁷, o governador impôs aos terceiros do hospício a entrega dos seus bens para a composição de uma única mesa diretora. De fato, a decisão significava a construção da paz pelo alto, com a prevalência da parcialidade do reino em nome da união.

Embora o rei tenha censurado as ações de todos os franciscanos, reforçado as decisões do governador e o autorizado a prender e expulsar toda e qualquer pessoa que tornasse a fomentar distúrbios, o

³⁷⁵ Cf. RÖWER, Basílio. Op. cit. p. 15.

³⁷⁶ Ibid. “Não posso deixar em silêncio, que enquanto se conservar na Província dos religiosos o P.º Fr. Fernando de Santo Antônio, o Comissário dos terceiros Fr. Manuel de Santa Catarina, Fr. João da Vitória, e os leigos um chamado o Bitesga, e outro o almotacé, estes do partido do reino, e do partido do Brasil uma dúzia deles, em que entra Fr. Inácio do Rosário, nunca haverá concórdia entre os frades, nem entre os terceiros”. Sobre a execução da ordem de 25 de maio de 1725, a respeito dos Terceiros de São Francisco (Rio de Janeiro, 17/10/1725). Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p.39. O frei Fernando de Santo Antônio era tido por “pai de toda discórdia”.

³⁷⁷ Ibid. p. 38-39.

assunto não se encerrou³⁷⁸. Os terceiros do hospício recorreram da decisão sobre os bens e a sua administração futura. O impasse já transformara-se em “matéria de grande peso para esta terra”³⁷⁹, envolvendo dois mestres de campo, ministros e letrados, que foram reunidos pelo governador, juntamente com os diretamente envolvidos e mais o bispo e o “embaixador que vai à China”, para tomarem ciência de todas as medidas adotadas, das razões e efeitos destas, numa clara tentativa de eliminar qualquer possibilidade de haver sido cometida alguma injustiça e, por conseguinte, de novos recursos.

O embaixador leu a relação do que o governador tinha obrado, “onde se louva quem tinha obrado bem e a causa a quem o tinha feito mal”, perguntando-se a cada um se tudo era verdadeiro e obtendo-se a concordância de todos. Em seguida, o governador pediu a todos os ministros e letrados os seus pareceres sobre o que ele havia decidido a respeito da entrega dos bens e fez uma junta com o bispo e o embaixador que confirmaram as suas ações³⁸⁰.

Poucos dias depois, o governador recebeu a visita do provincial pedindo-lhe a prisão de três religiosos (frei Daniel de Santa Maria, frei João de Santa Vitória e frei Fernando de Santo Antônio) e o subsequente degredo para Angola por continuarem a incendiar os ânimos. Apesar de já dispor de autorização real, Vahia só executou as prisões na presença do provincial. Porém, quando o provincial chegou ao convento,

³⁷⁸ Sobre os Terceiros de São Francisco (Lisboa, 25/5/1725). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 41.

³⁷⁹ Sobre os Terceiros de São Francisco (Rio de Janeiro, 17/10/1725). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 42.

³⁸⁰ *Ibid.* p. 42-43.

foi trancado numa cela pelos seus confrades da parcialidade do Brasil e obrigado a fazer nova representação, dessa vez solicitando a libertação dos religiosos os quais já estavam embarcados. Vahia fez nova junta e esta decidiu pela liberação, uma vez que só estavam presos a pedido do prelado que agora o reconsiderava.

Avaliando os episódios da época do seu antecessor, nos quais o rei permitiu que a parcialidade do reino se valesse do braço secular para restabelecer a normalidade e constatando que ela somente contentou-se em expulsar os filhos do Brasil do hospício construído na ilha e de outras casas, Vahia concluiu que os frades apenas interessavam-se pelas construções (“patrimônio temporal”) e não pela pacificação e união das parcialidades. Verificando que a chegada contínua de religiosos do reino agravava as dissensões e envolvia “os seculares desta terra interessados na Ordem Terceira” — diga-se, novamente, interesses materiais, porque à Ordem não havia qualquer impedimento nesse sentido, sendo ela muito rica— e que tudo se lhes facilitava por conta do apoio secular garantido pelo rei, diante de tais ponderações, o governador decide não mais intervir até a chegada do visitador. E como não houvesse conseguido dirimir as disputas consensualmente, reitera ao monarca que os filhos do reino

me impediram a união dos terceiros que tive conseguida, porque o seu ânimo não é senão de atropelar os contrários, mas isto não é desculpar os frades do Brasil, porque tais são uns como os outros, e tais uns como os outros terceiros e estou certo que ainda que Vossa Majestade mande ordem para extraminar alguns frades dos filhos do reino se vier a eleição do prelado (...) que não hão de obedecer, nem à ordem, nem ao prelado, que tanto chega já o seu atrevimento, desenvoltura, e arrogância, e a dizerem quando os presos estavam a bordo, que se lhos não largassem, que os haviam de ir tirar do navio, e suposto que este

*pensamento era quimérico, todavia é demasiadamente licencioso.*³⁸¹

Atrevimento, desenvoltura e arrogância... Via-se, portanto, o governador perante uma disputa de poder que lhe dificultava a conservação de uma ordem na qual a terra permanecesse pacífica, de maneira a que os reais interesses, os da coroa, se impusessem a todos, tornando-se, conseqüentemente, comuns e públicos. A luta travada por “parcialidades” vinculava-se a interesses específicos aos grupos em disputa, interesses estes que não necessariamente confluíam em direção ao bem comum, e muito menos contribuíam para a preservação da justiça régia. Muito pelo contrário, a luta aberta³⁸² rompia com o ambiente de “quietação dos povos”, essencial para a dominação metropolitana, e expunha a terra à cobiça das nações adversárias.

A própria câmara que, segundo o rei, deveria zelar pelo clima de concórdia, tomou partido na questão e aderiu à parcialidade do Brasil, imiscuindo-se nos assuntos dos frades e fomentando-os “em nome do povo”. Os oficiais da câmara produziram, inclusive, vários papéis e representações endereçados ao governador “com expressões cheias de

³⁸¹ Sobre o provincial, e capuchos..., p. 44-45. Após a chegada do visitador, todas as partes lhe prestaram obediência, em que pese as desconfianças do governador. Dias depois, chegou de Roma para o bispo um documento (sustatória) da congregação dos franciscanos suspendendo os capítulos de ambas as parcialidades e determinando a eleição de um novo provincial e definitório para governar a Província da Imaculada Conceição. Cf. *Sobre o navio Dom Carlos, e a sustatoria dos frades* (Rio de Janeiro, 31/1/1726). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 45-47.

³⁸² Luta mesmo, corporal, com brigas, pancadas, apedrejamento e tentativas de invasão, obviamente resultando em feridos. Cf. *Sobre restituir à antiga capela dos terceiros de São Francisco todas as imagens, e ornamentos que delas se tinham mudado para o hospício* (Rio de Janeiro, 14/7/1726). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p.102. E tudo discrepando da vida exemplar que os religiosos deveriam inspirar na comunidade desde a Idade Média: uns oram, outros combatem. “Ora, uma vez que cabe aos oradores ensinar os outros, indicar aos bellatores onde está o bem e onde está o mal, erigir proibições em sua intenção, instituir valores...” DUBY, G. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa : Estampa, 1982. p.99-100.

ousadias” em defesa dos rebeldes³⁸³. O conflito não se resumia aos franciscanos do Rio de Janeiro. No Espírito Santo tampouco as coisas andavam bem. Lá também os “religiosos filhos do Brasil” negavam obediência ao prelado e se insurgiram. Os frades rebeldes que ocupavam o Convento da Vila do Espírito Santo foram cercados, e, da luta decorrente, com troca de tiros de parte a parte, restaram um morto e alguns feridos. O rei cobrou de Luís Vahia a sua falta de ação no caso e este respondeu que a Capitania do Espírito Santo não estava sob a sua alçada mas sim ligada à Bahia, embora “pela justiça pertence à ouvidoria desta Comarca”. Ao defender-se da inquirição real, o governador atribuiu novamente a responsabilidade pelos conflitos aos religiosos vindo do reino e ofereceu uma explicação para tanta turbulência: o *rush* para as minas.

*(...) estou certo que não tem havido histórias consideráveis em que eles (os filhos do reino) não entrem e sejam cabeças o que não sucedia antigamente quando só para aqui vinha algum degredado e não é isto dizer que todos são maus, mas os bons são poucos, e pela multidão que p.^a passam, e casta de gente que vem a tumultos que fizeram nas minas conhecerá Vossa Majestade que não affecto esta representação e entre os frades capuchos não houve estas discórdias senão depois que os filhos do Brasil elegeram por seu provincial um filho do reino que gerou todas estas máquinas as quais Vossa Majestade dará a providência que for servido.*³⁸⁴

A perceptível “inclinação” do governador em favor da parcialidade do Brasil foi objeto de nova observação real porque “convém

³⁸³ Cf. Sobre dar auxílio à execução de uma patente que o geral da Ordem Franciscana passou para que frei Antônio da Piedade exercitasse o cargo de visitador geral e repreender a Câmara por se intrometer a fomentar parcialidades (Lisboa, 26/10/1725). Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v.15, p.112.

³⁸⁴ Sobre o requerimento do padre frei Giraldo procurador da Província dos capuchos pedir auxílio para fazer reduzir à verdadeira obediência os conventos da mesma ordem especialmente da Capitania do Espírito Santo (Lisboa, 24/11/1725 e Rio de Janeiro, 2/7/1726). Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 94-95.

muito vos não mostreis parcial em nenhuma destas partes”³⁸⁵. Ao que Vahia respondeu, explicitando o emaranhado de agentes, relações e interesses em jogo nos tumultos:

*(...) e sobre os terceiros serem motores das discórdias dos frades, e estes das discórdias dos terceiros, e tão cúmplices são neste delito os de uma parcialidade como os da outra, e eu sei que alguns terceiros unidos aos frades tiveram voto no capítulo destes, e pelo que toca à minha inclinação para alguma das parcialidades (...) ambas se queixam igualmente de mim e é a defesa que tenho para Vossa Majestade...*³⁸⁶

Deve-se sublinhar o uso da expressão “filhos do...” no lugar de “parcialidade do...” como originariamente escrevia o governador. Vahia respondia então a uma carta régia motivada por uma representação do procurador da Província em Lisboa. Os franciscanos utilizavam então a expressão “filhos do...” para caracterizar os grupos em confronto pelo seu local de nascimento, atenuando o fato de estar ocorrendo uma **divisão**, de todo indesejável para a ordem. A denominação “parcialidade do...” acentua a parcela, não naquilo que é comum ao todo, mas a qualidade do que é parcial, enfim, partido, bando ou facção³⁸⁷. O que os franciscanos encobriam o governador revelou: o rompimento decorrente de interesses corporativos contraditórios e pouco espirituais. Aliás, como o problema não se detinha nos muros dos conventos, envolvendo outras ordens, os seculares, os terceiros, os camaristas, Lisboa e Roma, é mais próprio defini-

³⁸⁵ Sobre a observância das ordens para auxiliar os prelados dos religiosos capuchos, e sujeitar à sua obediência os rebeldes (Lisboa, 27/10/1725 e Rio de Janeiro, 9/7/1726). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 120.

³⁸⁶ Ibid. p. 120-121.

³⁸⁷ “Inclinando-se cada um para a sua parcialidade (Vieira)”. Cf. AULETE, C. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 18--. v. 2. p. 1297. Uma última definição encontrada no verbete *parcialidade*: “dedicação exaltada por um partido, por uma doutrina, por uma opinião, etc.”

lo em termos de parcialidades não só porque a adesão a um ou outro lado não dependia do local de nascimento como, dessa maneira, respeita-se a sua dimensão política, o enfrentamento de poderes locais que tanto alarmou o governador quando uma das partes pensou em lhe tirar os presos do navio para Angola: um pensamento quimérico mas demasiadamente licencioso. E aqui a palavra licencioso também merece consideração. Vahia se assusta com a “licença”, com a liberdade daqueles rebeldes em lhe desafiar, o representante direto do poder da coroa³⁸⁸. Liberdade essa inconcebível e inadmissível para uma sociedade fortemente hierarquizada como a do Antigo Regime; liberdade que excede os limites, desregrada, fora do lugar, enfim, ilícita³⁸⁹.

Chegado o visitador dos franciscanos, este logo comunicou ao governador que dois monges de São Bento, entre outras pessoas, estavam perturbando a paz da sua religião. Amparado nas disposições reais que lhe garantiam o uso de todos os meios disponíveis para a preservação da ordem pública, Vahia escreveu aos religiosos bentos instando-os a cessarem toda discórdia e advertindo-os de que, caso o visitador voltasse a se queixar, “ele os havia de estraminar desta Capitania”³⁹⁰. O presidente do Mosteiro de São Bento e o monge Matheus da Encarnação Pina responderam à carta do governador com termos duríssimos. Vahia evitou tomar os insultos como ofensa pessoal, porém os

³⁸⁸ Segundo Marcelo Caetano, “o governador, chamado capitão, capitão-general ou capitão-governador, era o chefe administrativo, civil e militar e o inspetor das finanças, e dependia apenas do rei, cujas instruções dele recebia diretamente quando lhe era conferido o governo”. CAETANO, M. *Estudos de história da administração pública portuguesa*. Coimbra : Coimbra Editora, 1994. p. 478. Para uma abordagem mais específica sobre a questão, veja-se: WEHLING, A., WEHLING, M. J. *O funcionário colonial entre a sociedade e o rei*. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *Revisão do paraíso*. Rio de Janeiro : Campus, 2000. p.139-159.

³⁸⁹ Veja-se o verbete **licencioso** em: AULETE, C. Op. cit. v. 2. p. 1061.

³⁹⁰ Cf. *Sobre o visitador dos capuchos, Bentos e ilha das Cobras (Rio de Janeiro, 6/7/1726)*. Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 48.

recebeu “pelo que respeitava ao lugar em que me acho” e remeteu os documentos para o secretário de Estado.

Nesse momento, cruzaram-se os assuntos pendentes. A disputa acerca da ilha das Cobras continuava viva e produzindo efeitos. O governador duvidava da legalidade do domínio dos monges sobre a ilha, mesmo antes de ver os documentos posteriormente apresentados por exigência do Conselho Ultramarino — ele os julgaria fácil de fraudar. Ademais, entendia que os beneditinos a teriam possuído por muitos anos sem desfrutar da sua utilidade e a abandonaram totalmente depois que o governador Antônio de Albuquerque mandou nela fazer-se um forte. Posteriormente, sob Aires de Saldanha, a ilha foi arrendada pelo governo da Capitania por 13\$500 réis³⁹¹. Com as suas conclusões já tiradas, Vahia deu prosseguimento ao plano de fortificá-la. Todavia, como não dispusesse de “meios para esta obra”, e constatando que “toda ilha é um penhasco coroado de terra”, autorizou que se retirasse pedras de locais pré-determinados, de tal maneira a diminuir os custos e aproveitar as formações defensivas naturais. Os monges, enfurecidos, passaram a ameaçar o responsável pela pedreira, dizendo-lhe que aguardasse a saída do governador do cargo... E, ainda mais, fizeram ao governador vários requerimentos

*com muito destempero, intentando até sufocar-me a mim, e vindo um dia à secretaria [o procurador dos frades] não achando uma petição despachada disse muitas liberdades, e entre outras que eu só tinha tempo para ir à ilha das Cobras.*³⁹²

³⁹¹ Cf. Sobre se remeterem os títulos que o Mosteiro de São Bento diz tem na ilha das Cobras (Rio de Janeiro, 23/7/1728). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 264-265.

³⁹² Sobre o visitador dos capuchos, Bentos..., p. 49.

A tensão entre o governador e os beneditinos era de tal ordem que Vahia os tinha por “manifestos perturbadores do sossego público”. O problema se aprofunda quando o abade — além de já ter abrigado na fazenda Camocim dois franciscanos rebeldes — abrigou, também, franciscanos de São Paulo que haviam participado de lutas no Convento de Taubaté, quando mataram um religioso. Como se não bastasse, continuou o abade a alimentar as dissensões entre as parcialidades franciscanas, impedindo qualquer contato dos monges de São Bento com os frades do Convento de Santo Antônio, obedientes ao prelado, embora tolerasse o contato entre monges bentos do Brasil e os frades franciscanos da mesma terra.

O governador, então, decidiu valer-se das ordens régias que possuía e determinou ao provincial da Ordem de São Bento, há pouco chegado, a expulsão do abade frei Matheus da Encarnação e do frei Pachoal de São Estevão para oitenta léguas da cidade até um pronunciamento específico do rei³⁹³. Como a decisão era de extrema gravidade, uma reação se orquestrou. O provincial duvidou que ela se efetivasse. Os beneditinos se organizaram e, juntamente com os filhos do visconde de Asseca e “outros muitos seus parciais” nos seus concelhos, fizeram várias reuniões com o objetivo de constituírem juizes para arbitrarem a questão e compeliem o governador a recuar ou pelo menos mostrar as referidas ordens régias. O próprio ouvidor, após infundir a Vahia “grandes medos sobre entender com eclesiásticos”, ofereceu-lhe o parecer solicitado acerca da decisão tomada, assim como lhe ofereceram também o procurador da coroa e o juiz do fisco, todos sugerindo a sua

³⁹³ Cf. *Sobre o estramínio do abade frei Matheus e frei Paschoal (Rio de Janeiro, 14/2/1727)*. Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 177-178.

suspensão³⁹⁴. O governador não se deixou intimidar e mandou um destacamento cercar o mosteiro até que o abade se entregasse, como se entregou, por estar convicto que estas “peleações costumam dar nesta terra ocasião a semelhantes demasias [como] as do abade, e a suspender-se sempre a execução das ordens, de que tem resultado a ruína deste estado”³⁹⁵.

Na corte, a expulsão dos monges repercutiu intensamente. O procurador geral da Província Ultramarina da Ordem de São Bento, baseado em carta do abade expulso, solicitou ao rei a imediata restituição dos monges ao mosteiro e a garantia do domínio da Ordem sobre a ilha das Cobras. Em janeiro de 1728, o Conselho Ultramarino emitiu o seu parecer³⁹⁶. Apesar de o procurador da coroa responder que o governador não poderia ter expulsado os religiosos “sem expressar ordem” real e que ele não deveria interferir na posse dos beneditinos sobre a ilha, mas apenas construir a fortificação necessária, os conselheiros ultramarinos, em face da agitação pública resultante das lutas entre os franciscanos e entre os franciscanos e os terceiros, com a participação de muitos moradores da cidade, e nas quais os beneditinos atuavam como fomentadores e acoitadores de rebeldes contumazes, decidiram:

³⁹⁴ A atuação do ouvidor Manuel da Costa Mimoso na correição feita na Câmara em novembro de 1727, portanto, após a expulsão do abade, foi registrada pelo escrivão: “... e mais lhe perguntou (o ouvidor) se entre os vassallos de El Rei nesta cidade, havia bandos, ou motins e responderam que não havia e mais lhe perguntou se havia alguns clérigos revoltosos que fosse necessário dar parte ao seu prelado e responderam que não havia e achou que os capítulos da correição passada estavam cumpridos no que era possível...” Cf. Auto de correição que faz o desembargador ouvidor geral o doutor Manuel da Costa Mimoso no Senado da Câmara desta cidade este presente ano de mil e setecentos vinte e sete. Arquivo do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1897, v. 7, p. 207. Logo, tanto para o ouvidor como para os camaristas tudo transcorria na mais perfeita ordem...

³⁹⁵ Ibid. p. 178.

³⁹⁶ Sobre o que escreve o governador do Rio de Janeiro acerca dos fundamentos que teve para exterminar ao D. Abade de São Bento, e ao padre frei Paschoal de São Estevão, e também sobre o que neste particular escreve o mesmo D. Abade, e representa o procurador geral dos mesmos religiosos, e vão as cartas e papéis que se acusam (Lisboa, 2/1/1728). IHGB/Arq. 1.1.26 - **Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino.** fl. 30v-33v.

*(...) Que nesta atenção se reconhece que o governador obrou bem em os estraminar, para que cessassem tantos distúrbios e prejuízos que se poderiam seguir ao sossego público, e boa paz da religião de São Francisco, e ainda aos moradores do Rio de Janeiro por se envolverem mais nas ditas parcialidades, porém como estejam no dito extermínio há muito tempo (...) e presentemente se contam mais de 16 meses e se espaçará a mais tempo a sua demora quando chegar a resolução ao Rio de Janeiro, (...) que Vossa Majestade a este respeito movido da sua real piedade haja por bem mandar que os ditos religiosos se recolham para o seu convento de São Bento, dando-se-lhes por acabado o seu desterro, com declaração, porém, que constando que partida a frota, eles se vierem meter no convento como insinua o governador, neste caso será conveniente que ele os deixe estar e conserve no mesmo desterro até nova ordem de Vossa Majestade...*³⁹⁷

O fato é que o conselho se dividiu, e a sua divisão deveu-se tanto à gravidade dos conflitos como à resposta do governador. Os conselheiros possuíam três referenciais norteadores para as decisões vindouras: primeiro, em virtude do padroado, zelar pela “boa paz da religião”; segundo, assegurar a autoridade do Estado e a sua capacidade de governo político; terceiro, resolver as pendências com justiça e equidade, o que exigiria uma conduta prudente e temperada do governador do Rio de Janeiro. A atitude de expulsar os religiosos, embora aparentemente destemperada e imprudente, foi sancionada porque destinada a eliminar dissensões vistas como inaceitáveis para a vida interna da Igreja e potencialmente sediciosas — embora a ordem política não tivesse sido nem de longe ameaçada, a sua reiteração se fazia, entre outros fatores, em nome de uma unidade imposta pelo alto e expressa como “sujeição” e “obediência”, qualquer conflito que comprometesse essa unidade,

³⁹⁷ Ibid. f. 32-32v. O grifo é meu.

rompendo-a e instaurando divisões, traria consigo sementes de rupturas maiores³⁹⁸.

Quanto à questão dos descaminhos pelo muro do mosteiro e a conseqüente exigência feita pelo governador para consertá-lo, o Conselho, claramente refletindo as pressões dos beneditinos, respondeu que “como este nunca esteve fechado, que não os obrigue a isso porque não será fácil que tenham meios para uma despesa tão considerável” e, por outro lado, se pusessem “todos os guardas competentes para que ao tempo da frota vigiem e se tomem por perdas” todas as fazendas descaminhadas. Aqui o Conselho já apresenta um recuo em relação à decisão de 1726, quando determinou que os religiosos consertassem o muro³⁹⁹.

Com relação ao domínio sobre a ilha das Cobras, o Conselho determinou a apresentação dos documentos pertinentes e, sem abrir mão da construção da fortaleza, informou ao governador que no caso dos religiosos tomarem à sua conta a obra, ele assim deveria permitir, estando autorizado a pagá-los pela fazenda real. Agora não se trata de um recuo frente a decisões anteriores. Trata-se de um ponto de vista oposto ao

³⁹⁸ Isto permitiu que, equivocadamente, alguns autores enxergassem na luta entre parcialidades a manifestação de um certo nativismo. Cf. RÖWER, Basílio. *O Convento de...*, p. 87-89. O equívoco está em não atribuir o devido peso ao aspecto corporativo de uma sociedade de Antigo Regime, composta de inúmeros corpos distintos e desiguais, e ao fato dessa sociedade, na colônia, ser atravessada pelas relações escravistas. As lutas explodiram no seio de uma corporação com demandas corporativas, de ofícios e privilégios, e com interesses patrimoniais em jogo. Como o tema religioso é parte indissociável daquela sociedade, as lutas transpuseram os muros dos conventos, mas jamais sendo recortadas pelo aspecto nacional, nem precocemente. A assunção do nativismo pelo historiador franciscano lhe é conveniente porquanto ele pode atribuir os males da divisão em sua Ordem exclusivamente ao ambiente geral da terra “*em que vinham de longe as rivalidades e ciúmes entre os filhos do Brasil e de Portugal*” e ocultar os problemas internos da sua corporação, francamente contaminados por interesses materiais, estes sim, inerentes a uma terra que se explora. A idéia do “*despertar do sentimento nativista*” nesse contexto também se encontra em: AZZI, R. *As ordens religiosas na sociedade colonial*. In: PEREIRA, P. R. (Org.). **Brasiliana da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001. p. 139.

³⁹⁹ Veja-se a nota de número 12 neste capítulo.

governador que considerava não ser do interesse régio os beneditinos

*ficarem ali com domínio algum porque a religião sempre é a mesma e os governadores de Vossa Majestade nunca podem ser os mesmos, e uns fazem e outros desfazem, e com qualquer descuido se adiantam as religiões nos seus interesses.*⁴⁰⁰

Interesses estes que não eram, para Vahia, necessariamente os mesmos do Estado — daí a sua linha de conduta⁴⁰¹. Todavia, para dois conselheiros as ações do governador foram muito impróprias e

(...) lhes pareceu que o governador do Rio de Janeiro não obrou bem em desterrar estes religiosos sem expressa ordem de Vossa Majestade, e em tão grande distância, e com tão notória violência, pois não podia fazer sem Vossa Majestade deferir a consulta que lhe estava afeta, e por seu motu próprio tomar uma determinação tão rigorosa, e que assim lhe deve Vossa Majestade mandar estranhar este tão extraordinário procedimento, e ordenar-lhe que logo sem demora os mande recolher para o seu convento do Rio de Janeiro a exercitarem os lugares que estão promovidos pela sua religião, por se não perturbar a boa ordem do governo dela, reconhecendo-se serem os tais reputados por sujeitos de grande suposição, assim em letras como em virtudes que constituem a bons e verdadeiros religiosos do patriarca São Bento a que se devia ter alguma atenção, e não se haver com eles o governador com tanta paixão e rigor como manifestamente se colhe das expressões de suas

⁴⁰⁰ Sobre se advirta Dom Abade de São Bento levante os muros da cerca para se evitarem os descaminhos da fazenda real (Rio de Janeiro, 5/7/1726). Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v.15, p. 133.

⁴⁰¹ A plena consciência da natureza distinta dos interesses do Estado para os da religião torna-se evidente a partir de Pombal em clara oposição àquela unidade profunda dos primeiros anos da expansão comercial: “A aliança estreita e indissolúvel entre a Cruz e a Coroa, o trono e o altar, a Fé e o império, era uma das principais preocupações comuns aos monarcas ibéricos, ministros e missionários em geral”. BOXER, C. R. *A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa : Edições 70, 1981. p. 98. Veja-se, portanto: Bando proibindo a aceitação de breves de S. Santidade sem aprovação Real (Vila Rica, 11/2/1755). Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, ano 17, 1912. p. 352-353.

*contas.*⁴⁰²

O Conselho partiu-se. Primeiro disse que Vahia obrara bem, depois o contrário e com a recomendação para o rei “mandar estranhar este tão extraordinário procedimento”. Some-se a isto o recuo sobre o conserto do muro do mosteiro, a divergência acerca da construção da fortaleza na ilha das Cobras e a reprimenda final sobre a “paixão” e o “rigor” dos termos usados em suas prestações de contas, e veremos que a posição do governador não era lá das melhores. No mínimo polêmica e tendendo a degradar-se. Contudo, é devido ao seu estilo direto e contundente que emergem os conflitos de interesses dos diversos grupos sociais em sua correspondência, nas consultas do Conselho Ultramarino e em representações de diversa origem. Ele próprio tem consciência do seu modo de proceder, pouco usual porque em desacordo com as práticas correntes na terra que governa. Cioso das suas atribuições, poderes e prerrogativas, verdadeiramente preocupado em servir ao rei de forma desinteressada, Vahia pretendia reformar a realidade para que ela funcionasse a contento, não transigindo, evitando acomodações e combatendo todo tipo de ilicitude como se fosse o legítimo guardião da ordem.

Uma das práticas correntes na terra contra as quais se insurgiu apareceu-lhe logo no início do governo e dizia respeito ao seu bom sucesso:

A primeira saudação que encontram os governadores quando chegam de novo a esta terra, é persuadi-los, que depende a sua fortuna de abono das câmaras, e Colégio da Companhia, de

⁴⁰² Sobre o que escreve o governador do Rio de Janeiro acerca dos fundamentos..., fl. 33. O grifo é meu.

*quem dizem devem tirar certidões para seu desp.^o , e que a Câmara e Colégio têm obrigação de dar todos os anos conta dos procedimentos dos governadores, e a primeira cousa que eu fiz mostrar-lhe que não havia de tirar certidões por eles nem queria cartas de sua abonação, e vindo-me o ano passado trazer o vereador mais velho uma lhe disse que de nenhuma sorte queria que tal fizessem, mas instando ele, e temendo, eu que a mandasse por outra via, peguei nela para a deter, como fiz, mas constando-me agora, que mandaram outra via, remeto a que lhe tomei para acreditar esta verd.^e ...*⁴⁰³

A formulação não deixa margem à dúvidas: para uma governança exitosa impingia-se ao governador a composição com as câmaras e com os jesuítas. Definitivamente, Vahia não reconhecia naqueles interlocutores — como em outros mais — qualquer qualificação específica capaz de legitimar os seus atos ou mesmo a estes se consorciar em igualdade de condições. A fonte legitimadora das suas ações advinha da sua lealdade a el-rei e não de um desempenho consensual com os poderes locais que reivindicavam condutas consoantes os usos da terra, o hábito e o costume. A sua expectativa era encontrar um ambiente propício à obediência das suas ordens e não corpos dispostos a avaliar o seu desempenho com certidões. Para além de se saber se estava certo ou errado, a realidade é que o seu estilo centralizador e nenhum pouco leniente colocou em primeiro plano os poderes locais habituados a acertos de bastidores e à cumplicidade dos prepostos do rei⁴⁰⁴.

⁴⁰³ Sobre a independência com que o governador desta Capitania Luís Vahia Monteiro serve, e resistência que fez as boas informações que dele se pretendiam dar (Rio de Janeiro, 30/6/1727). Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 211.

⁴⁰⁴ Para Felisbello Freire, “camaristas, juizes, oficiais, guarnições, em suma, todo o corpo de autoridades do Rio constitui-se adversário de Vahia Monteiro, pelo fato de sua intransigência e resistência à época da corrupção administrativa que se fez sentir, a maior até então, pelo contrabando do ouro que se fazia em larga escala e em que tomavam parte as autoridades, quer diretamente como sucedeu com o comandante da frota, Luís de Abreu Prego, quer protegendo os criminosos como sucedeu com o ouvidor Viçoso”. FREIRE, F. Op. cit. p. 491. O nome correto do ouvidor é Mimoso, como já ficou posto.

Essa constituição específica da terra na qual as coisas parecem estar fora do lugar em comparação com o reino perturbava sobremaneira Luís Vahia. Faltava-lhe, talvez, capacidade adaptativa⁴⁰⁵, uma compreensão maior das distâncias entre o reino e a conquista, a consciência de que as coisas aqui se faziam na medida do possível e não em total conformidade com a ordem metropolitana⁴⁰⁶. Não que esta não estivesse presente, pelo contrário, manifestava-se mais intensamente na proporção em que conseguia dialogar com a alteridade colonial, na medida em que, sabedora dos seus limites, evitava avançar sobre aqueles interesses particulares que não lhe ameaçavam diretamente, embora representassem um relativo dano às suas rendas — os descaminhos. Disso não resulta, é claro, uma relação harmônica e igual. O quadro continua sendo de exploração. Sempre que possível o conflito é evitado para preservar a dominação, e ela está lá. Não tão soberana e absoluta como poderia se imaginar ou como a majestade real sugere e incute, mas, de fato, submetida a um equilíbrio precário e instável. De certa maneira, é este complexo e delicado tipo de equilíbrio local entre o governador, a câmara, as ordens

⁴⁰⁵ Segundo Hespanha e Santos, “a máxima da administração ultramarina portuguesa traduz-se numa capacidade infinita de adaptação de instituições que já haviam sido experimentadas e de improvisação”. Cf. HESPANHA, A.M., SANTOS, M.C. *Os poderes num império oceânico*. In: MATOSO, J. (Dir.). **História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa : Estampa, 1993. v. 4. p. 399. Abordando a questão da adaptação pelo ângulo social, Florestan Fernandes considera que o “equipamento adaptativo” do português foi incrementado pela interação com os índios, assim como Thales de Azevedo e Sérgio Buarque de Holanda Cf. FERNANDES, F. *Um retrato do Brasil*. In: **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo : Difel, 1974. p.117-164. Vejam-se especialmente as páginas 120-123. AZEVEDO, T. de *Povoamento da Cidade do Salvador*. Salvador : Prefeitura da Cidade do Salvador, 1949. p. 220. HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1957. p. 13-179.

⁴⁰⁶ Ao verificar o estado das tropas da cidade, o governador revela toda a sua incompreensão: “... e examinando quais são os auxiliares, e quais as ordenanças não encontro aqui mais que um corpo governado por duas cabeças porque na mesma parte em que está um capitão-mor que deve, e quer governar as ordenanças se acha um coronel com tenente coronel, que faz o mesmo, e a gente a mesma, e assim nem são auxiliares, nem ordenança. Creio que procedeu de se não entenderem as ordens de Vossa Majestade...” Cf. *Sobre ordenanças* (Rio de Janeiro, 2/6/1725). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 14. O problema não se resumia a uma simples falta de entendimento. A questão é parte constituinte do amplo processo de implantação/recriação da ordem metropolitana na América portuguesa, gerador, no limite, de uma sociedade diferenciada.

religiosas e os demais oficiais que Vahia fere e rompe.

4.2 Os conflitos com a Câmara

Os confrontos com a câmara se iniciaram bem cedo, como se viu. Contudo, subjacente a todos os desencontros estava o problema dos descaminhos. Embora presente, não foi em relação ao descaminho de ouro e diamantes que se constituiu o campo de contenda nesse primeiro momento, mas em torno da administração dos contratos a cargo da câmara. O governador logo foi convidado a participar dos procedimentos usuais — mais uma tentativa de “adequá-lo” à terra. Em 1726, chegara o tempo de proceder a uma nova arrematação do contrato dos dízimos reais da Capitania do Rio de Janeiro. Vahia tomou todas as providências necessárias e o contrato acabou arrematado por Manuel Coelho Prado. Dando continuidade ao que vinha sendo praticado com os governadores anteriores, o novo contratador ofereceu-lhe uma propina⁴⁰⁷ de seiscentos mil réis, prontamente recusada. O rei, notificado do ocorrido, determinou, em carta ao governador, que o provedor da fazenda

*(...) declare quais os governadores foram os que receberam estas propinas recebendo os soldos por inteiro, e a vós se vos agradece o zelo com qual vos tendes havido nesta matéria em ordem a querer evitar os descaminhos que há, e tem havido na cobrança do que pertence à minha fazenda, e da mesma maneira na isenção que mostrastes (...) pois só vos são dados os dez mil cruzados dos vossos soldos, e nenhuma outra coisa mais...*⁴⁰⁸

⁴⁰⁷ É preciso sublinhar o fato de a palavra propina não possuir então a carga negativa que hoje lhe impomos. Ela referia-se às gratificações legais recebidas por oficiais, no caso o governador. Segundo Bluteau, “presente, ou dom em dinheiro, pano ou peça, que se dá a alguns oficiais, ministros, lentes por assistência, ou trabalho”. BLUTEAU, R. Dicionário da língua portuguesa. Lisboa : Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789. v. 2, p. 254.

⁴⁰⁸ Cf. Sobre os contratos que administra a Câmara, e haver de passar a administração à fazenda real (Lisboa, 1º/3/1727). Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 307. O grifo é meu.

E ainda mais, solicitou uma declaração do governador a respeito da possibilidade de se tirar da câmara, em parte ou na totalidade, a administração dos contratos então sob sua competência — o do subsídio grande dos vinhos (estabelecido para o sustento da guarnição da praça e das fortificações), o da aguardente “que se gasta na própria terra” (também para a manutenção das defesas), o da aguardente “que se embarca para fora” (uma parte destinada à preservação da Colônia do Sacramento e a outra para as defesas do Rio) e o do azeite doce (estabelecido para custear parte dos soldos dos governadores) — e incorporá-los à fazenda real⁴⁰⁹. Junto à solicitação ia uma recomendação muito significativa do ponto de vista da arbitragem pretendida pela coroa, e até certo ponto realmente exercida, sobre as relações com os poderes locais. Como o governador já desenvolvia uma investigação nos confusos e descontínuos livros de “despesa e descarga” e nas contas dos contratos, contas estas que não fechavam, e repetidas vezes pedira a colaboração da câmara e recebera em troca pouquíssimo ou nenhum retorno, o rei advertiu o governador que ele não deveria convocar (“**emprazar**”⁴¹⁰) os oficiais da câmara para dar curso às avaliações implicadas no pedido régio:

*(...) tenhais entendido que suposto usastes deste termo para os pôr em temor que nunca deveis de pôr execução esta administração porque sempre deveis pôr todo o cuidado em que eles se não descuidem da arrecadação do que se deve dos ditos contratos.*⁴¹¹

⁴⁰⁹ A Câmara recebia, ainda, seiscentos mil cruzados de propina da arrecadação dos dízimos a cada três anos e quatro vinténs por alqueire de sal vendido na terra. Cf. Sobre os contratos que administra a Câmara, e haver de passar a administração à fazenda real (Rio de Janeiro, 7/2/1729). Publicações do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 309.

⁴¹⁰ “Citar alguém para comparecer em juízo, num certo dia, ou prazo”. BLUTEAU, R. Op. cit. v. 1, p. 481.

⁴¹¹ Sobre os contratos que administra a Câmara, e haver de passar a administração à fazenda real (Lisboa, 1º/3/1727). Op. cit. p. 307.

A título de preservar o empenho dos camaristas nas respectivas arrecadações e de evitar tumultos, a coroa censurou a utilização da medida adstrita ao termo “emprazar”. Mas, de fato, censura-se o termo apenas em virtude do seu teor coercitivo, do sentido de sujeição e “temor” que lhe está implicado⁴¹², quanto ao resto, não havia o que se emendar. Tratava-se de uma contenção do espírito exemplarmente zeloso do governador com relação às rendas reais e, por isso mesmo, deslocado e excessivo. Deslocado porque concebível apenas no modelo. Excessivo porque resultado de uma implementação inviável. Em vista disso, o Conselho Ultramarino emitiu parecer em concordância com Vahia, retirando da administração da câmara os contratos ainda sob o seu jugo e passando-os para as mãos dos oficiais da fazenda real, assim como o fizera antes em Pernambuco, porque “estes contratos administrados pelos oficiais da câmara se seguem desordens e confusões na passagem do dinheiro que produzem”⁴¹³.

⁴¹² Mais tarde, rendendo-se às sutilezas formais, quando foi necessário trazer novamente à sua presença os oficiais da Câmara, o governador preocupou-se em mudar o verbo: “... e quando convidei a Câmara (por não dizer que a chamei)...”. As relações entre os governadores e a Câmara da cidade do Rio de Janeiro não foram problemáticas apenas com Vahia. O problema não era a pessoa mas a matéria. Quando o governador Antônio Paes de Sande (1693-1694) a convocou para estabelecer o subsídio da colônia do Sacramento, os camaristas também levantaram resistências que exigiram pronta reação. Cf. Sobre o donativo (Rio de Janeiro, 23/8/1728). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 294. Nesta carta, reveladora de novos atritos, a matéria tributária retorna na figura do donativo para as despesas com o casamento dos príncipes portugueses (D. José e D. Maria Bárbara) com os espanhóis (D. Mariana de Vitória e D. Fernando) e com o dote da filha de D. João V. Cf. Carta régia dirigida ao governador do Rio de Janeiro, sobre o donativo, que se pedia aos habitantes da sua capitania, para concorrer às despesas dos casamentos do príncipe real e da infanta D. Maria (Lisboa, 12/4/1727). In: ALMEIDA, E. de C. (Org.). **Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar**: Rio de Janeiro (1729-1747). Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1934. v. 7, p. 81-82. Daí por diante, Vahia procurou usar termos urbanos com a Câmara: “... chamei o Senado com termo urbano como se vê da cópia nº 1...” Cf. Sobre o repartimento do donativo (Rio de Janeiro, 22/2/1729). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15, p. 333.

⁴¹³ Cf. O governador do Rio de Janeiro responde a uma ordem que lhe foi sobre declarar se seria factível tirar-se a administração dos contratos à Câmara daquela cidade em todo, ou em parte, e incorporarem-se na fazenda real, e vai a cópia da ordem e mais papéis que se acusam (Lisboa, 12/11/1729). *Arquivo do Distrito Federal*, Rio de Janeiro, 1897, v. 4, p. 427. O rei somente subscreveu o parecer do Conselho Ultramarino em 20/2/1731.

Por desordens e confusões subentenda-se, por exemplo, tanto o não pagamento feito pelos contratadores como o pagamento parcial, a retenção do dinheiro devido na própria câmara, a discrepância — proposital ou não — entre os registros feitos pelo seu tesoureiro e os consignados pelo almoxarife da fazenda de tal forma a inviabilizar qualquer conferência de recibos. Em outras palavras, não se sabia o que saía da câmara e o que entrava na fazenda real. Por fim, a câmara administrava contratos para finalidades que, se antes corriam por sua conta, agora já contavam com recursos régios: o pagamento dos governadores, a manutenção de Sacramento, o sustento da tropa... O dinamismo econômico produzido pela mineração exigia uma presença efetiva da administração real e esta se traduziu, entre outros aspectos, na tentativa de controlar rigorosamente as receitas. Além de empreender uma centralização dos recursos, a coroa iniciava simultaneamente uma compatibilização entre meios e fins, conforme o parecer do procurador da fazenda:

(...) e dando-se vista ao procurador da fazenda, respondeu que a Câmara administre aqueles contratos, cujos rendimentos se hão de despendar por ela em as despesas econômicas pertencentes à cidade, como concertos de calçadas, fontes, pontes, e outras semelhantes, e que propriamente são bens do Concelho, justo lhe parece mas muito alheio do que é justo, que a mesma Câmara se conserve na administração da fazenda real, fazendo que figure de segundo provedor dela com os rendimentos e cobranças de direitos que não pode despendar, e que necessariamente há de entregar, e confessa que não acha fundamento que possa coonestar a permissão que nesta parte se lhe concede, cobrando a fazenda real o que lhe toca por mão deste terceiro que não podendo desta diligência tirar nada, tira tanto como o governador achou pela sua conta, e bem a deixa advertir porque a não se interessar o Senado nesta administração a tivera demitido há muito tempo pelo que por este dano não continue-lhe parece o mesmo que ao governador, e que a Câmara se não deve permitir administre outro algum contrato mais que a daquela venda que parecer

*necessária para a conservação da água da Carioca, e no caso que a Câmara não tenha donde tire o necessário para as suas propinas ordinárias e mais encargos do conselho deve recorrer a Vossa Majestade por este Conselho para lhe fazer consignação do que mais for preciso para a sua subsistência.*⁴¹⁴

A câmara foi atingida em cheio no que dizia respeito ao “governo econômico daquela cidade”. Na pena do procurador, a câmara transformara-se num “terceiro” a ser excluído pois seus interesses não coincidiam necessariamente com os da fazenda real. E a prova advinha do fato de que em nada podendo tirar daqueles contratos, na verdade, muito tirava e causava “dano”. O resultado final seria a subordinação total frente ao reino expressa na possibilidade dela poder recorrer ao rei para este provê-la de meios à sua subsistência quando preciso. E mais, quanto ao “governo político”, o governador, que já o disputara com os religiosos, agora agia no sentido de sobrepor-se aos camaristas, apequenando os poderes locais. Este é o contexto no qual foram produzidas e remetidas inúmeras representações ao Conselho Ultramarino com o objetivo único de desqualificá-lo e apeá-lo do cargo⁴¹⁵. Tudo se passava como se fosse produto da atuação específica de um indivíduo, contudo, punha-se em prática uma política centralizadora da coroa e cuja continuidade e aprofundamento torna-se patente durante o longo período de governo do sucessor de Vahia, Gomes Freire de Andrada, apesar o do seu estilo distinto e sutil⁴¹⁶.

⁴¹⁴ Ibid. p. 426.

⁴¹⁵ Numa delas, Vahia aparece como “um homem que se assombra do cargo que tem e desconfia geralmente de todo o povo que governa, entendendo que qualquer pessoa dele o pode competir...”. Cf. Os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro representam a Vossa Majestade as lamentáveis desordens que comete no seu governo Luís Vahia Monteiro, para que Sua Majestade se sirva dar providência necessária nesta matéria, e vai a representação que se acusa (Lisboa, 8/2/1732). IHGB/Arq. 1.1.26 - **Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino.** fl. 132-132v.

⁴¹⁶ Gomes Freire de Andrada teve de informar novamente sobre a situação dos contratos e confirmar a passagem deles para a fazenda real. Cf. Cópia da carta que escreveu o governador, e capitão general à Câmara, acerca da criação dos contratos, e resposta que se lhe deu (Rio de Janeiro, 9/3/1734). e

Os camaristas recorreram da decisão real⁴¹⁷. Embora aceitassem a transferência de alguns contratos, eles solicitaram a manutenção da administração dos impostos referentes ao azeite doce e ao sal, tendo em vista a “criação dos enfeitados, que Vossa Majestade muito nos encomenda, e se aumenta o número deles, com a notícia desse católico zelo”, a conservação de pontes e a realização de obras imprescindíveis, gastos para os quais “se valia a câmara de algumas dobras daqueles impostos” depois de retirada a quantia com a qual concorria para os soldos dos governadores. O saldo restante, se é que algo restava, os camaristas uniam às suas rendas ordinárias, conforme permissão régia anterior. Essas rendas ordinárias, segundo eles, eram tão limitadas, mal chegando para o pagamento das propinas do secretário do Conselho Ultramarino⁴¹⁸, do salário do procurador que a câmara mantinha na corte⁴¹⁹, do síndico, do escrivão “e outras mais cousas que se pagam por provisões de Vossa Majestade”, que justificavam o pedido. Tudo isso, evidentemente,

Declaração da administração dos referidos impostos, que se reduziram a contratos (Rio de Janeiro, 17/4/1734). *Arquivo do Distrito Federal*, Rio de Janeiro, 1895, v. 2, p. 314-319. Para a chamada política centralizadora, veja-se: SALGADO, G. *Traços gerais da administração colonial*. In: **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro : Nova Fronteira; Arquivo Nacional, 1990. p. 47-72. PRADO JÚNIOR, C. Novo sistema político e administrativo na colônia. In: **História econômica do Brasil**. São Paulo : Brasiliense, 1984. p. 49-55.

⁴¹⁷ Carta em que pede a Câmara a Sua Majestade mande conservar no Senado a arrecadação dos quatro vinténs, impostos no sal, e subsídio do azeite doce, para se ajuntar aos mais rendimentos do Senado, e depois de paga a quantia competente aos soldos, e as mais despesas do Concelho, passar o restante para a fazenda real (Rio de Janeiro, 14/8/1731). *Arquivo do Distrito Federal* [Nova Série], Rio de Janeiro, 1950, v. 1, p. 100-101.

⁴¹⁸ Quando da morte do secretário André Lopes de Lavre, a Câmara enviou carta na qual reconhecia lhe ser “este Senado muito obrigado”. Cf. Carta que escreveu a Câmara ao secretário do Conselho Ultramarino (Rio de Janeiro, 22/8/1731). *Arquivo do Distrito Federal* [Nova Série], Rio de Janeiro, 1950, v. 1, p. 104.

⁴¹⁹ O envio de um procurador à corte pelas câmaras para tratar de interesses diversos era comum e ensejava também conflitos com os governadores. Assim transcorreu em Pernambuco: “Este gênero de diligência era via de regra confiado ao procurador que a Câmara de Olinda estipendiava na Corte para tratar dos negócios da municipalidade junto a El Rei, seus ministros, tribunais e conselhos, conforme as instruções que se lhe despachavam. A indicação do procurador dera margem no passado a desinteligências entre a Câmara, que se arrogava a competência de escolhê-lo, e os homens da governação, a quem El Rei havia expressamente reconhecido o direito de selecioná-lo”. MELLO, E. C. de. A fronda dos mazombos. São Paulo : Companhia das Letras, 1995. p. 484.

“prostrados aos reais pés de Vossa Majestade”.

A despeito das lamúrias e louvações, nada foi deferido. Todavia, a argumentação dos camaristas expôs o grau de interpenetração da câmara com a alta administração metropolitana. As suas demandas baseavam-se em permissões anteriores⁴²⁰ que passaram a não mais valer⁴²¹. Dos seus interesses cuidava um procurador por ela mantido na corte. O próprio secretário do Conselho Ultramarino dela recebia propinas. Enfim, ela constituía-se num poder local de significativas ramificações na metrópole — afora aquelas ligações mais difíceis de rastrear, encetadas pelos “homens de negócios”. Não foi por outro motivo que a medida levou quatro anos para se efetivar. O longo tempo gasto para o desfecho final consumiu a paciência de Vahia que, em certo momento, no meio das transações acerca dos contratos, escreveu à câmara:

*Torno a remeter aos oficiais da Câmara a carta inclusa que me remeteram para Sua Majestade sobre a informação que lhe dei a respeito do que representou ao dito senhor o provedor da fazenda real, sobre a diferença que houve entre ele, e a mesma Câmara a respeito das fianças do contrato do subsídio dos vinhos, **para os advertir, que eu não sou estafeta para remeter as***

⁴²⁰ Vejam-se a lista dos contratos da capitania do Rio de Janeiro reproduzida no segundo volume. Veja-se, também: Assento por que se principiou o tributo, e contrato da água ardente da terra para as fortificações, e presídio, por não bastar o imposto dos vinhos. Arquivo do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1897, v. 4, p. 548-550. O chamado subsídio pequeno sobre os vinhos deveria ser usado “somente nas obras da Câmara e cidade”. Cf. Provisão por que foi S. Majestade servido determinar, que o subsídio pequeno de que se impôs nos vinhos fosse às obras da Câmara e cidade (Lisboa, 5/10/1656). Ibid., p.546-547.

⁴²¹ Uma situação complexa e potencialmente geradora de resistências se considerarmos, com Weber, que nos quadros de uma dominação tradicional (no caso, de tipo patrimonial-estamental), a criação de um novo direito ou de novos princípios administrativos por intermédio de estatutos só podem legitimar-se “com a pretensão de terem sido vigentes desde sempre ou reconhecidos em virtude do dom de ‘sabedoria’”. Cf. WEBER, M. Economia e sociedade. Brasília : UnB, 1991. v. 1. p. 148. Esta foi a base implícita do recurso dos camaristas, a falta de apoio na tradição. Porém, como eles continuavam protestando lealdade ao rei e como este também pode agir independentemente da tradição (ao que se chama de “legislação como emanação de uma vontade soberana”), restou todo o ônus para o governador. Cf. MARAVALL, J. A. Estado moderno y mentalidad social (siglos XV a XVII). Madrid : Alianza Editorial, 1986. v. 2. p. 413.

*suas cartas ao dito senhor, e acaso digo senhor, e caso, que o fosse, nunca seria capaz de lhe remeter uma carta aberta, e também para lhe dizer, que quando eu os ouvir que devem responder-me, e falar comigo, e também para que se abstenham de publicar que pretendem que o secretário deste governo escreva contra a lei dos tratamentos, a qual devem observar os mesmos oficiais da Câmara, quando me escreverem a mim...*⁴²²

A gravidade do embate com a câmara possuía grande relevância. A sua caracterização como poder local não deve simplesmente sugerir um *locus* fixo e isolado, mas uma articulação dinâmica ancorada e irradiada socialmente, na perspectiva das redes de poder⁴²³. A questão não se resume em dizer-se que o poder concentra-se num lugar ou, contrariamente, que está em toda parte. Nem muito menos reforçar posições historiográficas valorizadoras ou depreciadoras da capacidade impositiva do poder metropolitano. O caminho, apontado há algum tempo por Laura de Mello e Souza, para se compreender as relações entre Estado e sociedade nas áreas submetidas ao impacto da mineração passa pela

⁴²² Carta do governador de que se faz menção na carta acima, e do secretário (Rio de Janeiro, 19/8/1731). Arquivo do Distrito Federal [Nova Série], Rio de Janeiro, 1950, v. 1, p. 103. O grifo é meu. A lei dos tratamentos estabelecia penas pecuniárias e de degredo para quem a desrespeitasse. O tratamento devido aos vice-reis e governadores era o de "senhoria". Cf. *Lei dos Tratamentos* (Lisboa, 16/9/1597). Arquivo do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1897, v. 4, p. 440-443.

⁴²³ Cf. SOUZA, L. de M. e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro : Graal, 1982. Especialmente as páginas 96-100. Veja-se, também, da mesma autora: *O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1989. n. 3. p. 133-146. A irradiação social dos conflitos estriba-se, também, no campo dos poderes informais, das amizades e das clientelas. Confira-se: XAVIER, A. B., HESPANHA, A. M. *As redes clientelares*. In: MATTOSO, J. (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa : Estampa, 1993. v. 4, p.381-393. GOUVÊA, M. de F. S. *Redes de poder na América portuguesa: o caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 1998. n.36, v. 18, p. 297-330. BICALHO, M. F. B. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa (séculos XVII e XVIII)*. São Paulo : Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, 1997. p. 322-383. Especificamente sobre Luís Vahia, afirma Bicalho: "O período de 1725 a 1732 — que compreendeu o governo de Luís Vahia Monteiro — foi sintomático em termos de desentendimentos entre os vereadores e o governador, aprofundados talvez pelo caráter independente e às vezes arbitrário deste último, infenso a negociar com as redes de poder e de interesses estabelecidos nas cidades pelas oligarquias locais". Op. cit. p. 361. Essas reflexões sobre o poder aplicadas à América portuguesa guardam estreita relação com Foucault: "...penso que não há um poder, mas que dentro de uma sociedade existem relações de poder — extraordinariamente numerosas, múltiplas, em diferentes níveis, onde umas se apoiam sobre as outras e onde umas contestam as outras." FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro : NAU, 1996. p. 153.

relativização das posições antagônicas. Nem os potentados são absolutamente poderosos nem os governadores ou demais ministros impõem-se a despeito da realidade local. Os processos em curso são mediativos e transacionais. Os limites, móveis e incertos⁴²⁴.

Para a câmara confluíam interesses de diversa ordem com os quais o governador do Rio de Janeiro devia prudentemente lidar. Os camaristas, ademais, contavam com o concurso de outros ministros na defesa ou dissimulação daqueles interesses locais/particulares. Assim sucedeu com o estabelecimento do donativo para o casamento dos príncipes, anteriormente referido. É fácil perceber que palavra “donativo” encobria, de fato, um novo imposto inserido num cenário no qual as rendas da câmara vinham sendo questionadas (a ordem régia datava de 12/4/1727). Como era de se esperar, lutou-se por um valor bem baixo. Diante da real possibilidade de não se alcançar o valor desejado, Vahia convocou os camaristas à sua residência para dispor sobre o montante. Nesse momento, o juiz de fora Manuel de Passos Coutinho e o ouvidor geral Manuel da Costa Mimoso agiram no sentido de impedir que a reunião se realizasse na casa do governador⁴²⁵. Para este, os dois outros atuavam mais em prol dos interesses dos camaristas do que no serviço de el-rei, isto é, não se esforçavam e até mesmo embaraçavam a arrecadação do donativo

⁴²⁴ “Assim, engolfada em contradições, a administração mineira apresentou um movimento pendular entre a sujeição extrema ao Estado e a autonomia. Por esse motivo, entre outros, o governo das Minas foi sempre uma empresa difícil e delicada, exigindo a mistura do agro com o doce e a adoção da prática do bater-e-soprar.” SOUZA, L. de M. e. *Desclassificados...*, p. 97. O curioso é que a afirmação da autora baseia-se numa instrução redigida por Gomes Freire de Andrada, o sucessor de Vahia. Entre um e outro encontra-se todo o espectro de possibilidades e contradições no exercício do poder na colônia.

⁴²⁵ Os oficiais da Câmara representaram contra Vahia a respeito da “opressão” e dos “danos à república” provocados pelos “excessos do governador”. Segundo eles, “todas as vezes que o governador por desafeição dos oficiais da Câmara quer descompor ao Senado incorporado, mandando-o chamar [à sua casa] com o pretexto do serviço de Vossa Majestade...” Cf. *Os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro se queixam do governador atual os mandar chamar a palácio para conferir negócios que se devem tratar em Câmara, e vai a cópia que se acusa (Lisboa, 13/9/1730)*. Arquivo do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1897, v. 4, p. 454.

— o que era mais dramático com relação ao juiz de fora, o qual fora introduzido como agente direto do rei na municipalidade e, desde 1696, presidindo as câmaras⁴²⁶. Para aqueles, o governador pressionava além dos limites, desrespeitava os privilégios estabelecidos e extrapolava a sua jurisdição. O fato é que a câmara não pretendia contribuir com mais de seiscentos mil cruzados e Vahia ficou sozinho a lutar por um valor maior. Frente ao impasse, contornou-o com um hábil expediente. Após ter conversado separadamente com várias pessoas, verificado e trabalhado os seus sentimentos em relação à questão, convocou “um grande número de nobreza e povo à câmara” para tomar-lhes os votos, em segredo e por escrito, na sua presença, dos camaristas e do juiz de fora — o ouvidor foi propositadamente deixado de fora “para que com a sua loqüela me não desanimasse o povo”. A maioria estabeleceu o donativo em oitocentos mil cruzados, levando os vereadores, insuflados pelo juiz de fora, a graves protestos do tipo: “já que assim o queriam assim o tivessem”⁴²⁷.

A repercussão do donativo não parou por aí. A arrecadação das parcelas a serem remetidas pelas frotas renovava os atritos. Num esforço para satisfazer a cota de cem mil cruzados, o governador convocou as demais câmaras da capitania para promover uma repartição entre elas, no que concordaram. A Câmara do Rio de Janeiro protestou, “alegando que se não podia lançar tributo sem incorrer em censura”. Quando Vahia solicitou que o protesto fosse posto por escrito, o ouvidor Mimoso vociferou “que mandando-se escrever o que cada um dissesse, também ele não votaria o que entendesse”. Segundo o governador, depois

⁴²⁶ Cf. SCHWARTZ, S.B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a suprema corte da Bahia e seus juizes* (1609-1751). São Paulo : Perspectiva, 1979. p. 205-206.

⁴²⁷ Cf. *Sobre o repartimento do donativo* (Rio de Janeiro, 22/2/1729). Op. cit. p. 333-337.

de asperamente interpelado, o ouvidor reformou a sua declaração. Contudo, ao longo do processo de arrecadação, muitos oficiais saíram a dizer que não se deveria contribuir, assim como alguns clérigos disseram que não só o governador estava excomungado como também os cobradores e aqueles que pagassem o tributo. Por fim, os impostos referentes ao donativo foram arrendados em virtude da contínua dificuldade de se atingir o valor acordado.

Vahia ofereceu ao rei o balanço e o alcance de toda a trama:

*(...) me atrevo a assegurar a Vossa Majestade que a não ser o respeito, e temor que me tem este povo, e também o amor que devo à maior parte dele poderia este negócio produzir uma alteração com funestas conseqüências, **sendo autores de tudo os ministros referidos** porque nos casos de contribuição para os monarcas qualquer pigmeu é gigante pregando a favor do alívio do povo, como o mundo tem experimentado, quanto mais uns homens com autoridade de ministros, e o ouvidor vendo no tempo do estabelecimento que poderia ser mordido pelas conversações que teve com o Senado porque nas vozes do povo já se convertia o nome do donativo em tributo violento, e insuportável, fez um papel que manifestou a favor do donativo, de que remeto a cópia nº6 ainda que o não assinou, mas a meu entender com ele se justifica o que tenho referido, e deu causa aos discursos do povo, **fazendo disputa do poder do príncipe, ainda que defende a sua autoridade**, porquanto semelhantes matérias, suposto que as tratem os autores para governo da consciência dos monarcas, não se dão a comer ao povo, cujas interpretações costumam parir monstros, e era muito má ocasião de oferecer ao povo semelhantes problemas quando sem controvérsia deviam concorrer, e esforçar-se para tão urgente necessidade pública...*⁴²⁸

⁴²⁸ Ibid. p. 336. O grifo é meu.

A avaliação não poderia ser mais lúcida. Primeiro, constata o tênue limite existente entre a ordem e a desordem pública. Segundo, dá o devido peso à tributação imposta na terra como um fator de instabilidade social. Terceiro, e reforçando a epígrafe deste capítulo, atribui uma considerável responsabilidade à atuação dos prepostos régios no que toca à reiteração ou fratura do ordenamento político, e o faz por intermédio de uma frase aparentemente paradoxal: “fazendo disputa do poder do príncipe, ainda que defende a sua autoridade”. Os ministros disputam o poder do príncipe quando dão lugar a procedimentos que lhes interessam malgrado o serviço do rei, desinteressado por natureza⁴²⁹. E esses interesses, sendo notoriamente materiais, precisam da ordem que fraturam para se instalarem — por isso o ouvidor recuou. Além disso, o desafiado nunca é o rei em pessoa, mas aquele seu representante que com eles não se compôs, de tal forma a atender uns e *Outro*.

Em São Paulo, por exemplo, deu-se o oposto alguns anos antes. Lá, o governador Rodrigo César de Meneses colecionava tantos elogios dos oficiais da câmara que estes solicitaram ao rei a sua recondução por mais três anos, porquanto ele conseguia “com o seu bom senso e justiça conciliar os interesses de todos os moradores da capitania”⁴³⁰. Em relação ao ouvidor geral Manuel de Melo Godinho Manso, os mesmos camaristas pediam “que fosse posto para fora, não só daquela capitania como do Estado do Brasil” tanto pelas insolências e injustiças como pelo

⁴²⁹ Segue-se a formulação clássica de Maquiavel: “Se [um ministro] pensa em si mais do que no príncipe, e busca em todas as ações o próprio lucro, nunca será um bom ministro, e não deve merecer confiança, pois quem tem em suas mãos os negócios do Estado não deve pensar em si, mas no monarca, não devendo importar-se com nada que não diga respeito a este”. MAQUIAVEL, N. *O príncipe e dez cartas*. Brasília : Edunb, 1992. p. 63.

⁴³⁰ *Representação dos oficiais do Senado da Câmara de São Paulo, a (D. João V), em que pedem...* (São Paulo, 13/3/1724). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1956, tomo especial, v. 1, p. 381.

prejuízo que causava a todos no desempenho do seu cargo⁴³¹. O próprio Rodrigo César afirmou em carta que “só o respeito que os moradores lhe têm evita que descomponham ou matem o dito ouvidor”⁴³². Dessa forma, a partir de perspectivas diferentes, Mimoso/Rodrigo César e Manso/Luís Vahia romperam o equilíbrio desejado entre os poderes⁴³³, revelando o grau de dependência do exercício do poder na América em relação à pessoa do ministro e ao contexto resultante da sua interação com o meio. Probos ou corruptos, leais ou rebeldes, nem mansos ou talvez mimosos, o campo constituía-se no vergar das alternativas multiplicadas pela mineração, assimilando e reconhecendo os transigentes, expelindo e eliminando os inteiriçados.

As câmaras também passavam por transformações. Com os seus cargos reservados aos “principais da terra” e interditados a “pessoas mecânicas” e “gente de nação”, conseqüentemente, deles ficavam excluídos os “homens de negócio”. Durante os séculos XVII e XVIII ocorreu uma forte pressão para que se elessem comerciantes aos cargos

⁴³¹ Representação dos moradores da cidade de São Paulo, a (D. João V), na qual pedem... (São Paulo, 12/3/1724). Ibid. p. 380. Esse Manso não era fácil. Depois de deixar São Paulo, deslocou-se para Vila Rica, onde foi motivo de queixas: “... o desembargador Manuel de Melo Godinho Manso que foi ouvidor em São Paulo, e acabado o seu lugar veio advogar nesta Vila aonde queria vencer todas as causas em que era patrono, e fez tão grandes confusões em toda matéria pelo seu mau gênio, pior língua e menos verdade, que certamente serviria a sua assistência nestas Minas de grande prejuízo e igual ao que fez em São Paulo, se Vossa Majestade não fosse servido mandá-lo recolher para Portugal na frota passada.” Carta de Dom Lourenço de Almeida (Vila Rica, 8/7/1728). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 31, 1980. p. 235.

⁴³² Carta (cópia do capítulo de uma) do governador e capitão-general da capitania de São Paulo... (S.l.n.d.). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1956, tomo especial, v. 1, p. 381. Em 1725, estando em Minas, o governador adiou sua viagem a Cuiabá porque precisava passar por São Paulo para, com sua presença, “atalhar a perturbação que poderiam causar os excessos do ouvidor Godinho Manso”. Veja-se: LUIS, W. Contribuição para a história da Capitania de São Paulo: governo de Rodrigo César de Meneses. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 1903. v. 8, p. 109.

⁴³³ Equilíbrio sempre precário, entre outros aspectos, porque o próprio Conselho Ultramarino considerava que “não era mui conveniente ao serviço de V. Majestade que entre os governadores e ministros maiores que com eles servem houvesse grandes amizades por ser muito útil que alguns se receiam dos outros”. Apud. SCHWARTZ, S.B. Op. cit. p. 215.

municipais. Os postos eram importantes uma vez que às câmaras competia a cobrança de impostos, o arrendamento de contratos, a aferição de pesos e medidas, a autorização para a abertura de vendas, etc.⁴³⁴. No Rio de Janeiro, a “nobreza daquela capitania” já se queixava desde 1611⁴³⁵. As reclamações giravam em torno da intromissão de governadores e ouvidores nos processos eleitorais “para os cargos honrosos da república” em benefício de “pessoas indignas de semelhante emprego, pelos interesses com que estas subornam aos que fazem as tais eleições”. O problema não traduzia apenas a relevância das funções municipais no cotidiano da cidade, mas sinalizava o volume crescente das transações comerciais — há de se lembrar do empenho da Câmara do Rio de Janeiro na fundação da Colônia do Sacramento, em 1680 —, e a ascensão decisiva dos comerciantes ligados à exportação, em grande parte credores dos proprietários rurais⁴³⁶.

O dinamismo econômico da região abalava as antigas posições solidamente arraigadas em privilégios e na propriedade da terra e do escravo, subvertendo a ordem esperada ao verificar-se que “alguns por possuírem cabedais estejam vivendo a lei da nobreza”. Segundo Caio Prado, o empobrecimento de Portugal resultante da União Ibérica (1580-1640) e das circunstâncias nas quais ocorreu a Restauração forçou uma considerável emigração para o Brasil a partir da segunda metade do século XVII. Esse

⁴³⁴ Veja-se: VENÂNCIO, R. P., FURTADO, J. F. *Comerciantes, tratantes e mascates*. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro : Campus, 2000. p. 96-97.

⁴³⁵ Cf. *Representação dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro, na qual pedem que se observem as ordens régias, regimento, cartas e alvarás, relativos à sua eleição (s.d.)*. ALMEIDA, E. de C. e (Org.). Op. cit. v.7, p. 129-131.

⁴³⁶ Segundo Eulália Lobo: “No decorrer do século XVII, os comerciantes exportadores gradualmente superaram o grupo pressionador dos grandes fazendeiros dentro da Câmara Municipal, à medida que os produtores agrícolas entraram em crise com o declínio dos preços do açúcar, e os comerciantes exportadores e fornecedores de crédito ganharam força com a expansão das rotas comerciais, com o tráfico clandestino com a bacia do Prata, com a liberação do intercâmbio dentro do Império e com a descoberta do ouro no planalto central.” LOBO, E. M. L. Op. cit. p. 26-27.

movimento, ao mesmo tempo em que ensejou um significativo desenvolvimento da colônia americana, provocou um grande distúrbio no seu equilíbrio socioeconômico. A concorrência empreendida pelos recém-chegados abalou, e até mesmo desalojou, os já estabelecidos em suas posições, contribuindo para a constituição de um cenário de permanente conflito. Nas palavras do autor:

*Os últimos anos do século XVII e primeira metade do seguinte caracterizam-se por uma sucessão de atritos mais ou menos graves entre os naturais da colônia e os adventícios. O reforçamento da administração pública e da coação metropolitana conseguirão superar a situação em meados do século XVIII, impedindo-a de degenerar em violências.*⁴³⁷

Estes processos deságuam duplamente na Câmara do Rio de Janeiro: de um lado, a afirmação de um núcleo de comerciantes pressionando por se fazerem representar, de outro, o ataque do poder metropolitano sobre a autonomia camarista em prol de uma centralização que lhe esvaziasse a autoridade⁴³⁸. No centro das ações, um governador pouco permeável à peculiaridade do meio e às tergiversações dos demais ministros, decidido a cumprir por inteiro as suas ordens. Com efeito, no bojo de uma representação na qual os camaristas renovavam os protestos contra a intervenção dos “ministros maiores”, notadamente os governadores, fica explícito o contexto de contradições e inversões próprios daquele ambiente colonial assim como o correspondente processo de diferenciação social, mesmo que a partir do ponto de vista régio:

⁴³⁷ PRADO JÚNIOR, C. Op. cit. p. 50. Poder-se-ia acrescentar: como degenerou. Estes enfrentamentos acabaram se reproduzindo no meio eclesiástico, como ficou claro na disputa das “parcialidades” — e isso para não mencionar a Guerra dos Emboabas e a Guerra dos Mascates.

⁴³⁸ Cf. PRADO JÚNIOR, C. Evolução política do Brasil: colônia e império. São Paulo : Brasiliense, 1983. p. 38-44.

*(...) o serem povo oriundos ou naturais deste Reino, não era impedimento para entrarem nos cargos honrosos da república, se aliás tivessem as qualidades, que requer a ordenação, as provisões e o costume, e no Brasil não há pessoa que se persuada não tem nobreza em tal forma. Que ainda os homens que neste Reino são jornaleiros, caixeiros, trabalhadores, oficiais e outros semelhantes, em passando à América de tal sorte se esquecem da sua vileza, que querem ter igualdade às pessoas de maior distinção, e o mesmo acontece com os seus filhos, netos e descendentes, como também com os sujeitos oriundos no Brasil, aonde seus avós serviram ofícios mecânicos, ou não lograram nobreza, querendo uns e outros, naturais e forasteiros de inferior condição atropelar a nobreza principal da terra e servirem os cargos honrosos da república, e especialmente se chegam a alcançar alguma patente das que os governadores passam na América de capitães, sargentos maiores e coronéis de ordenança, ou se sucede formar-se pela Universidade de Coimbra algum filho dos nomeados, ou seja natural do Brasil, ou oriundo deste Reino, porque uns com as tais patentes e outros com as cartas de formatura, ficam entendendo, que cada um deles é benemérito para o cargo, emprego ou lugar da maior suposição, que haja naquela Capitania, obrigando-os esta suposição fantástica a tentarem por diversos caminhos aos ministros e pessoas que fazem as eleições, e quando não vencem estas se valem dos governadores, e muito poucas vezes deixaram de haver desinquietações e distúrbios por esta causa...*⁴³⁹

A intervenção do governador execrada na representação, e apresentada na seqüência, deu-se em 1729, quando Luís Vahia constituiu um vereador de barrete no corpo da câmara. Como se sabe, o vereador de barrete era o substituto eleito na câmara para aquele oficial que, chegado o momento de assumir, estivesse ausente, morto ou impedido por algum motivo⁴⁴⁰. O assunto não pertencia à jurisdição do

⁴³⁹ Representação dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro, na qual pedem que se observem as ordens régias, regimento, cartas e alvarás, relativos à sua eleição (s.d.). ALMEIDA, E. de C. e (Org.). Op. cit. v.7, p. 130.

⁴⁴⁰ Veja-se GARCIA, R. Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810). Rio de Janeiro : José Olympio; Brasília : Instituto Nacional do Livro, 1975. p. 47.

governador e este sofreu a oposição do juiz de fora que, presidindo a câmara, lançou mão de ordens régias para impugnar a pretensa eleição. No parecer final sobre o tema da representação, o rei confirmou todos os privilégios dos camaristas, reiterou o estilo das eleições e determinou “que de nenhuma sorte se intrometam os governadores nas eleições da câmara”⁴⁴¹.

Apesar de o autor da representação, o procurador da câmara Julião de Souza Rangel, sugerir que Luís Vahia agira em nome dos comerciantes mediante suborno, a conduta geral do governador em relação a todo tipo de corrupção desautoriza a acusação. Pelo contrário, foi exatamente este duro combate às práticas ilícitas lesivas à fazenda real, correntes em toda a região, que rompeu com os limites pré-estabelecidos de tolerância e convivência dos meios oficiais com um universo de ilicitude. De fato, a rigor, não se tratava de uma simples convivência entre duas esferas opostas. O contexto social com o qual Vahia se deparou não reproduzia perfeitamente os estáveis e confortáveis referenciais metropolitanos. Estes domínios portugueses na América se constituíam e se formavam por intermédio de uma problemática fusão entre ordem e desordem, legal e ilegal, público e privado. A própria ordem metropolitana se reiterava nesse processo, tolerando muito e impondo o possível, na surdina.

Vahia tomava este ambiente por insuportável e lançou-se decididamente a emendá-lo. As irregularidades lhe assombravam. Em fevereiro de 1729, ele dá notícia de uma remessa de ouro quintado feita

⁴⁴¹ Representação dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro, na qual pedem que se observem as ordens régias, regimento, cartas e alvarás, relativos à sua eleição (s.d.). ALMEIDA, E. de C. e (Org.). Op. cit. v.7, p. 131.

pelo ouvidor de São Paulo através de um certo frade Bruno — portador seguro por gozar de imunidade. O metal passou pelo registro de Parati sob os olhos do escrivão, em virtude da ausência do seu provedor, e foi entregue a diferentes pessoas no Rio de Janeiro: a vários particulares e ao juiz dos ausentes. A cumplicidade do provedor do registro foi conseguida porque este encontrava-se em São Paulo dependendo do empenho do referido ouvidor para a execução de uma dívida pessoal contraída pelo provedor da Casa dos Quintos de São Paulo, Sebastião Fernandes do Rego⁴⁴². Por sua vez, o provedor Sebastião havia sido indiciado por roubar os quintos de Cuiabá... É uma cadeia sem fim.

No tempo das frotas, aumentava significativamente a movimentação pelas estradas que davam no litoral⁴⁴³. “Sendo grandes os descaminhos dos quintos pelos muitos caminhos que há para se extraviar”, Vahia arregimentou todos os guardas disponíveis para patrulhar o caminho de São Paulo para o Rio de Janeiro, todas (!) as praias do Rio de Janeiro até Parati, despachou uma embarcação para a Ilha Grande com o intuito de escoltar as que viessem Santos, São Sebastião e Ubatuba — onde não havia nem guardas nem regimentos — e reforçou o contingente nos registros dos rios Paraíba e Paraíba. O esforço resultou na apreensão de 2.564 oitavas de ouro perto de Parati e de 1.002 oitavas no regimento que protegia o registro de Paraíba e no conseqüente refluxo do ouro descaminhado, o qual, ou tomou outro caminho desconhecido ou retornou para ser em parte quintado, fato que se evidenciava no aumento temporário das remessas

⁴⁴² Sobre a remessa que o ouvidor de São Paulo fez ao desta cidade de ouro em barra e em pó por um frade Bruno (Rio de Janeiro, 3/2/1729). ANRJ/Código 80 - **Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a corte (1718-1763)**. v. 2. fl. 179-179v.

⁴⁴³ Cf. Sobre os descaminhos do ouro e tomadias que se fizeram (Rio de Janeiro, 9/8/1729). Ibid. fl. 229v-230.

oficiais⁴⁴⁴. Porém, o procedimento tinha elevados custos:

*(...) mas esta operação não é possível permanecer, porque se acham os soldados padecendo grandes necessidades nos matos, assim por causa da fome, como da inclemência do tempo, mas agora acabo de entender o grande desvelo de que se necessita para achar algum meio de atalhar o furto nos quintos que é excessivo.*⁴⁴⁵

Segundo o governador, como o ouvidor de São Paulo não cumpria com as suas obrigações, tanto a quantidade de ouro apreendida deixava a desejar como os oficiais ou soldados presos não recebiam punição pelo delito.

Soldados, provedores, ouvidores, juízes, guarnições das frotas, religiosos, comerciantes, escravos, oficiais da câmara... Um amplo contingente de pessoas estava intimamente ligado aos descaminhos, quer participando diretamente, quer encobrendo-os, quer beneficiando-se na ponta final. O ápice do problema para Luís Vahia envolveu a figura de Antônio Pereira de Sousa — sobrinho do cabeça da fábrica de barras e moedas falsas erguida na serra do Paraopeba, em Minas, Inácio de Souza Ferreira⁴⁴⁶ — considerado um grande descaminhador. Chegou a mantê-lo preso em sua própria residência com receio de que lhe facilitassem a fuga, deixando de instruir o processo e levando o juiz de fora a promover nova

⁴⁴⁴ “... o mesmo governador [Rodrigo César] me avisou de São Paulo que esperava fazer uma boa remessa porque atualmente estava entrando muito ouro na Casa de Fundição, que parecia milagre e que Deus o acrescentava sem advertir que este milagre fizeram as minhas guardas...” *Sobre os descaminhos do ouro e sua arrecadação e necessidade de tempo para meter nos cofres (Rio de Janeiro, 26/8/1729)*. ANRJ/Códice 80 -Op. cit., v. 2. fl. 230v.

⁴⁴⁵ *Sobre os descaminhos do ouro e tomadias...*, Op. cit. fl. 230.

⁴⁴⁶ Cf. ROMEIRO, Adriana. *Confissões de um falsário: as relações perigosas de um governador nas Minas*. In: *História: fronteiras (XX Simpósio Nacional da ANPUH)*. São Paulo : Humanitas; FFLCH-USP, 1999. v. 1, p. 321-337.

representação contra o governador. Desta feita, desaprovando completamente os seus atos, o procurador da fazenda chamou-lhe de “absoluto e soberbo governador” e os conselheiros ultramarinos recomendaram a sua substituição⁴⁴⁷.

Vahia voltou a ser censurado menos de um mês depois. Como percebesse as ligações entre os descaminhadores e os fundidores de moeda falsa com os comerciantes exportadores, quebrou o sigilo de toda correspondência privada no Rio de Janeiro. De fato, ele conseguiu estabelecer relações entre os descaminhadores e comerciantes em Portugal, ilhas do Atlântico, Países Baixos, Inglaterra, costa da Mina, além dos residentes na própria cidade. As investigações não avançaram porque, imediatamente notificado, o Conselho Ultramarino descompôs o método:

*(...) porque os seus excessos são muito prejudiciais ao sossego público daquela cidade, e se pode justamente recear que das injúrias que os seus moradores têm padecido rompam em menos respeito daquele governo, o que se faz muito atendível, e principalmente pelo grande dano que a fazenda de Vossa Majestade há de experimentar na perturbação em que se acha todo o comércio daquela praça.*⁴⁴⁸

E aqui se apresentam os dois limites extremos do poder do Estado: o risco de sublevação e o prejuízo ao comércio. A efetivação da ordem metropolitana operava em função desses dois pólos, a menor ameaça a qualquer um deles implicava numa desatenção aos

⁴⁴⁷ Cf. O juiz de fora do Rio de Janeiro dá conta da devassa que tirou a respeito da moeda falsa que dizia fazer-se naquela cidade, queixando-se do governador lhe não querer entregar um homem que tinha preso em sua casa donde fugiu, para lhe fazer perguntas judiciais sobre a mesma devassa, e vão os documentos que se acusam (Lisboa, 3/11/1730). IHGB/Arq. 1.1.26 - **Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino**. fl. 84v-86.

⁴⁴⁸ Os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro representam a vexação em que se acha aquele povo com os excessos do governador daquela capitania Luís Vahia Monteiro (Lisboa, 23/1/1731). Ibid. fl. 96v-98.

interesses do Estado. Dessa maneira, o combate aos descaminhos não poderia ser feito a qualquer preço. Nesse ponto, nem se faz necessário recorrer a um exemplo partido de Luís Vahia. Perante o “escandaloso delito” dos descaminhos na capitania de São Paulo à época de Rodrigo César, quando em algumas borrachas usadas para o transporte do ouro encontrou-se chumbo de munição, e cientificando-se da possibilidade de alguns potentados locais estarem envolvidos no crime, assim determinou o Conselho Ultramarino:

*(...) no caso que saiam culpados [das devassas] neste delito alguns paulistas poderosos, assistentes naquele governo de São Paulo, eles ditos ouvidores tenham esta notícia em todo o segredo, participando-a somente ao governador de São Paulo para que no caso que ele entenda que os pode prender para se executar neles a pena da lei, e remetê-los presos para este reino, ele o faça por sua ordem; **mas persuadindo-se o dito governador que da sua prisão pode resultar alguma sublevação ou perigo iminente naquele estado, a suspenda dando conta a Vossa Majestade das razões que se moveram para a dita suspensão...***⁴⁴⁹

De outra forma: se a rebelião se avizinhar, recue. É melhor absorver o golpe do que perder a fonte do butim. Uma outra dimensão do problema percebe-se quando das investigações acerca da fábrica de moeda falsa relacionada a Antônio Pereira de Sousa. Luís Vahia fez várias recomendações, algumas conhecidas, como melhorar a qualidade dos ministros, outras novas, como autorizar o exame dos livros das Casas de Fundição e Moeda, a verificação da procedência de todo ouro que nelas entrasse (conforme previa a lei), o apuro na confecção do cunho real, o

⁴⁴⁹ Sobre a conta que dá o provedor da fazenda do Rio de Janeiro a respeito dos dez caixotes de ouro das minas do Cuiabá, que lhe enviou o coronel que se acha governando a capitania de São Paulo, e o provedor da Casa dos Quintos dela, os quais vieram nesta frota, e da falsidade que no dito ouro se achou na Casa da Moeda, e vão as cartas que se acusam (Lisboa, 17/12/1727). Ibid. fl. 22v-26v. O grifo é meu.

pagamento dos ministros com os bens confiscados, a ampliação da jurisdição nesses delitos, entre outros⁴⁵⁰. O procurador da fazenda considerou que, acaso se efetivassem as sugestões do governador, por conta dos gastos adicionais, o resultado seria o aumento do dano à fazenda real, e, se os oficiais encarregados das fiscalizações fossem remunerados com os bens dos culpados, acabar-se-ia responsabilizando inocentes em benefício dos salários desses ministros. O parecer final do Conselho vai mais além, recomendando que se *dissimulasse* os descaminhos, isto é, se fechasse os olhos para a fraude inevitável:

*(...) sem embargo que a Lei de 11 de Fevereiro de 1719, não excetua o ouro que entrar nas Casas da Moeda para se deixar de fazer nela estes exames, contudo parece que por evitar maiores prejuízos, e a fazenda real não experimentar da perda do quinto, mas também a da senhoriagem das ditas Casas de moeda, que sempre é mais de cinco por cento, **que Vossa Majestade seja servido ordenar que por hora se dissimule com o estilo em que se acham as ditas Casas de moeda, assim do Brasil, como deste Reino, não se fazendo exame à verdade ou falsidade dos cunhos das barras que forem a elas e por que se não houver esta dissimulação não só deixarão de ir às ditas casas as barras com os cunhos falsos, mas ainda as verdadeiras por quanto não quererão os donos destas levá-las pelo temor do juízo que se poderá deles fazer, e incorrerem na pena gravíssima da Lei, e por este modo virá a perder a fazenda de Vossa Majestade o direito de senhoriagem como fica dito, além do grande embaraço e confusão que causará ao comércio os ditos exames, e servindo também de grande embaraço para a expedição das frotas.***⁴⁵¹

⁴⁵⁰ O governador da capitania do Rio de Janeiro dá conta da falsidade com que se funde ouro, e se falsificam os cunhos, e vão as cópias das cartas que se acusam (Lisboa, 14/2/1731). Ibid. fl. 117v-120.

⁴⁵¹ Ibid. f. 120. Os grifos são meus. Veja-se também: *Lei por que Vossa Majestade há por bem que nenhuma pessoa, de qualquer qualidade que seja, possa levar o ouro extraído das Minas para fora delas, ou em pó, ou em barras, sem ser fundido nas Casas Reais das Fundições, que é servido mandar erigir nas mesmas Minas* (Lisboa, 14/2/1719). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1844. v. 6, p. 205-209.

Nesse momento, finalmente se explica a condição daquele fundidor incompetente mencionado no primeiro capítulo, o Antônio Carvalho, enviado do reino para a América: ele pouco sabia do ofício porque, desde sempre, nada devia saber, pois assim, nem simulava nem dissimulava, apenas ignorava. A radicalidade dessas práticas ilícitas calou fundo em Luís Vahia e por isso ele concebeu um projeto muito simples e objetivo para a sua completa eliminação: a expulsão de todos os seus habitantes estabelecidos, homens, mulheres, filhos e escravos. Posteriormente, pelo que se deduz da consulta do Conselho Ultramarino, seriam meticulosamente reintroduzidos os escravos e os respectivos superintendentes diretamente engajados na extração⁴⁵². O projeto foi prontamente desqualificado. Considerou-se que ele continha uma “evidente loucura”, “uma quimera impraticável, cheia de engano e violência”, “totalmente apartado de justiça e do interesse do Estado”. Para a sua implementação, “seria necessário transmutar para eles (os sertões) os muros da China”. E caso fosse levado a cabo, o resultado “seria estabelecer naquele país um império aos negros, pois vinham a ficar cinqüenta mil ou mais [negros], e menos de cinqüenta homens brancos para os reger, reprimir, e castigar as suas desordens”.

Tomado ao pé da letra, não há como não ver neste projeto um completo desatino. Contudo, a mensagem não está naquilo que

⁴⁵² Sobre o que escreve o governador do Rio de Janeiro a respeito do meio que lhe ocorre para se evitarem os descaminhos do quinto do ouro, e vai a carta que se acusa (Lisboa, 29/1/1731). IHGB/Arq. 1.1.26 - **Cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino**. v. 26, fl. 99v-103. Basílio de Magalhães publicou uma carta de Luís Vahia na coleção *Documentos Interessantes* cujo conteúdo se assemelha muitíssimo ao reproduzido na referida consulta do Conselho Ultramarino, discrepando, apenas, quanto às datas: Carta do governador da Capitania do Rio de Janeiro ao rei, propondo a criação de vinte feitorias, além de uma geral, para a administração das Minas de ouro e de diamantes por parte da Fazenda Real (Rio de Janeiro, 14/8/1730). **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**. São Paulo : Arquivo do Estado de São Paulo, 1929. v.50, p.194-200.

ele diz explicitamente. Deve-se procurar o seu significado na sua própria inviabilidade concreta. Se a única maneira de eliminar o descaminho é extraditar a quase totalidade da população das Minas — e como isso é impossível — sobleva-se o reconhecimento de que o descaminho é uma prática social constitutiva e formadora daquela sociedade colonial que não pode mais ser negligenciada, sob pena de se negar ao presente uma chave para a compreensão da sociedade brasileira.

De certa maneira, foi assim que a coroa portuguesa encarou o problema, reconhecendo a sua incapacidade para eliminá-lo, a impossibilidade de um controle total. Quando “estranhava” a conduta de Luís Vahia, na verdade, clamava por um governo possível, por um governador prudente, que, na definição de Maquiavel, “consiste em reconhecer a natureza das circunstâncias difíceis, aceitando como boas as menos nocivas”⁴⁵³. O que, de resto, não aconteceu.

Luís Vahia Monteiro adoeceu gravemente no final do mês de outubro de 1732⁴⁵⁴. O governador há um ano reclamava “padecer de uma moléstia de febre” e pedia para ser substituído:

(...) eu também pedi sucessor com certidões dos meus achaques, que consistem em uma pedra que trago na via a qual me não deixa urinar senão desviando-a com a mão, porque está debaixo das bolsas, e temo incurso de outra, e que ambas me façam uma total supressão sem remédio, e necessito de abrir a parte, porque

⁴⁵³ MAQUIAVEL, N. Op. cit. p. 61.

⁴⁵⁴ “Haverá nove dias que o nosso governador Luís Vahia Monteiro se acha delirante e por mais remédios que se lhe tem feito se não tem conseguido melhora.” Carta do governador interino da Capitania do Rio de Janeiro [Manuel de Freitas da Fonseca] ao governador da capitania de S. Paulo sobre as providências que tomara em relação aos quintos do ouro, visto achar-se delirante o governador Luís Vahia Monteiro (Rio de Janeiro, 24/10/1732). Op. cit. p. 261. Veja-se também: Carta em que se dá conta a Sua Majestade, que Deus guarde da moléstia do governador Luís Vahia Monteiro (Rio de Janeiro, 2/11/1732). Arquivo do Distrito Federal [Nova Série], Rio de Janeiro, 1954. v.5, p. 55-56.

*se não pode conseguir nesta terra por falta de cirurgiões peritos.*⁴⁵⁵

Não se sabe ao certo a doença que ele possuía, mas, muito provavelmente, o uso excessivo de remédios, em especial uma mistura chamada “láudano opiado”, certamente o levou ao desenlace final⁴⁵⁶ — sem descartar-se, obviamente, a possibilidade de envenenamento premeditado. Para esta última, motivos é que não faltavam⁴⁵⁷. Faleceu antes mesmo que Gomes Freire pudesse enviá-lo de volta a Portugal, em 19 de setembro de 1733. Deixou viúva e filhos. D. Antônia Basília Vilas Boas considerou “cruel e tirano gênero da morte que seu marido Luís Vahia Monteiro governador que foi do Rio de Janeiro padeceu”, em virtude do

⁴⁵⁵ Carta do governador da Capitania do Rio de Janeiro ao da de Pernambuco, tratando de vários assuntos, principalmente da produção de ouro e diamantes de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (Rio de Janeiro, 27/10/1731) . **Documentos interessantes...** v. 50, p. 239-240. A nomeação do substituto demorou. Gomes Freire só foi nomeado governador e capitão general da capitania do Rio de Janeiro a 17 de maio de 1733. Cf. Carta de Gomes Freire para o governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, sobre sua posse do cargo de governador do Rio de Janeiro; descaminhos; moléstia de Luís Vahia Monteiro e sua ida para o Reino (Rio de Janeiro, 13/8/1733). ANRJ/Códice 83 - **Correspondência do governador do Rio de Janeiro com diversas autoridades (original)**. v.5, fl. 4v.

⁴⁵⁶ O láudano foi muito utilizado ao longo dos séculos XVIII e XIX. É um tipo de vinho composto basicamente de ópio, além de açafrão, canela e cravo macerado em quantidades variáveis misturadas em álcool. Em pequenas doses, a mistura funciona como analgésico, sedativo e sonífero. Fortes doses provocam hipotensão, arritmia, respiração e pulsação lentas. Nessas condições, as secreções das mucosas são reduzidas causando dificuldade de urinar e constipação. Veja-se o verbete *opium et opiacês* do: Larousse Médical Illustré. Paris : Librairie Larousse, 1925. p. 860-861. Engels consignou o uso difundido do láudano entre os operários ingleses: “Entre estes remédios, um dos mais perigosos é uma mistura [mosto de uva misturado ao álcool] à base de opiácios, principalmente o láudano, vendido com o nome de Cordial de Godfrey (mistura à base de láudano e melão). Algumas mulheres que trabalham ao domicílio e tomam conta dos seus filhos ou dos filhos dos outros, administram-lhes esta bebida para os manterem tranqüilos e para os fortificar, pelo menos assim o acreditam. Desde que as crianças nascem, elas começam a dar-lhes estes remédios, desconhecendo os efeitos desse fortificante, até que as crianças morrem disso. Quanto mais o organismo se habitua aos efeitos do ópio, mais aumentam as quantidades administradas.” ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto : Afrontamento, 1975. p. 145-146. Agradeço ao Prof. Dr. Wilson do Nascimento Barbosa por chamar a minha atenção para o láudano e ao Dr. Renan dos Santos — médico homeopata, ex-aluno e grande amigo — pelos seus especializados esclarecimentos.

⁴⁵⁷ Felisbello Freire afirma que o governador sofreu várias tentativas de assassinato. Cf. FREIRE, F. Op. cit. v.2, p. 531. A própria difusão da pecha de “louco”, imposta pelos seus adversários e largamente acolhida até hoje, assim como a alcunha “o Onça”, ajudou a compor um ambiente propício. De todo impropriedade, os “delírios” que o acometeram decorriam da intoxicação e/ou envenenamento por “remédios” e/ou veneno e não de uma suposta loucura. Veja-se a locução **tempo do Onça**, subordinada ao verbete **tempo**: “(...) tempo muito antigo, período colonial [Em alusão ao capitão-mor Luís Vahia Monteiro, governador do Rio de Janeiro (1725-1732) **que enlouqueceu no posto**, cognominado o Onça por seu comportamento severo.]” HOUAISS, A, VILLAR, M. de S. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro : Objetiva, 2001. p. 2691.

combate ao cunho falso da moeda e demais irregularidades⁴⁵⁸. Ela reivindicou posteriormente as propinas devidas ao marido, e mais, solicitou a abertura de uma devassa por conta do furto dos papéis do falecido governador...⁴⁵⁹

⁴⁵⁸ Cf. CALMON, P. Op. cit., v. 3, p. 1052. Ernst Pijning reconheceu o papel de Vahia no “*restabelecimento da autoridade real na cobrança dos quintos do ouro*”. Cf. PIJNING, E. *Controlling contraband*. Baltimore (Maryland): Tese de doutorado apresentada à Johns Hopkins University, 1997. p. 238.

⁴⁵⁹ Cf. Sobre pedir Dona Antônia Basília Vilas Boas viúva do governador Luís Vahia Monteiro se lhe pague as propinas que tocava ao dito seu marido como governador, e se lhe não pagaram (Rio de Janeiro, 18/11/1734). ANRJ/Códice 80 - Op. cit., v. 6, f. 108-108v. O pedido foi indeferido em 17/5/1735. Requerimento de D. Antônia Basília Vilas Boas, viúva do governador Luís Vahia Monteiro, no qual pede que se proceda à devassa sobre o furto e descaminhos de bens e papéis que haviam pertencido a seu marido (1734). ALMEIDA, E. de C. e (Org.). Op. cit. v. 7, p. 177.

A fac-símile da assinatura do governador Luís Vahia Monteiro. A assinatura é escrita em uma caligrafia cursiva elegante, com o nome 'Luís Vahia Monteiro' seguido de um grande, elaborado monograma ou inicial que parece ser 'V.M.'.

Fac-símile da assinatura do governador Luís Vahia Monteiro.⁴⁶⁰

⁴⁶⁰ Digitalizada a partir da reprodução de: PEIXOTO, E. M. Luís Vahia Monteiro, governador da capitania do Rio de Janeiro de 1725 a 1732, e sua administração (apontamentos). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Primeiro Congresso de História Nacional, Rio de Janeiro, 1916. tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional, parte terceira, p. 595-660.

5. Considerações finais

*O mais louvável nas utopias é haver denunciado os danos que causa a propriedade, o horror que representa, as calamidades que provoca. (...) Toda forma de posse, não tenhamos medo de insistir nisso, degrada, avilta, lisonjeia o monstro adormecido no fundo de cada um de nós. Possuir, nem que seja uma vassoura, considerar qualquer coisa como seu bem, é participar da indignidade geral. Que orgulho descobrir que nada nos pertence, que revelação!*⁴⁶¹

Por fim, uma questão continua me acompanhando. Por que o despertar para os descaminhos? A se acreditar que a “ciência não é algo acima ou à margem da sociedade mas componente própria da sociedade que a faz”⁴⁶², de que maneira o tempo presente permite e/ou exige este olhar sobre o passado? O que, de fato, pressiona silenciosamente o espírito científico e o impulsiona na direção de tornar os descaminhos um objeto de investigação? Eu poderia arriscar algumas respostas. Por se constituírem uma relevância discernível, um recorte da realidade histórica com desdobramentos duradouros. Por ser um modo de reinventar a vida na colônia e não apenas um assunto restrito, penal e episódico. Ou ainda, em virtude da dolorosa percepção atual da indistinção entre o público e o privado, do alarde da corrupção no seio do Estado, do próprio processo de transformação desse Estado, do retrocesso experimentado com a difusão

⁴⁶¹ CIORAN, E. M. *História e utopia*. Tradução por José Thomaz Brum. Rio de Janeiro : Rocco, 1994. p.115-116.

⁴⁶² DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo : Cortez, 2000. p. 33.

da nova divisão internacional do trabalho... ⁴⁶³

Sem desfazer-me das alternativas anteriores, talvez a que mais me alimente seja a possibilidade de, por intermédio do tema dos descaminhos, contribuir para o alargamento da noção de sociedade colonial, de tal forma a delineá-la com traços reveladores da sua complexidade e da sua dimensão conflitual.

De todo modo, ao final deste trabalho, penso ter alcançado as seguintes conclusões básicas.

— As atividades ilícitas conhecidas como descaminhos existiram e se reproduziram em função do contexto geral de exploração. A própria indistinção entre o público e o privado, específica daquele momento histórico e parte importante para a compreensão dos descaminhos, agravava-se em função desse mesmo contexto, moldando, integrando e harmonizando essas relações. Não se tratava simplesmente de roubo, de furto ou de corrupção, mas de um tipo determinado de prática social, encoberta pelas formalidades oficiais, porém radicalmente ativa e penetrante, irradiada por todo o corpo social, inclusive os escravos, formando e redefinindo, afirmando e negando, isto é, afirmando pela negação, enfim, caminhando pelo descaminho.

— O aparelho estatal português, a despeito de ambicionar o controle total das atividades econômicas na América portuguesa, na verdade, não tinha meios efetivos de realizá-lo. A grande

⁴⁶³ POCHMANN, M. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo : Boitempo, 2001. p. 11-40

extração de ouro e diamantes na primeira metade do século XVIII, de um lado, possibilitou e exigiu o reforço da presença militar-fiscal-administrativa do Estado português e, de outro, fomentou um conjunto de atividades lícitas e ilícitas nem sempre claramente diferenciadas.

— As relações comerciais ilícitas, tanto por terra quanto por mar, valiam-se dos circuitos oficiais, uma vez que para a realização máxima dos lucros precisavam conectar-se à economia central europeia. Assim, percebe-se a medida da condição semi-periférica de Portugal imposta pelo reconhecimento efetivo das suas limitações. “Era preciso que o Império alimentasse o Império”⁴⁶⁴. Em grande medida, este se mantinha por saber reiterar-se pelos desvãos, por defender o comércio mesmo sob o preço da soberania infringida

— A rígida conduta do governador Luís Vahia Monteiro no combate aos descaminhos e demais práticas lesivas à fazenda real rompeu com os limites pré-estabelecidos de tolerância e convivência dos meios oficiais com o universo de ilicitude, gerando inúmeros conflitos através dos quais explicita-se a tênue fronteira entre o legal e o ilegal, a ordem e a desordem, peculiar à condição colonial da América portuguesa.

“Isso não é nada, e é mais que tudo.”

⁴⁶⁴ BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1983. v. 1, p. 596.

6. Fontes

6.1 Manuscritas

6.1.1 Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

- Cartas régias, provisões, alvarás e avisos (1622-1821). Códice 952.
- Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte (1718-1763). Códice 80, 10 v.
- Correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades (1718-1763). Códice 84 (cópia do registro original do códice 83), 15 v.
- Correspondência dos governadores do Rio de Janeiro para a Corte (1722-1738). Códice 82, 2 v.

6.1.2 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Rio de Janeiro

- Cópias extraídas de uma coleção de cartas, ofícios e memórias existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca dos negócios da Capitania de Minas Gerais:
 - Arq. 1.3.2;
 - Arq. 1.3.3;
 - Arq. 1.3.5.

- Cópias extraídas do Arquivo do Conselho Ultramarino referentes ao Rio de Janeiro:
 Arq. 1.1.23;
 Arq. 1.1.25;
 Arq. 1.1.26.
- Manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (1700-1750). Microfilmes transpostos para cd-rom.

6.1.3 Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Lisboa

- Leis: livros 8-9.
- Manuscritos do Brasil: livros 1-9.
- Papéis do Brasil: códices 6, 9 e 10.

6.2 Impressas

6.2.1 De cunho oficial

- Atas da Câmara da Bahia (1684-1700). Salvador : Prefeitura do Salvador, 19--. v. 6.
- Atas da Câmara de Vila Rica (1711-1715). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1936. v. 49. p. 199-390.

- BRASIL. Código Penal. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. São Paulo : Saraiva, 2001. 794 p.

- Cartas de Diogo de Mendonça Corte Real a Dom Lourenço de Almeida sobre diversos assuntos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1901. ano 6, p. 219-226 e p. 642-656.

- Códice Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Edição coordenada por Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2 v. il.

- Consulta do Conselho Ultramarino a S. M., no ano de 1732, feita pelo conselheiro Antônio Rodrigues da Costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1845. t. 7, p. 475-482.

- Consultas do Conselho Ultramarino: Rio de Janeiro (1687-1710). *Documentos Históricos*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1951. v.93.

- Consultas do Conselho Ultramarino: Rio de Janeiro (1726-1756). *Documentos Históricos*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1951. v.94.

- CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Rio de Janeiro : Instituto Rio Branco, 1940-1960. 9 v.

- Discurso preliminar, histórico, introdutivo, com natureza de descrição econômica da Comarca, e Cidade da Bahia que em si compreende o paralelo da Agricultura, da Navegação, e do Comércio antigo com o moderno, e atual daquela dita Comarca e Cidade, por ser esta a mais antiga, a mais fecunda, e a mais rica de todas as outras do Ultramar, pelos muitos gêneros, com que ela com abundância socorro a exportação. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1906. v. 27. p. 281-348.

- Documentos para a história da cidade do Rio de Janeiro. *Arquivo do Distrito Federal*, Rio de Janeiro, 1894-1897, v. 1-4.

- Documentos relativos ao “bandeirismo” paulista e questões conexas, no período de 1664 a 1700: peças históricas todas existentes no Arquivo Nacional, e copiadas, coordenadas e anotadas de ordem do Governo do Estado de São Paulo por Basílio de Magalhães. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 1913. v. 18, p. 257-503.

- Documentos relativos ao “bandeirismo” paulista e questões conexas, no período de 1721 a 1740. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo : Arquivo do Estado de São Paulo, 1929-1930. v. 49-51.

- Fontes históricas do imposto da capitação. *Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte*, 1907. ano 12, p. 605-676.

- Governança de Luís Vahia Monteiro (1725-1732). *Arquivo do Distrito Federal [Nova Série]*, Rio de Janeiro, 1954. v. 5. p. 3-57.

- Governadores do Rio de Janeiro: correspondência ativa e passiva com a corte, livro 2 (1725-1730). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1915. v. 15. 434 p.
- Informação geral da capitania de Pernambuco (1749). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1908. v. 28. p. 117-496.
- LAVRADIO, Marquês do. Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776). Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1975. v. 1, 191 p.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de (Org.). O século XVIII: século pombalino no Brasil. Rio de Janeiro : Xerox, 1989. 801 p.
- Motins do sertão e outras ocorrências em Minas Gerais durante o governo interino de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, conforme a correspondência deste com o governo da metrópole. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, 1896. ano 1. p. 649-672.
- Ordenações Filipinas: livro V. Edição organizada por Silvia Hunold Lara. São Paulo : Companhia das Letras, 1999. 510 p.
- Regimento ou instrução que trouxe o governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1898. ano 3, p. 85-88.
- Registro da folha geral do Estado do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1906. v. 27. p. 349-376.
- Registro das cartas do Exmo. Sr. Gomes Freire de Andrada Governador

- e Capitão General das Minas C. do Rio de Janeiro para o Sr. Martinho de Mendonça de Pina e de Proença... *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1911. ano 16, p. 239-460.
- Registro de alvarás, cartas, ordens régias e cartas do governador ao rei (1721-1731): transcrição da primeira parte do códice 23, seção colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1979. ano 30, p. 117-277.
- SOUSA, Jonas Soares de, MAKINO, Miyoko (Orgs.). Diário da navegação. São Paulo : EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2000. 461p. il.
- Registro de alvarás, cartas, ordens régias e cartas do governador ao rei (1721-1731): transcrição da segunda parte do códice 23, seção colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1980. ano 31, p. 71-272.
- Terras minerais: relação de ordens sobre terras minerais que, por cópia, foi enviada ao Conselho Geral da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, 1896. ano 1. p. 673-734.
- Termos de Junta (1734-1778). *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1---. v. 7. p. 117-223.
- Vários Registros - Senado da Câmara: traslado do Livro Copiador que serviu no ano de mil setecentos e trinta anos até o de mil setecentos e cinquenta e dois... *Arquivo do Distrito Federal [Nova Série]*, Rio de Janeiro, 1950. v. 1. p. 43-333.

6.2.2 De cunho privado

- Diário do [4º] conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes (1731-1733). *Biblos* (Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Coimbra:

1940. v. 16, t. 2, p. 361-410.

1941. v. 17, t. 1, p. 84-115.

1941. v. 17, t. 2, p. 567-600.

1942. v. 18, p. 75-105 / p. 425-496.

- LISANTI FILHO, Luís. Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII. Brasília : Ministério da Fazenda; São Paulo : Visão Editorial, 1973. 5 v.

6.2.3 Cronistas, viajantes e outros autores

- ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni, S.J.). Cultura e opulência do Brasil (1711). Edição de Alice Piffer Canabrava. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1967. 316 p.

- Arte de furta: espelho de enganos, teatro de verdades, mostrador de horas mingradas, gazua geral dos reinos de Portugal oferecida a El-Rei Nosso Senhor D. João IV para que a emende. Anônimo (século XVIII). Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1992. 303 p.

- BACON, Francis. Ensaio sobre moral e política (1623). Tradução, introdução e notas por Edson Bini. Bauru, SP : EDIPRO, 2001. 192p. Tradução de: *Essays*, conforme o texto de 1909 constante nos Harvard

Classics de P. F. Collier & Son Corp., New York.

- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Diálogos das grandezas do Brasil (1618). Edição de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife : Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1997. 242 p. il.

- COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais seu território, clima, e produções metálicas: sobre a necessidade de se restabelecer e animar a mineração decadente do Brasil: sobre o comércio e exportação dos metais, e interesses régios (1799). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1891. t.11, p. 289-335.

- CUNHA, Luís da. Testamento político (1748). Prefácio e notas por Manuel Mendes. Lisboa : Cadernos de Seara Nova, 1943.

- Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Estudo crítico, estabelecimento do texto e notas por Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 1994. 196 p.

- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Pluto Brasiliensis (1833). Tradução por Domício de Figueiredo Murta. São Paulo : EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia, 1979. 2 v.

- FERRAND, Paul. O ouro em Minas Gerais (1894). Tradução por Júlio Castanõn Guimarães. Tradução técnica e glossário por João Henrique Grossi Sad. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 366 p. il. Tradução de: *L'or a*

Minas Geraes.

- GALIANI, Ferdinando. Da moeda (1751). Tradução por Marzia Terenzi Vicentini. São Paulo : Musa; Curitiba : Segesta, 2000. 412 p. il. Tradução de: *Della moneta*.

- Informação sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1939. v. 57. p. 155-186.

- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Informação sobre as minas de São Paulo - A expulsão dos jesuítas do Colégio de São Paulo (1772). Com um estudo sobre a obra do autor por Afonso de E. Taunay. São Paulo : Melhoramentos, 19---. 215 p.

- MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe e dez cartas. Tradução por Sérgio Bath. Brasília : Edunb, 1992. 100 p. Tradução de: *Il principe*.

- MATOS, Gregório de. Crônica do viver baiano seiscentista: obra poética completa. Edição James Amado. Rio de Janeiro : Record, 1999. 2 v.

- _____. 25 poemas. Edição organizada por Luiz Carlos Junqueira Maciel e Gilberto Xavier. Belo Horizonte : Itatiaia, 1998. 45 p.

- MAZZARINO, Giulio. Breviário dos políticos. Tradução por Ana Thereza Basilio Vieira. Rio de Janeiro : Lacerda Editores, 1997. 120 p. Tradução de: *Breviario dei politici*.

- Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho. Apresentação por Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo : Companhia

Editora Nacional, 1966. 318 p. il.

- PITA, Sebastião da Rocha. História da América Portuguesa. Introdução e notas por Pedro Calmon. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1976. 293 p.
- ROCHA, José Joaquim da. Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 1995. 228 p. il.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tradução por Vivaldi Moreira. São Paulo : EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia, 1975. 378 p. Tradução de: *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*.
- VANDELLI, Domingos. Memória sobre as minas de ouro do Brasil (179-). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1898. v. 20. p. 266-278.
- _____. Memória sobre os diamantes do Brasil (179-). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1898. v. 20. p. 279-282.
- VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais. Estudo crítico por Carla Maria Junho Anastasia. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 1994. 188 p.
- _____. Minas e quintos do ouro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1901. ano 6, segunda parte, p. 855-965.

- VIEIRA, Antônio. Cartas. Edição de João Lúcio de Azevedo. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1925. 3 v.

- _____. Escritos históricos e políticos. Estabelecimento dos textos, organização e prefácio por Alcir Pécora. São Paulo : Martins Fontes, 1995. 452 p.

- _____. Por Brasil e Portugal. Comentários por Pedro Calmon. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1938. 284 p.

- VILHENA, Luís dos Santos. A Bahia no século XVIII. Notas de Braz do Amaral e apresentação de Edison Carneiro. Salvador : Itapuã, 1969. 3 v.

- _____. Pensamentos políticos sobre a Colônia. Introdução por Emanuel Araújo. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1987. 95 p.

7. Bibliografia

7.1 Obras de referência e instrumentos de trabalho

- ALMEIDA, Eduardo de Castro e (Org.). Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa: Bahia e Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1913-1936. 8 v.

- ARRUDA, José Jobson de Andrade (Coord.). Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830). Catálogo 1. Bauru : EDUSC; São Paulo : FAPESP; IMESP, 2000. 316 p. il.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2000. 22 p.

- AMARAL, C. M. Almeida do. Catálogo descritivo das moedas portuguesas. Lisboa : Museu Numismático Português; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. t. 2, 870 p. il. / 1990. t. 3, 654 p. il.

- AULETE, Caldas. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Lisboa : Parceria Antonio Maria Pereira, 18--. 2 v.

- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1990. 406 p.

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte : Itatiaia, 1995. 382 p.

- BARREIROS, Eduardo Canabrava. Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro: ensaio (1565-1965). Rio de Janeiro : Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965. 28 p. il.
- BERWANGER, A. R., LEAL, J. E. F.. Noções de paleografia e de diplomática. Santa Maria [RS] : Universidade Federal de Santa Maria, 1995. 94 p. il.
- BLUTEAU, Rafael. Dicionário da língua portuguesa. Reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva. Lisboa : Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789. 2 v.
- BOSCHI, Caio C. (Coord.). Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 3 v.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Produção histórica no Brasil (1985-1994). São Paulo : CNPq; História-USP; ANPUH, 1995. 3 v.
- CARVALHO, Theophilo Feu de. Índice geral da Revista do Arquivo Público Mineiro (I-1896 ao XVIII-1913). Belo Horizonte : Imprensa Oficial, 1914.
- Catálogo dos livros manuscritos pertencentes ao Arquivo Público Mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 12, 1907. p.745-799.

- Catálogo dos manuscritos sobre o Rio de Janeiro existentes na Biblioteca Nacional, I (séc. XVI-XVIII). *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1982. v. 102. p. 5-220.

- Coleção das ordens mais necessárias ou curiosas que se achavam dispersas e em confusão na Secretaria do Governo do Rio de Janeiro, reduzidas a sua ordem natural. De 1597 a 1779. (Códices 3, 4, 1-7) . Revisão técnica por Maria Aparecida Mársico e José Roberto Vieira Botelho. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1995. v. 115. p. 7-121.

- DIAS, J.J.A., MARQUES, A.H. de O., RODRIGUES, T.F. Álbum de paleografia. Lisboa : Estampa, 1987. 305 p. il.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1999. 2128 p.

- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 2. ed. aum. São Paulo : UNESP; Arquivo do Estado, 1991.

- GODOY, J. E. P. de, MEDEIROS, T. D. Tributos, obrigações e penalidades pecuniárias de Portugal Antigo. Brasília : Escola de Administração Fazendária, 1983. 218p. il.

- Guia do Arquivo Público do Estado da Bahia: guia da colônia. *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*. Salvador, 1995. v. 52.

- HOUAISS, A, VILLAR, M. de S. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro : Objetiva, 2001. 2922 p. il.
- Índice dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (v. 1-70). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1950. v. 70. p. 171-221.
- Índice geral dos números 1 a 399. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1998. n. 400, p. 643-1563.
- JANCÓS, István (Org.). Cronologia de história do Brasil colonial (1500-1831). São Paulo : Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994. 286 p. il.
- KINDER, Hermann, HILGEMANN, Werner. Atlas Histórico Mundial. Tradução por Carlos Martín Alvarez e Antón Dieterich Arenas. Madrid : Istmo, 2000. 2 v. Tradução de: *DTV - Atlas zur Weltgeschichte*.
- Larousse Médical Illustré. Paris : Librairie Larousse, 1925. 1385 p. il.
- LEITÃO, Humberto, LOPES, José Vicente. Dicionário da linguagem de marinha antiga e atual. Lisboa : Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963. 431 p.
- PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil. Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001. 637 p. il.

- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 1997. 476 p. il.
- RODRIGUES, José Honório. História da História do Brasil: 1ª parte, historiografia colonial. São Paulo : Companhia Editora Nacional; Brasília : Instituto Nacional do Livro, 1979. 534 p.
- RUSSO, A., AMATO, C. NEVES, I. S. Livro das moedas do Brasil. 10 ed. São Paulo : Perfecta Gráfica e Editora, 2001. 415 p. il.
- SAMARA, Eni de Mesquita. A colônia na bibliografia recente (1970-1998). São Paulo : CEDHAL; Humanitas, 1999.
- SERRÃO, Joel (Dir.). Dicionário de história de Portugal. Porto : Iniciativas Editoriais, 1971. 4 v.
- SILVA, Antônio de Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa. Edição fac-similar da 2. ed. (1813). Rio de Janeiro : Litho-Typographia Fluminense, 1922. 2 v.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Guia de história do Brasil colonial. Porto : Universidade Portucalense, 1992. 146 p.
- SILVA, M. C. da, BRAYNER, S. Normas técnicas de editoração: teses, monografias, artigos e papers. 2. ed. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993. 75 p.
- VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro : Objetiva, 2000. 599 p. il.

- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. Elucidário das palavras, termos e frases. Edição crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo por Mário Fiúza. Porto : Liv. Civilização, 1966. 2 v.

7.2 Artigos, comunicações em congressos e partes de monografias

- ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. *GEOUSP Espaço e Tempo*, São Paulo, 2000. n. 7, p. 13-25.
- BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras municipais no império português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. p. 251-280.
- CARVALHO, Theophilo Feu de. Caminhos e roteiros nas Capitâneas do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1931. v. 4, p. 687-699.
- _____. Ocorrências em Pitangui: história da Capitania de S. Paulo e Minas (1713-1721). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1931. v. 4, p. 557-686.
- COIMBRA, Álvaro da Veiga. Noções de numismática (II). *Revista de História* [Departamento de História da USP], São Paulo, 1956. n. 26, p. 529-550.
- _____. Noções de numismática (III). *Revista de História* [Departamento de

História da USP], São Paulo, 1956. n. 27, p. 229-265.

- _____. Noções de numismática brasileira (I). *Revista de História* [Departamento de História da USP], São Paulo, 1959. n. 37, p. 201-242.
- _____. Noções de numismática brasileira (II). *Revista de História* [Departamento de História da USP], São Paulo, 1959. n. 38, p. 445-479.
- _____. Noções de numismática brasileira (III). *Revista de História* [Departamento de História da USP], São Paulo, 1959. n. 39, p. 215-271.
- _____. Noções de numismática ibérica (IV). *Revista de História* [Departamento de História da USP], São Paulo, 1958. n. 36, p. 515-591.
- CORTESÃO, Jaime. Descaminhos do ouro: conseqüências. In: **Introdução à história das bandeiras**. Lisboa : Portugal, 1964. v. 2. p. 293-301.
- _____. O território da Colônia do Sacramento e a formação dos estados platinos. *Revista de História* [Departamento de História da USP], São Paulo, 1954. n. 17, p. 135-165.
- COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 27, 1994. p. 9-26.

- _____. Um olhar crítico sobre a cena contemporânea: entrevista com a historiadora. *Bolando Aula de História* (GRUHBAS Projetos Educacionais), Santos, n. 4, 1998. p. 8-10.
- Curso de História do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1970. v. 288, p. 3-295.
- FALCON, Francisco José Calazans. O Rio de Janeiro como objeto historiográfico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 1995. v. 15, n.30, p. 63-75.
- FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: **Circuito fechado.** 2. ed. São Paulo : HUCITEC, 1977. p. 11-63.
- _____. Um retrato do Brasil. In: **Mudanças sociais no Brasil.** São Paulo: Difel, 1974. p. 117-164.
- FERREZ, G. Uma arribada francesa ao tempo de Bobadela (1748). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1968. v.280, p. 225-260, il.
- _____. Diário anônimo de uma viagem às costas d'África e às Índias espanholas: o tráfico de escravos (1702-1703). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1965. v. 267, p. 3-42.
- _____. O que ensinam os antigos mapas e estampas do Rio de Janeiro [primeira parte]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1965. v. 268, p. 27-42. il.

- _____. O que ensinam os antigos mapas e estampas do Rio de Janeiro [segunda parte]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1968. v. 278, p. 87-104. il.
- _____. João Massé e sua planta do Rio de Janeiro de 1713. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1959. v. 242, p.388-396.
- _____. Os muros da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1965. v. 267 p.85-92. il
- FIGUEIREDO, L. R. de A. Além de súditos: notas sobre revoltas e identidade colonial na América portuguesa. *Tempo* [Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense], Rio de Janeiro, n. 10, 2000. p. 81-95.
- FIGUEIREDO, L. R. de, MAGALDI, A. M. Negras de tabuleiro e vendeiras: a presença feminina na desordem mineira do século XVIII. In: **Ciências Sociais Hoje - 1984**. São Paulo : Cortez; ANPOCS, 1984. p.179-214.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Relações de poder no Tejuco ou um teatro em três atos. *Tempo* [Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense], Rio de Janeiro, 1999. n. 7, p. 129-142.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). *Revista de História* [Departamento de

- História da USP], São Paulo, 1953. n. 15, p. 69-88
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Redes de poder na América portuguesa: o caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 36, v. 18, p.297-330.
- HIRANO, Sedi. Política e economia como formas de dominação: o trabalho intelectual em Marx. *Tempo Social* [Revista de Sociologia da USP], São Paulo, 2001, v. 13, n. 2, p. 1-20.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Índios e mamelucos na expansão paulista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1949. t. 13, p. 175-290.
- IGLESIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. *Revista de História* [Departamento de História da USP], São Paulo, 1974. n. 100, t. 1, p. 257-274.
- LE GOFF, Jacques. As ordens mendicantes. In: BERLIOZ, J. et al. **Monges e religiosos na Idade Média**. Tradução por Teresa Pérez. Lisboa : TERRAMAR, 1996. p. 225-241. Tradução de: *Moines et religieux au Moyen Âge*.
- _____. Profissões lícitas e profissões ilícitas no Ocidente Medieval. In: **Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Lisboa : Estampa, 1993. p. 85-99.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718: ensaio interpretativo (Tese apresentada à Faculdade Nacional de Filosofia [atual IFCS-UFRJ] a fim de obter o

- título de Docente Livre da XXVI Cadeira - História da América - 1957). *Revista de História* [Departamento de História da USP], São Paulo, 1959. n. 39, p.67-79.
- _____. Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718: ensaio interpretativo (II). *Revista de História* [Departamento de História da USP], São Paulo, 1959. n. 40, p.353-384.
- _____. Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718: ensaio interpretativo (III). *Revista de História* [Departamento de História da USP], São Paulo, 1960. n. 41, p.85-90.
- _____. Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718: ensaio interpretativo (IV - conclusão). *Revista de História* [Departamento de História da USP], São Paulo, 1960. n. 42, p. 413-433.
- _____. O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII. *Revista de História* [Departamento de História da USP], São Paulo, 1975. n. 101, p. 49-106.
- _____. Historiografia do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 1995. v. 15, n. 30, p. 45-62.
- LUDOLF, Dulce Cardoso. A Casa da Moeda do Rio de Janeiro. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, 1968. v. 19, p. 5-58.
- LUÍS, Washington. Contribuição para a história da Capitania de São

- Paulo: governo de Rodrigo César de Meneses. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 1903. v. 8, p. 22-137.
- MESGRAVIS, Laima. Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colônia. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 1983. n. 13, p. 799-811.
- MONTEIRO, John Manuel. Sal, justiça social e autoridade régia no início do século XVIII. *Tempo* [Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense], Rio de Janeiro, 1999. n. 8, p. 23-40.
- MOTT, Luiz R. B. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. *Revista de História* [Departamento de História da USP], São Paulo, 1976. n. 105, p. 81-106.
- NÓBREGA, Apolônio. Dioceses e bispos do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1954. v. 222. p. 328.
- NOVAIS, Fernando A. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. *Revista de História* [Departamento de História da USP], São Paulo, 1966. n. 67, p.145-166. Reeditado em: *Revista de História*, São Paulo, 2000. n. 142-143, p.213-237.
- _____. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 1984. n. 7, p. 105-118.
- NOVINSKY, Anita. Ser marrano em Minas colonial. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2001. v. 21, n. 40, p. 161-176.

- OLIVEIRA JUNIOR, Paulo. Cavalcante de. Affonso d'E. Taunay e a construção da memória bandeirante. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1995. n. 387, p. 343-457.
- OLIVEIRA, Ricardo de. Portugal e as conquistas na visão do “estrangeirado” D. Luís da Cunha. *Sesmaria* [Revista do Núcleo de Estudos Históricos e Pesquisas Sociais da Faculdade de Filosofia de Campo Grande], Rio de Janeiro, 2001. n. 1, p. 98-117.
- PEIXOTO, Eduardo Marques. Luís Vahia Monteiro, governador da capitania do Rio de Janeiro de 1725 a 1732, e sua administração (apontamentos). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Primeiro Congresso de História Nacional, Rio de Janeiro, 1916. tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional, parte terceira, p. 595-660.
- PIJNING, Ernst. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2001, v. 21, n. 42, p. 397-414.
- PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. O porto da Estrela. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1971. v. 293, p.35-93.
- RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. *Tempo Social* [Revista de Sociologia da USP], São Paulo, 1999. v. 11, n. 1, p. 189-195.

- ROMEIRO, Adriana. Confissões de um falsário: as relações perigosas de um governador nas Minas. In: **História: fronteiras (XX Simpósio Nacional da ANPUH)**. São Paulo : Humanitas; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999. v. 1, p. 321-337.
- ROMERO, Edgar Araújo. Circulação do ouro em pó e em barras: as Casas de Fundição. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v.3, 1942. p. 125-188.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n.36, 1998. p. 187-249.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A invenção do Brasil: um problema nacional?, *Revista de História* [Departamento de História da USP], São Paulo, n. 118, 1985. p. 3-12.
- _____. Memória, história, nação: propondo questões. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 87, 1986. p. 5-13.
- _____. Do projeto de império à independência. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 30, 1998. p. 7-35.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. Atlântico e o comércio triangular: Lisboa-Angola-Brasil. *Humanidades*, Brasília (Universidade de Brasília), n. 47, 1999. p. 21-31.
- SILVA, Lígia Osório. Feudalismo, capital mercantil, colonização. In:

- MORAES, João Quartim de, ROIO, Marcos del (Orgs.). **História do marxismo no Brasil: visões do Brasil**. Campinas : UNICAMP, 2000. p. 11-67.
- SOUZA, Laura de Mello e. O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1989. n. 3. p. 133-146.
- _____. Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea. *Revista de História* [Departamento de História da USP], São Paulo, 2000. n. 142-143, p.261-276.
- TAUNAY, Afonso de E. O caminho entre S. Paulo e o Rio de Janeiro na era colonial. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1927. v. 3, 1ª parte, p.197-243.
- _____. Na Bahia colonial (1610-1764). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1921. v. 90. p. 236-392.
- _____. Rio de Janeiro de antanho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1921. v. 90, p. 393-538.
- VILLALTA, Luiz Carlos. O cenário urbano em Minas Gerais setecentista: outeiros do sagrado e do profano. In: **Termo de Mariana: história e documentação**. Ouro Preto : UFOP, 1998. p.67-85.

7.3 Livros

- ABREU, João Capistrano de. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1989. 164 p.
- _____. Capítulos de história colonial: 1500-1800. Edição revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 7 ed. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1988. 295 p.
- ABUD, Katia Maria. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista - o bandeirante. São Paulo : Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1985. 242 p.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo : Companhia das Letras, 2000. 525 p. il.
- ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras. São Paulo : Loyola, 2000. 223 p. il.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte : Editora C/Arte, 1998. 151 p.
- ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado absolutista. Tradução por Telma Costa. Porto : Afrontamento, 1984. 641 p. Tradução de: *Lineages of the Absolutist State*.

- ANDRADE, Carlos Drummond de. A paixão medida. Rio de Janeiro : Record, 1994. 188 p.
- Antônio Francisco Lisboa, o “Aleijadinho”: o que vemos e o que sabemos. Rio de Janeiro : Museu Nacional de Belas Artes, 2001. 76 p.
- ARAÚJO, Emanuel. O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro : José Olympio, 1997. 362 p.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. O Brasil no comércio colonial. São Paulo : Ática, 1980. 710 p. il.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. História administrativa do Brasil: a administração pombalina. [Rio de Janeiro] : DASP [Departamento Administrativo do Serviço Público], 1970. v. 5, 490 p.
- AZEVEDO, João Lúcio de. Épocas de Portugal econômico: esboços de história. Lisboa : Livraria Clássica Editora, 1978. 502 p. il.
- _____. O marquês de Pombal e a sua época. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro : Anuário do Brasil; Lisboa : Seara Nova; Porto : Renascença Portuguesa, 1922. 398 p.
- AZEVEDO, Thales de. Povoamento da Cidade do Salvador. Salvador : Prefeitura da Cidade do Salvador, 1949. 415 p. il.
- BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução por Estela dos

- Santos Abreu. Rio de Janeiro : Contraponto, 1996. 314 p. Tradução de: *La formation de l'esprit scientifique: contribution à une psychanalyse de la connaissance.*
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1984. 146 p. il.
- _____. As vilas del-Rei e a cidadania de Tiradentes. Rio de Janeiro : José Olympio; Brasília : Instituto Nacional do Livro, 1976. 128 p. il.
- BARRETO FILHO, Mello, LIMA, Hermeto. História da polícia do Rio de Janeiro: aspectos da cidade e da vida carioca (1565-1831). Rio de Janeiro : A Noite, 1939. 361 p. il.
- Bensaïd, Daniel. Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1999. 507 p.
- BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti. (Dir.). História da expansão portuguesa. [S. l.] Temas e Debates, 1998. v. 1-3.
- BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: América Latina colonial. Tradução por Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo : EDUSP; Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 1999. v. 2. Tradução de: *The Cambridge History of Latin America.*
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. A cidade e o império: o Rio de

- Janeiro na dinâmica colonial portuguesa (séculos XVII e XVIII). São Paulo : Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997. 460 p. il.
- BOSCHI, Caio César. Achegas à história de Minas Gerais (séc. XVIII). Porto : Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1994. 93 p.
- BOXER, Charles Ralph. The Dutch Seaborne Empire (1600-1800). London : Hutchinson, 1972. 326 p. il.
- _____. Os holandeses no Brasil (1624-1654). Tradução por Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1961. 465p. il. Tradução de: *The Dutch in Brazil (1624-1654)*.
- _____. A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Tradução por Nair de Lacerda. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1963. 374 p. il. Tradução de: *The Golden Age of Brazil - 1695/1750 - Growing Pains of a Colonial Society*.
- _____. A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770). Tradução por Maria de Lucena Barros e Sá Contreiras. Lisboa : Edições 70, 1981. 155 p. Tradução de: *The Church Militant and Iberian Expansion*.
- _____. O império colonial português (1415-1825). Tradução por Inês Silva Duarte. Lisboa : Edições 70, 1981. 406 p. il. Tradução de: *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*.
- _____. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686).

- Tradução por Olivério de Oliveira Pinto. São Paulo : Companhia Editora Nacional; EDUSP, 1973. 464 p. il. Tradução de: *Salvador de Sá and the struggle for Brasil and Angola 1602-1686*.
- O Brasil de Rugendas. Belo Horizonte : Itatiaia, 1998. Edição com 100 gravuras coloridas.
- BRAUDEL, Fernand. Civilização material e capitalismo (séculos XV-XVIII): [estruturas do cotidiano]. Tradução por Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa : Cosmos, 1970. v. 1, 506 p. il. Tradução de: *Civilisation matérielle et capitalisme (XV^e-XVIII^e)*.
- _____. Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII): os jogos das trocas. Tradução por Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa : Cosmos, 1985. v. 2, 628 p. il. Tradução de: *Civilisation matérielle, économie et capitalisme (XV^e-XVIII^e): les jeux de l'échange*.
- _____. Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII): o tempo do mundo. Tradução por Telma Costa. São Paulo : Martins Fontes, 1998. v. 3, 626 p. il. Tradução de: *Civilisation matérielle économie et capitalisme (XV^e-XVIII^e) : le temps du monde*.
- _____. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1983-1984. 2 v. Tradução de: *La Méditerranée et le monde méditerranéen a l'époque de Philippe II*.
- BROMLEY, J. S. (Ed.). The New Cambridge Modern History: The Rise of Great Britain and Russia (1688-1715/25). Cambridge : Cambridge

University Press, 1971. v. 6.

- BUESCU, Mircea. Evolução econômica do Brasil. Rio de Janeiro : APEC, 1974. 229 p. il.
- BUZATTI, Dauro José. Viagem às Minas dos Cataguazes. Belo Horizonte : FUMARC; PUC-MG, 1984. 124 p. il.
- CAETANO, Marcelo. O Conselho Ultramarino: esboço da sua história. Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1967. 176 p. il.
- _____. Estudos de história da administração pública portuguesa. Coimbra : Coimbra Editora, 1994. 507 p.
- CALMON, Pedro. História do Brasil. Rio de Janeiro : José Olympio, 1959. 7 v. il.
- CANABRAVA, Alice Piffer . O comércio português no rio da Prata: 1580-1640. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP. 1984. 201 p. il.
- CALÓGERAS, João Pandiá. As minas do Brasil e sua legislação. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1904. 3 v.
- CARDIM, Pedro. Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime. Lisboa : Cosmos, 1998. 270 p. il.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro : Campus,

1997. 508 p. il.

- CARREIRA, António. Notas sobre o tráfico português de escravos. 2. ed. rev. Lisboa : Universidade Nova de Lisboa, 1983. 108 p. il.
- CESAR, Guilhermino. O contrabando no sul do Brasil. Caxias do Sul : Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre : Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978. 119 p.
- CHAUI, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2000. 103 p. il.
- CHAUNU, Pierre. A civilização da Europa clássica. Tradução por Teresa F. Rodrigues. Lisboa : Estampa, 1987. 2 v. il. Tradução de: *La Civilisation de l'Europe Classique*.
- CIORAN, E. M. História e utopia. Tradução por José Thomaz Brum. Rio de Janeiro : Rocco, 1994. 142 p. Tradução de: *Histoire et utopie*.
- CLARKE, W. G., WRIGHT, W. A. (Ed.). The plays and sonnets of William Shakespeare. Chicago : Encyclopaedia Britannica, 1952. 2 v.
- COLLINGWOOD, R. G. A idéia de história. Tradução por Alberto Freire. Lisboa : Presença, 1986. 401 p. Tradução de: *The idea of history*.
- CORTESÃO, Jaime. Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Cultura, 1958. 454 p. il.
- _____. O ultramar português depois da restauração. Lisboa : Portugália,

1971. 356 p. il.

- DAVIS, David Brion. O problema da escravidão na cultura ocidental. Tradução por Wanda Caldeira Brant. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001. 559 p. Tradução de: *The Problem of Slavery in Western Culture*.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro : Campus, 2000. 366 p. il.
- DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo : Cortez, 2000. 120 p.
- Devoção e esquecimento: presença do barroco na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro : Secretaria de Estado de Cultura (RJ); Casa França-Brasil, 2001. 86 p. il. Exposição de 19 de novembro a 16 de dezembro de 2001 sob a curadoria de Marcus Monteiro.
- DOURADO, Autran. Os sinos da agonia. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1998. 218 p.
- DUBY, Georges. As três ordens ou o imaginário do feudalismo. Tradução por Maria Helena Costa Dias. Lisboa : Estampa, 1982. 383p.
- EDMUNDO, Luiz. O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis (1763-1808). Belo Horizonte : Itatiaia, 2000. 501 p. il.
- ELLIS, Myriam. Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas

- mineradoras do Brasil no século XVIII. Rio de Janeiro : Serviço de Documentação/MEC, 1961. 68 p. il.
- _____. O monopólio do sal no estado do Brasil (1631-1801): contribuição ao estudo do monopólio comercial português no Brasil durante o período colonial. São Paulo : Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1955. 265 p. il.
- ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora em Inglaterra. Tradução por Anália C. Torres. Prólogo por Eric J. Hobsbawm. Porto : Afrontamento, 1975. 396 p. il. Tradução da versão francesa *La situation de la classe laborieuse en Anglaterre* e revista à luz da edição inglesa de 1892 *The condition of the working class in England*.
- FAGE, John D. História da África. Tradução por Aida Freudenthal e Georgina Segurado. Lisboa : Edições 70, 1997. 616 p. il. Tradução de: *A History of Africa*.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação patronato político brasileiro. Porto Alegre : Globo, 6. ed. 1984 .v. 1; 4. ed. 1977. v. 2.
- FEBVRE, Lucien. Combates pela História. Tradução por Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa : Presença, 1989. 262 p. Tradução de: *Combats pour L'Histoire*.
- FERREZ, Gilberto. As cidades do Salvador e Rio de Janeiro no século XVIII: álbum iconográfico comemorativo do bicentenário da transferência da sede do governo do Brasil. Rio de Janeiro : Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963. 88 p. il.

- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro : José Olympio; Brasília : Edunb, 1993. 249 p. il.
- _____. Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo : HUCITEC, 1997. 198 p. il.
- _____. Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais (1640-1761). São Paulo : Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.
- FISHER, H. E. S. De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770. Tradução por Joaquim Duarte Peixoto. Lisboa : Gradiva, 1984. 231 p. il. Tradução de: *The Portugal Trade: A Study of Anglo-Portuguese Commerce 1700-1770*.
- FLORENCE, Hercules. Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas (1825-1829). Tradução por Alfredo d'Escagnolle Taunay (visconde de Taunay). São Paulo : Cultrix; EDUSP, 1977. 311 p. il.
- FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo : Companhia das Letras, 1997. 305 p. il.
- FONTANA, Josep. História: análise do passado e projeto social. Tradução por Luiz Roncari. Bauru : EDUSC, 1998. 396 p.

- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução por Roberto Machado. Rio de Janeiro : Graal, 1988. 295 p.
- _____. A verdade e as formas jurídicas. Tradução por Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro : NAU, 1996. 158 p. Tradução de: *La vérité et les formes juridiques*; conferências do autor na PUC-Rio de 21 a 25 de maio de 1973.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. Os franceses no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965. 278 p. il.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1992. 324 p. il.
- FRAGOSO, João, FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 790-c. 1840. 4. ed. rev. amp. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001. 251 p. il.
- FRAGOSO, J., BICALHO, M. F., GOUVÊA, M. de F. (Org.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001. 473 p. il.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Os companheiros de D. Francisco de Sousa. Rio de Janeiro : Sociedade Capistrano de Abreu, 1929. 46 p.

- _____. História das Minas de São Paulo. São Paulo : Conselho Estadual de Cultura, 1964. 171 p.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo : Ática, 1974. 235 p.
- FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. Portugal na época da Restauração. São Paulo : HUCITEC, 1997. 419 p.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Outras visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1582-1808). Rio de Janeiro : José Olympio, 2000. 346 p. il.
- _____. Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1531-1800). Rio de Janeiro : Universidade do Estado do Rio de Janeiro; José Olympio, 1999. 261 p. il.
- FREIRE, Felisbelo. História da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Revista dos Tribunais, 1912-1914. 2 v.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo : Círculo do Livro, 19--. 587 p. il.
- _____. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro : José Olympio; Brasília : Instituto Nacional do Livro, 1977. 2 v. il.
- FRIEDERICI, Georg. Caráter da descoberta e conquista da América

- pelos europeus. Tradução por Guttorm Hanssen. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1967. 516 p. Tradução de: *Der charakter der entdeckung und eroberung Amerikas durch die europäer*.
- FURTADO, Celso. Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo : HUCITEC; ABPHE, 2001. 199 p.
- _____. Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1964. 292 p. il.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo : HUCITEC, 1999. 289 p. il.
- _____. O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida do Distrito Diamantino no período da Real Extração. São Paulo : Annablume, 1996. 234 p. il.
- FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). Diálogos oceânicos: Minas Gerais e novas abordagens para uma história do império ultramarino português. Belo Horizonte : Universidade Federal de Minas Gerais, 2001. 521 p. il.
- GANDÍA, Enrique de. Las misiones jesuíticas y los bandeirantes paulistas. Buenos Aires : Editorial “La Facultad”, 1936. 92 p.
- GARCIA, Rodolfo. Ensaio sobre a história política e administrativa do

- Brasil (1580-1810). 2. ed. Rio de Janeiro : José Olympio; Brasília : Instituto Nacional do Livro, 1975.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Ensaio II: sobre história de Portugal. 2. ed. Lisboa ; Sá da Costa, 1978. 448 p. il.
- _____. A estrutura na antiga sociedade portuguesa. Lisboa : Arcádia, 1971. 237 p.
- GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 4 ed. rev. amp. São Paulo : Ática, 1985. 625 p. il.
- GOUBERT, Pierre. El Antiguo Regimen. Tradução por Alberto Calou. Madrid : Siglo XXI, 1984. 2 v. Tradução de: *L'Ancien Régime*.
- _____. Historia de Francia. Tradução por Marta Carrera e Marga Latorre. Barcelona : Crítica, 1987. 410 p. Tradução de: *Initiation à l'Histoire de la France*.
- GOULART, José Alípio. Tropas e tropeiros na formação do Brasil. Rio de Janeiro : Conquista, 1961. 267 p. il.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere: Maquiavel - Notas sobre o Estado e a política. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Tradução por Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000. v. 3. Tradução de: *Quaderni del carcere*.
- _____. Cadernos do cárcere: O *Risorgimento* - Notas sobre a história da

- Itália. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Tradução por Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002. v. 5. Tradução de: *Quaderni del carcere*.
- GUEDES, João Alfredo Libânio. História administrativa do Brasil: da Restauração a D. João V. [Rio de Janeiro] : DASP [Departamento Administrativo do Serviço Público], 1962. v. 4, 196 p.
- GURGEL, Heitor, AMARAL, Edelweiss Campos do. Paraty, caminho do ouro: subsídios para a história do Estado do Rio. Rio de Janeiro : Livraria São José, 1973. 213 p. il.
- HANSON, Carl. A. Economia e sociedade no Portugal barroco (1668-1703). Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1986. 330 p. il.
- HARING, Clarence Henry. Comercio y navegacion entre España y las Indias em la época de los Habsburgos. Versão espanhola revisada por Emma Salinas. México : Fondo de Cultura Económica, 1939. 460 p. il. Tradução de: *Trade and Navigation Between Spain and the Indies in the Time of the Hapsburgs*.
- HAZARD, Paul. La crisis de la conciencia europea. Tradução por Julián Marías. Madrid : Alianza Editorial, 1988. 371 p. Tradução de: *La crise de conscience européenne (1680-1715)*.
- HESPANHA, António Manuel. Poder e instituições no Antigo Regime. Lisboa : Cosmos, 1992. 128 p.
- _____. As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal

- (séc. XVII) . Coimbra : Almedina, 1994. 679 p. il.
- HESPANHA, António Manuel (Org.). Poder e instituições na Europa do Antigo Regime. Lisboa : Calouste Gulbenkian, 1984. 541 p.
- História - Fronteiras: programas e resumos. Florianópolis : ANPUH [XX Simpósio Nacional de História], 1999. 845 p.
- A história social: problemas, fontes e métodos. Tradução por Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa : Cosmos; Colóquio da Escola Normal Superior de Saint-Cloud (15-16 de maio de 1965), 1973. 348p. Tradução de: *L'Histoire Sociale, sources et méthodes*.
- HOBBSBAWM, Eric. Sobre história: ensaios. Tradução por Cid Knipel Moreira. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. 336 p. Tradução de: *On History*.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. Rio de Janeiro : José Olympio, 1957. 334p. il.
- _____. Monções. 3. ed. aum. São Paulo : Brasiliense, 1990. 326 p. il.
- _____. Raízes do Brasil. 20. ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1988. 158p. il.
- HOLANDA, S. B. de. Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Rio de Janeiro : José Olympio, 1959. 412p.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). História geral da civilização brasileira: a época colonial. São Paulo : Difel, 1981-1982. t. 1, v. 1-2.

- HOORNAERT, Eduardo. et al. História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo, primeira época. Petrópolis : Vozes, 1992. t. II/1.

- JANCÓS, István. Na Bahia, contra o império: história do ensaio de sedição de 1789. São Paulo : HUCITEC; Salvador : EDUFBA, 1996. 222 p. il.

- JANCÓS, Jancsó, KANTOR, Iris (Orgs.). Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo : HUCITEC; EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001. 2 v.

- KOSELLECK, Reinhart. Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Tradução por Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro : EDUERJ; Contraponto, 1999. 254 p. Tradução de: *Kritik und Krise: Ein Beitrag zur Pathogenese der bürgerlichen Welt*.

- KOSÍK, Karel. Dialética do concreto. Tradução por Célia Neves e Alderico Toríbio, confrontada com a edição italiana publicada por Valentino Bompiani. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995. 248 p. Tradução de: *Dialektika Konkrétneho*.

- KULA, Witold. Problemas y métodos de la historia económica. Tradução por Melitón Bustamante. Barcelona : Ediciones Península, 1977. 729 p. il. Tradução de: *Problemy i metody gospodarczej*.

- LAMEGO, Alberto. A Terra Goytacá. Paris : L'Édition D'Art, 1913-1920. v. 1-2.
- LAPA, José Roberto do Amaral. A Bahia e a carreira da Índia. São Paulo : Companhia Editora Nacional; EDUSP, 1968. 382 p. il.
- _____. Economia colonial. São Paulo : Perspectiva, 1973. 299 p. il.
- _____. O sistema colonial. São Paulo : Ática, 1991. 112 p. il.
- LARA, Silvia Hunold. Campos da violência: escravos e senhores da Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. 389 p.
- LAWRENCE, David Herbert. A barca da morte. Tradução por Rui Rosado. Edição bilingüe. Lisboa : Hiena, 1985. Tradução de: *The ship of death*.
- LE GOFF, Jacques. A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média. Tradução por Rogério Silveira Muioio. São Paulo : Brasiliense, 1989. 112 p. Tradução de: *La bourse et la vie*.
- _____. São Francisco de Assis. Tradução por Marcos de Castro. Rio de Janeiro : Record, 2001. 251 p. Tradução de: *Saint François d'Assise*.
- LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia. 3. ed. rev. amp. São Paulo : Pioneira, 1976. 339 p.

- LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842). Rio de Janeiro : Prefeitura da Cidade/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993. 135 p. il.
- LEVY, Maria Bárbara. História financeira do Brasil colonial. Rio de Janeiro : IBMEC, 1979. 135 p. il.
- LIMA JUNIOR, Augusto de. A capitania das Minas Gerais. Rio de Janeiro : Zélio Valverde, 1943. 329 p. il.
- _____. História dos diamantes nas Minas Gerais (século XVIII). Rio de Janeiro : Dois Mundos, 1945. 240 p. il.
- LINHARES, Maria Yedda (Org.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro : Campus, 1990. 445 p. il.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro : IBMEC, 1978. 2v. il.
- _____. Processo administrativo ibero-americano (aspectos sócio-econômicos - período colonial). Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1962. 570 p. il.
- LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da. Minas colonial: economia e sociedade. São Paulo : FIPE-USP; Pioneira, 1982. 85 p. il.
- MAGALHÃES, Basílio de. Expansão geográfica do Brasil Colonial. 2.

ed. rev. aum. Rio de Janeiro : Epasa, 1944. 562 p.

- MANIZER, G. G. A expedição do acadêmico G. I. Langsdorff ao Brasil (1821-1828). Tradução por Osvaldo Peralva. Edição póstuma organizada por B. G. Xprintsin. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1967. il. Tradução de: *Ekspeditsiia Akademika G. I. Langsdorfa V' Brazilliu*.
- MARAVALL, José Antonio. A cultura do barroco: análise de uma estrutura histórica. Tradução por Silvana Garcia. São Paulo : EDUSP, 1997. 418 p. Tradução de: *La Cultura del Barroco: Análisis de una Estructura Histórica*.
- _____. Estado moderno y metalidad social (siglos XV a XVII). Madrid : Alianza Editorial, 1986. 2 v.
- _____. Poder, honor y élites en el siglo XVII. Madrid : Siglo XXI, 1989. 310p.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. História de Portugal. Lisboa : Palas Editores, 1978. 2 v.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Coordenação e revisão por Paul Singer. Tradução por Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo : Nova Cultural, 1985. 5 v. Tradução de: *Das Kapital - Kritik der politischen Ökonomie*.
- Formações econômicas pré-capitalistas. Tradução por João Maia. Revisão por Alexandre Addor. Introdução de Eric Hobsbawm. Rio de

- Janeiro : Paz e Terra, 1981. 136 p. Tradução de: *Pre-capitalist Economic Formations*.
- _____. Manuscritos económico-filosóficos. Tradução por Artur Morão. Lisboa : Edições 70, 1993. 270 p. Tradução de: *Early Writings*. Edição baseada na compilação elaborada por Tom B. Bottomore e precedida de um prefácio de Erich Fromm. A tradução portuguesa fez-se à luz do texto alemão de modo a respeitar o estilo do autor.
- _____. Miseria de la filosofía: respuesta a la filosofía de la miseria del señor Proudhon. Buenos Aires : Siglo XXI, 1974. 210 p. Tradução de: *Misère de la Philosophie*. Edição baseada na versão espanhola do Instituto Marx-Engels-Lenin de Moscou, revista e corrigida à luz *das Oeuvres de Karl Marx, Economie, I, Bibliothèque de la Pléiade*, Paris, 1963 e reproduzindo as notas e variantes inseridas por Maximilien Rubel.
- MATTOSO, José (Dir.). História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807) . Volume organizado por António Manuel Hespanha. Lisboa : Estampa, 1993. v. 4. 471 p. il.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. Bahia, século XIX: uma província no Império. Tradução por Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1992. 747 p. il.
- MAURO, Frédéric. Expansão europeia (1600-1870). Tradução por Maria Luiza Marcílio. São Paulo : Pioneira; EDUSP, 1983. 367 p. il. Tradução de: *L'Expansion Européenne (1600-1870)*.
- _____. Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670). Tradução por

- Manuela Barreto. Lisboa : Estampa, 1989. 2 v. Tradução de: *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII^e siècle (1570-1670)*.
- MAXWELL, Kenneth. Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais. Tradução por Irene Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira, Paulo Migliacci et al. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1999. 467 p.
- _____. A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal (1750-1808). Tradução por João Maia. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978. 317 p. Tradução de: *Conflicts and conspiracies: Brazil & Portugal, 1750-1808*.
- MELLO, Evaldo Cabral de. A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco (1666-1715). São Paulo : Companhia das Letras, 1995. 530 p.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. O Intendente Câmara: Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes (1764-1835). São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1958. 545 p.
- MORRISSON, C., BARRANDON, J., MORRISSON, C. Or du Brésil: monnaie et croissance en France au XVIII^e siècle. Prefácio de Emmanuel Le Roy Ladurie. Paris : CNRS Éditions, 1999. 222 p. il.
- MOTA, Carlos Guilherme. Idéia de revolução no Brasil (1789-1801): estudo das formas de pensamento. São Paulo : Cortez, 1989. 131 p. il.
- MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Viagem incompleta, a experiência

- brasileira (1500-2000): formação, histórias. São Paulo : SENAC, 2000. v.1.
- O Museu Paulista da Universidade de São Paulo. São Paulo : Banco Safra, 1984. 319 p. il.
- NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). 2. ed. São Paulo : HUCITEC, 1983. 420 p.
- NOVAIS, Fernando A. (Coord.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. Volume organizado por Laura de Mello e Souza. São Paulo : Companhia das Letras, 1997. v. 1.
- NOVAIS, Fernando A., MOTA, Carlos G. A independência política do Brasil. São Paulo : HUCITEC, 1996. 89 p. il.
- OLIVEIRA MARTINS. História de Portugal. Lisboa : Guimarães & C.^a, 1977. 609 p.
- PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte : Universidade Federal de Minas Gerais, 2001. 285 p. il.
- _____. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo : Annablume, 1995. 219 p. il.
- PANTALEÃO, Olga. A penetração comercial da Inglaterra na América

- espanhola de 1713 a 1783. São Paulo : Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1946. 282 p. il.
- PANTOJA, Selma, SARAIVA, José Flávio Sombra. (Org.). Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1999. 254p. il.
- PASSOS, Alexandre. O Rio no tempo do “Onça” (século XVI ao XVIII). Rio de Janeiro : Livraria São José, 1965. 213 p. il.
- PAULA, João Antônio de. Raízes da modernidade em Minas. Belo Horizonte : Autêntica, 2000. 154 p. il.
- PENNA JUNIOR, Afonso. A arte de furtar e o seu autor. Edição comentada por Henrique Leal. Belo Horizonte : UNA Editoria, 1999. 238 p. il.
- PERES, Damião, CERDEIRA, Eleutério (Dir.). História de Portugal. Barcelos : Portucalense Editora, 1928-1937. 7 v. em 8.
- PIERONI, Geraldo. Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil-colônia. Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional; Bertrand Brasil, 2000. 136 p.
- PIJNING, Ernst. Controlling contraband: mentality, economy and society in eighteenth-century Rio de Janeiro. Baltimore (Maryland) : Tese de doutorado apresentada à Johns Hopkins University, 1997. 388p. il.

- PINTO, Leonardo Aguiar Rocha. Fregueses e freguesias: ação do Estado português sobre os povoados ao longo das vias de comunicação entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Rio de Janeiro : Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Gama Filho, 2001. 141 p. il. Orientador: Paulo Cavalcante de Oliveira Junior.

- PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1945-1951. 10 v.

- POCHMANN, M. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo : Boitempo, 2001. 151 p.

- PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução política do Brasil: colônia e império. São Paulo : Brasiliense, 1983. 102 p.

- _____. A formação do Brasil contemporâneo. São Paulo : Livraria Martins, 1942. 388 p. il.

- _____. História econômica do Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1984. 364 p. il.

- PRIETO, Carlos. A mineração e o Novo Mundo. São Paulo : Cultrix, 1976. 225 p. il.

- PRIMERIO, Fidelis M. de. Capuchinhos em Terras de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX. São Paulo : Martins, 19--. 392 p. il.

- RAU, Virgínia. Estudos sobre história económica e social do Antigo Regime. Lisboa : Presença, 1984. 300 p. il.

- REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos (Org.). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 1996. 509 p. il.

- REIS, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. São Paulo : EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, 2000. 411 p. il.

- RENOUVIN, Pierre (Dir.). Historia de las relaciones internacionales: la Edad Media - los Tiempos Modernos. Tradução por J. L. F. de Castillejo, Mario Paez Martinez e Justo Fernando Bujan. Madrid : Aguilar, 1967. t. 1, v. 1. 792 p. il. Tradução de: *Histoire des Relations Internationales*.

- RIBEIRO, Renato Janine. A marca do Leviatã: linguagem e poder em Hobbes. São Paulo : Ática, 1978. 77 p.

- ROCHA, Mateus Ramalho. A Igreja do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Studio HMF; Lúmen Christi, 1991. 107 p. il.

- RODRIGUES, José Honório (Org.). Correspondência de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1954. v. 1.

- ROTTERDAM, Erasmo de, MORE, Thomas. Elogio da loucura — A

- utopia. Tradução por Paulo M. de Oliveira e Luís de Andrade. São Paulo : Abril Cultural, 1972. 314 p. Tradução de: *Encomium, id, est, Stultitiae Laus — De optimo reipublicae statu, deque nova insula Utopia*.
- RÖWER, Basílio. O Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Petrópolis : Vozes, 1937. 399 p. il.
- _____. História da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. Petrópolis : Vozes, 1951. 308 p.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Tradução por Vanda Anastácio. Algés : Difel, 1998. 425 p. il. Tradução de: *A World on the Move: the Portuguese in Africa, Asia and America, 1415-1808*.
- SALGADO, Graça (Coord.). Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1990. 452 p.
- SANCHES, Marcos Guimarães. Proveito e negócio: regimes de propriedades e estruturas fundiárias no Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro : Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. 368 p.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Prefeitura da Cidade/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. 170 p.

- SANTOS, Corcino Medeiros dos. Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII. São Paulo : Companhia Editora Nacional; Brasília : Instituto Nacional do Livro, 1984. 216 p. il.
- _____. Relações comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa (1763-1808). Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1980. 237 p. il.
- _____. O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica. Rio de Janeiro : Expressão e Cultura, 1993. 290 p. il.
- SANTOS, Márcio. Estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte : Estrada Real, 2001. 179 p. il.
- SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e sociedade no Brasil Colonial. Tradução por Maria Helena Pires Martins. São Paulo : Perspectiva, 1979. 354 p. il. Tradução de: *Sovereignty and Society in Colonial Brazil*.
- _____. Escravos, roceiros e rebeldes. Tradução por Jussara Simões. Bauru : EDUSC, 2001. 298 p. il. Tradução de: *Slaves, Peasants, and Rebels: Reconsidering Brazilian Slavery*.
- _____. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). Tradução por Laura Teixeira Motta. São Paulo : Companhia das Letras; Brasília : CNPq, 1988. 474 p. il. Tradução de: *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society Bahia, 1550- 1835*.
- SÉRGIO, António. Breve interpretação da história de Portugal. Lisboa :

- Sá da Costa, 1975. 164 p.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal. Lisboa : Verbo, 1979-1984. 7 v.
- SHAKESPEARE, William. Hamlet. Tradução por Millôr Fernandes. Porto Alegre : L&PM, 1999. 140 p. Tradução de: *Hamlet*.
- _____. Macbeth. Tradução por Manuel Bandeira. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997. 109 p. Tradução de: *Macbeth*.
- _____. Rei Lear. Tradução por Aíla de Oliveira Gomes. Edição bilíngüe. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. 361 p. Tradução de: *King Lear*.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Niterói : Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1990. 416 p. il.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). Brasil: colonização e escravidão. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2000. 417 p. il.
- _____. Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz. Lisboa : Estampa, 1995. 280 p. il.
- SILVA, Maria Júlia de Oliveira e. Fidalgos-mercadores no século XVIII: Duarte José Pereira. [S. l.] Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

445 p. il.

- SILVA, Rogério Forastieri da. Colônia e nativismo: a história como “biografia da nação”. São Paulo : HUCITEC, 1997. 143 p. il.
- SILVEIRA, Marco Antonio. O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo : HUCITEC, 1997. 203 p. il.
- SIMONSEN, Roberto. História econômica do Brasil (1500-1820). 7. ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional; Brasília : Instituto Nacional do Livro, 1977. 475 p. il.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. São Paulo : Difel, 1982. 415 p. il.
- _____. As razões da independência. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1965. 274 p.
- SOMBRA, Severino. História monetária do Brasil Colonial. Rio de Janeiro : Oficinas Gráficas da Empresa Almanak Laemmert, 1938. 340p.
- SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro : Graal, 1982. 237 p.
- _____. Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte : Universidade Federal de Minas Gerais, 1999. 231 p. il.

- SOUZA, L. de M. e, BICALHO, M. F. B. Virando séculos: 1680-1720, o império deste mundo. São Paulo : Companhia das Letras, 2000. 121 p. il.
- SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). História econômica do período colonial. São Paulo : HUCITEC, 1996. 281 p. il.
- TAUNAY, Afonso d'Escragnoile. História geral das bandeiras paulistas. São Paulo : Typ. Ideal; Heitor L. Canton, 1924-1936. v. 1-7.
São Paulo : Museu Paulista; Imprensa Oficial do Estado, 1946-1950. v.8-11.
- _____. A missão artística de 1816. Brasília : Universidade de Brasília, 1983. 332 p. il.
- _____. Relatos monçoeiros. São Paulo : Martins, 1953. 273 p. il.
- TENENTI, Alberto. La formación del mundo moderno: siglos XIV-XVII. Tradução por Pedro Roqué Ferrer. Barcelona : Crítica, 1985. 471 p. il. Tradução de: *La formazione del mondo moderno, XIV-XVII secolo*.
- TENGARRINHA, José (Org.). História de Portugal. Bauru : EDUSC; São Paulo : UNESP; Instituto Camões, 2000. 372 p. il.
- THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução por Rosaura Echemberg. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. 493 p. il. Tradução de: *Customs in Common*.

- _____. A formação da classe operária inglesa. Tradução por Denise Bottmann. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. 3 v. Tradução de: *The Making of the English Working Class*.
- _____. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Organização de Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas : UNICAMP, 2001. 286p.
- _____. Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crise de la sociedad preindustrial. Barcelona : Crítica, 1979. 318 p. Tradução de: *Eighteenth-century English society: class struggle without class?*
- TIRAPELI, Percival (Org.). Arte sacra colonial: barroco memória viva. São Paulo : UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2001. 287 p. il.
- TORRES-LODOÑO, Fernando. A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na colônia. São Paulo : Loyola; Programa de Educação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999. 214 p.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. Edição revista e anotada por [Capistrano de Abreu e] Rodolfo Garcia. 4. ed. integral. São Paulo : Melhoramentos, 1948-1953. 5v.
- VASCONCELOS, Diogo de. História Antiga das Minas Gerais. 4. ed. Belo Horizonte : Itatiaia, 1974. 2 v.
- _____. História Média de Minas Gerais. Rio de Janeiro : Instituto

Nacional do Livro, 1948. 425 p.

- VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX. Tradução por Tasso Gadzanis. São Paulo : Corrupio, 1987. 718 p. il. Tradução de: *Flux et reflux de la traite de nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du dix-septième au dix-neuvième siècle*.
- VIANNA, Hélio. História diplomática do Brasil. Rio de Janeiro : Bibliex, 1958. 211 p. il.
- VILAR, Pierre. Ouro e moeda na história (1450-1920). Tradução por Philomena Gebran. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981. 428 p. il. Tradução de: *Oro y Moneda em la Historia (1450-1920)*.
- WALLERSTEIN, Immanuel. O sistema mundial moderno. Tradução por Carlos Leite, Fátima Martins e Joel de Lisboa. Porto : Afrontamento, 1990-1994. v. 1-2. Tradução de: *The modern world-system*.
- WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução por Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília : Universidade de Brasília, 1991-1999. 2 v. Tradução de: *Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie*.
- WHITE, Robert Allan. Gomes Freire de Andrada: life and times of a brazilian colonial governor (1688-1763). Austin : Tese de doutorado apresentada na The University of Texas, 1972. 282 p.
- WILLEKE, Venâncio (Frei, OFM). Franciscanos na história do Brasil.

Petrópolis : Vozes, 1977.152 p.

— ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII. 2. ed. São Paulo : HUCITEC, EDUSP, 1990. 247 p. il.

* Capela-mor da Igreja do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

A preciosa obra de talha da capela-mor – retábulo, paredes e arco frontispício – executada em sua maior parte por frei Domingos da Conceição da Silva, entre os anos de 1669 e 1703, foi quase de todo substituída setenta anos depois de sua conclusão, pela atual, executada pelo mestre entalhador, e talvez escultor, Inácio Ferreira Pinto.

A imagem e a legenda acima foram extraídas de:

ROCHA, M. R. A Igreja do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Studio HMF; Lúmen Christi, 1991. p. 80-81.